

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

ANTONIO CARLOS OLIVEIRA DA SILVA

**DIVERSÃO E SOBREVIVÊNCIA:
SOCIABILIDADES EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (1930-1940)**

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

SÃO PAULO

2009

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

ANTONIO CARLOS OLIVEIRA DA SILVA

**DIVERSÃO E SOBREVIVÊNCIA:
SOCIABILIDADES EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (1930-1940)**

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História Social, sob a orientação do(a) Prof.(a), Doutor(a) Profa Dra Estefânia Knotz C. Fraga

SÃO PAULO

2009

ERRATA

Substituir o Abstract original por:

ANTONIO CARLOS OLIVEIRA DA SILVA

**FUN AND SURVIVAL:
SOCIABILITY IN SAO JOSE DOS CAMPOS (1930-1940)**

ABSTRACT

This dissertation has as its main objective the study of the language used by the press, the government papers and local memorialists on the behavior and sociabilities of the residents of the city of São Jose dos Campos, especially the poor and their circulation in public spaces, during the sanatorial period between 1930 and 1940. The residents in search of amusement still organized themselves in their own traditional ways. Due to new laws and public policies that were being implemented in the thirties, the local inhabitants found themselves coerced by the new political, economic and medical policies which tried to submit the poor of rural origins to new more civic and healthier behavior. The small town of São Jose survived of agriculture and raising of livestock. These local productions promoted intense trade between country and city. The merchants and business men along with local authorities tried to build an alternative urban way of life. They adopted strict orders against the popular places where the poor used to meet for drinking and gambling, considering these places dangerous and prone to violence and crimes. In this research we documented the tense relations between authorities and local people that stood up and resisted changes on their daily habits.

Key words: city, Sao Jose dos Campos, sociability, History, tuberculosis

Adicionar na Bibliografia (página 163):

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Texto Visual e Texto Verbal In: _____;
FELDMAN-BIANCO, Bela (orgs.). *Desafios da Imagem – Fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas, SP: Papyrus, 1998, pp. 37-49.

ANTONIO CARLOS OLIVEIRA DA SILVA

**DIVERSÃO E SOBREVIVÊNCIA:
SOCIABILIDADES EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (1930-1940)**

DATA ____/____/____

Banca Examinadora

Presidente e Orientadora: Prof^ª Dr^ª. Estefânia Knotz Canguçu Fraga

Prof. Dr. _____

Prof. Dr. _____

São Paulo, 31 de agosto de 2009.

*Dedico este trabalho aos meus pais,
à minha avó e ao meu tudo, Léo.*

*Dedico também à Nhá Francisca,
Nhô Zé, Feliciano, Nhô Quim, Tia
Andreza e outros moradores que
faziam das ruas de São José seu
espaço de sobrevivência e diversão.*

AGRADECIMENTOS

Um trabalho da dimensão de uma dissertação de mestrado só é possível com o auxílio de muitas pessoas que, direta ou indiretamente facilitaram ou tornaram mais prazerosa esta jornada.

Inicialmente não posso deixar de agradecer à Prof^a Dr^a Estefânia Knotz Canguçu Fraga. Por esses dois anos de contato constante pude aprender muito, profissional e pessoalmente falando com as suas reuniões, orientações precisas e recomendações. A Prof^a Estefânia sempre soube quando deveria deixar-me “perder” nas fontes e reflexões e quando deveria trazer de volta a realidade dos tempos e prazos, sem necessária “formatar” meu trabalho em linhas de pesquisa que desenvolve. A ela agradeço e, hoje a considero uma amiga.

No Programa de História da PUC-SP, todos os professores que tive, de alguma maneira auxiliaram-me a compreender o sentido e possibilidades do ofício do historiador. Nesse sentido, destaco o trabalho de Heloísa Faria Cruz e Yara Aun Khoury. O entendimento de ambas sobre a função técnica e profissional da história, muito me inspiraram. Espero que neste trabalho esteja impresso um pouco dos sujeitos sociais que viveram em São José.

Não poderia deixar de agradecer à professoras doutoras que fizeram parte de minha qualificação Prof^a Dra. Maria Odila Leite da Silva Dias e Prof^a Dr^a Maria Inez Machado Borges Pinto. Ambas foram extremamente generosas e apresentaram sugestões preciosas de leituras e possíveis de desenvolvimento da dissertação, em grande parte, incorporadas a este trabalho final. Além disso, as palavras carinhosas e de elogio, estimularam-se para este final do percurso.

Nesses dois anos de trabalho, muitos colegas dos bancos da Pós-Graduação me acompanharam. Companheiros de trabalhos, leituras, idas a Biblioteca, angústias e risadas. À Silvânia, companheira de aulas no primeiro e segundo semestre. Verdadeira companheira de bordo me auxiliou muito em todo o processo de adaptação ao voltar ao estudo e, ao mesmo tempo, conhecer a PUC. A Eliana, Reinaldo, Eber, Patrícia, Rita, Lucy, maravilhosos amigos de risadas, de cervejas, almoços, trocas de conversas sobre trabalhos, casa, amores e vida. À Aline, André, Michele, companheiros de muitas tardes agradáveis. Meus agradecimentos a todos e outros tantos que não citei, pois não caberiam nesse espaço. Sem vocês talvez fosse impossível continuar a empreitada.

Agradeço a meus pais, meus irmãos, sobrinhos e sobrinhas, pela força, amor e compreensão, principalmente das ausências, muitas vezes, necessárias para o desenvolvimento do trabalho.

A outras pessoas queridas, como minha avó, meus amigos, que também tiveram paciência de ouvirem por horas sobre meu trabalho, agüentarem meus silêncios e ausências, especialmente ao Edilson, Mariúsa, Gilton, entre tantos outros.

Aos meus estagiários de ontem e hoje, que em suas pesquisas para o Departamento, sempre traziam informações úteis ao meu trabalho e me ouviam quando entusiasmado trazia novidades das aulas. São tantos que espero não esquecer nenhum nome: Marcelo, Eduardo, Lílian, Renato, Carolina, Regiane, Priscila, Rafaela, Michele, Marinalva, Rafael, Hebert, Tatiana, Mayla, Omara e Cristiane, sendo as duas últimas animadas leitoras de meus textos. Obrigado a todos.

Não poderia deixar de agradecer a Andréia e Felipe, dois ouvintes atentos, bem-humorados e interessados sobre o meu trabalho e tudo que envolvia o mestrado na PUC, em nossas caronas, almoços e noites. Aos colegas Donato Ribeiro e Sílvia Franco por muitos apuros em que me tiraram, além de ouvir interminavelmente sobre esse mestrado. Terminamos!

Às professoras da UNIVAP, Valéria, Papali e Mazé pelos empréstimos e troca de figurinhas.

Aos membros do Grupo de Memória, Zuleika, Mazé, Luciano, Marco Antonio, Giovana, Tatiana e Leonardo, pelas noites agradáveis de sábado com muito estudo e palhaçadas.

À doutoranda Zuleika Estefânia Sabino Roque, companheira de viagem e de aulas para São Paulo. Excelente leitora de meus trabalhos, auxiliou-me com muitas das leituras que constam desse trabalho. No final do trabalho, ajudou-me quando mais precisei, em madrugadas visando montar o quebra-cabeça que, muitas vezes, se torna nosso trabalho. Mais do que isto, uma amiga, que ouvia minhas apreensões no curso, profissionais e pessoais. Um beijo pra ti.

Ao Leonardo, meu companheiro de caminhada e dificuldades, com direito a estradas esburacadas e pontes ruindo. Obrigado pelo auxílio e, especialmente paciência por silêncios, maus-humores, noites sem dormir, e surtos quase psicóticos. Muito obrigado por existir.

À Célia Barros, pela revisão precisa e atenta, pelas madrugadas, com direito a

macarronada e delírios de sono e pela rapidez que realizou o trabalho. Muito obrigado.

À Fundação Cultural Cassiano Ricardo especialmente à Diretoria de Patrimônio, por autorizar minha ausência nos dias de aula. Ao Arquivo Público do Município, por gentilmente possibilitar que minhas pesquisas ocorressem na maior tranquilidade possível, inclusive com cópias digitais do acervo. Obrigado.

Agradeço à CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, cujo apoio financeiro de sua bolsa de estudos foi primordial a este trabalho.

ANTONIO CARLOS OLIVEIRA DA SILVA

**DIVERSÃO E SOBREVIVÊNCIA:
SOCIABILIDADES EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (1930-1940)**

RESUMO

Esta dissertação tem, como objetivo central, o estudo acerca das falas e propostas veiculadas na imprensa, documentos governamentais e obras de memórias sobre os comportamentos e sociabilidades dos moradores de São José dos Campos, presentes nos espaços públicos, especialmente os das camadas mais modestas, no chamado *Período Sanatorial*, entre os anos de 1930 e 1940. Propõe-se que as sociabilidades dos moradores joseenses, especialmente em busca de diversão fossem se organizando na própria dinâmica de constituição de suas relações econômicas e sociais. Devido às novas configurações e propostas sociais que foram se estabelecendo na década de 1930, os moradores locais ficaram sob olhares de governantes, poderes econômicos, saberes médicos e análise da cultura letrada, que procuraram construir conhecimentos sobre suas dinâmicas, estabelecendo visões e julgamentos sobre seus comportamentos e, por conseguinte, sobre os próprios joseenses que os usufruíam. Essas instituições promoveram também propostas de intervenção sobre esses mesmos sujeitos e os espaços urbanos em que conviviam.

Na presente dissertação procurou-se apresentar como São José dos Campos, uma pequena cidade, sobrevivia da agricultura e pecuária. Essas produções econômicas promoveram intensas trocas comerciais entre o campo e a cidade. Ao mesmo tempo, os governantes, comerciantes e empresários urbanos buscavam alternativas para a economia da cidade, em torno das concepções de cidade moderna, industrial e sanatorial. Estuda-se como os jogos de azar, principalmente de víspera e de bicho foram tratados pela imprensa e pelos relatórios institucionais. Também traçou-se a constituição dos bares como locais de sociabilidade dos grupos populares, porém considerados, pelas autoridades municipais, como lugares onde a embriaguez perturbava a ordem pública da cidade e a moral de famílias, além de ser palco de atos de violência e criminalidade. Reflete sobre a maneira como, na década de 1930, as instituições governamentais concebiam os papéis sociais da família, das crianças e do trabalhador.

Os desejos e limites desse projeto de cidade sanatorial serviram de motivação para a produção desta dissertação; tendo em vista os comportamentos e sociabilidades dos moradores locais, nas ruas, em entrelaçamento com as propostas sanitárias de intervenção urbana, procurou-se analisar como se estabeleceram tensões nas vias e praças públicas em São José do Campos nesse período.

Palavras chaves: cidade, São José dos Campos, sociabilidades, História, tuberculose

ANTONIO CARLOS OLIVEIRA DA SILVA

**FUN AND SURVIVAL:
SOCIABILITY IN SAO JOSE DOS CAMPOS (1930-1940)**

ABSTRACT

This thesis has as its central objective, the study of the speeches and proposals in the press, government documents and works of memories about the behaviors and sociability of the residents of Sao Jose dos Campos, present in public spaces, especially those of the more modest in the age named as Sanatorial Period, between 1930 and 1940. We propose that the sociability of the residents Joseenses, especially in search of amusement were organizing themselves in the dynamics of the constitution of their social and economic relations. Due to new settings and social proposals that were being established in the 1930s, locals were under eyes of government, all political, economic, medical and analysis of literary culture, which sought to build knowledge about their dynamics, establishing views and judgments about their behaviors and, consequently, on their own Joseense enjoyed that. These institutions also promoted proposals for action on these subjects and urban spaces in which they lived.

In this dissertation sought to present as São José dos Campos, a small town, survived the agriculture and livestock. These productions have promoted intense economic trade between country and city. At the same time, the rulers, traders and businessmen seeking alternatives to urban economy of the city, around the conceptions of modern city, industrial and Sanatorialis. Studies how games of chance, especially lotto and “bicho” were treated by the press and institutional reports. Also plotted is the constitution of the bars as places of sociability of popular groups, but considered by municipal authorities, as places where the intoxication disturbed the public order and morals of the city of families, besides being the scene of violence and crime. reflects on how, in the 1930s, government institutions conceived roles of family, children and the worker.

The wishes and limits of that Sanatorial city project served as motivation for the production of this dissertation, in view of the behavior and sociability of the locals in the streets, intermingling with the proposed urban health intervention, we sought to examine how the established strains roads and public squares in Sao Jose do Campos that period.

Key words: city, Sao Jose dos Campos, sociability, History, tuberculosis

SUMÁRIO

Apresentação	1
Tensões na construção de uma Cidade Sanitária: São José dos Campos nos anos 1920 – 1930	13
Jogos de Azar, Bares e Botequins: Sociabilidades e Sanitarismo em São José dos Campos	58
Sociabilidades e crianças: infância, ocupação e família	107
Considerações Finais	153
Fontes	158
Referências Bibliográficas	159

APRESENTAÇÃO

Nas primeiras décadas do século XX, a cidade de São José dos Campos¹ tinha a produção agrícola formada por pequenos produtores de café, açúcar e milho, como uma das principais fontes econômicas, disputando espaço com uma crescente pecuária extensiva de gado leiteiro. No cotidiano da cidade, esses produtores surgiam nos fins-de-semana para promover trocas entre os produtos cultivados e os comercializados nas ruas próximas da cidade. Ao mesmo tempo, essa produção pecuária promovia um êxodo rural de pequenos produtores e agricultores pobres, que passaram a morar na cidade e a viver de uma economia de subsistência. São José dos Campos se constituía assim em uma localidade estabelecida em trocas comerciais e de costumes, visões de mundo e relações afetivas entre o rural e o urbano, fortalecendo laços de sociabilidade entre os moradores.

O estabelecimento da Estância Hidromineral e Climatérica em São José dos Campos, através do decreto nº 7007 de 1935, provocou mudanças significativas na cidade, que passou a integrar a FUMEST². O município perdeu a autonomia política, passando o prefeito a ser escolhido pelo Governador do Estado de São Paulo, os Prefeitos Sanitários, cargo geralmente ocupado por engenheiros sanitários em São José. Nesse período, denominado de *fase sanatorial*, médicos e engenheiros sanitários guiaram os rumos da cidade inspirados por concepções sanitárias predominantes na época³.

O aumento das rendas municipais, acrescido de uma maior intervenção do Governo Estadual (que se encontrava também sob intervenção do Governo Federal,

¹ São José dos Campos é uma cidade integrante do Vale do Paraíba Paulista, localizada a cerca de 334 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro e entre 89 (BR 116) e 97 (SP 70) quilômetros da cidade de São Paulo, interligada às duas capitais através da Rodovia Presidente Dutra e, no caso de São Paulo, através também da Rodovia Carvalho Pinto. Apresenta-se também interligada ao Sul de Minas. Atualmente está entre as maiores cidades em população (população estimada em 2008 - 594 948 habitantes .) e economia do Estado de São Paulo e é referência internacional na pesquisa e estudo de tecnologia aeronáutica, através do CTA (Centro Técnico Aeroespacial), do INPE (Instituto de Pesquisas Espaciais) e do IAE (Instituto Aeroespacial) . Seu desenvolvimento ocorreu, de maneira acelerada, após a década de 1950 e alcançou números incríveis de crescimento populacional e alterações urbanas nas décadas de 1960 e 1970.

² FUMEST - Fundo de Melhoria das Estâncias – órgão estadual que orientava e enviava recursos com o objetivo de promover melhoramentos urbanos ao funcionamento da Estância.

³ De data imprecisa, a questão sanatorial em São José dos Campos povoou os periódicos e organizações da cidade entre os anos finais do século XIX até aproximadamente a década de 1950, justificando-se em torno da cidade calcada na denominada “excelência” do clima da cidade pelos médicos do período e fortalecendo-se pela penetração, no interior do país, das ações sanitárias idealizadas na Primeira República, a partir da década de 1910. Nesse período, a partir de propostas que viam no saneamento urbano e na reforma sanitária o fortalecimento da identidade nacional e o caminho para a criação de um Brasil “moderno” (SANTOS, 1985), os governos, tanto Federal quanto estadual, promoveram a criação das Estâncias de Cura, Climáticas e/ou Hidrominerais, como ocorrido nas cidades de Campos do Jordão (1928) e São José dos Campos. (Bertolli Filho, 1993).

liderado por Getúlio Vargas), promoveu, dentro de determinadas limitações, as condições necessárias a tornar a Estância de São José, conforme a visão de Lessa, em um verdadeiro “balão de ensaio” para experimentação de tratamentos médicos e intervenções urbanísticas, modelo que poderia ser utilizado para ingerências em outras cidades (Lessa, 2000).

A necessidade de controle da doença possibilitava ao Estado interferir com maior ênfase na vida cotidiana e privada dos moradores (Lessa, 2000), forjando características peculiares a essas cidades de cura. No caso de São José dos Campos, conjuntamente com as alterações no traçado urbano, propiciou que os governos municipais pudessem investigar os comportamentos e sociabilidades dos moradores da cidade, objetivando intervir na vida dessas pessoas⁴.

A baliza cronológica da pesquisa concentra-se nos anos de 1930 devido ao início das interventorias municipais e estende-se até a década de 1940; momento em que foi publicado o *Relatório da Inspeção Preliminar do Município e Estância Hidromineral e Climática de São José dos Campos*, do Dr. João Flório, enviado ao Departamento de Saúde do Estado, que, ao catalogar organizações administrativas, econômicas e de fiscalização demonstrava a abrangência e, principalmente, os limites da atuação governamental sobre o município.

Os desejos e limites desse projeto de cidade sanatorial serviram de motivação para a produção desta dissertação; tendo em vista os comportamentos e sociabilidades dos moradores locais, nas ruas, em entrelaçamento com as propostas sanitárias de intervenção urbana, procurou-se analisar como se estabeleceram tensões nas vias e praças públicas em São José do Campos nesse período.

Pensando nas perspectivas do espaço da cidade como lugar das relações humanas⁵, propõe-se que as sociabilidades dos moradores joseenses, especialmente em

⁴ O estudo de Maria Stella Bresciani, em seu artigo *Sete Portas da Cidade*, apresenta sete construtos intelectuais para entendimento das cidades, baseados livremente nas sete portas da cidade de Tebas. Entre as sete destaca-se especialmente a primeira, a idéia sanitária e a segunda, a questão social, praticamente um desdobramento da primeira. (Bresciani, 1982:11). A idéia sanitária, uma das concepções constituídas no século XIX, animou grande parte dos intelectuais da época, que acreditavam na técnica como instrumento de modificação do meio, com uma concepção física e moral. Os sanitaristas acreditavam que, por meio da modificação do ambiente, atuavam sobre o corpo e o comportamento das pessoas. Concepção que permeou os saberes médicos e da engenharia, tinha como princípio a preocupação filantrópica com a moralidade dos pobres, visando a civilizá-los e a trazê-los aos novos parâmetros de sociedade (Bresciani, 1991:11). Essas idéias penetraram, no Brasil, a partir do estabelecimento da família real na colônia, que trouxe consigo os médicos reais e definiu muito do pensamento médico do país (Abreu, 1997: 39). Fortaleceram-se com variações significativas, após a queda do Império Brasileiro e nortearam as políticas públicas da primeira República, sedimentando-se no Governo Vargas.

⁵ “(...) visando a compreensão que são as relações sociais desenvolvidas nas cidades que, em última análise, acabam por definir e delinear a paisagem urbana, a imagem da cidade.” (Fenelon, 1999:6)

busca de diversão fossem se organizando na própria dinâmica de constituição de suas relações econômicas e sociais. Devido às novas configurações e propostas sociais que foram se estabelecendo na década de 1930, os moradores locais ficaram sob olhares de governantes, poderes econômicos, saberes médicos e análise da cultura letrada, que procuraram construir conhecimentos sobre suas dinâmicas, estabelecendo visões e julgamentos sobre seus comportamentos e, por conseguinte, sobre os próprios joseenses que os usufruíam. Essas instituições promoveram também propostas de intervenção sobre esses mesmos sujeitos e os espaços urbanos em que conviviam.

Esta dissertação tem, como objetivo central, o estudo acerca das falas e propostas veiculadas na imprensa, documentos governamentais e obras de memórias sobre os comportamentos e sociabilidades⁶ dos moradores de São José dos Campos, presentes nos espaços públicos, especialmente os das camadas mais modestas, no chamado Período Sanatorial, entre os anos de 1930 e 1940.

O estudo sobre a cidade de São José dos Campos ensejou a pesquisa sobre os periódicos locais, como revistas médicas, almanaques, álbuns de cidade e jornais locais, no período de 1930 a 1944. Nesse intervalo, existia uma diversidade de publicações de pequeno e médio porte, cujo ponto em comum era a efemeridade.

Entre os anos de 1930 e 1944 circulavam na cidade os jornais: *O Correio Joseense*, *A Folha Esportiva*, *O Boletim Médico*, *O Imparcial*, *O Pagode*, *O Jacaré*, *O Buliçoso*, *A Sogra*, *O Curioso*, *O Acadêmico* e o *Ariete*, *Almanaque Informativo*, *O Tipity*, *São José dos Campos*⁷ (Regato, 1994:54).

Para a presente pesquisa, especificamente, foram escolhidos os seguintes periódicos: *O Correio Joseense*⁸, *A Folha Esportiva*, *O Boletim Médico* e *O Álbum de*

⁶ O estudo das sociabilidades perpassam as ciências humanas, perspectivas encaminhadas por estudiosos das mais diversas áreas como a antropologia e a sociologia. Um conceito antigo, oriundo dos historiadores conservadores do século XIX, que estudavam a sociabilidade provençal sobre o Antigo Regime, privilegiando as tradições familiares, temperamentos coletivos e sociedades ordenadas. Na década de 1960, os historiadores das mentalidades retomaram o conceito, renovando as perspectivas que relacionam religião, política, religião e história social, utilizando-se da interdisciplinaridade como método de trabalho (Vovelle, 1987:226-227). No Brasil, o estudo das sociabilidades foi retomado, nas décadas de 1980, percorrendo temáticas relacionadas às festas religiosas, ao cotidiano das irmandades religiosas, às festas urbanas e às identidades de grupos populares. (Boschi, 2006).

⁷ Alguns desses periódicos permaneceram em circulação por poucos números. Poucos deles existem sob guarda no Arquivo Público do Município, como *O Correio Joseense*, *A Folha Esportiva*, *O Boletim Médico*, *O Jacaré*, *A Sogra*, *O Curioso*, *São José dos Campos*; outras publicações só nos chegaram referências de sua existência.

⁸ O Jornal encontra-se atualmente sob a guarda do Arquivo Público do Município de São José dos Campos em quinze livros encadernados, com praticamente todos os números, excetuando-se o ano de 1933, em bom estado de conservação. As edições também se encontram digitalizadas a partir do material reproduzido em microfilme em projeto em convênio com a FAPESP, em 5 compact discs. Esta cópia

1934.

A escolha visava à observação dos olhares e visões acerca dessas atividades e os sujeitos sociais que as praticavam. Assim, os registros da imprensa não foram analisados como retratos da realidade social, relato objetivo da vida, mas como expressão dos pensamentos e propostas urbanas dos produtores desses jornais, nas perspectivas da vida moderna e nos entrelaçamentos de poder da cidade (Cruz;Peixoto, 2007:258-266). Mais do que retratar a cidade, a imprensa, de modo geral, vislumbrava ideais que eram propostos para a cidade do futuro desses jornalistas e grupos a que estavam interligados. Analisou-se essa produção jornalística como força atuante na constituição de (...) “modos de vida, perspectivas e consciência histórica” (Cruz;Peixoto, 2007:259) promovida por profissionais que incorporaram, em suas análises, visões constituídas a partir de suas formações profissionais, vidas pessoais e inter-relações econômicas, políticas e sociais com os grupos com os quais possuíam afinidades. Mais do que visões pessoais e técnicas, foram construídas no processo social e representavam visões e projetos de grupos sociais sobre o espaço urbano⁹.

O *Correio Joseense* exerceu suas atividades de 1920 até 1967, sofrendo interrupções nos anos de 1928 a 1932, com a mudança de seu proprietário e redator, o joseense Napoleão Monteiro¹⁰, ativo jornalista e político da região, para a cidade de São Paulo. Essa pesquisa centrou-se no acervo do período de 1935 a 1940, em que foram catalogados artigos, reportagens, editoriais, visando a identificar as imagens que os

digitalizada foi a que se utilizou nesta pesquisa.

⁹ Não se pode também perder de vista a própria produção e a força dos jornais. O jornal, como uma construção do olhar dos seus idealizadores, produtores e patrocinadores possibilita, portanto, a compreensão dos discursos e falas construídas sobre os moradores da cidade, tendo em vista as relações entre os jornalistas e os grupos de poder locais (Maciel, 2005:21). Ao mesmo tempo, trazem limitações sobre a possibilidade de identificarmos os significados construídos pelos próprios moradores da cidade, em sua diversidade de atividades e modos de sobrevivência, ao vivenciarem os espaços públicos, a rua e as praças, e se relacionarem com seus outros moradores. Significados múltiplos, uma vez que as vivências são diversas, partindo de ponto de vista, lugares econômicos e sociais diferentes. Esses moradores foram tratados de maneira diferenciada nas páginas da imprensa. Analisaremos estas sociabilidades através do filtro das visões dos jornalistas da cidade, procurando perceber como estas eram vistas pela comunidade letrada. Ao mesmo tempo, procuraremos mesmo que de maneira filtrada, encontrar ecos de suas práticas sociais e resistências aos projetos hegemônicos de cidade, que sobreviveram aos apagamentos.

¹⁰ Monteiro expressava suas propostas políticas no jornal, incentivando campanhas de controle, tratamento e prevenção da Tuberculose, mas se pronunciando contra a instituição da Prefeitura Sanitária, a favor do fechamento das pensões e da separação entre doentes e sãos. Foi tesoureiro da Câmara no governo de Cel. João Alves da Silva Cursino, nos anos 1920 e filiado ao PRP – Partido Republicano Paulista, um dos principais partidos da época em São Paulo. Desligou-se na década de 1930, ingressando no Partido Democrata Cristão – PDC, na década de 1940. Embora se opondo ao governo de Vargas, inclusive permanecendo preso por 08 dias no presídio do Paraíso, em 1933, por artigo escrito contra o Interventor do Estado, na cidade de São José dos Campos apresentava-se alinhado com as propostas de alteração da cidade em torno das perspectivas sanitárias e industriais (*Correio Joseense*, 27/01/1935: capa), apoiando muitas das deliberações e modificações urbanas propostas pelos grupos no poder.

articulistas promoveram sobre os comportamentos dos moradores locais nas vias públicas.

*A Folha Esportiva*¹¹, inaugurada em 1929 por José Antonio Cursino e Ladislau Farias¹², abordou este material de maneira correlata ao *Correio Joseense*, uma vez que seus produtores eram filiados ao Partido Constitucionalista, que apoiava Getúlio Vargas e os governos dos prefeitos sanitários. Como *A Folha Esportiva* circulou em anos em que o *Correio* esteve fechado (1930-1933), serviu como complemento às informações desse período. Na catalogação viu-se que as imagens que o jornal fazia dos moradores da cidade, não eram tão diferenciados das do *Correio*, sendo somente diversas as relativas às disputas políticas.

O *Boletim Médico*, publicado no período de 1933 a 1936, revista escrita pelos médicos da cidade, tendo em seu quadro editorial Dr. Nelson D'Ávila, João Batista de Souza Soares, Dr. Rui Dória, entre outros¹³, apresentava os desejos dos médicos em torno da cidade sanatorial.

O *Álbum de 1934*¹⁴ de São José dos Campos foi concebido como uma propaganda para a cidade, construída especialmente em torno das possibilidades e vantagens da instituição da Estância Hidromineral e Climática. Nessa publicação, procurou-se ver como foram apresentados os joseenses e seus agrupamentos sociais específicos. O *Álbum* foi analisado dentro das perspectivas teóricas e metodológicas do estudo da imprensa.

As propagandas presentes nesses periódicos proporcionaram analisar-se as articulações entre o jornal e grupos comerciais da cidade, uma vez que a imprensa foi se constituindo em empresas comerciais de informação, articuladas com as flutuações de mercado e as alianças comerciais da cidade. (Maciel, 2005:15). Os registros fotográficos

¹¹ Esse acervo encontra-se também sob a guarda do Arquivo Público do Município em estado razoável de conservação, em números esparsos de 1930 a 1948. Até o momento não encontramos informações sobre o motivo do nome da folha ser esportiva. No entanto, vemos que a questão do esporte na cidade era muito forte, especialmente na década de 1930, com a idéia do esporte como um elemento de transformação do brasileiro, para torná-lo trabalhador-cidadão. Neste sentido, no *Álbum de 1934*, catalogamos nada menos que três entidades esportivas, e duas associações culturais com espaços para vários tipos de esportes (Caldeira, 1934:120 a 123), grande número para uma cidade do porte de São José dos Campos.

¹² O jornal sedimentou-se na década de 1930, como um periódico que apresentava franco apoio ao Governo Vargas e, posteriormente a 1937, ao Estado Novo. A firma Cursino&Farias produziu, em novembro de 1938, um periódico especial de comemoração do aniversário de estabelecimento do Estado Novo: *A Folha Esportiva Especial de 1938*.

¹³ Médicos tisiólogos e dentistas especializados em tuberculose eram membros da classe médica local que propunham e aventavam projetos para a construção, estabelecimento e fiscalização da cidade sanatorial.

¹⁴ O *Álbum* de autoria de João Neto Caldeira foi produzido entre os anos de 1932 e 1934, através de auxílios da prefeitura municipal e da venda de espaço para o comércio local. João Neto Caldeira produziu vários álbuns de cidades no Vale do Paraíba, utilizando suas produções e contatos como propagandas para suas futuras produções.

foram analisados como construções visando a intenções, objetivos e olhares de quem os fotografou ou publicou¹⁵.

Por ocasião do Bicentenário da fundação da cidade em 1967, vários trabalhos foram escritos. Para a presente pesquisa, dois deles foram utilizados por tratarem do período sanatorial¹⁶. A obra de Altino Bondesan¹⁷, *São José em Quatro Tempos* publicado em 1967 e de Jairo César de Siqueira¹⁸, *Nossa Cidade de São José dos Campos* publicado em 1991¹⁹. Essas memórias permitiram visualizar elementos da vida cotidiana da cidade para os quais os jornais, álbuns e documentos administrativos não atentaram, por considerá-los sem importância ou por merecem ser relegados ao esquecimento.

No bojo da discussão sobre a cidade sanatorial, incorporaram-se como fontes os documentos administrativos, como portarias, atos do prefeito municipal, em que se vê a atuação dos prefeitos, buscando organizar a cidade, regulamentar atividades e, ao mesmo tempo, disciplinar as ações dos moradores. Pensados para além de determinações técnicas, visavam a alterar espaços e, com eles, sociabilidades, fortalecendo comportamentos sociais e modelos de cidade, mais afeitos aos grupos majoritários da cidade e às visões européias e, ao mesmo tempo, à exclusão de tradições e sociabilidades. Na organização dos espaços públicos, na década de 1930, muitos grupos foram retirados do centro urbano e suas sociabilidades e desejos desprezados e excluídos no processo.

¹⁵ Ao analisar as fotografias, abandonou-se a idéia da imagem fotográfica como objeto neutro, prova e retrato da realidade, mas sim como possibilidade de ser lida através da apreensão das deformações impostas pelos fotógrafos, pelos valores sociais e culturais que impregnavam no olhar daquelas películas. (Leite, 1998:40). A partir da observação de seu conteúdo, as fotografias podem ser analisadas a partir de um conhecimento pré-existente da realidade representada, somada à comparação com outras imagens. O estudo das imagens necessita de um exercício comparativo e dedutivo, uma vez que entre a imagem e o que ela representa há uma série de mediações que a torna reconstrução, ou seja alteração intencional ou voluntária da realidade. (idem: 40). Essa análise seria conduzida pelos aspectos físicos da foto, como escolha de temas, perspectivas, enquadramentos, momentos do dia e pelos diálogos entre os textos verbal e visual, como as legendas, títulos ou mesmo os textos onde a ilustração aparece (Idem: 43).

¹⁶ Existe uma memória “cristalizada” sobre a fase sanatorial de São José dos Campos. Para refletir sobre essa memória, baseada em marcos fundantes em diálogo com o corpus documental, recorreu-se ao trabalho de Célia Rocha Calvo, que, ao estudar a cidade de Uberlândia, analisou a construção de marcos fundantes por grupos hegemônicos, baseados somente em suas experiências e visões de mundo, desconsiderando outros grupos. Ao mesmo tempo, os demais sujeitos sociais vivem nesses espaços, buscam sua sobrevivência e, nesse processo de vivência, criam outros significados para esses espaços, nem sempre de acordo com esses marcos fundantes “públicos”. Essa memória dos sujeitos moradores e construtores da cidade, muitas vezes, dialogavam com esses marcos e se referiam a eles.

¹⁷ Altino Bondesan era um advogado, que veio morar em São José, ainda jovem, para tratar-se de tuberculose. Com a cura, acabou se fixando na cidade. Seu trabalho apresentou um pouco de sua trajetória de 1930 a 1966, com suas visões sobre o cotidiano da cidade a partir das pensões e dos sanatórios.

¹⁸ Siqueira, filho de um professor da cidade, apresenta na publicação suas memórias de infância, seus olhares sobre as sociabilidades cotidianas e sobre os moradores em suas diversas relações sociais.

¹⁹ Publicado pela Fundação Cultural Cassiano Ricardo em 1991, embora tenha sido produzido em razão das comemorações do bicentenário.

Para se analisar essa cidade sanatorial, tem-se como um dos principais interlocutores o historiador Edward Palmer Thompson, que, em seu livro, *Costumes em Comum* discute o impacto das inovações tecnológicas e da produção sobre as camadas menos favorecidas da sociedade inglesa do século XVIII²⁰. Thompson pensou a cultura popular como construída na busca pelas condições materiais de existência que, em contato com novos processos de produção, promoveria embates e conflitos. Essa perspectiva possibilitou refletir sobre as atividades de recreação e divertimentos dos moradores de São José dos Campos, como atividades constituídas dentro das condições materiais do grupo em que se inserem. Principalmente os casos de determinadas atividades, como os jogos de azar nas ruas e o beber nos botequins, atividades identificadas na cidade e associadas aos grupos mais pobres da cidade, podem ser vistos como construídos nas relações comerciais entre o campo e a cidade, além de se constituírem em experiência vivida por trabalhadores das fábricas e mesmo informais, como as crianças que carregavam compras no mercado. Assim, os projetos de cidade dos médicos e governantes sanitários investem contra esses comportamentos, visando a um novo modo de vida, mais adequado aos processos industriais.

Maria Odila Leite da Silva Dias²¹ propõe que o estudo das relações sociais e sociabilidades pressupõem um método de trabalho que, muitas vezes, utilize-se de fragmentos de informação, que valorize os pormenores e, abandone paradigmas, visando a construir uma reflexão que nasce da desocultação (Dias, 1998:58). Do entrelaçamento de pormenores é que se torna possível “(...) chegar a uma visão do conjunto das sociabilidades, das experiências de vida que traduzem necessidades sociais” (Idem: 58), muitas vezes plurais e sem, necessariamente, possuírem uma coerência (Idem: 59).

²⁰ Enquanto que para as camadas mais abastadas a inovação podia ser vista como avanço, para as camadas mais populares ela era, geralmente, experimentada como exploração, expropriação de direitos de uso costumeiros ou destruição de padrões de trabalho e lazer, sendo, desta forma, a cultura popular rebelde, mas em defesa do costume (Idem:19). Este costume e cultura popular eram transmitidos por gerações, através da oralidade, mas não somente em seus ritos, mas expresso nas condições materiais de existência, ou seja, no trabalho, na aprendizagem cotidiana, onde nas “técnicas particulares, dá-se igualmente a transmissão de experiências sociais ou da sabedoria comum da comunidade.”, principalmente nas sociedades em que as mudanças não promoveram o distanciamento das gerações e nem que a educação formal ainda tenha se interposto de forma significativa (Idem:18).

²¹ Maria Odila Leite da Silva Dias em sua obra *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*, ao estudar a vida de mulheres pobres na cidade de São Paulo, considerou que essas, no processo de urbanização paulista, nas fimbrias das instituições de poder, mantinham as suas organizações familiares, de sobrevivência. Sobrevivendo aos espaços e papéis informais, improvisados, seus modos de viver se contrapunham às concepções de mulher idealizadas pelos grupos mais poderosos e as estruturas legais, jurídicas e policiais. As abordagens que a pesquisadora utilizou para estudar as mulheres na cidade de São Paulo, serviram de nortes referenciais nas análises sobre os moradores da cidade no período sanatorial.

Maria Inez Machado Borges Pinto, em sua obra *Cotidiano e Sobrevivência – A Vida do Trabalhador Pobre na Cidade de São Paulo (1890-1914)* aborda o processo de formação do mercado de trabalho livre e informal na cidade de São Paulo. Demonstrou em sua obra que, através de entrecruzamento de dados e fontes, a economia informal no espaço urbano estava entrelaçada aos momentos de expansão da monocultura cafeeira e da política imigrantista do Oeste Paulista (Pinto, 1994:35)²² Grandes contingentes populacionais deslocaram-se para a capital paulista em busca de melhores condições; escravos negros e mulatos e imigrantes estrangeiros sobreviviam à base de trabalhos temporários e flutuantes nos bairros e centro de São Paulo, em uma convivência por vezes tensa e conflituosa.

Ambos os trabalhos auxiliaram na percepção e estudo sobre as camadas mais pobres da cidade de São José dos Campos, encontradas, muitas vezes, em pequenos detalhes das fotos ou em comentários secundários, em relatos de memória. Demonstrou-se a necessidade de aprofundar-se nas relações econômicas da cidade, visando a buscar informações significativas sobre a constituição desses grupos e suas formas de sobrevivência.

O livro de Heloísa Faria Cruz²³, *São Paulo em papel e Tinta – periodismo e vida urbana – 1890 – 1915*, analisa as relações entre o viver urbano e o periodismo naquele momento da história da cidade. As mudanças urbanas, oriundas do período denominado “belle époque”, em São Paulo, proporcionaram que novas sociabilidades de grupos mais abastados, as denominadas elites locais, se impusessem na cidade²⁴. Nesse sentido, a autora propôs compreender a imprensa como prática ativa que compõe o tecido social urbano. As tensões e as articulações entre a cultura letrada e a oralidade, ambas constitutivas das culturas urbanas transparecem nas páginas da imprensa tornando-a

²² A política imigrantista nos séculos XIX e XX, em acordo com os proprietários de fazendas de café, promoveu uma imigração de trabalhadores rurais europeus para o país, em volume muito maior que o necessário, visando manter os salários desses trabalhadores rurais em níveis baixos. Isso proporcionou o êxodo rural e o crescimento demográfico acelerado da capital do Estado (Pinto, 1994).

²³ CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em Papel e Tinta – periodismo e vida Urbana – 1890-1915*. São Paulo: EDUC:FAPEESP, 2000.

²⁴ Jornais e revistas projetavam, sobre o urbano, demandas de diversos grupos sociais, propiciando a visualização de um processo acelerado de ocupação e/ou invenção dos espaços públicos da metrópole. Através dos diversos periódicos, produzidos pelos mais diferentes grupos sociais, a cultura letrada foi articulando-se com os projetos e disputas para e pela cidade. Além de ampliarem sua atuação a territórios sociais onde a cultura letrada não se fazia presente, desenhavam um campo dinâmico de disputa social. (Cruz, 2000: 20). A ampliação da imprensa para além dos letrados se deu pela assimilação de idéias e propostas desenhadas nesses periódicos, como também pela incorporação das técnicas de elaboração dos jornais e revistas por outros grupos sociais não-hegemônicos, como os movimentos operários, promovendo assim a visualização de suas idéias e concepções de sociedade.

facilitadora da compreensão das relações de poder na cidade moderna (Idem: 33).

Outros estudos sobre o viver urbano nortearam a dissertação. O trabalho de Margareth Rago, em sua obra *Do Cabaré ao Lar – A Utopia da Cidade Disciplinar – Brasil (1890 –1930)*, empreendeu uma análise acerca dos projetos executados por governantes, empresários, médicos, higienistas e filantropos, visando a intervir nos modos de viver de operários, desempregados, prostitutas, mendigos, entre outros, ocorridos nas primeiras décadas do século XX. A partir das intervenções, governantes, empresários e sanitaristas desejavam instituir uma sociedade ideal higiênica. A autora contrapôs estes projetos de sociedade às estratégias de resistência e visões de mundo dos trabalhadores sobre sua própria vida.

As reflexões de Rago permitiram compreender esses embates como zonas de conflitos e tensões entre os diversos grupos sociais. Os mecanismos de estabelecimento da Estância em São José dos Campos organizaram-se em torno de construtos sobre a cidade, oriundos de idéias de civilidade e disciplina, para os quais muitas das sociabilidades dos moradores que a habitavam não foram levadas em conta e não se enquadravam aos modelos prévios.

Maria Célia Paoli e Adriano Duarte, em capítulo *São Paulo no plural: espaço público e redes de sociabilidade*²⁵, do livro **História da Cidade de São Paulo a cidade na primeira metade do século XX**, demonstrou que, na cidade de São Paulo, embora os projetos de modernização tenham buscado silenciar e excluir os espaços dos pobres e, muitas vezes, conseguindo desestabilizar e destruir muitas tradições culturais nesse processo, esses grupos enfrentaram, no plano cotidiano local ou na organização de associações, essas intervenções, buscando criar soluções, reflexões e debates nascidos de sua vivência urbana e de seus desafios de sobrevivência, habitação, instrução e diversão, comunicação social, que proporcionassem à cidade se tornar habitável à vida. A partir dos conflitos e diferenças na cidade, a autora deixa entrever, para além das propostas destes diversos projetos modernizadores, os muitos modos de vida, comunicação e valores no fazer urbano. Neste sentido, para a autora, as sociabilidades se fazem nos processos de luta pela sobrevivência e em resposta a processos intervencionistas ou disciplinadores que visavam a silenciar esses grupos. Essas respostas, individuais ou organizadas, procuravam tornar os locais de vivência minimamente habitáveis e com possível interação social.

²⁵ DUARTE, Adriano; PAOLI, Maria Célia. São Paulo no Plural: espaço público e redes de sociabilidade. In PORTA, Paulo (org.). *História da Cidade de São Paulo – A Cidade na Primeira Metade do Século XX*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. pp.:53- 99.

Assim, o presente trabalho girará em torno das sociabilidades realizadas pelos moradores da cidade ou seus visitantes, encontradas nos periódicos, documentos administrativos, fotos e livros de memória, em seu diálogo ou conflito com as mudanças de configuração espacial e social da cidade de São José dos Campos, muitas vezes, configurando-se obstáculos à existência dos moradores, especialmente os mais pobres. As políticas públicas do período olhavam e agiam em torno das atividades sociais dos pobres e trabalhadores, mas não procuravam ouvir os desejos e necessidades desses mesmos sujeitos, mas sim os desejos e propostas de outros grupos sociais, mais bem situados economicamente. Esta dissertação procura ver, mesmo nas fontes criadas pela cultura letrada, esses outros moradores, em sua luta pela sobrevivência, cujas experiências se procurou apagar. Quem eram esses moradores, como se organizavam, a quem afetavam foram também foco desse trabalho.

Desde a década de 1990, há algumas publicações locais e uma considerável produção acadêmica sobre a constituição da cidade sanatorial em São José dos Campos. Ana Maria Souza e Laerte Soares publicaram em 2002 o livro *Modernidade e urbanismo sanitário*²⁶, em que procuraram através de fontes oficiais oriundas da Prefeitura e Câmara Municipal, entre os anos de 1930 e 1960, estudar as transformações espaciais ocorridas em São José dos Campos, especialmente na área central, em virtude do estabelecimento da Estância Climática. Alexandre Penedo, Tânia Bittencourt e Ademir Pereira dos Santos publicaram uma trilogia sobre a arquitetura de São José dos Campos, respectivamente *Arquitetura Moderna*²⁷ (1997), *Arquitetura Sanatorial*²⁸ (1998) e *Arquitetura Industrial*²⁹ (2006). Especialmente o trabalho de Bittencourt foi importante, uma vez que procurou inventariar os prédios construídos em torno da estrutura sanatorial. Possui interessante análise sobre a formação e estruturação da cidade estância, enquanto cidade disciplinar, utilizando como principal referência os estudos de Michel Foucault sobre controle e disciplina.

Entre os trabalhos acadêmicos destacam-se a tese de doutoramento de Simone Lessa, *São José dos Campos: O Planejamento e a Construção do Pólo Regional do Vale do Paraíba*³⁰, que tratou de analisar o processo de transformação de São José dos Campos

²⁶ SOUSA, Ana Maria Santos. *Modernidade e urbanismo sanitário: São José dos Campos*. São José dos Campos, SP: A.M. S. Sousa; L. L. Soares, 2002

²⁷ PENEDO, Alexandre. *Arquitetura Moderna*. São José dos Campos, SP: A. Penedo, 1997.

²⁸ BITTENCOURT, Tânia. *Arquitetura Sanatorial*. São José dos Campos, SP: TMM Bittencourt, 1998.

²⁹ SANTOS, Ademir Pereira dos. *Arquitetura Industrial*. São José dos Campos, SP: A.P. Santos, 2006.

³⁰ LESSA, Simone Narciso. *São José dos Campos: O Planejamento e a Construção do Pólo Regional do*

em pólo regional do Vale do Paraíba, refletindo sobre as políticas públicas e os planos do Estado, aliados aos investimentos industriais e imobiliários privados, na constituição da cidade sanitária, industrial e militar, transformando São José dos Campos em laboratório de políticas e projetos.

Mais recentemente, tem-se a tese de doutoramento de Valéria Zanetti, *Cidade e Identidade: São José dos Campos, do peito e dos ares*³¹. Zanetti promoveu um estudo sobre a presença de um discurso recorrente na cidade, em torno da falta de uma identidade comum aos moradores de São José dos Campos. Buscou através de diversas fontes, no passado sanatorial, os dispositivos que poderiam ter abalado os suportes de identificação dos habitantes. Através da leitura dos discursos que a cidade produziu historicamente para sustentar identidades, a autora encontrou falas recorrentes e intervenções urbanas apagando as marcas do passado sanatorial e, ao mesmo tempo, fortalecendo uma imagem de cidade industrial.

Sobre São José dos Campos desenvolveram-se importantes trabalhos que proporcionam compreender as perspectivas de construção de uma cidade sanatorial, em torno de políticas nacionais de incremento da região, ao mesmo tempo, relacionadas a concepções sanitárias de controle e disciplina, estruturando uma cidade moderna e higiênica, porém, ao mesmo tempo, excludente em relação às populações pobres; no entanto, suas perspectivas baseiam-se em um olhar sobre as grandes estruturas. Esses pesquisadores voltaram-se para os processos de modificação urbana e de organização política da cidade. Em alguns poucos momentos, voltam-se para o cotidiano das populações da cidade.

Essa dissertação, ao voltar-se sobre o cotidiano joseense, procura refletir sobre as experiências dos moradores pobres locais, visando a compreender como essas propostas de reorganização da cidade influíram na vida dessas pessoas. Mais que isso, o entrecruzamento de variadas fontes permitiu promover um olhar específico sobre essas tentativas de controle e disciplina da sociedade, enxergando-se os limites da atuação governamental e seus obstáculos à efetiva execução de seus projetos, dos mais variados, inclusive oriundos de uma massa de população pobre. Enquanto espaço das práticas sociais dos grupos mais pobres, a partir do estudo das relações sociais nos espaços públicos, torna-

Vale do Paraíba. Campinas, 2001, Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, 2001,

³¹ ALMEIDA, Valéria Zanetti. *Cidade e Identidade: São José dos Campos, do peito e dos ares*. 2008, Tese (Doutorado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

se possível encontrar as resistências, a ilegalidade, as dificuldades administrativas de promover uma fiscalização efetiva, entre outros.

A presente dissertação se compõe de três capítulos. No primeiro capítulo *Tensões na construção de uma Cidade Sanitária: São José dos Campos nos anos 1920 – 1930* procurou-se apresentar como São José dos Campos, uma pequena cidade, sobrevivia da agricultura e pecuária. Essas produções econômicas promoveram intensas trocas comerciais entre o campo e a cidade. Era uma cidade habitada por moradores pobres, expulsos do campo pela parca produção agrícola e nascente produção pecuarista. Ao mesmo tempo, os governantes, comerciantes e empresários urbanos buscavam alternativas para a economia da cidade, em torno das concepções de cidade moderna, industrial e sanatorial. Esses embates de sentido puderam ser visualizados na imprensa local e nas memórias, promovendo constantes tensões na cidade.

No segundo capítulo *Jogos de Azar, Bares e Botequins: Sociabilidades e Sanitarismo em São José dos Campos* estuda-se como os jogos de azar, principalmente de víspera e de bicho foram tratados pela imprensa e pelos relatórios institucionais. Identificamos onde os vendedores de bilhetes atuavam e quem usufruía destas atividades. Nas fontes trabalhadas encontraram-se registros de crianças na rua, portadores de tuberculose e trabalhadores pobres, os mais visados pelas ações de fiscalização e repressão. Também traçou-se a constituição dos bares como locais de sociabilidade dos grupos populares, porém considerados, pelas autoridades municipais, como lugares onde a embriaguez perturbava a ordem pública da cidade e a moral de famílias, além de ser palco de atos de violência e criminalidade. As fontes permitiram perceber as diferenças sociais entre os freqüentadores dos bares, conforme a localização desses estabelecimentos na cidades. Mas a preocupação e ação fiscalizadora das autoridades estava muito presente nos bares freqüentados pelas camadas populares, inclusive pela presença de doentes de tuberculose.

Por fim, o Capítulo 3, *Sociabilidades e as crianças: infância, ocupação e família* tem como reflexão central a maneira como, na década de 1930, as instituições governamentais concebiam os papéis sociais da família, das crianças e do trabalhador. Neste capítulo, através da imprensa, foi possível perceber as formas de criminalização da presença das crianças nas ruas. Embora consideradas pela imprensa local como desgovernadas e perigosas, no entrecruzamento das fontes, encontrou-se uma população infantil que realizava pequenos trabalhos e, assim, auxiliava na renda familiar, sobrevivendo nas ruas e criando sociabilidades possíveis.

Capítulo I

Tensões na construção de uma Cidade Sanitária:

São José dos Campos nos anos 1920 – 1930

*A porta do barraco era sem trinco
Mas a lua, furando o nosso zinco
Salpicava de estrelas nosso chão
Tu pisavas nos astros, distraída
Sem saber que a ventura desta vida
É a cabrocha, o luar, o violão
Chão de Estrelas (1937)
Silvio Caldas e Orestes Barbosa*

*Você que atende ao apito de uma chaminé de barro
Porque não atende ao grito
Tão aflito
Da buzina do meu carro
Três Apitos (1933)
Noel Rosa*

Na década de 1930, um aluno de medicina, João Ferraz do Amaral produziu um trabalho final para a cadeira de Higiene³² da Faculdade de Medicina de São Paulo³³ sobre a cidade de São José dos Campos, com o nome de *Inspecção Sanitária de São José dos Campos*. Nesse trabalho, o futuro médico higienista ao tratar da organização sanitária da cidade, escreveu a seguinte indagação: “Contra taes obices, como se pode fazer higiene?” (Amaral, 1930:104).

A inquietação do jovem estudante de medicina era resultado do que encontrou, ao vistoriar a cidade por uma semana. A Inspetoria de Higiene da cidade encontrava-se instalada em uma saleta, localizada na Rua 15 de Novembro, provisoriamente alocada em uma residência cedida por um guarda sanitário. Órgão criado na década de 1920, a inspetoria foi fruto das muitas mudanças administrativas na área de saúde pública do Estado³⁴. Recebia somente 60 mil réis mensais de contribuição municipal, tendo um quadro funcional composto somente por um inspetor, um guarda sanitário e dois matamosquitos avulsos. A inspetoria não possuía telefone, nem transporte próprio e, muitas vezes, o inspetor de higiene custeava, com seu próprio salário, as viagens de trabalho. A Inspetoria, com todos esses problemas, fiscalizava quatro cidades: São José, Caçapava, Paraibuna e Buquira³⁵.

Encontrou, na cidade, lixo usado como adubo ou acumulado pelas ruas; cães e moscas em excesso; abastecimento de água deficiente, não alcançando às partes mais altas

³² AMARAL, João Ferraz do. *Inspecção Sanitária de São José dos Campos*. Universidade de São Paulo/Faculdade de Medicina, 1930. (trabalho apresentado como exigência para a cadeira de Higiene) 163 páginas e fotografias em anexo. Arquivo digital sobre a guarda do Arquivo Público do Município de São José dos Campos.

³³ A faculdade de Medicina de São Paulo foi criada em 1913. Possuía diversos professores estrangeiros, europeus e norte-americanos. Em 1918, foi instituída a cadeira de higiene e, em 1924 tornou-se Instituto de Higiene, através de convênio com a Fundação Rockfeller, tornando-se independente da Faculdade de Medicina, com orientação norte-americana. (Diwan, 2000:115)

³⁴ As inspetorias de Higiene se constituíram a partir de ações no período imperial, visando à centralização dos serviços de saúde pública, por parte das autoridades imperiais. A Inspetoria de Higiene da Província de São Paulo exercia as restritas atividades de estatística demógrafo-sanitária, fiscalização sanitária das profissões médicas e farmacêuticas, além de combate das epidemias. Com o estabelecimento da República e a Constituição de 1891, os serviços de saúde pública passaram a ser competência dos governos estaduais. Em 1891, criou-se a Inspectoria Geral de Higiene do Estado, com a função de saneamento do meio, fiscalização profissional e combate às doenças transmissíveis. Em 1892, esse órgão estadual tornou-se o Serviço Sanitário do Estado (Mascarenhas, 1973:4-5). Nas décadas iniciais do século XX, através do apoio financeiro e técnico da Fundação Rockfeller, poderosa instituição americana, implementou-se toda uma reorganização da saúde pública em São Paulo. Sob a direção do epidemiologista Paula Souza, de 1922 a 1927, formado pelo auxílio dessa Fundação americana, executou-se uma reforma nos órgãos de saúde do Estado, com a criação de postos municipais de saúde e principalmente da Inspetoria de Higiene dos Municípios, à qual caberia a tarefa de prevenção e controle das endemias rurais. Mesmo com o auxílio financeiro da fundação americana, as inspetorias de Higiene enfrentaram grandes problemas para a execução de seus objetivos (Faria, 2002:565-569).

³⁵ Atualmente possui a denominação de Monteiro Lobato

da cidade; poeira nas ruas, mais da metade das casas centrais sem tratamento de esgoto, o restante com fossas; a comercialização de carne e leites vendidos sem cuidados higiênicos; contatos constantes entre sãos e doentes, entre outras afirmações do aluno.

Esta cidade do Vale do Paraíba paulista era, na época, uma localidade acanhada³⁶ e em franca modificação, próxima à Jacareí, Caçapava e Jambeiro, situada entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Com características eminentemente agrícolas, São José dos Campos possuía, em 1930, aproximadamente 964 sítios e fazendas, sendo a maior parte composta por pequenas propriedades de modestos produtores de café, cereais, cana de açúcar, frutas (principalmente laranja e abacaxi), fumo, mandioca etc. A maior produção era de café, mas em quantidades muito menores que a das cidades vizinhas, já que as terras da região eram arenosas e misturadas, pouco adequadas a essa produção que em São José era produzido em velhas fazendas, com cafezais em decadência. A produção anual total dos cafeicultores rendiam em impostos à Prefeitura o pequeno numerário de 5 contos de réis (Amaral, 1930:29-30).

São José apresentava uma indústria incipiente, atraída por incentivos fiscais criados no início dos anos 1920. Embora promovendo modificações no território urbano, essas fábricas promoveram dividendos indiretos, uma vez que possuíam isenção de impostos municipais. Entre as muitas pequenas, como olarias e fábricas de queijos, destacavam-se a fábricas têxteis - Tecelagem Parahyba S/A, Malharia Alzira, fábricas de telhas – Cerâmica Santa Lúcia de Paulo Becker e a Telharia de Pedro Calasans - e a Fábrica de loucas de pó de pedra Santo Eugênio. A cidade apresentava ainda um comércio diversificado, composto de muitas farmácias e açougues, algumas lojas de fazendas e armarinhos, casas de secos e molhados, botequins e poucos cafés e hotéis (Amaral,1930:33)

Pouco mais de 35.100 moradores residiam na cidade (Amaral, 1930:66), havendo uma média de 800 mortos por ano, dos quais 200 óbitos eram de crianças (Amaral,1930:81). A grande maioria dessas mortes era decorrência de doenças endêmicas, epidêmicas e infecto-contagiosas ou de origem mal definida. Dessas doenças, a que provocou mais mortes foi a tuberculose³⁷, em torno de aproximadamente 120 mortes

³⁶ Os dados aqui apontados foram retirados do trabalho Inspeção Sanitária de São José dos Campos, apresentado por João Ferraz do Amaral, como exigência da cadeira de Higiene da Faculdade de Medicina de São Paulo, escrito em 1930, pelo quintanista, cujo exemplar em formato digital encontra-se sob a guarda do Arquivo Público do Município de São José dos Campos.

³⁷ Os dados de Amaral indicam o crescimento anual gradativo das mortes por tuberculose, que eram em torno de 30 em 1918 e alcançaram a cifra de 120 no ano de 1927, sendo atribuído ao clima a chegada

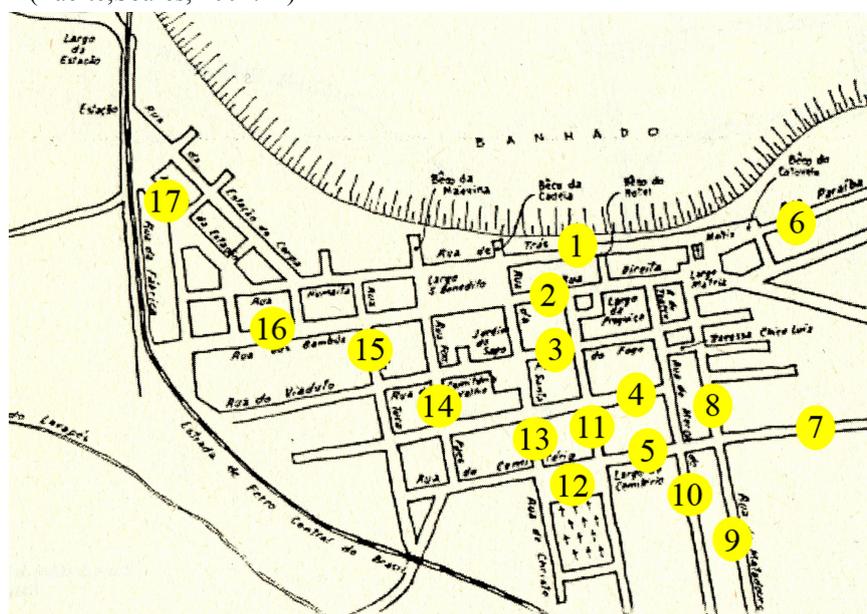
registradas no ano de 1927 (Amaral, 1930:91). O número de doentes de tuberculose não era preciso, mas os médicos avaliavam em torno de alguns milhares, que afluíam para a cidade em busca da cura³⁸ (Amaral, 1930), trazendo também mudanças na vida dos moradores e na organização urbana.

Os doentes vinham principalmente através da Rede Ferroviária EFCB, descendo na então recente Estação Ferroviária São José³⁹, localizada nas proximidades do Bairro de Santana, subindo pela íngreme Avenida Dr. Mário Galvão (um dos primeiros tisiólogos da cidade, que deu nome ao logradouro, em 1925, demonstrando já as tentativas do município organização de uma memória sanatorial na cidade) (Caldeira, 1934). Associada ao grande número de doentes e a incipiente organização sanatorial, a cidade foi palco de grandes mudanças, na década de 1930, calcadas em propostas sanitárias e de reordenação urbana, em busca de novos parâmetros de cidade e padrões de vida e estética.

Foto 1 - Ruas Principais de São José dos Campos na década de 1920:

- | | | |
|-------------------------|-------------------------|------------------------|
| 1- Rua de Trás | 2- Rua Direita | 3- Rua do Fogo |
| 4- Rua Nova | 5- Rua do Cemitério | 6- Rua Parahyba |
| 7- Rua Sem nome | 8- Rua do Comércio | 9- Rua do Matadouro |
| 10- Rua Sebastião Humel | 11- Rua da Santa Casa | 12- Largo do Cemitério |
| 13- Rua do Cristo | 14- Rua Francisco Paes | 15- Rua João Tuca |
| 16- Rua dos Bambus | 17- Avenida da Estação. | |

(Laerte;Soares, 2002:44)



constante de doentes de tuberculose. (Amaral, 1930:97)

³⁸ Essa atração dos doentes, fruto de propagandas nos periódicos de São Paulo no século XIX estimulados pelos periódicos e publicações na década de 1930, será tratada ao longo do capítulo.

³⁹ A antiga Estação Ferroviária Central de São José dos Campos foi inaugurada em 1878. Localizava-se na Av. João Guilhermino, na região central. Segundo as notícias publicadas no *Correio Joseense*, na década de 1920, o motivo da mudança do ramal e da Estação deveu-se a contínuos acidentes na curva do Lavapés, transferindo a Estação Central para a região de Santana em 1925. Esta mudança foi realizada mediante grandes reclamações de moradores e empresários da área central, devido a motivos de ordem pessoal e mesmo comercial, alterando o cotidiano da cidade (Caldeira, 1934).

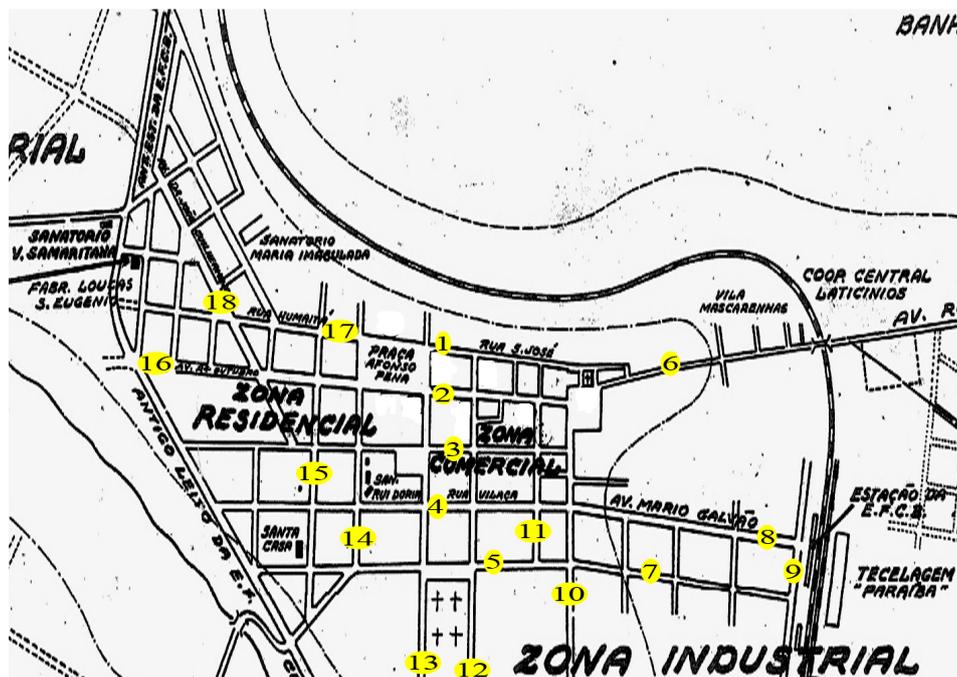


Foto 2 - Principais ruas da cidade, com seus nomes atuais:

- | | | |
|--------------------------|-------------------------|---------------------------|
| 1- Av. São José | 2- Rua 15 de Novembro | 3- Rua Sete de Setembro |
| 4- Rua Vilaça | 5- Rua Francisco Rafael | 6- Av. Rui Barbosa |
| 7- R. Carvalho de Araújo | 8- Av. Mário Galvão | 9- R. Sebastião Gualberto |
| 10- R. Siqueira Campos | 11- R. Sebastião Hummel | 12- R. Cel. José Monteiro |
| 13- R. Rubião Jr. | 14- R. Francisco Paes | 15- R. Dolzani Ricardo |
| 16- Av. Nelson D'Ávila | 17- Rua Humaitá | 18- Av. João Guilhermino |

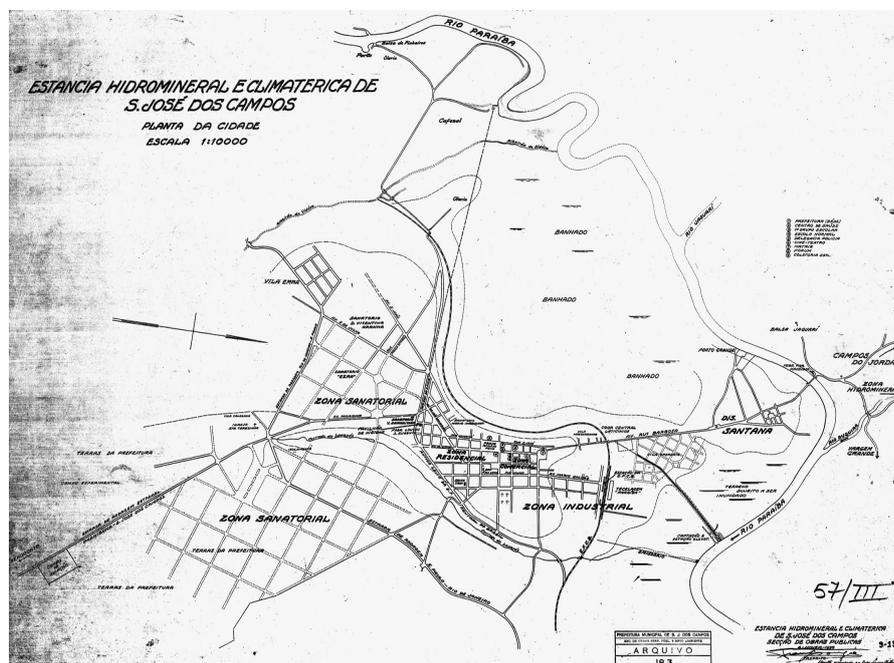


Foto 3 - Planta da Estância Hidromineral e Climática de São José dos Campos, produzida pelo Eng. Civil Pedro Sinigalli. 1938. Nela podemos ver o zoneamento organizado a partir de 1933 e modificado em 1938, em quatro zonas: Sanatorial, Residencial, Industrial e Comercial, além das propostas de organização das vias públicas na zona sanatorial.

Anteriormente à década de 1930, governantes, jornalistas e membros dos grupos mais abastados financeiramente ambicionaram organizar esta cidade segundo parâmetros de modernidade e progresso, calcados nas grandes cidades européias. De fato, embora São José dos Campos fosse uma cidade pequena, no início do século XX, estabelecida em torno da produção agrícola de pequenos produtores de café, algodão, cereais, entre outros produtos, seus moradores possuíam constante diálogo com as capitais, especialmente São Paulo, através dos periódicos das duas maiores cidades da região sudeste e dos filhos de fazendeiros e comerciantes mais abastados, que iam estudar no Rio de Janeiro e São Paulo, trazendo novas idéias e maneiras de ver o mundo, que acabavam intervindo na cidade.

Os principais jornais que circulavam em São José, na década de 1920, eram o *Jornal do Brasil*, *Jornal do Comércio*, *Correio da Manhã* oriundos do Rio de Janeiro e *O Estado de São Paulo*, *O Jornal do Comércio* e o *Correio Paulistano*, de São Paulo, os jornais locais *O Correio Joseense*, *A Liberdade*, *Gazeta do Povo*, *A Folha Esportiva* e *O Bandeirante*, além das revistas *Eu Sei Tudo*, *Pelo Mundo*, *Careta* e o *Parafuso*, que estavam à disposição dos clientes em barbearias, consultórios médicos e de dentistas, enquanto as crianças podiam ler o *Tico-Tico* (Siqueira, 1991:99-100), com uma diversidade de notícias, propagandas, novos conceitos de viver e propostas de comportamentos sociais. Embora 50% da população da cidade fossem formados por iletrados, várias eram as formas de difusão de informação, desde leitura em voz alta⁴⁰, discussão nas ruas a sistema de alto-falantes⁴¹. Dessa forma, para além da cidade letrada, essas imagens e conceitos advindos dos jornais foram difundidos pelos próprios moradores em suas esquinas.

Os órgãos de imprensa das grandes capitais, nas primeiras décadas do século XX, estavam, em grande parte, comprometidas com as idéias e propostas de cidade das capitais européias. Segundo a historiadora Márcia Padilha em seu livro *A Cidade como espetáculo*⁴², as elites dirigentes brasileiras, na primeira República, tinham a ambição de inserir o Brasil nos países considerados padrões de civilidade no período, quais sejam,

⁴⁰ Siqueira nos informou que lia os principais jornais e revistas da cidade para a senhora Filisbina, que fazia pequenos trabalhos na cidade, inclusive enrolar fumo para os bares, vendas e armazéns. (Siqueira, 1991:237-239).

⁴¹ A P.L.-1 era um sistema de alto-falantes existente na cidade, criado em meados da década de 1930. Além de música e recados amorosos, esse sistema lia as principais notícias dos jornais locais (Correio Joseense, 1936)

⁴² PADILHA, Márcia. *A cidade como espetáculo: publicidade e vida urbana na São Paulo nos anos 20*. São Paulo: Annablume, 2001.

Estados Unidos e países europeus, ou seja, dentro dos moldes da sociedade industrial (Padilha,2001:17). Os novos valores estabelecidos pelas elites dirigentes das grandes cidades européias e estadunidenses constituir-se-iam em parâmetros a serem usados como referências:

o discurso higienista, a exaltação da ciência moderna e do progresso, o culto à saúde e à beleza, assim como a valorização da cultura e da arte devem ser entendidas, portanto,em um contexto de construção de indicadores de uma nação civilizada (Padilha, 2001:18)

Os empreendimentos gerados com a produção e comercialização de café transformaram São Paulo em um grande centro urbano, com uma elite endinheirada diversa, construída através de negócios e oportunidades que giravam em torno da produção e da comercialização do café (proprietários de café, corretores, exportadores, banqueiros, importadores, etc.). Tornaram-se metrópoles, com grandes aglomerações urbanas, formadas pelas elites endinheiradas, camadas médias e pobres, proporcionando toda uma experimentação de vida realizada num espaço, ao mesmo tempo arregimentador e fragmentado, convidativo e ameaçador. Esses novos espaços urbanos cobram novas formas de viver e se portar no espaço público⁴³ (Padilha,2001:21).

A publicidade e os periódicos, já extremamente entrelaçados no período desse radical processo de urbanização, estavam em constante diálogo com as mudanças urbanas e de comportamentos. Os periódicos e revistas de variedades paulistas e cariocas, como empresas que, a um só tempo, veiculavam informações e vendiam produtos e espaços publicitários, promoviam novos desejos de consumo, além de novos padrões de educação e civilidade⁴⁴ (Idem).

⁴³ Sobre as novas formas de viver urbano, que geram tensões e conflitos entre os moradores das cidades ver PADILHA, Márcia. *A cidade como espetáculo: publicidade e vida urbana na São Paulo nos anos 20*. São Paulo: Annablume, 2001; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Lugares Malditos*. Ver. Brás. Hist. 1999, Vol. 19, nº37, pp. 195-216; RAGO, Margareth. A Invenção do Cotidiano na metrópole: sociabilidade e lazer em São Paulo, 1900-1950. In: PORTA, Paulo (org.). *História da Cidade de São Paulo – A Cidade na Primeira Metade do Século XX*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. pp.:386- 435; BRESCIANNI, Maria Stella. *Sete Portas da Cidade*. In: Espaços e Debates - Cidades e História - nº 34, Ano XI, 1991. pp. 10-15.

⁴⁴ Maciel, em seu trabalho, nos apresenta a estreita relação entre os jornais e a propaganda, na medida em que os jornais, especialmente nas grandes capitais, a partir do século XIX, estavam se tornando grandes e lucrativas empresas, vendendo informações e idéias como qualquer outra mercadoria. Nesse sentido, os jornais especializam-se na produção de notícias, multiplicando pautas, visando diversificar os leitores e atender maior público(Maciel,2000:21). Os anúncios funcionavam como forma de garantir os custos, ao mesmo tempo que dialogavam com as notícias de mudanças urbanas e cobranças de serviços públicos (Padilha, 2001).

Em São José dos Campos, as revistas e periódicos das capitais traziam imbricados em seus artigos e propagandas, implícitos desejos e modos de viver urbano propostos e idealizados para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Essas propostas influenciavam as ações dos governantes e dos grupos de maior influência, tanto econômica quanto política. Esses governantes e grupos mais fortes politicamente, moradores de São José, que se estruturaram em torno de uma cafeicultura incipiente e um comércio de parca influência, adaptaram e reinventaram conceitos e visões de mundo de reordenação urbana e social das metrópoles brasileiras, mais coerentes com as necessidades específicas dessa pequena cidade.⁴⁵

Ao mesmo tempo, advogados, médicos, farmacêuticos, dentistas da cidade estudaram em universidades nas capitais ou em escolas profissionalizantes, que ventilavam conceitos e ideais de sociedade calcados na idéias positivistas e sanitárias oriundas da Europa⁴⁶.

Muitos desses naturais de São José dos Campos, profissionais formados e com idéias fervilhantes oriundas das capitais, tornaram-se lideranças políticas e de imprensa, trazendo à Câmara Municipal essas propostas, buscando reordenar a vida na cidade através das leis e de discussões nos jornais locais.

Tais visões influenciaram propostas na Câmara Municipal e fomentaram discussões nos jornais locais.

O trabalho de conclusão de curso em História Social de Leonardo Silva Santos para a Universidade do Vale do Paraíba, *Campo, Pobreza e Doença: visões de cidade em São*

⁴⁵ O complexo diálogo de influências e reinvenções entre capitais e cidades de menor porte, promovidos a partir da leitura de periódicos e revistas podem ser vistos em MACIEL. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d'Água: CAD; PROCAD, 2000. pp.14-40.; LUCA, Tânia Regina de. História de, nos e por meio dos periódicos In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. pp. 111-154; e, especialmente CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em Papel e Tinta – periodismo e vida Urbana – 1890-1915*. São Paulo: EDUC:FAPESP, 2000.

⁴⁶ No ÁLBUM de 1934, podemos ver vários casos de moradores da cidade que estudaram nas capitais carioca e paulista. O médico e vereador Dr. Mário Nunes Galvão, em 1878, formou-se na Faculdade de Medicina de São Paulo (Caldeira, 1934:133), assim como o prefeito de São José dos Campos na gestão de 1934, Dr. Rodolpho dos Santos Mascarenhas, formando-se em 1932 (Caldeira, 1934:134); Pela faculdade de Direito do Estado de São Paulo formaram-se o Cel. Donato F. Mascarenhas, no início do século XX (Caldeira, 1934:132), o Dr. Francisco Raphael de Araújo e Silva em 1891 (Caldeira, 1934: 134), Dr. Jorge de Moraes Barros em 1908 (Caldeira, 1934:141), Dr. Donato Mascarenhas Filho em 1933 (Caldeira, 1934:143); formou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1922, o presidente da Associação Esportiva São José, Dr. Lauro Augusto de Almeida (Caldeira, 1934: 146). A grande maioria compunha-se de filhos de fazendeiros, todos atuavam profissionalmente e, alguns, politicamente em São José dos Campos, trazendo idéias e conceitos oriundos das faculdades e grandes cidades em que viveram por um período. Além dos moradores descritos nas páginas do Álbum de 1934, toda uma gama de profissionais formou-se nas capitais, uma vez que somente tínhamos uma faculdade na cidade, em meados da década de 1960.

José dos Campos por meio do Correio Joseense (1920-1921), apresenta os argumentos expostos através dos artigos do jornal *O Correio Joseense*⁴⁷ sobre a atuação dos condutores de rezes e o trânsito de gado nas ruas da cidade. Esses artigos acabavam criminalizando as atividades de transporte de mercadorias de produtos agrícolas, visando a normatizá-las em favor de uma visão de São José civilizada e progressista. Construiu-se assim uma visão dicotômica entre cidade e campo, nas páginas do jornal *O Correio Joseense*.

Ao mesmo tempo, na Câmara Municipal, se estabeleciam leis restringindo a atuação de carregadores de mercadorias na cidade. Em 1912, foi aprovada lei municipal que estipulava horários específicos para o movimento de rezes nas ruas urbanas, sugerindo que o gado fosse transportado em laços (Santos, 2008:23). Em 1919, foi apresentado Projeto de lei n. 16 pelo vereador Monteiro Junior. A partir da aprovação dessa proposta, iniciaram-se algumas reordenações no espaço da urbis, visando a normatizar o transporte de gado:

(...) desapropriar os terrenos necessários para o prolongamento da rua Francisco Raphael, até o ponto preciso para, formando ângulo, dali encontrar a travessa da machina de Delfino Mascarenhas á sahir na Rua Paraíba, estabelecendo-se por essa via a passagem de gado, ficando prohibida por outras ruas da cidade (A.C.M.⁴⁸, 15/10/1919 apud Santos, 2008:24)

Os processos de intervenção urbana visavam, segundo Santos, ao afastamento de atividades que promovessem vínculos com o meio rural, considerados como símbolos de atraso (Santos, 2008:25). Houve assim um processo de criminalização dos comportamentos rurais, em que se ressaltavam a selvageria dos condutores de rezes, provocando acidentes (Santos, 2008:19) e o incômodo causado pelo chiado dos carros de boi (Idem: 26). As visões que o jornal local estabeleceu sobre o rural ressaltavam uma idéia de incômodo e insegurança, em diálogo com as propostas de reordenação do espaço.

As mudanças no espaço urbano joseense se entrelaçavam com as propostas de

⁴⁷ O Correio Joseense iniciou suas atividades em 1920, permanecendo em publicação até 1967, tendo interrupções nos anos de 1928 a 1932, com a mudança de seu proprietário e redator, o joseense Napoleão Monteiro, para a cidade de São Paulo. Esse Jornal encontra-se atualmente sob a guarda do Arquivo Público do Município de São José dos Campos, em quinze livros encadernados, com praticamente todos os números, excetuando o ano de 1933, em bom estado de conservação. As edições também se encontram digitalizadas a partir do material reproduzido em microfilme em projeto em convênio com a FAPESP, em 5 compact discs. Essa cópia digitalizada foi utilizada nesta pesquisa.

⁴⁸ A.C.M., sigla que significa *Atas de Câmara Municipal de São José dos Campos*.

reorganização econômica do município. A chegada de doentes de tuberculose em São José dos Campos que, desde o início do século XX, vinham em busca da cura pelo ar, foi comemorada por alguns. Os médicos, como o Dr. Mário Galvão, Dr. Nelson D'Ávila, Dr. Rui Dória, Dr. Gaspar Resende, entre outros, entendiam que o estabelecimento da Estância Climática, promoveria a estrutura sanitária ao tratamento de tuberculosos, atraindo empreendimentos particulares para a criação de sanatórios (*Sanatório Vicentina Aranha – 1924, criado pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia; Sanatório Vila Samaritana – 1928, criado pela Associação Evangélica Beneficente; Sanatório Ezra – 1936, criado pela Sociedade Israelita de Beneficência “Ezra”; Sanatório Rui Dória – 1934, criado pelo Dr. Rui Dória; Sanatório Maria Imaculada – 1935 e Sanatório Antoninho da Rocha Marmo – 1952, ambos criados pelas Pequenas Missionárias de Maria Imaculada*) (Bittencourt, 2000), atraindo médicos, farmacêuticos e doentes com condições financeiras suficientes para pagar seu tratamento, além de verbas do Estado para suportar a demanda de pacientes pobres. Este desejo se ampliou após a Constituição Paulista de 1921, que permitia a criação de Estâncias Climáticas de repouso, subordinadas ao Governo do Estado, o qual teria como obrigação fornecer vantagens financeiras a essas cidades estância (Soares&Laerte, 2002:53). Os partidários do Partido Republicano Paulista – PRP da cidade, tendo o jornalista e tesoureiro municipal Napoleão Monteiro e o Prefeito Municipal e Presidente do Partido, o Cel. João Alves da Silva Cursino (prefeito em 1906-1910-1913 a 1916-1919 a 1930), como principais representantes, viam no estabelecimento da Estância de cura um risco à autonomia municipal e à própria imagem da cidade, que poderia ser estigmatizada pela doença, propiciando a fuga dos capitais, especialmente os de natureza industrial. Os esforços dos membros do PRP propiciaram a criação da lei nº 4 de 1920, que promovia vantagens econômicas para os empresários que quisessem estabelecer fábricas em São José, vantagens cumulativas, que se compunham desde a isenção de impostos municipais até a doação de terrenos. Com esses incentivos instalaram-se na cidade duas importantes fábricas: a fábrica de louças Santo Eugênio (1921) estabelecendo-se nas proximidades da antiga Estação de Ferro Central, na atual av. Nelson D'Ávila, e a Tecelagem Parahyba S/A (1927), estabelecendo-se na entrada do Bairro de Santana, nos limites da nova Estação ferroviária Central do Brasil, recém-inaugurada em 1925 (Pereira, 2008)

Porém, mesmo com as indústrias recém-chegadas e a contínua e crescente presença de doentes, São José era uma cidade pequena e modesta, que se organizava em torno das

atividades rurais, estabelecendo uma série de contatos sociais com os moradores das áreas rurais e econômicas baseada nas trocas de produtos agrícolas e de serviços.

O perímetro central constava de meia dúzia de ruas e a Rua Direita⁴⁹ (atual rua 15 de Novembro), era sua principal artéria. Nessa grande rua, localizava-se, no período, o largo da Igreja Matriz de São José dos Campos, a Câmara Municipal, a Cadeia Pública e a Praça Afonso Pena, um lugar descampado, palco de atividades sociais da cidade, como paradas comemorativas e pouso para circos⁵⁰. Ligava-se, de um lado, com a Rua Parahyba (atual Av. Rui Barbosa), via de acesso ao bairro de Santana, um dos mais antigos subúrbios da cidade e ligação com o Estado de Minas. No outro lado, após algumas regiões descampadas, com chácaras, a Rua Direita interligava-se à Avenida da Estação (atual Av. João Guilhermino), uma área de pensões sanatoriais⁵¹ e casas arborizadas que, até 1925, foi a porta de entrada da cidade pela Estrada de Ferro Central do Brasil. A estação localizava-se no final dessa avenida, após uma alameda de palmeiras imperiais plantadas em 1898, chegando-se ao final do perímetro urbano dessa região. Do outro lado, paralelas à Rua Direita, em continuação ao Largo da Matriz estavam localizadas duas ruas contínuas: a Rua do Comércio e, após, a rua do Matadouro (as duas hoje compõem a atual rua Siqueira Campos) principal via de comércio da cidade⁵². O Mercado Municipal

⁴⁹ Rua XV de Novembro, antiga Rua Direita, uma das mais maiores ruas da época, atravessada pelas ruas Sebastião Hummel, Siqueira Campos, Dr. Rubião Jr, Cel. José Monteiro, Francisco Paes, entre outras. Nesta temos duas praças: a Cônego Lima e a Praça Afonso Pena. Diversas atividades comerciais se estabeleceram nessa rua, como a Casa Diamante, a marcenaria de Adolpho Pinotti, a Livraria Normalista, a Agência Chevrolet., as Farmácias São José, São Geraldo e Moura, os consultórios médicos dos fisiologistas Dr. Ruy Dória, Dr. Rodolpho dos Santos Mascarenhas, Dr. João Auricchio e consultório dentário do Dr. Oswaldo Bueno da Cruz. Na Praça Afonso Pena, continuação da Rua XV de Novembro, localizavam-se o prédio da Câmara Municipal, na época ocupado pela Escola Normal Livre, a Igreja São Benedito e, em 1936, o prédio do Fórum, além da residência do Dr. Nelson Silveira D'Ávila e do consultório do Dr. Gaspar Rezende e a Agência de automóveis Ford. (Caldeira, 1934).

⁵⁰ A Praça Afonso Pena, onde se localizavam a Câmara Municipal (1926), O Fórum (1936), a Igreja São Benedito(1870) e Grupo Escolar Olímpio Catão era pousada de circos, das Festas de São Benedito e dos folguedos das festas juninas, além de eventos cívicos (Bondesan, 1966: 77 e Siqueira, 1991:95e 193-198)

⁵¹ As pensões sanatoriais eram pensões de família que, pela chegada constante de doentes de tuberculose na cidade, passaram a abrigá-los, ainda que improvisadamente (Dias, 2001). Muitas casas transformam-se em pensões, especialmente para aproveitar o fluxo de pessoas em busca da cura. O relatório de Amaral catalogou em torno de 23 pensões oficialmente licenciadas na cidade, mas informou que havia várias outras clandestinas, além de repúblicas de rapazes que chegavam à cidade juntos para se tratar e um deles administrava o local (Amaral, 1930:132). Pensões administradas geralmente por comerciantes ou profissionais liberais (donos de secos e molhados, ferreiros, marceneiros, etc.), abrigavam de 3 a 30 doentes. Informou ainda a inexistência de tratamentos nos locais, devendo os doentes se utilizarem dos médicos da cidade. Por fim, declarou que a maioria tinha péssimas condições sanitárias (Amaral,1930:129-132). Em 1936, foi publicado decreto municipal proibindo a hospedagem de doentes em hotéis e pensões. Num de seus artigos cria o termo pensão sanatório, que seriam os locais que abrigam acima de 3 doentes de tuberculose, prevendo legislação específica (Correio Joseense, 02/04/1936:02)

⁵² A rua Siqueira Campos foi descrita em trabalho do sindicato do comércio varejista de São José dos Campos, como a localidade da Colônia Sírio-libanesa da cidade, com tradicionais lojas de armarinhos,

localizava-se nessa área comercial do centro da cidade, entre as ruas do Comércio, Sebastião Hummel⁵³, rua do Fogo (atual Sete de Setembro)⁵⁴ e Travessa Chico Luiz, antiga região da Chácara da Família Cursino. Descendo a ladeira da rua do Matadouro, havia uma zona periférica de características rurais e pobres. Cortando a rua Direita e em paralelo à rua do Comércio localizava-se a rua Sebastião Hummel, onde estava instalado o Theatro São José. Após, localizavam-se, respectivamente em direção à praça Afonso Pena, a rua da Santa Casa (Rua Coronel José Monteiro), onde estava instalada a Santa Casa de Misericórdia, a rua do Cristo (rua Rubião Junior) e a rua Francisco Paes. Fechando o perímetro urbano central havia a rua Nova (rua Vilaça) e a rua do Cemitério (rua Francisco Rafael), paralelas à rua Direita (Caldeira, 1934).

Nas primeiras décadas do século XX, a cidade recebia periodicamente tropas de burros, charretes e carros de bois, carregados de mercadorias, trazendo moradores da zona rural, que vinham, aos domingos, assistir à missa, depois vender aves, frutas, verduras, legumes, rapaduras, talhadas, ou mesmo lenha, para, logo em seguida, comprarem produtos dos mais variados, como tecidos, combustíveis para suas luminárias, sabonetes, pomadas, entre outros produtos. Nessas trocas comerciais, os moradores da área rural estabeleciam contatos com parentes e amigos, moradores da cidade, visitavam seus mortos no cemitério municipal e voltavam para casa no final da tarde (Siqueira, 1991:27-28). Essas relações comerciais também foram detectadas pelo aluno de medicina Amaral em seu relatório:

A não ser os açougues e as “casas de comida”, que funcionam quotidianamente, só funciona o mercado aos domingos; então é de ver como affluem “caipiras” de toda a redondeza, com os seus animaes arcados ao peso dos “piquás” cheios de mercadorias, e o mercado e a cidade vêm-se coalhados de gente e de movimento.” (Amaral, 1930:115)

tecidos e roupas, como a Casa Fiel, de Badue Cury, a Casa São Jorge, de Fuad Cury, Casa Confiança, de Letaif & Elhage, a Casa Primavera de Salomão Pedro. Além destas casas comerciais, no álbum de 1934, de João Netto Caldeira, encontramos a Casa São Luiz, de L. G. Teixeira Leite, natural do Ceará, estabelecimento de secos e molhados, além da loja de Bernardino Bueno, de aluguel de bicicletas e bomba de gasolina. O Hotel San Remo localizava-se na Praça João Pessoa, continuação da Rua Siqueira Campos. (Caldeira, 1934)

⁵³ Na rua Sebastião Hummel, paralela à Rua Siqueira Campos, na década de 1930, localizava-se a Oficina Modelo, o consultório médico do fisiologista Dr. Ivan de Souza Lopes, o consultório dentário do Dr. Nivaldo Prisco da Cunha, a residência do também fisiologista Dr. João Auricchio. (Caldeira, 1934).

⁵⁴ Rua Sete de Setembro, onde se localizava a Panificação Italiana, a Tinturaria São Geraldo, a Casa São José, a Malharia Alzira, a Farmácia Madureira e o consultório do Dr. Nelson Silveira D'Ávila. Caldeira, João Netto. (Caldeira, 1934).

Pequenos produtores e funcionários de fazendas de médio porte, entre as segundas e sextas-feiras, em tropas de burros e carros de bois carregados de café, levavam suas mercadorias para a Casa de Comissão de Café instalada na Rua Direita, logo após a rua Sebastião Humel, para serem beneficiadas e, em seguida transportadas, também por veículos de tração animal, para a Estrada de Ferro Central do Brasil (Siqueira, 1991:177).

Enquanto que os habitantes da zona rural vinham estabelecer trocas comerciais com os moradores da urbis, os comerciantes da cidade, proprietários de lojas tradicionais na zona urbana, como Badue Cury, visitavam chácaras, fazendas e pequenas casas nas zonas periféricas da cidade, para vender seus produtos (Siqueira, 1991, 210). Em ocasiões especiais, os moradores das ruas centrais da cidade iam visitar seus tios, primos e outros parentes, revelando que, para além de uma divisão rural urbano, havia um contato contínuo de mútua necessidade e de laços:

Na ocasião da colheita de espigas de milho, os roceiros costumavam chamar parentes e amigos que moravam na cidade para um mutirão alegre que durava dois ou três dias. Nós da cidade ficávamos num quarto cheio de colchões espalhados no chão e muitas redes presas em ganchos parafusados em estacas de metro e meio de altura, ao longo de três lados das paredes do quarto. Ali era acomodação só para rapazes e homens. O quarto das mulheres era o maior da casa e nele também haviam muitos colchões para a noite, que eram recolhidos de manhã cedo em um monte bem alto, tal como e fazia no cômodo dos homens. (Siqueira, 1991, 113-114)

Em algumas festas específicas, os moradores da cidade se deslocavam para a zona rural. Siqueira relatou que, em suas férias escolares, permanecia grandes períodos na fazenda de seu tio, onde aliás, pitava fumo de rolo e tomava meio martelo de pinga com capilé. (Jairo, 1991: 330-331).

Jairo César de Siqueira⁵⁵ assim descreveu as relações sociais, em 1920,

⁵⁵ Essa obra foi escrita em 1962 para ser publicada em 1967, quando das comemorações do bicentenário da cidade. No entanto, não foi publicada na época, sendo escolhido o livro do advogado, músico amador e jornalista Altino Bondesan, *São José em Quatro Tempos* como publicação comemorativa dos 200 anos de ereção à vila por São José (27 de julho de 1767), provavelmente devido ao fato deste último ressaltar a fase sanatorial e seu contraponto com a cidade industrial, mais adequado aos desejos dos governantes municipais da década de 1960, em um momento de construção de uma imagem de cidade que se desenvolveu economicamente devido às indústrias e às instituições aeronáuticas, apagando, ao mesmo tempo, certas características do passado. Jairo, filho de professores, foi mais subjetivo em seu livro, relatando nesta publicação suas memórias de infância, no período de 1917 a 1930, entremeando com pesquisas em jornais e documentos oficiais, abordando mais o cotidiano e as sociabilidades dos moradores da cidade e não os interligados ao aparelho sanatorial. Acabou sendo publicado pela Fundação Cultural Cassiano Ricardo em 1991, quando da gestão de Pedro Yves, na Prefeitura Municipal e de Maria de Fátima Manfredini, na diretoria presidente da FCCR. A Diretora da instituição apresentou-o com o

apresentando uma cidade em franca relação com os setores rurais, onde todo o comércio do perímetro central se beneficiava com aqueles contatos. Enquanto os jornais locais consideravam a presença dos moradores das áreas rurais como símbolos do atraso da cidade, e seus moradores como portadores de comportamentos incômodos e inseguros para a cidade, foi possível, através das memórias do farmacêutico, vislumbrar que, a partir dessa presença roceira, estabeleciam-se importantes trocas comerciais e, mais do que isto, trocas afetivas e intercâmbios de visões de mundo. No entanto, governantes, grupos mais abastados, jornalistas locais, médicos, propunham a normatização e apagamento de tais sociabilidades, em meio a desejos e propostas de uma cidade moderna, sanitária, dividida entre um futuro industrial ou de estância.

Estes embates entre os desejos de reorganização urbana e econômica que os governantes e grupos políticos procuravam empreender em São José dos Campos, estavam distantes de toda uma gama de moradores pobres, das periferias da cidade, onde se estabeleciam zonas de contato entre o rural e o urbano. Em uma cidade com poucas condições de existência, com poucas fábricas ainda se estabelecendo a custa de isenções de impostos municipais e um comércio voltado para os visitantes rurais periódicos e doentes de tuberculose, tivemos toda uma economia informal entrecruzando os moradores pobres das periferias rurais e os habitantes das áreas centrais.

Nhô Zé era um morador da região da Rua do Comercio, provavelmente de uma das casas modestas, construídas com uma porta e uma janela, que existiam em grande parte das ruas centrais, na década de 1920. No fim da primavera e começo do inverno, este vendedor carregava uma cesta de pinhão cozido no leite, deslocava-se pelas *Rua do Comercio*, *Rua do Fogo*, *Largo da Valeriana* (atual *Praça João Mendes*), *Rua Rubião Jr.*, *Rua Direita* até o *Largo da Matriz* (atual *Praça Padre João*), vendendo a donas-de-casa, crianças, comerciantes em suas lojas e choferes de carros de aluguel 60 unidades de pinhão a um tostão. (Siqueira, 1991:321)

No mesmo período, temos outros vendedores, como o Feliciano, que andava pelas ruas centrais, em dois períodos, com produtos diferentes. Nas manhãs, a partir das sete horas, saía com um carrinho de uma roda na frente e duas atrás, vendendo frutas da época, como laranjas, abacaxis ou melancias, tendo ampla freguesia na Avenida da Estação composta de famílias mais abastadas e moradores de pensões sanatoriais. Nas tardes, andava com cestas carregadas de amendoim torrado por medida de lata usada de leite

condensado, e de canudos de papel recheados com paçoca. (Idem:321)

No verão, havia Nhô Quim que vendia sorvete a um tostão o copo (Idem:321). Do bairro de Santana, vinha um jovem vendedor comercializar pamonhas enroladas em folhas de caeti. Nos dias de festas e feriados, os vendedores de pipocas, algodão doce, quitandeiras com tabuleiros de pastéis, empadinhas, doces, bolos, fruteiros com tabuleiros de frutas mantidas em gelo quebrado, ou mesmo vendedores com cestos e tabuleiros de içá torrado, aglomeravam-se e disputavam clientes nas praças, em torno do cinema e da Igreja Matriz (Siqueira,1991:322). Toda uma população de parcas condições econômicas angariava dinheiro para a sua existência em torno de ocasiões especiais da cidade ou aproveitando-se do pequeno movimento urbano cotidiano.

Na rotina diária havia outros trabalhadores informais, que entrelaçavam-se em atividades necessárias à manutenção da vida urbana. Os lenheiros passavam na cidade, primeiramente, anotando as casas interessadas em seus serviços. No dia posterior, carros de lenha com junta de bois, despejavam a lenha em frente às casas dos clientes. Esta lenha seria levada pelo habitante da casa, ou, se a família tivesse melhores condições, por um trabalhador contratado para esse fim. Vendedores de leite de cabra fresco passavam pelas ruas centrais com suas criações, que, muitas vezes, pastavam nos largos e praças descampadas da cidade. Ofereciam leite puro, adoçado, com conhaque ou vinho do porto, que podia ser adquirido em canecas, jarras ou baldes (Siqueira, 1991:323). Vendedores de favos, ou mel em litros, frangueiros, carroça de toucinhos, vendedores de ovos, completavam o quadro do comércio composto pelas famílias que viviam na periferia ou mesmo nas casas mais modestas da cidade (Siqueira, 1991:324-325).

Além dos vendedores havia os moradores que faziam de tudo um pouco. Nhô Bento, morador da Rua Paraíbuna, em uma pequena vila de casas modestas, era pintor de fachadas de casas, caiador de muros, jardineiro, tosador de carneiros, criador de frangos e galinhas, carregador de café, magarefe, entregador de compras e o que aparecesse para trabalhar, cobrando 500 réis e um prato de comida (Siqueira, 1991:131). Nhô Pedro, morador da Rua do Fogo, era pedreiro de profissão, mas exercia outras profissões: carpinteiro, marceneiro, pintor, eletricitista, encanador, cortador de carne nos açougues e no matadouro, apanhador de frutas nas épocas de colheita de abacaxis e laranjas, jardineiro, ensacador de café e arroz, entre outras atividades (Siqueira, 1991:239).

Na década de 1930, a partir das memórias de Altino Bondesan, também foi possível encontrar um conjunto de trabalhadores que viviam na cidade. Valdomiro Cursino

entregava jornais nas pensões. Um rapaz apelidado de Sandeu era um entregador de compras de armazéns. Dona Vitória mascateava em cima de uma bicicleta para auxiliar o marido na criação das filhas (Bondesan, 1967:22). Esses moradores viviam em torno dos doentes de tuberculose, como forma de aumentar as rendas familiares ou mesmo para sobreviverem.

Chamados de caboclos, esses moradores oriundos provavelmente de êxodos rurais, devido ao esgotamento das terras de café, invadiram as cidades em busca de melhores condições. Tanto Siqueira quando Bondesan sugeriram que muitas das terras envelhecidas pelo café foram adquiridas por criadores de gado leiteiro oriundos de Minas, expulsando os agricultores pobres da região, uma vez que a produção de gado necessitava de menos braços para a produção (Siqueira, 1991: 329; Bondesan, 1967: 26). De fato, tanto o trabalho da cadeira de Higiene de Amaral, em 1930, quanto o relatório de Inspeção Sanitária de Flório em 1944, informam sobre a presença crescente de produção de gado na cidade, inclusive pela presença de fábricas de manteiga e queijo, sendo a produção leiteira em torno de 15000 litros semanais em 1930 (Amaral, 1930: 31), crescendo para 16000 litros diários (Flório, 1944: 25)⁵⁶.

Esses moradores pobres espalhavam-se pela cidade em moradias de uma porta e uma janela, sem veneziana, com uma larga e forte folha de madeira protegendo as janelas (Siqueira, 1991:222). Casas sem assoalho, nem forro, algumas feitas de pau-a-pique, estavam presentes na Rua Direita, Rua de Trás (atual Avenida São José), Rua do Fogo, Rua do Mercado e Rua do Matadouro, disputando espaços com casas baixas dos moradores mais abastados, especialmente na Rua Direita (Siqueira, 1991)

Todo um quadro de atividades econômicas formado por pequenos produtores que comercializavam seus produtos e que movimentavam a economia e a vida urbana estava presente nas ruas, quarteirões e nas casas modestas, mas que não era levado em conta nas discussões e propostas urbanas da cidade. Ao contrário, muitas das leis e propostas dos governantes visavam a afastar esse comércio da cidade, visto como sinal de atraso.

⁵⁶ Maria Inez Machado Borges Pinto apresenta, em seu trabalho *Cotidiano e Sobrevivência*, movimento semelhante na capital de São Paulo, entre o final do século XIX e início do XX. A imigração em massa de europeus pobres para trabalho nas lavouras, estratégia usada pelo governo brasileiro em conluio com os fazendeiros de café, para controle dos salários dos agricultores, promoveu, especialmente na fase de decadência do café, todo um êxodo rural para as cidades do interior e especialmente para o perímetro urbano de São Paulo. Esse êxodo promoveu a constituição de uma grande camada pobre na cidade que sobrevivia do instável trabalho operário e especialmente de uma economia informal invisível. PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e Sobrevivência: A vida do trabalhador pobre na cidade São Paulo – 1890-1914*. São Paulo: EDUSP, 1994. Esse processo assemelha-se ao que presenciamos em São José dos Campos, exceto que essa população pobre era oriunda das áreas rurais, no caso.

Propostas de modernidade e reordenação urbana ganharam corpo, na década de 1930, e buscaram normatizar esses comportamentos e grupos sociais.

A ascensão de Getúlio Vargas ao governo federal, após a década de 1930, através de movimento militar, promoveu uma série de alterações políticas em todas as instâncias de governo do Brasil⁵⁷. No município de São José dos Campos, a maior mudança, no campo político, foi o fechamento da Câmara Municipal, substituída por uma Junta Governativa Provisória, empossada em 29 de julho de 1930, com três membros simpáticos ao movimento: o sr. Arnaldo Cerdeira, Dr. Rui Dória e Austin Tibiriçá, que passaram a definir os projetos municipais, ancorados nos projetos federais. Em 1931, o Dr. Rui Rodrigues Dória assumiu a prefeitura de São José. Sendo indicado o Dr. Ivan de Souza Lopes para o cargo, este declinou do convite, assumindo em 2 de Março de 1932, o Cel José Domingues de Vasconcelos, sendo substituído pelo Dr. Rodolpho dos Santos Mascarenhas, em 1933. Em menos de três anos, três médicos foram indicados como prefeitos, sendo que dois assumiram o cargo. Nas primeiras décadas do século XX, já havia no governo municipal, os médicos em postos de comando como Mário Galvão e Nelson D'Ávila⁵⁸, disputando espaço com os chamados fazendeiros coronéis da República Velha. Na década de 1930, especialmente após 1935, os médicos e engenheiros sanitários ampliaram seu poder de influência no comando da cidade, passando a definir os rumos da cidade, juntamente com os membros indicados pelo interventor federal do Estado para serem prefeitos sanitários. Os prefeitos eram profissionais da área sanitária, especialmente engenheiros sanitários, médicos ou, em alguns casos advogados, profissionais⁵⁹ que,

⁵⁷ Embora haja toda uma bibliografia relativa a esse momento da vida do país, bibliografia que gira em torno de um forte debate sobre intencionalidades e jogos políticos do período, não pretendemos nos aprofundar nesse assunto. Para mais detalhes sobre as propostas, visões de mundo e reorganização da sociedade brasileira no regime varguista ver Oliveira, Lúcia Lippi (org.). *Estado Novo – Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982; SCHWARTZMAN, Simon et al. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

⁵⁸ Em álbum de 1934, temos o grupo de vereadores empossados em 1929 (Caldeira, 1934: 106): sr. Claudino Prisco da Cunha, produtor de café, estando entre os dez maiores da cidade (Monteiro, 1922:120); Dr. Nelson Silveira D'Ávila, foi presidente da Câmara na década de 1920 e nesta gestão de 1930, médico fisiologista do Sanatório Vicentina Aranha (Monteiro, 1922:59); Cel. João Alves da Silva Cursino, prefeito municipal em várias gestões, chefe do partido republicano local, comerciante da cidade (Monteiro, 1922:7) foi eleito prefeito nesta gestão, sendo derrubado pelo movimento de 1930 (Caldeira, 1934:134) ; sr. Benedito da Silva Ramos, comerciante da cidade e diretor da Sociedade Beneficente São Vicente de Paulo (Monteiro, 1922:90 e 93); sr. João de Oliveira Santos, dono de barbearia (Monteiro, 1922:106); cel. Cláudio Prisco da Cunha ; Antonio Fernandes Cruz, comerciante da cidade, foi vice-prefeito municipal na década de 1920 e membro do diretório do Partido Republicano (Monteiro, 1922:78).

⁵⁹ Em 1930, criou-se a junta governativa, com três nomes dividindo o poder, sendo um médico. De 1930 a 1935, um médico e um produtor de café. De 1935, com o estabelecimento da Estância até 1944, 7 prefeitos sanitários, sendo quatro engenheiros e um médico, sendo que os outros dois profissionais eram

traziam propostas de cidades calcadas em diferentes modelos de modernidade e no sanitarianismo que permeavam as metrópoles urbanas do Brasil⁶⁰.

Fortaleceu-se assim uma movimentação para que a cidade se tornasse uma estância de cura, uma prefeitura sanitária. Essas propostas dos médicos estavam dispostas nas páginas do periódico *Boletim Médico*, distribuído em São José dos Campos, desde 1930 até 1936, produzido, organizado e escrito pelos médicos da cidade⁶¹. Na apresentação do número de maio de 1933, depois de dois anos de ausência, o redator chefe, Dr. João Batista de Souza Soares redigiu, nestes termos, a esperança dos médicos sobre a questão da estância:

Quis agora o Destino que alguns homens illustres do actual Governo do Estado volvessem suas vistas para SÃO JOSÉ DOS CAMPOS e, certos de seu futuro immenso como estância climaterica, resolvessem dar-nos uma série esplendida de melhoramentos, há muito ambicionados pelos verdadeiros crentes da Religião da Saúde. Somente desse modo, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS estará aparelhada para sua missão curadora.(...)

Offerecerá aos que buscam seu clima,o conforto da água abundante e purificada e dos esgotos efficientes – minimo para um viver hygiênico. E

substitutos.

⁶⁰ Houve uma ampliação crescente da atuação de médicos higienistas e depois, sanitarianos no Brasil após a chegada do Rei de Portugal D. João VI e a instalação do Reino Unido de Portugal e Algarves. Com estes chegaram vários médicos, antropólogos e intelectuais europeus baseando-se nas propostas européias sobre a capacidade da ciência médica na modificação da sociedade. Para isto as expedições visaram a observar e a catalogar a diversidade étnica do país, concluindo muitas vezes, sobre a impossibilidade de progresso fruto da miscigenação étnica. Com a República e a instalação das Faculdades de Medicina e do Rio de Janeiro, a miscigenação proporcionava loucura, criminalidade e doença, cabendo à reforma da sociedade, sob o aspecto racional, considerada como um organismo ou máquina, influência do positivismo nesta aprendizagem (Diwan, 2000: 91). Para maiores detalhes sobre a atuação dos sanitarianos no país, promovendo configurações urbanas e alterando o cotidiano das populações ver CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª ed., Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001; DUARTE, Adriano; PAOLI, Maria Célia. São Paulo no Plural: espaço público e redes de sociabilidade. In PORTA, Paulo (org.). *História da Cidade de São Paulo – A Cidade na Primeira Metade do Século XX*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. pp.:53- 99; RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar – A Utopia da Cidade Disciplinar – Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; SANTOS, Luiz A. Castro. *O Pensamento Sanitarista na Primeira República: Uma Ideologia de Construção da Nacionalidade*. In: Revista Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 28, nº 2, pp 137 a 276, 1985; MOTA, André. *Quem é bom já nasce feito – sanitarianismo e eugenia no Brasil*. 1ª ed. Rio de Janeiro:DP&A, 2003.

⁶¹ Sobre a direção inicial do Dr. Nelson Silveira D'Ávila, depois nas mãos do Dr. João Baptista de Souza Soares e, nos anos finais o Dr. Rui Dória, médicos residentes e com consultórios em São José dos Campos, passaram grande parte dos médicos fisiólogos da cidade, como Dr. Ivan de Souza Lopes, Dr. José Rosemberg, Dr. Rodolpho Mascarenhas, Dr. Reis Junior. Com direção comercial, a partir de 1933 do Dr. Sebastião Meirelles, e propriedade, a partir de setembro de 1933, de R. G. Genro. Inicialmente gratuito, passou em 1934, a ser gratuito somente para a classe médica e odontológica e após 1935, ser uma publicação posta a venda. Houve grandes problemas para se manter, tendo somente um número em 1930, passando a ser reeditado em 1933, permanecendo somente até 1936. Com artigos variados, que veiculavam as últimas técnicas desenvolvidas de tratamento da tuberculose, as relações que os higienistas da época faziam entre os comportamentos dos sujeitos sociais, as classes sociais e as doenças, além das propostas dos médicos para o estabelecimento de uma estância Climática na cidade.

largas avenidas, bem calçadas, com parques bem tratados, oferecerão á alma o conforto dos belos panoramas. (Boletim Médico, 1933:)

Vê-se aí que, para o autor do artigo e os colaboradores da revista, São José dos Campos tinha uma missão curadora, em uma visão, misto de ciência e religião. Considerou assim, o sanitarista de uma Estância de Cura em uma profissão de fé, o que se aproximava da idéia de que os médicos deveriam governar o país, pois são heróis com uma missão saneadora nacional (Mota, 2003:20-21)⁶². Ao mesmo tempo, tem-se, no artigo, uma idéia de como deveria ser a cidade sanatorial ideal: água abundante e pura, esgotos eficientes, largas avenidas, bem calçadas, parques bem tratados, belos panoramas, onde se misturam o saudável e o belo. O saudável e o belo iriam se misturar, propondo uma nova cidade, onde os espaços seriam abertos, o ar circularia, as águas e esgotos seriam tratados, em busca de uma vida de saúde física, mas também moral⁶³. Esses processos serão discutidos ao longo deste capítulo.

Os desejos dos médicos de intervirem na realidade social de São José dos Campos tornou-se mais efetiva quando, em 1935, uma comissão composta por moradores da cidade, liderada pelo prefeito municipal, à época, do Partido Constitucionalista, o Dr. Rui Dória, entregou ao Governador do Estado um parecer técnico-político demonstrando a necessidade e a viabilidade do estabelecimento da Estância Climática, na cidade. Esse relatório iniciou uma série de pesquisas e negociações que acabaram gerando o Decreto nº 7007 de setembro de 1935. A partir dele, São José dos Campos tornou-se uma Estância Hidromineral e Climatérica, com um prefeito sanitário indicado pelo governador e a ausência de Câmara Municipal (Correio Joseense, 17/03/1935, capa). A mesma lei estabelecia que a cidade receberia as rendas municipais em sua totalidade, com a dissolução da Coletoria Estadual (Correio Joseense, 17/03/1935, capa).

Através de campanhas no jornal O Correio Joseense, o jornalista Napoleão

⁶² André Mota em seu livro *Quem é Bom já nasce Feito – sanitarismo e eugenia no Brasil*, mostra a visão que se tinha dos médicos e eles de si mesmos, nas primeiras décadas do século XX, eram como portadores de um dom, uma técnica diferente dos demais, por possuir normas internas de conduta estabelecidas em seu íntimo “definindo uma moral resultante de sua prática e da ampliação da sabedoria do uso de seus conhecimentos e valores éticos.” (Mota, 2003:20-21). Como portadores desse dom, que extrapolaria as simples conquistas escolares de qualificação, caberia a estes a missão regeneradora nacional. (Mota, 2003:21)

⁶³ Sobre o sanitarismo promovendo a mudança de espaços, visando a iluminação, a limpeza e o arejamento, ver RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar – A Utopia da Cidade Disciplinar – Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; BEGUIN, François. *As Maquinarias Inglesas do Conforto*. In: *Espaços e Debates - Cidades e História - nº 34, Ano XI, 1991. pp. 39-53.*; BRESCIANNI, Maria Stella. *Sete Portas da Cidade*. In: *Espaços e Debates - Cidades e História - nº 34, Ano XI, 1991. pp. 10-15.*

Monteiro⁶⁴, membro do PRP, mostrou-se contrário ao estabelecimento da cidade como Prefeitura Sanitária (Correio Joseense, 27/01/1935, capa), a favor da autonomia municipal. Juntamente com políticos locais contrários à Estância, conseguiu uma alternativa política e jurídica, com o estabelecimento em novembro de 1935, da Estância Hidromineral e Climatérica, com a classificação, um tanto forçada, das águas do Córrego Canindú como medicinais através da emenda 103 (Correio Joseense, 24/11/1935: capa). Essa manobra política possibilitou que a cidade pudesse eleger sua Câmara Municipal (que ocorreu em 1936), mas também proporcionou a manutenção da Coletoria Estadual e o fornecimento de somente uma parcela das verbas coletadas para o município, a bel prazer da Coletoria (Correio Joseense, 17/11/1935, capa).

Os ideais sanitaristas de modificação da cidade puderam ser postos mais livremente em prática a partir da Estância. Muitos desses desejos de cidade apareceram no Álbum de 1934, de maneira semelhante ao proposto por Soares, no Boletim Médico. O Álbum, produzido por João Netto Caldeira, foi elaborado graças ao auxílio da Prefeitura Municipal. Na aprovação do auxílio, em troca de 400 exemplares do álbum, a instituição justificou o ato devido à excelente propaganda que a publicação seria para a cidade⁶⁵. A obra já publicada foi enviada para as cidades da região e para a capital. Nessa publicação, destacou-se uma seção de nome *São José - Estância Climatérica*, que descreveu assim a

⁶⁴ Proprietário e redator do jornal O Correio Joseense, o joseense Napoleão Monteiro era ativo político da região, expressava suas propostas políticas no jornal, incentivando as campanhas contra a Tuberculose, mas se pronunciando contra a instituição da Prefeitura Sanitária, a favor do fechamento das pensões e separação entre doentes e sãos. Foi tesoureiro da Câmara no governo de Cel. João Alves da Silva Cursino, nos anos 1920. Foi político do PRP – Partido Republicano Paulista, desligando-se deste na década de 1930, ingressando no Partido Democrata Cristão – PDC, na década de 1940. Opositor do governo de Vargas, permaneceu preso por 08 dias no presídio do Paraíso em 1933, por artigo escrito contra o Interventor do Estado. Porém, na cidade de São José dos Campos apresentava-se alinhado com os poderes municipais, discordando da perda de autonomia política, fruto da Prefeitura Sanitária (Correio Joseense, 27/01/1935: capa), mas apoiando muitas das deliberações e modificações urbanas propostas pelos grupos no poder, no período.

⁶⁵ O Prefeito à época era o Cel. José Domingues de Vasconcellos. Em 31 de janeiro de 1933, recebeu carta oriunda da cidade de Paraibuna, de Eduardo José Camargo. Este chama João Netto Caldeira de prezado amigo, dizendo que havia acabado de entregar um álbum escrito por ele sobre aquela cidade, desejando fazer um igual para São José dos Campos. Pede auxílio para execução dessa publicação, das mais variadas formas e justifica este pedido, uma vez que essa “essa obra terá grande mérito como propaganda, especialmente em se tratando de uma cidade como a sua, cujo clima privilegiado atrai elementos estranhos vindos de toda a parte.” (Arquivo Público do Município, Fundo Gabinete do Prefeito, Série Correspondência Recebida, 31/01/1933, Cx. Nº163-1933). Em correspondência expedida de julho de 1933 do posterior prefeito Dr. Rodolpho dos Santos Mascarenhas, enviada ao Diretor do Departamento de A. Municipal, informou que o prefeito anterior, em abril, adquiriu 200 exemplares para auxílio na execução e, que João Netto Caldeira, devido às dificuldades na execução do álbum requeria mais 200 exemplares. O prefeito municipal solicitava a autorização do pedido, “considerando que realmente esta obra e de real propaganda e de grande utilidade” (Arquivo Público do Município, Fundo Gabinete do Prefeito, Série Correspondência Expedida, 20/07/1933, Cx. Nº 163-1933).

recente cidade:

São José – Estação Climaterica

O Brasil inteiro sabe, hoje, quão vantajoso é o clima de São José dos Campos para os affectados de moléstias do aparelho respiratório.

Assume proporções incríveis o numero dos que procuram a nossa terra como supremo recurso para alliviar os padecimentos resultantes da enfermidade terrível que é a tuberculose. E aqui melhoram. E aqui conseguem a existência tranquilla que ambicionam.

Para esse resultado esplendido contribue poderosamente a natureza, por cumular-nos de vantagens inexistentes em outras partes.

São José dos Campos fica em altitude relativamente elevada, assentando a ampla zona climaterica n'um extenso trecho de planície povoada de lindissimos bungalows e residencias confortáveis, ao redor das quaes notam-se jardins bem cuidados e não poucos parques dotados de arborisação magnífica.

Ventilação farta e riquíssima em oxygenio, proporciona aos enfermos ineffavel sensação de bem estar.

O sol, lançando sua luz bemfaseja. desprende raios ultra-violenta (sic), tão salutaes aos enfermos, em quantidade superior á observada em qualquer outra parte.

Sobre as vantagens que a natureza offerece temos, também, os beneficios proporcionados pela iniciativa humana, á vanguarda dos quaes está o conforto apresentado pela cidade, servida de todos os melhoramentos usuaes nos centros urbanos de primeira ordem: serviço modelar de águas e exgottos. luz electrica, telephone. communicações rapidas para São Paulo, Rio e localidades visinhas quer por via férrea como por luxuosos auto-omnibus, casas de diversões bem montadas, optimas confeitarias, restaurants. bars e hotéis, postos de serviço para automóveis, etc.

A assistência aos enfermos é ministrada por meio do Sanatório Vicentina Aranha, casa de saúde de grandes proporções, dirigido pela Santa Casa de S. Paulo e com o concurso de innumeradas pensões-sanatorios. funccionando de accôrdo com as disposições do Serviço Sanitario, aqui representado por um Posto de Hygiene meticulosamente organizado.

Quanto á vigilância medica, está a cargo de profissionaes conhecidissimos, destacando-se os srs. drs. Nelson Silveira d'Avila, Ruy Rodrigues Doria, Gaspar Rezende, Ivan de Souza Lopes, Rodolpho Mascarenhas, João Auricchio. etc.

Clínicos de grande nomeada, dispõem de consultorios montados caprichosamente, com aparelhamento mais perfeito que na maioria dos hospitaes do Estado.

Diariamente são registrados triumphos estrondosos alcançados pelos alludidos médicos, habituados de longa data ao tratamento de enfermidades do aparelho respiratrio.

Entre enfermos e pessoas sans existe completa separação, sendo rigorosíssima a vigilância exercida pelas autoridades no sentido de evitar qualquer contacto prejudicial á saúde publica, trabalhando em acção conjuncta, nesse particular, os funcionarios estadoaes e a Prefeitura Municipal, actualmente exercida por competentissimo clinico joséense. especialista em moléstias do aparelho respiratório.

População ordeira e morigerada, a cidade não tem o bulicio ensurdecador que, de ordinário, perturba a tranquillidade nos grandes núcleos urbanos. Cheia de

vida na parte central, em que se alinham estabelecimentos commerciaes de todos os matizes, desde os modestos varejistas de cigarros aos grandes atacadistas com seus armazens atulhados de mercadorias, na zona residencial a calma socegada convidando ao repouso é completa.

São José dos Campos, não padece duvida, é a cidade ideal não só para os que têm no organismo o baccillo devastador, como para os que se sentem fracos em consequência de excessos de trabalho, longas enfermidades, etc,

Clima como não ha melhor, conforto absoluto, tranquillidade perfeita. S. José dos Campos offerece, além disso, aos seus hospedes, a máxima segurança quer quanto á eventualidade do contagio, como em referencia ao preço da vida, aqui modicissimo attrahindo forasteiros vindos de todos os pontos do paiz, e dos quaes não se ouvem que elogios a esta terra e aos seus habitantes.

Em resumo: São José dos Campos é a estação de cura mais aconselhavel do Estado de S. Paulo. (Caldeira, 1934:147-148)

Desse artigo podem ser vislumbradas várias vantagens, consideradas pelo autor e seus patrocinadores, que usufruiriam quem se hospedasse na cidade de São José dos Campos: a natureza privilegiada da cidade, destacada num misto de discurso científico (raios ultravioletas) e imagem mistificadora da natureza (clima, parques de arborização magnífica, luz benfazeja), interligadas a idéias sanitaristas; a infra-estrutura urbana, ressaltada pelo conforto das residências e bangalôs, pela qualidade do serviço de luz elétrica, água, telefone, casas de diversões e transporte ferroviário; aparelho médico-sanitário e os equipamentos existentes na cidade para o tratamento da tuberculose (aparelhos médicos, profissionais, posto de higiene etc) ressaltando o isolamento entre sãos e doentes; a tranquilidade e ordem da cidade medicinal que a apresentava como segura e calma na zona residencial e movimentada na área central e, por fim, os baixos preços. Muitas destas imagens não condiziam com as reclamações e denúncias encontradas nos jornais⁶⁶. Mais do que um retrato da cidade, este artigo representava provavelmente um ideal proposto de cidade, um projeto a ser alcançado, almejado pelos governantes e médicos, tendo grandes elementos das idéias sanitárias da época.

Um comparativo entre as fotos do Mercado Municipal retratadas no *Álbum de 1934*, no *Almanaque de 1922* editado por Napoleão Monteiro e *A Folha Esportiva de 1938*, número especial editado por Nenê Cursino, possibilita entender as diferentes intencionalidades das imagens, e por sua vez, as propostas de cidade que estas publicações estavam apresentando:

⁶⁶ Além da descrição de João Amaral sobre as condições da cidade em 1930, citadas no início do capítulo, tem-se, nas páginas do Correio Joseense, em várias notícias da mesma época, reclamações sobre as condições da cidade, como o pó nas ruas, a incipiente condição do tratamento de esgotos, de tratamento de água e mesmo do tratamento de doentes de tuberculose, que chegavam em maior quantidade e mais rápido que a estrutura sanitária e médica para acolhê-los (Correio Joseense, 1935-1936)



Foto 4 - Rua Sete de Setembro, com vista para a lateral do Mercado Municipal, publicada no Almanaque de 1922, publicado por Napoleão Monteiro. Nesta vemos intenso movimento de pessoas e comércio. (Monteiro, 1922:17)

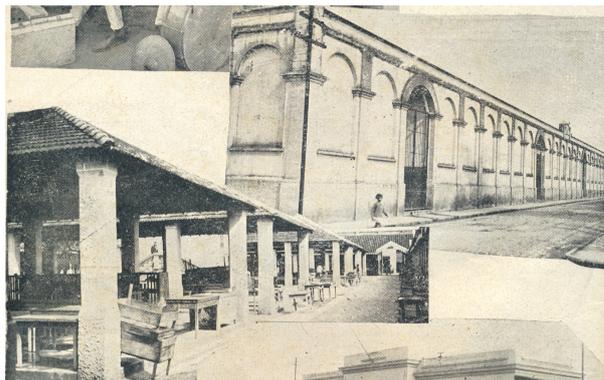


Foto 5 - Montagem com imagens da fachada e da área interna do Mercado Municipal publicadas no Álbum de 1934, onde se nota a ausência de pessoas, visando mais a destacar as linhas do prédio, sua limpeza e organização. (Caldeira, 1934: 48)



Foto 6 - Imagem interna do Mercado Municipal, publicado em A Folha Esportiva de 1938, em homenagem ao primeiro ano do Estado Novo. Nele, novamente aparecem grandes movimentações de pessoas, inclusive com a presença de crianças nos corredores. (A Folha Esportiva Número Especial, 1938: 32)

Sem se aprofundar nas intencionalidades de 1922 e 1938, em ambas publicações vê-se a tentativa de mostrar o crescimento e prosperidade da cidade⁶⁷. No Álbum de João Netto Caldeira, no entanto, preponderou a intenção, principalmente da prefeitura municipal que patrocinou o livro, de apresentar a cidade Estância de Cura. Isto pode ser detectado no fato das fotos de prédios residenciais, religiosos, comerciais, de ruas e instituições serem, em grande parte, realizadas em momentos em que havia pouca presença de pessoas nestes espaços.

⁶⁷ O Almanaque de 1922, foi uma publicação de João Netto Caldeira, redator e proprietário do Jornal o Correio Joseense, que recebeu quinhentos mil réis para auxiliar na publicação, uma vez que seria uma propaganda para o município. (Atas de Câmara Municipal – ACM, 15/09/1920). Foi vendido no Correio Joseense em São José dos Campos e na Livraria Francisco Alves, em São Paulo. Em 1920, no jornal O Correio Joseense, o mesmo pede auxílio aos grupos economicamente majoritários que desejassem sair com anúncios ou fotos de suas lojas no Almanaque (Correio Joseense, 04/07/1920: capa)

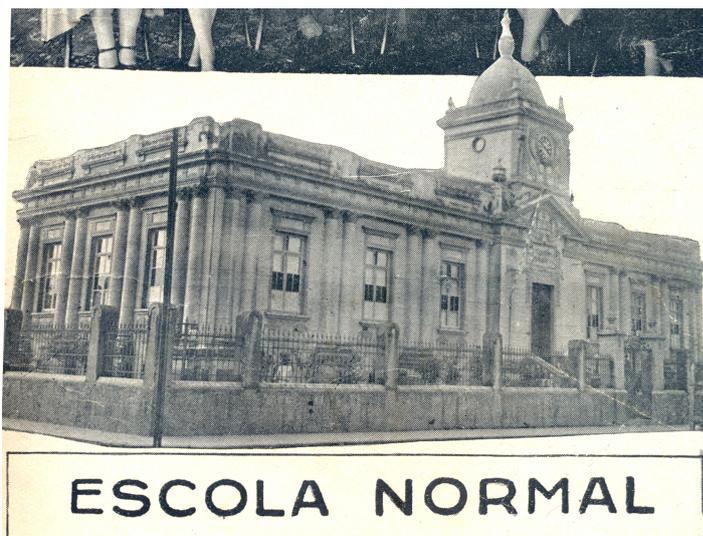


Foto 7 - Escola Normal Livre, inaugurada em 1930. Localizada na Praça Afonso Pena, em prédio construído para receber a Câmara Municipal. Os prédios das escolas foram exibidos no Álbum, em perspectivas que ressaltavam a grandiosidade. Alguns foram fotografados com os alunos e quadro funcional em torno de sua fachada externa, como o Grupo Escolar Santana do Paraíba. A maioria, no entanto, foi fotografada sem a presença de pessoas, ressaltando seus aspectos arquitetônicos. (Caldeira, 1934: 17)

Foto 8 - Na legenda da foto está escrito: "Palacete de residência do sr. Donato Mascarenhas. A maioria das residências aparecerem desta forma nas fotos: sem pessoas, com perspectivas que destacam sua volumetria e tamanho (Caldeira, 1934:41)

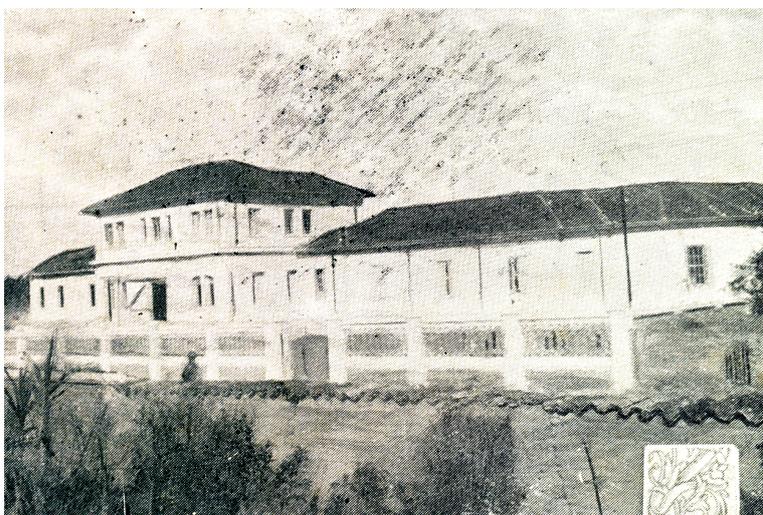


Foto 9 - Santa Casa de Misericórdia, localizada na Rua Coronel Monteiro, destacando-se as dimensões e sua arquitetura; sem movimento e aglomeração de pessoas. (Caldeira, 1934: 29)

Foto 10 - Rua Dolzani Ricardo. Nesta foto procurou-se ressaltar a presença de belas casas, bem cuidadas. Destacaram-se também a calçada e a rua reta e limpa, apedregulhada. (Caldeira, 1934: 42)

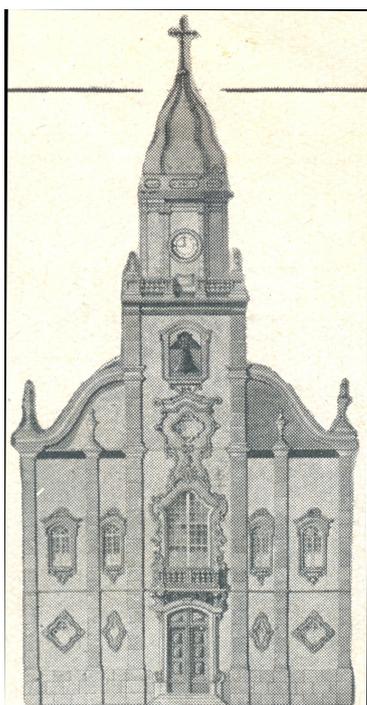


Foto 11 - Ilustração de fachada da Igreja Matriz, ainda em construção (Caldeira, 1934:35)

Dessa forma, o fotógrafo, em seus enquadramentos e perspectivas, destacou os edifícios, dando aos locais uma sensação de organização, limpeza e tranquilidade. Acrescido a isto, identificamos que as propagandas publicadas no Álbum compõem-se principalmente de atividades ligadas ao aparelho sanatorial: sanatórios, pensões, farmácias, consultórios médicos, com ausência total de teatros, bares, entre outras atividades, citados no artigo da Estância Climatérica e encontrados em grande quantidade tanto no Almanaque de 1922, quanto principalmente na Folha Esportiva Especial de novembro de 1938.

Além disto, as casas modestas e taperas de pau-a-pique não apareceram na publicação. Somente grandes residências, edifícios administrativos e sanitários da área urbana. A zona rural foi representada pelas grandes fazendas e chácaras. Os sítios e pequenos produtores foram somente citados, sem a presença de ilustrações. Porém, as

moradias modestas, em grande parte, habitadas pelos pobres, apareceram no relatório do higienista João Amaral em sua obra sobre Higiene:



Foto 12 – Tapera em uma região da cidade (Amaral, 1930:173).

Na foto não há referência à localização da casa, somente tem-se uma legenda com a seguinte inscrição: *Uma tapera*. Diferente das intenções do Álbum de 1934, o relatório de Amaral, como um futuro médico higienista tinha como propósito catalogar o máximo de problemas possíveis detectados na cidade. Essa tapera representava a presença de casas não adequadas a uma cidade sanatorial. Semelhante intenção pode ser vista em outras imagens de cortiços no Relatório de João Flório em 1944:



Respectivamente, da esquerda para direita e de cima para baixo: foto 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19 – fotos de casas modestas, algumas localizadas no miolo da Rua Siqueira Campos e outras pela cidade. A extirpação de cortiços e tapperas era considerada pelos higienistas uma importante medida para o controle de doenças nas cidades (Flório, 1944:152-154-156-158-159)

Essas imagens também não possuem indicação acerca de localização das taperas. No entanto, pelas fotos foi possível verificar que localizavam-se após um muro do Largo da Matriz, no miolo do ângulo de uma das faces do Largo da Matriz com a Rua Siqueira Campos. Esse espaço foi descrito como uma área de pastos, fechada por um paredão (Siqueira, 1991:152). Pelas fotos vê-se a grande presença de mulheres, crianças e velhos, afro-descendentes, provavelmente ex-escravos ou filhos de ex-escravos.

Essas taperas e casas de moradores pobres denominadas de cortiços eram o principal alvo dos sanitaristas, consideradas símbolos do atraso brasileiro. De fato, desde o século XIX, várias concepções consideravam que a melhor forma de erradicar as epidemias que assolavam os países ocidentais e preocupavam autoridades eram intervenções na forma de viver dos pobres e, principalmente reordenações nas moradias destes:

Como parte desta política sanitária de purificação da cidade, a ação dos higienistas sociais incide também sobre a morada dos pobres, de acordo com o desejo de constituir a esfera do privado, tornar a casa um espaço de felicidade confortável, afastada dos perigos ameaçadores das ruas e bares. Mas tinha a partir da intenção e demarcação precisa dos espaços de circulação dos diferentes grupos sociais. (...)

O controle global da população pobre da cidade, seja nos lugares públicos, seja nos espaços domésticos, por parte destes especialistas se funda na crença generalizada de que a “casa imunda”, o cortiço e a favela constituem focos onde se originam os surtos epidêmicos, os vícios e os sentimentos de revolta. E o mal deve ser extirpado pela raiz (Rago, 1986:164)

Para possibilitar uma intervenção precisa nas moradas dos pobres, visando a sanitará-las, ou seja, torná-las um local agradável para tirar os trabalhadores pobres das ruas, os médicos higienistas passaram a vistoriar minuciosamente a habitação e os bairros populares, buscando impor modificações e normas para higienização desses espaços (Rago, 1986:164). Os espaços fechados, sem ventilação, sem luz, com umidade, geralmente encontrados nas pequenas casas da população pobre e trabalhadora, eram considerados focos de doenças, espaços a serem modificados e sanitarizados, tendo como medida e padrão os grupos endinheirados. Não foi à toa que a foto nº 10 da rua Dolzani Ricardo, que foi publicada com certo destaque no Álbum de 1934, foi reproduzida de um original presente no Relatório de Amaral de 1930. Nesse relatório, a foto tinha a seguinte legenda escrito à mão: *habitações modernas*.

Nas décadas de 1930 e 1940, várias moradias de pobres foram demolidas no perímetro central, com destaque para a demolição das casas do lado par da rua São José

pelo prefeito sanitário Dr. José Longo, criando a Avenida São José e propiciando uma visualização da região conhecida como Banhado. Bondesan assim descreveu os moradores daquela região:

Na demolição caíram alguns prédios razoáveis, de permeio com a velharia de barrote, casas sem luz, sem ar, escondendo nos seus desvãos, talvez, famílias arruinadas, descendentes dos senhores de escravos, incapazes de reagir ao embate do tempo! (Bondesan, 1967: 140)

Embora Bondesan identifique os moradores da Rua São José como descendentes de senhores de escravos que vieram para a cidade e não sabiam trabalhar, Siqueira nos mostra outros sentidos para aquela rua:

Da Travessa da Matriz em diante até o Largo da Cadeia, onde a rua terminava, haviam casas de bom aspecto e algumas de fina arquitetura destoando da humildade, senão pobreza, daquelas que eram de pau-a-pique ou de paredes piladas. (Siqueira, 1991:183)

Os moradores eram diversos: família dos proprietários do Hotel Rio Branco, tesoureiros, professores, servente de escola, proprietário de cartório de registro civil, chefe do Partido Republicano, moradores pobres com muitos filhos, que viviam da venda de pequenos serviços. Além desses moradores havia pequenas casas fechadas, propriedades de fazendeiros, que só as habitavam em festas religiosas e no carnaval (Siqueira, 1991: 183-191). Essas mudanças visavam a ampliar espaços e a promover a circulação do ar, oriundo da grande massa vegetativa do banhado.

Ao ressaltar as imagens de grandes residências, em torno de ruas arborizadas, e esconder a presença das taperas e casas modestas da cidade, tentou-se ressaltar a cidade sanitizada, limpa, organizada e preparada para as exigências dos novos tempos e dos que quisessem vir para aquela localidade.

Se as imagens de prédios e residências remetem à cidade sanitária e higiênica, arquitetonicamente preparada para receber os doentes, outras imagens fortaleceram concepções da cidade moderna, com o aperfeiçoamento tecnológico, o estímulo ao consumo e à velocidade⁶⁸. As imagens de maior destaque sobre esse aspecto foram as

⁶⁸ Márcia Padilha apresentou, que nas primeiras décadas do século XX, nos anúncios analisados na cidade de São Paulo, sobressaem quatro sentidos de modernidade: 1) símbolo de progresso científico, visto de forma linear e cumulativa; 2) época do maquinismo e da tecnologia, possibilitando novas experiências sensoriais e perspectivas relacionadas à velocidade; estilo de vida cosmopolita e metropolitano, marcado

fotos de carros e negócios em torno dos automobilismo no Álbum de 1934. Algumas dessas imagens relacionavam-se aos carros de aluguel e de praça:

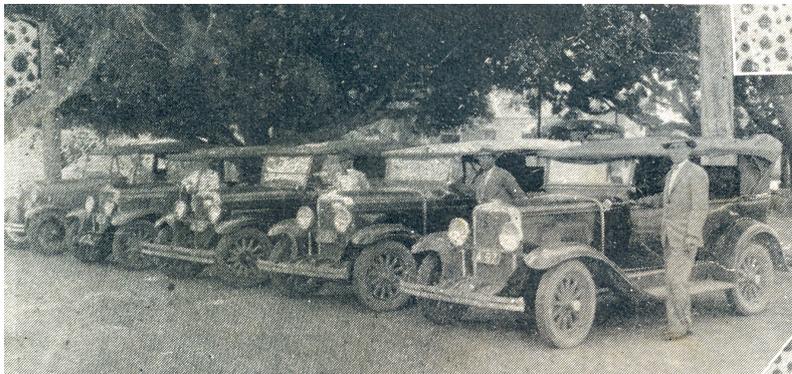


Foto 20 - A fotografia retratou carros de aluguel parados no ponto Rio Branco, da Praça Cônego Lima, provavelmente devido ao hotel Rio Branco instalado nas proximidades (Caldeira, 1934:46)



Foto 21 - Outro ponto de carros de alugueis localizava-se no Largo da Matriz, atual Praça Padre João. Em segundo plano, é possível identificar um carro de tração animal (Caldeira, 1934: 41)

pelo contato íntimo com hábitos requintados de consumo e lazer dos Estados Unidos e Europa. 4) ideal de ordem social inspirada no modelo de família burguesa, na moral e disciplina de trabalho (Padilha, 2001: 105-106). Embora encontrados em São Paulo, esses sentidos estão bem próximos das representações encontradas nos periódicos e revistas de São José dos Campos, promovendo assim a possibilidade de nos referendarmos nele. Sobre os sentidos da modernidade, ver Sávio, Marco Antônio Cornacioni. *A Modernidade sobre rodas – tecnologia automotiva, cultura e sociedade*. São Paulo: Educ, 2002.



Foto 22 - Estação Central do Brasil, automóveis de praça esperavam os doentes que vinham de várias regiões. Cobravam 2\$000 por viagem. Ao lado vemos um carro de tração animal, disputando espaço com os carros de aluguel. (Caldeira, 1934:48)



Foto 23 - Carros interurbanos na praça Padre João. Destacaram-se nas fotos os automóveis e seus proprietários. (Caldeira, 1934:94)

No Álbum há uma seção denominada *Nossa Urbs*, dividida em três partes, com várias fotos da cidade, que, de acordo com o título, representariam a cidade. A foto 21 compõe uma página da seção, juntamente com outras cinco fotos da Av. Rui Barbosa, entrada para o Bairro de Santana; foto do grupo de escoteiros local de 1929; três fotos do sistema de abastecimento de água da cidade, parcialmente construído em 1903. Nessa representação da cidade, tem-se uma São José concebida com uma infância ordeira e higienizada, um comércio organizado, e uma infra-estrutura básica bem estruturada desde 1935. Os automóveis aparecem na parte inferior da foto 21, integrados à paisagem descampada do Largo da Matriz. O conjunto de imagens da seção *Nossa Urbs* inseriu os carros de aluguel como mais uma das vantagens de se estabelecer na cidade, como a facilidade de transportes, no caso, modernos e atuais.

Na foto 22, há a imagem da Estação Ferroviária Central do Brasil, na Avenida Sebastião Gualberto. O prédio foi fotografado em uma perspectiva que ressaltou suas

linhas retas e sua amplitude e possibilitava ao observador promover uma referência aos trens e as linhas ferroviárias, um dos primeiros símbolos do avanço da tecnologia sobre os processos naturais, quebrando as barreiras do tempo e ampliando os espaços de contato entre os homens e as trocas comerciais, como preconizado na época (Sávio, 2002:17). Aqui a Estação Ferroviária apareceu como importante meio de acesso à cidade por visitantes e futuros moradores oriundos das capitais; os automóveis complementam essa idéia de facilidade dos transportes, pois seria o meio de acesso principal para os visitantes chegarem ao perímetro central, aos sanatórios, hotéis e pensões da cidade.

Ao automóvel foi atribuído, durante a primeira década do século XX, a representação como um dos mais fortes símbolos de modernização, representando o caminho que nos levaria ao status de país civilizado (Sávio, 2002:15). Ingressando no Brasil em 1900, junto com uma enorme gama de novos produtos e máquinas, promoveu, com ele uma grande mudança no cotidiano das cidades, a um só tempo símbolo de riqueza e status social, e presença viva de uma modernização e processo civilizatório que passava no Mundo Ocidental (Sávio, 20:18-19). Promovia também uma percepção diferente do espaço a quem o pilotava, pela sua velocidade até então inimaginável.

Esse aparelho interveio na vida cotidiana das cidades, uma vez que, para ele funcionar convenientemente, se fazia necessária uma infra-estrutura mínima, que proporcionaria uma modificação no traçado urbano e na maneira de construí-la⁶⁹. O principal item dessa modificação seria o alinhamento das ruas; propício que fossem planas e, sem dúvida, que estivessem asfaltadas.

A ampliação e alinhamento das ruas da cidade tiveram início nas primeiras décadas do século XX. Nas atas da Câmara Municipal tem-se a aprovação de alargamento das ruas Direita (1893)⁷⁰, Primeiro de Março (1901 e 1910)⁷¹, rua dos Bambus – atual rua Humaitá (1917)⁷², rua Paraibuna (1920)⁷³ e avenida Rui Barbosa (1922)⁷⁴. Além dos alargamentos houve desapropriação de áreas para uniformização das ruas Vinte e Três de Novembro

⁶⁹ Marco Antonio Sávio considera o automóvel como um artefato técnico, “(...) portador de um significado em si, não apenas resultado de projeções das contingências sociais sobre ele, como mero objeto, o que implica tratá-lo não apenas como objeto, mas também como um ator portador de necessidades e modificador da realidade ao seu redor.” (Sávio, 2002:28).

⁷⁰ Atas da Câmara Municipal de São José dos Campos. A partir das próximas referências serão abreviados como ACM., 30/05/1893.

⁷¹ Respectivamente, ACM., 15/05/1901 e ACM., 16/03/1910.

⁷² ACM., 15/02/1917 – fl. 64

⁷³ ACM., 23/08/1920.

⁷⁴ ACM., 17/04/1922.

(1909)⁷⁵ e 24 de Fevereiro, atual avenida Nelson D'Ávila (1909)⁷⁶ e prolongamento da avenida João Guilhermino (1919)⁷⁷. O alargamento e o prolongamento visavam à constituição de uma cidade nos moldes europeus: avenidas largas, para o trânsito livre dos automóveis e os passeios de fim de tarde, dos grupos privilegiados, para olharem e serem vistos. A maioria das ruas joseenses era sem calçamento, pavimentada com pedregulhos, no sistema chamado macadame. A partir da criação da Avenida Mário Galvão e rua Carvalho de Araújo, ambicionava-se colocar paralelepípedos nas ruas da cidade. No entanto, em 1935, foi publicado no *Correio Joseense* um protesto do redator, informando que a Avenida Mário Galvão encontrava-se em péssimo estado de conservação, abandonada pelos poderes públicos, sendo que isto depunha contra a cidade, uma vez que era porta de entrada para os que aqui chegassem. Concluía dizendo dos perigos para os automóveis que continuamente utilizavam-se daquela via (*Correio Joseense*, 18/04/1935: 04)

Ao construírem a nova Estação Central na década de 1920, os governantes buscaram tornar as avenidas de ligação da estação ao perímetro central como belas e arborizadas vias, casas abastadas construídas à semelhança da Av. João Guilhermino no período. Para isso foi apresentado projeto de lei que limitava a construção de casas na Avenida Mário Galvão e Rua Carvalho de Araújo. Porém, não foi aprovado na Câmara, possibilitando um convívio, nessas vias, de grandes construções e pequenas casas operárias de planta padrão. Em abril de 1936, o jornal *O Correio Joseense*, noticiou que a Rua 15 de Novembro estava com calçamento e asfalto, um grande melhoramento local, pois nela trafegava um grande fluxo de carros (*Correio Joseense*, 20/09/1936:capa). No entanto, esse capeamento seria uma exceção, permanecendo a maior parte das ruas apedregulhadas com macadame.

Essa ausência de asfalto acabou produzindo incômodos gerais em torno dos carros. Em 1930 havia na cidade em torno de 200 automóveis (Amaral,1930:10). Em reportagem de 1935, o *Correio Joseense* criticava a quantidade de pó existente em todas as ruas da cidade, presente no ar, que aumentava graças à velocidade, com o crescente número de veículos trafegava nas ruas. Concluiu a notícia pedindo que o Prefeito, à época, Leovigildo Trindade, mandasse irrigar as ruas com carroções adaptados (*Correio Joseense*, 16/06/1936, capa), possivelmente movidos por tração animal. Além dessas imagens de modernidade, status e progresso, os carros produziam problemas para a organização urbana

⁷⁵ ACM., 15/03/1909.

⁷⁶ ACM., 15/03/1909.

⁷⁷ ACM., 21/05/1919.

e para os moradores que viviam às margens das vias de tráfego.

A inter-relação entre as imagens da cidade e a modernidade dos automóveis continua nas fotos 20 e 23. Na foto 20, visualiza-se uma série de carros de aluguel parados no Ponto Rio Branco, provavelmente localizado nas imediações da Praça Cônego Lima, próximo ao Hotel Rio Branco. Toda a atenção da imagem centra-se nos carros de aluguel. Automóveis perfeitamente alinhados ao lado de seus motoristas bem vestidos, em ternos de bom corte, rememoram as exposições de automóveis, já muito em voga nas capitais, passando ao observador imagem de profissionalismo e eficiência. O fundo ressaltou a abundante arborização, fortalecendo a imagem de vegetação abundante rememorando a qualidade do clima. A foto 23 destacou os fundos dos carros de aluguel interurbanos São José – São Paulo. Essa foto está aliada ao artigo da propaganda da Empresa de Auto-Omnibus Sant’Anna, de propriedade de José Braz Pereira. Nesse artigo, destacou-se, entre as qualidades do proprietário da empresa, seu “espírito progressista”, que anteriormente era condutor profissional. As propostas de expansão das linhas e dos horários de viagens foram descritos no artigo, o que nos demonstrou o caráter de divulgação do serviço. A perspectiva empregada na foto 23 para fotografar os carros de aluguel ampliaram suas dimensões e a quantidade de compartimentos para passageiros, promovendo a sensação de amplitude e conforto. O fundo da foto destacou, na paisagem, o Hotel San Remo, uma das poucas casas de três pavimentos da localidade, fortalecendo a idéia de cidade aparelhada, com transporte eficiente para chegar-se às hospedagens, para receber visitantes.

Por outro lado, nas memórias de Altino Bondesan, encontramos outras impressões sobre os carros de aluguel em São José. Ao chegar à cidade, em 1935, desembarcou na Estação Ferroviária São José dos Campos, descrevendo assim o que viu:

Calhambeques alinhados na praça nua. Nem casas, nem árvores. E os motoristas, à porta de seus carros, convidando os passageiros.
Optamos por um fordeco, conosco embarca um espanhol (...) (Bondesan, 1967:9)

O carro levou-o primeiro à casa do Dr. Rui Dória, na rua 15 de Novembro. Após deixou o novo morador da cidade, o jovem Altino na Pensão de Fábio Schneider, na rua Francisco Paes (Bondesan, 1967:11). Essa experiência nos apresentou a concorrência existente entre os motoristas de carros de aluguel para conseguir passageiros. Ao mesmo tempo, nos demonstrou que havia práticas de transporte compartilhado de passageiros nos

carros de aluguel, na época. Nos capítulos seguintes, ressaltou que o interesse comercial dos carros de aluguel era fortemente direcionado aos doentes. Como primeiro contato do paciente de tuberculose, o chofeur indicava os locais de pousada ou de alimentação dos novos moradores. Com esse poder de influência, Altino nos indicou acordos comerciais entre os motoristas de carro de aluguel e donos de pensões:

(...) Era ali a pensão do Fábio Schneider, rua Francisco Pais (sic), 3. O proprietário e sua esposa – foram de inexcusável gentileza. Deixaram-me no quarto da frente, com mamãe e o mano Marcílio, que estava inconsolável. Saíram. Soube depois, que o Severino me havia “vendido” ao Fábio pelo preço de uma mensalidade: 250\$000! (Bondesan, 1967:11)

Assim, enquanto no Álbum de 1934, apresentou-se o automóvel como símbolo de aperfeiçoamento técnico, progresso, profissionalismo, rapidez e conforto, nas memórias de Bondesan, destacaram-se as alianças comerciais entre choffeures e donos de pensão, visando a ampliar os lucros de maneira duradoura. Essas estratégias de competição demonstram as complexas organizações que vão se estabelecendo, a partir da instalação da cidade sanatorial, para além, inclusive, dos desejos de controle e normatização dos governantes.

Outras fotos nos apresentam os automóveis como objetos de valorização dos estabelecimentos comerciais da cidade:



Foto 24 – Propaganda da Panificação Italiana localizada na Rua Sete de Setembro, propriedade do italiano Terço Rossi, que chegou à cidade em 1912. Na propaganda sobre a Panificadora, contida no Álbum de 1934, ressaltam-se elementos de modernidade como avanço tecnológico: a maquinaria industrial para fabricar os pães, a eletricidade utilizada e o caminhão de entregas, em destaque na foto. (Caldeira, 1934:186)

Por fim, a foto 24 apresenta o estabelecimento da Panificação Italiana de Terço Rossi. Na imagem, tem-se a propriedade comercial ocupando toda a fotografia. Na parte direita,

tem-se a panificadora em perspectiva, com seu proprietário e filhos na frente do estabelecimento e três mulheres nas janelas, provavelmente empregadas do local. No lado esquerdo, tem-se a presença dos funcionários em uniformes brancos, ressaltando a limpeza e higiene deste comércio. Esses empregados estão meio escondidos, entre o automóvel da empresa e a propriedade do comerciante. Esse ocupou praticamente metade da parte inferior da foto, estando praticamente todo na calçada e sua frente na rua. Nesse sentido, o fotógrafo procurou deixá-lo em destaque na foto. Um carro com a parte traseira fechada, utilizado para entregas, onde pode-se ver um letreiro com o nome da panificadora, com *lay-out* típico da época. A integração entre empregados e automóvel, valorizava o veículo como importante equipamento para agilizar as entregas⁷⁸ e possibilitar o atendimento a locais mais distantes da panificadora. A presença do automóvel fortalecia a idéia de que o empreendimento comercial estava atualizados em equipamentos e poderia servir mais eficientemente a seus clientes.

Outras imagens relacionavam os automóveis mais a uma idéia de status social que propriamente à rapidez de atendimentos:



Foto 25 – Uma das propriedades de Pedro Rachid. O automóvel funcionaria como um objeto símbolo de ostentação e status (Caldeira, 1934:229)

A imagem 25 integra um conjunto de fotos da página 229, intituladas Propriedades de Pedro Rachid. Esse era um importante proprietário de terras na área urbana e comerciante. A página visava a apresentar o poder econômico do comerciante. Nessa imagem, em particular, vemos Rachid à frente de sua propriedade e de seu carro particular. O carro se

⁷⁸ Padilha nos apresenta que uma das imagens presentes nas publicidades acerca dos automóveis era a idéia de velocidade, que tornava as paisagens ao redor em linhas de conversão. Assim, o automóvel se constituiria em um objeto que mudaria a percepção de quem o dirigisse (Padilha, 2001:112)

destacou, à frente da propriedade, devido ao tamanho que ocupou, quase metade do comprimento da foto. Esse destaque se fortaleceu com a vestimenta do proprietário, um terno de corte alinhado. A pose de Rachid, artificial, em contraste com a postura dos meninos e do homem ao fundo, fortaleceu a imagem de uma pessoa influente. Por fim, ao posar sua mão sobre o automóvel sugeriu uma relação não só de posse, mas também de cumplicidade e parceria. Os dois, veículo e homem, com a mão pousada sobre o carro, dão a impressão de uma coisa só. Fortaleceu-se na imagem a idéia de poder e riqueza de Rachid, através da presença do automóvel, ressaltando a idéia de posse e educação refinada, que os bens do proprietário e a localização do automóvel proporcionam a quem observar a foto.

Essa concepção de status advém de vários motivos. A aquisição dos carros exigiria grandes somas de dinheiro, uma vez que os automóveis só passaram a ser fabricados no Brasil a partir da década de 1950, sendo os veículos, nessa época, importados⁷⁹ (Sávio, 2002:19). Ao mesmo tempo, o condutor do veículo teria que adquirir novos conhecimentos, que promoveriam novos códigos sociais. O automóvel constitui-se em um índice da capacidade de consumo elevado de seu portador, o que fortaleceria sua imagem pessoal no período (Padilha, 2003:91). A posse de um automóvel representava ao possuidor a entrada em um grupo restrito de influência e poder econômico. Em 1927, foi noticiada a criação de um Clube automobilístico, seguindo as referências paulistas⁸⁰. Essa associação, denominada *Automóvel Club de São José dos Campos*, teria adeptos políticos como Cel João Alves da Silva Cursino, Pedro David, Dr. Paulo Setúbal, empresários como Conrado Bonádio, Alberto Rodrigues Alves, comerciantes como Agenor Fonseca, José Dellias Filho, entre outros (Correio Joseense, 27/11/1927:capa). Notícia de capa do *Correio Joseense* demonstrou que grupos da cidade estavam relacionados aos automóveis e sua imagem de modernidade e poder. Não encontramos outras notícias referentes ao Automóvel Club de SJC, o que pode indicar que sua criação não se concretizou.

O automóvel trouxe uma série de mudanças na cidade. Além das alterações no traçado das ruas, esse meio de transporte atraiu uma série de novas atividades comerciais, em torno de seu funcionamento. Vários pedidos de licença para instalação de bombas de

⁷⁹ Em 1919, foi instalada uma fábrica da Ford e em 1925 outra da General Motors, na cidade de São Paulo. Porém, ambas eram somente montadoras dos carros, cujas peças vinham importadas de Detroit. (Sávio, 2002:74-75)

⁸⁰ O Clube automobilístico de São Paulo foi fundado em 1908 e tinha como sócios figuras poderosas do cenário político paulista como o presidente da República Washington Luís, o político Antonio Prado e membros do PRP. (Sávio, 2002:78)

gasolina ao longo da cidade foram aprovados pela Câmara no período de 1920 a 1930. O Cel. João Alves da Silva Cursino, em 1924, pediu para assentar uma bomba de gasolina em via pública⁸¹. Outro pedido foi aprovado para a Praça Cônego Lima em 1925⁸². Em 1926, foi aprovado montagem de bomba de gasolina pela Standard Company of Brazil, localizada no ângulo da Rua da Villaça com a Sebastião Humel⁸³; no mesmo ano, aprovada outra em frente a Agência Chevrolet e outra na Praça Afonso Pena, pela firma Ribeiro e Graciano⁸⁴; em 1927, o construtor Vicente de Finis requereu licença para uma bomba na rua 15 de Novembro⁸⁵. Outras licenças foram aprovadas na Rua Parahybuna (1927) e no distrito de Eugenio de Mello (1927)⁸⁶. Em 1929, foi concedida licença para a firma Mercadante e Cia., que tornou-se o Posto Mercadante⁸⁷. Essas bombas eram primordiais para o funcionamento dos automóveis e demonstram a demanda de carros ou, no mínimo, o otimismo dos comerciantes.

Além de bombas de gasolina, tivemos agências e oficinas mecânicas de automóveis, cuja função era a manutenção e a reforma dos automóveis, além de serem proprietárias de automóveis de aluguel. Essas agências foram consideradas símbolos do avanço e do progresso, além de fortalecerem a imagem de cidade aparelhada para os eventuais problemas, como a falta de combustível, manutenção de peças importadas, entre outros:

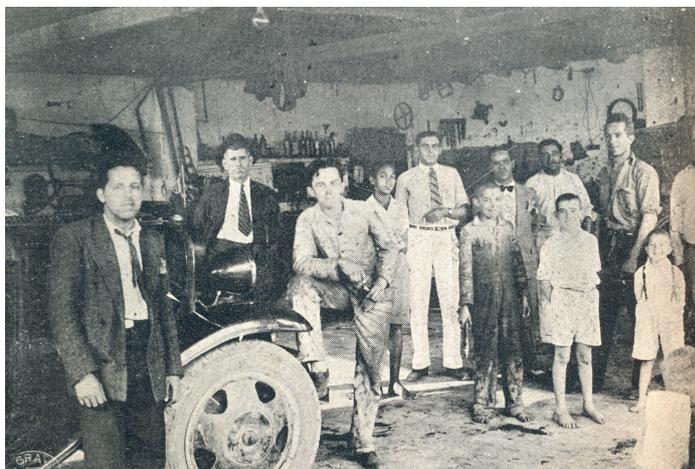


Foto 26 – Oficina Santini, de F. Santini, natural de São Carlos, localizada na Rua Humaytá, 19. Santini trabalhou em várias oficinas, até montar a sua, com três auxiliares da cidade, que estavam aprendendo o ofício com ele. Os mecânicos da época geralmente aprendiam o ofício na prática do trabalho, a partir de alguém mais experiente. A maioria dos mecânicos profissionais na cidade eram oriundos de outras cidades. (Caldeira, 1934:184)

⁸¹ ACM., 16/06/1924.

⁸² ACM., 10/12/1925.

⁸³ ACM., 15/04/1926 – fl. 166.

⁸⁴ ACM., 15/05/1926.

⁸⁵ ACM., 16/05/1927.

⁸⁶ Respectivamente ACM., 15/03/1927- fl. 176 e ACM., 15/03/1927 – fl. 176.

⁸⁷ ACM., 17/06/1929.

Foto 27 – Oficina Mecânica Modelo, propriedade de J. Polillo, natural de São Paulo, onde aprendeu o ofício. Oficina localizada na Rua Sebastião Hummel. Possuía três auxiliares. (Caldeira, 1934:179)



Foto 28 – Agência Ford, propriedade da firma Rogelio Rodrigues, localizada na Praça Afonso Pena. Essas agências promoviam a manutenção e o conserto de carros, além de vender peças de automóveis e acessórios. Havia outras agências na cidade, como a Agência Chevrolet, geralmente revendedoras de alguma fábrica de automóveis (Caldeira, 1934:185).

A presença dos carros e dos novos empreendimentos comerciais promoveram a inclusão de profissões e objetos de desejo à juventude local, como vemos nas memórias de Jairo César:

Meu irmão mais velho começou a trabalhar em serviço assalariado como vendedor de peças de automóveis e caminhões da Agência Ford de Néias, antes do argentino Borges entrar como sócio da firma. Ficou logo familiarizado com o ramo e começou a comprar carros de desastres, e aproveitando um chassi montou sobre ele um arcabouço de madeira e formou uma caminhonete possante e mais rápida que qualquer caminhão convencional. Na roda da direção haviam dois “bigodes” sendo um para acelerar e outro o desembraio, anos depois substituído pelo câmbio. (Siqueira, 1991:124)

Nesse relato vê-se alternativas que os jovens moradores de São José inventaram para adquirir um automóvel, objeto de desejo especialmente para esses moradores que, muitas

vezes, não tinham condições financeiras de adquirir seus carros. Objeto de consumo importado, o automóvel era inacessível para grande parte da população, mesmo para um filho de professor no período. O relato apresentou novas profissões como a venda de peças de automóvel e de novos conhecimentos, como mecânica de carros, com seus tipos de veículos e peças⁸⁸. O relato também nos traz novos problemas com relação a esse equipamento: os acidentes automobilísticos.

Essas memórias trazem outros sentidos sobre a presença de carros na cidade, diferente das imagens de modernidade. Nas memórias de Jairo César, da época, em comparação com os cavalos, com vantagens para os últimos:

Naquele tempo, eu preferia, definitivamente, um belo cavalo bem arreado, de boa andadura e bonita estampa, ou uma charrete, ou um trote a qualquer automóvel. Para mim eram veículos barulhentos, explosivos, caprichosos, sempre enguiçando e exigindo dos motoristas atenções especiais, principalmente quando precisavam fazer os motores funcionar, o que era feito com ajuda de uma haste de ferro que devia ser encaixada numa abertura na frente do radiador, que o motorista ou seu ajudante tinham de virar energicamente até o motor funcionar. Aquela alavanca de vez em quando dava traiçoeiros contragolpes que chegavam a partir costelas e quebrar braços. Eu achava que um cavalo fioso ou passarinho podia fazer o mesmo estrago com muito mais classe. (Siqueira, 1991:123)

Além das modificações urbanas necessárias para o trânsito livre dos carros, nas memórias de Jairo foi possível vislumbrar uma série de dificuldades técnicas e, principalmente novas aprendizagens para utilizar aquele equipamento. Ao mesmo tempo, vislumbra-se uma série de incômodos e problemas provenientes desses aparelhos: barulho, fumaça, enguiços. Além do barulho e da fumaça, a velocidade dos automóveis promovia outros incômodos e riscos em São José:

Os motoristas particulares que mais perturbaram o sossego das ruas centrais porque não sabiam andar devagar eram o Alberto Rodrigues Alves, o Silvino Guedes e o Sílvio Guizão, antes de se tornar chofer profissional. Um dia o Alberto trocou sua Buggat por uma Lância vermelha esporte que enchia a cidade de barulho e de poeira com o roncar do possante motor de carros de corridas, principalmente quando ficava com o escapamento aberto. Outro que só andava em disparada era o Silvino Guedes com sua “baratinha” pintada de verde vivo, ostentando com sucesso sua alta capacidade de dirigir. Foi em

⁸⁸ Os mecânicos brasileiros normalmente iniciavam suas vidas profissionais como auxiliares de mecânicos estrangeiros que vinham de outros países. Aprendiam seu ofício no contato diário e se tornaram mecânicos (Sávio, 2002:66)

companhia do Silvino que meu pai (que era seu tio) fez uma viagem a São Paulo e sofreram um acidente num choque com a traseira de um caminhão carregado de carvão vegetal que atravessara inadvertidamente um cruzamento em lombada. (Siqueira, 1991:124) .

Alberto Rodrigues Alves era o empresário proprietário da Empresa de Luz e Força, responsável pelo serviço de eletricidade da cidade. Silvino Guedes era promotor público da cidade. O automóvel, como um símbolo da velocidade e da superação do homem sobre os limites naturais de tempo e espaço (Sávio, 2002:51), levava seus proprietários particulares a, muitas vezes, extrapolar os limites de segurança. Nesse sentido, a velocidade trazia uma série de complicações, ao se viver na cidade, como fumaça, pó nas ruas, barulho do motor, além dos riscos de atropelamentos e acidentes automobilísticos como o descrito no final da citação. No entanto, todos estes riscos e problemas não apareciam no Álbum, uma vez que mancharia a reluzente imagem de cidade moderna proposta na publicação.

Além dos problemas de trânsito e de incômodo com a presença de carros, os meios de transporte a tração animal foram desconsiderados, ou apareceram em segundo plano nessa publicação. Novamente, atribuíam-se a concepção de que os elementos relacionados ao campo, ao rural eram símbolos de atraso e deveriam ficar em segundo plano:

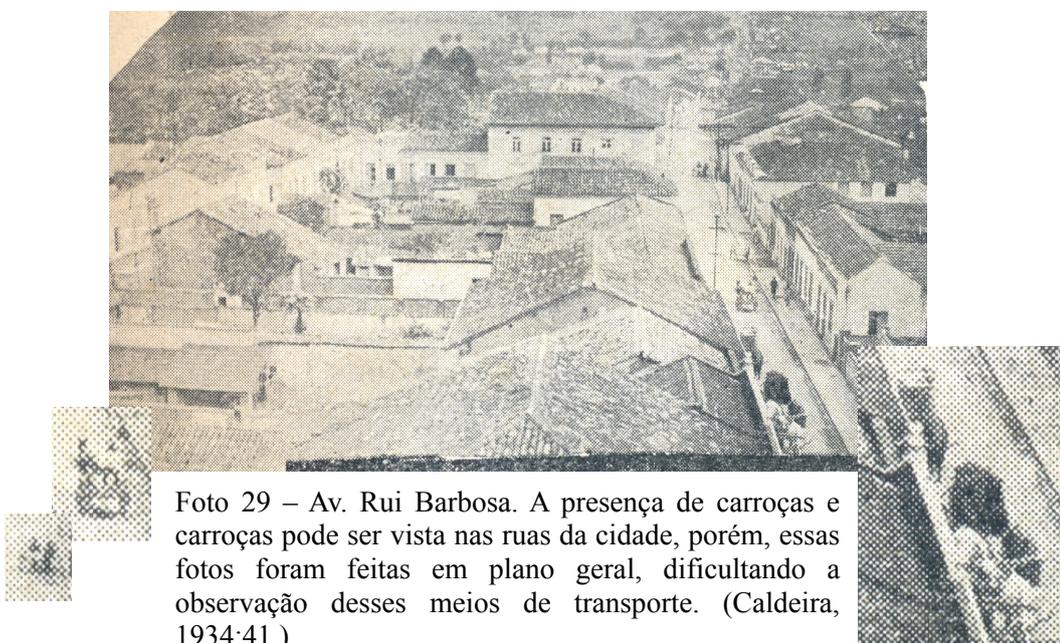


Foto 29 – Av. Rui Barbosa. A presença de carroças e carroças pode ser vista nas ruas da cidade, porém, essas fotos foram feitas em plano geral, dificultando a observação desses meios de transporte. (Caldeira, 1934:41)

Foto 30 – Uma das ruas do Bairro Santana. Mesmo com as imagens do Álbum intencionarem promover imagens de modernidade, carroças, charretes e burros de tropa foram registrados nas via públicas. (Caldeira, 1934: 50)

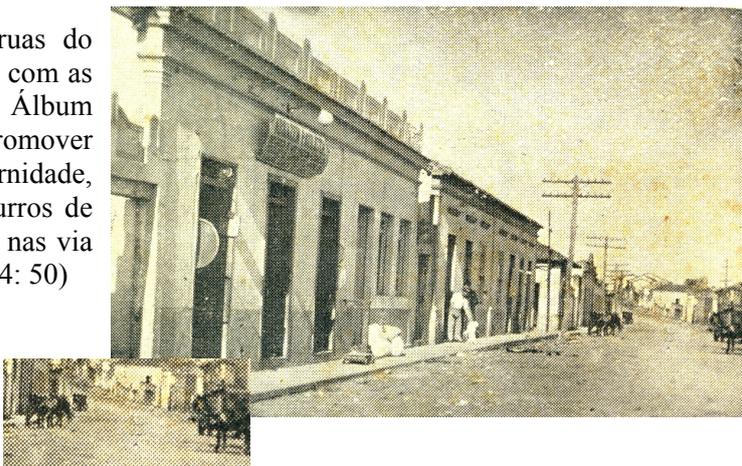
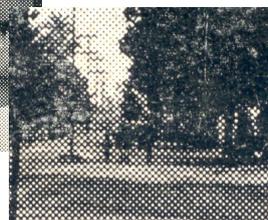


Foto 31 – Avenida João Guilhermino. Em sua avenida arborizada e com palmeiras, vê-se ao fundo a presença de uma charrete. (Caldeira, 1934: 42)



Se as imagens de modernidade relacionavam-se ao avanço e progresso da cidade, toda uma forma de viver, se transportar e se relacionar, foram sendo considerados símbolo de atraso e que deveriam ser sistematicamente retirados dos espaços. Como vimos várias leis procuraram retirar o transporte de gado nas ruas e, ao mesmo tempo, reclamaram da presença de carros de bois na rua. Essas restrições e visões negativas relacionavam-se também com o desejo de manter as ruas limpas para o trânsito dos automóveis⁸⁹. No entanto, grande parte da população necessitava destes veículos. Além do transporte de café, frutas, verduras e lenha, os moradores utilizavam desses veículos para se locomoverem, pelo menos na década de 1920:

⁸⁹ A presença de bondes e carroças constituíram-se em obstáculos para a livre circulação dos carros (Sávio, 2002:36). Segundo os clubes automobilísticos paulistas, compostos por moradores influentes da cidade, as carroças seriam responsáveis pelos buracos nas ruas de macadame. Essas críticas e protestos aparecem nos jornais paulistas nas primeiras décadas do século XX (Sávio, 2002:51)

A cidade era pequena e as distâncias eram curtas. (...) Quando era preciso usava-se em geral as bicicletas, e quando havia necessidade de alguém se movimentar para lugares mais longe usava aranhas, charretes e trólis. Raramente ocupavam os poucos automóveis de aluguel então existentes. (Siqueira, 1991:99).

Essa preferência pelos transportes de tração animal pode estar relacionada aos preços dos carros de aluguel, revelando que, mais que um comportamento baseado em costumes, essa escolha se devia a funções econômicas, constituindo-se meios de transportes possíveis para essa população. Com relação às bicicletas, há referência do grande número delas em todas as ruas, mostrando aquele meio transporte como uma solução barata e popular na cidade:

Aprendo a andar de bicicleta, condição indispensável a quem quer ser igual aos da terra. (Bondesan, 1967:50)

A cidade era conhecida segundo Bondesan e Siqueira, como cidade das bicicletas. Operários a utilizavam para ir trabalhar. Os guardas noturnos faziam suas rondas com elas (Bondesan, 1967:18). Os mascates utilizavam-se desse meio de transporte (Bondesan, 1967: 22). Além das bicicletas, os veículos de tração animal eram usados para transporte de água e de lixo da cidade, como vemos nas fotos do relatório do médico de Amaral:



Fotos 32 e 33, da esquerda para a direita. As carroças de distribuição de água e de recolhimento de lixo da cidade. Os veículos de tração animal, na década de 1930 eram extremamente importantes na vida cotidiana, cumprindo funções primordiais (Amaral 1930:167-168)



Encontramos também a presença de estabelecimentos comerciais voltados para esses veículos, mostrando a persistência desses meios de transporte na década de 1930:

Officina para reparações de Carroças, carroções, charretes, aranhas, etc. Executa-se também embarcações, botes, barcas, batelões, lanchas, e concerta-se com perfeição. Garante-se todo serviço.

Albertino Fernandes
Rua Villaça, 69-telephone, 104
(A Folha Esportiva, 10/11/1938:30)

Grande Officina
Ferraria e Carpintaria
Fabrica-se e reforma-se charretes, carroças e carroções de qualquer natureza executando-se todo e qualquer serviço concernente ao ramo.

Especialista em rodas para carroções

Antonio Fraccheta

Av. Ruy Barbosa (antiga machina de beneficiar café do Snr. Evaristo Maldonado Garcia)

Sant'Anna do Parahyba (A Folha Esportiva, 10/11/1938:62)



Foto 34 – Propaganda da sellaria e correaria Sant'Anna. Em 1938, é possível vislumbrar propagandas que demonstram a presença de charretes, carroças e aranhas. (A Folha Esportiva, 10/11/1938:62)

O automóvel requeria, para livre tráfego, que as vias estivessem livres de carros de bois, tropas de burros, cargas, cavalos e outros animais. Essa nova tecnologia disputava espaço com outros elementos da cidade, em suas atividades cotidianas: pedestres, vendedores ambulantes e de comércio de cargas. Nesse sentido, o automóvel impunha novas regras para que os moradores circulassem na cidade (Sávio, 2002:36), promovendo tensões no cotidiano das ruas da cidade.

A partir de todas essas imagens e conceitos do Álbum de 1934, podemos vislumbrar os desejos e propostas para a elaboração de uma cidade moderna. Médicos sanitaristas viam no estabelecimento da cidade sanitária a solução para conseguir organizar a leva de pessoas doentes e controlar o risco de a tuberculose tornar-se uma epidemia em São José. Com o estabelecimento da Estância em meados da década de 1930, os médicos e

engenheiros que chegaram, oriundos de São Paulo e indicados pelo governador do Estado, passaram a definir os rumos da cidade, com seus aliados políticos. Acrescido à esta proposta de reorganização sanitária, estava o estabelecimento de uma cidade bela e moderna, em diálogo com a cidade sanitária. Esta imagem de cidade que foi divulgada nas fotos do Album de 1934, ilustrando a cidade ideal propagada no artigo São José - Estância Climatérica: uma cidade de residências confortáveis e lindíssimos bangalôs, jardins bem cuidados, farta arborização, excelentes serviços de infra-estrutura básica, meios de transporte modernos, confortáveis e luxuosos, profissionais e aparelhamento médico para tratamento e cidade tranqüila para descanso (Caldeira, 1934:147-148). Álbum elaborado com auxílio de dinheiro público mostra-nos que, para além dos doentes de tuberculose, os governantes desejavam atrair a população endinheirada das capitais do Rio de Janeiro e São Paulo, que costumeiramente trataram suas mazelas em Campos do Jordão e iam em busca de férias em estâncias de clima agradável. Por este motivo, nessa publicação procuravam organizar a imagem de uma cidade moderna que poderia lhe proporcionar experiências agradáveis e estrutura semelhante à das capitais.

Concomitante com os desejos dos governantes, todo um conjunto de sociabilidades e modos de viver existia na cidade, ligando os moradores do perímetro urbano e do rural, em um contínuo de experiências e vivências próprias. Essas vivências se davam, muitas vezes, em torno de uma economia informal, construída de produtos oriundos do campo e produzida como forma de sobrevivência de grande parte da população pobre da cidade. Essa população habitava vários casebres no perímetro central, trazendo uma diversidade de vivências e importantes zonas de contato entre as populações pobres e os habitantes mais endinheirados da cidade. Estes contatos e trocas comerciais promoviam uma diversidade de atividades sociais, algumas inclusive burlando leis municipais, estaduais e federais e normas idealizadas pelos governantes municipais.

Nas décadas de 1920 a 1940, contínuo conflito se estabeleceu entre esses projetos de cidade, idealizados pelos governantes, e as sociabilidades construídas na luta pela vida na modesta cidade, possíveis de serem encontrados nos periódicos, revistas, documentos administrativos da cidade; especialmente nos periódicos, encontram-se amplas campanhas visando a criminalizar espaços e comportamentos de moradores de São José, em favor de uma cidade sanitária. Alguns desses espaços e atividades sociais serão apresentados a seguir.

Capítulo II

Jogos de Azar, Bares e Botequins:

Sociabilidades e Sanitarismo em São José dos Campos

(...)

*O chefe da polícia,
Pelo telefone,
Manda me avisar
Que, na Carioca,
Tem uma roleta
Para se jogar!*
Pelo Telefone (1916)
Almirante

(...)

*A colombina entrou num butiquim
Bebeu, bebeu, saiu assim, assim
Dizendo: pierrô cacete
Vai tomar sorvete com o arlequim*
Pierrô Apaixonado (1936)
Noel Rosa / Heitor dos Prazeres

*Tornei-me um ébrio e na bebida busco esquecer
Aquela ingrata que eu amava e que me abandonou
Apedrejado pelas ruas vivo a sofrer
Não tenho lar e nem parentes, tudo terminou
Só nas tabernas é que encontro meu abrigo
Cada colega de infortúnio é um grande amigo
Que embora tenham como eu seus sofrimentos
Me aconselham e aliviam os meus tormentos*
O Ébrio (1935)
Vicente Celestino

Os grupos mais influentes de São José dos Campos entre os anos de 1920 e 1930, encontravam-se em franco conflito de idéias para qual modelo de cidade iriam partir, visando a reordenar o espaço urbano: a cidade sanatorial ou a cidade industrial.

Ambos os projetos dialogavam com algumas concepções e parâmetros de modernização, nos moldes europeus de civilização, como vimos no capítulo anterior. Mais do que isso, essas propostas para São José coincidiam em uma questão: um olhar crítico e severo sobre os grupos mais pobres da cidade. Essa vigilância teve grande visibilidade na imprensa local. No jornal *O Correio Joseense*, várias reportagens esquadrihavam a vida e os comportamentos dos moradores pobres, especialmente nos espaços públicos dessa população. Entre os temas que mais emergiram, em meados da década de 1930, destacam-se os jogos de azar.

Em São José dos Campos, críticas à presença do jogo do bicho, na cidade, já apareciam nos periódicos do início do século XX. O jornal *O Progresso*, em 1904, noticiou a ofensiva da delegacia de polícia local frente aos jogos de azar, elogiando a atuação do delegado de polícia Tenente Leite Machado, ao proibir os jogos de parada, com base no artigo 374 do código penal⁹⁰. Também foram publicados poemas satíricos nesse mesmo periódico, ironizando a atuação da delegacia local no combate ao jogo do bicho:

Cantigas
LII

Anda bem atrapalhada
A rapasiada vadia,
Porque o seu delegado
Não quer saber de folia.

Que vão puxar o *guatambù*
Com força e boa vontade,
Que assim, entendo elle
Faz obra de caridade.

Assim também os bicheiros
Atrapalhadinhos estão,
O delegado não deixa
Fazer jogo nem de tostão!

Mas a língua do povinho
Ferina, como sempre foi,
Diz que se fazem por ahi

⁹⁰ *Jogo*, Jornal *O Progresso*, Anno II, nº5, 12/11/1904, pág.03. Diz o seguinte o artigo 374: “Art. 374. Será julgado e punido como vadio todo aquelle que se sustentar do jogo, além de incorrer na pena do paragrapho unico do art. 369.” http://www.ciespi.org.br/base_legis/legislacao/DEC20a.html

Joguinhos na vacca ou boi.

TULLIO. (O Progresso, 19/11/1904: 03)

Sem a intenção de se aprofundar nas sociabilidades do início do século XX, que não caberia aos limites deste trabalho, a partir da poesia, foi possível perceber uma atuação mais forte da polícia no cotidiano da cidade. Nesses elogios à atuação do delegado de polícia de 1900, tem-se dois elementos, vistos também posteriormente na década de 1930. O primeiro deles foi a ligação entre o jogo e a vadiagem, à falta de ocupação. De fato, veremos, nas próximas páginas, uma relação direta entre vício, falta de ocupação e jogo, como comportamentos negativos a serem extirpados da sociedade.

Outro elemento visível no jornal O Progresso era a resistência dos moradores em sua busca por diversão nos jogos. Mesmo com a vigilância do corpo policial, a jogo se fazia às escondidas e à revelia da polícia. Essa resistência das bancas de bicho pode ser encontrada no poema quando sugere que, mesmo com a polícia da época recrudescendo a ação, para impedir a atuação dos banqueiros de bicho, eles continuavam em atividade à revelia da força policial.

Já na década de 1930, de abril de 1935 a dezembro de 1938, uma série de reportagens, artigos e seções foi publicada no Correio Joseense em torno dos jogos de azar. Em 1935, concentraram-se reportagens sobre as crianças abandonadas nas ruas e suas relações com os jogos de azar⁹¹, vistos como potenciais deflagradores de criminalidade.

Em 1936, uma determinação da Delegacia Regional de Guaratinguetá, instituição hierarquicamente superior à Delegacia de Polícia local, determinou que esse órgão proibisse o jogo de víspora⁹², explorado pelo Esporte Clube São José e pela Associação Esportiva São José, o que foi cumprido, desmontando o jogo nessas associações, que eram as principais entidades esportivas de São José na década de 1930.

⁹¹ Sobre as crianças abandonadas nas ruas e suas sociabilidades, falaremos mais profundamente no terceiro capítulo.

⁹² O Jogo de víspora era uma espécie de loto ou bingo, onde distribuíam-se cartelas numeradas e havia um funcionário que retirava do saco pedras numeradas e as “cantava” em voz alta, sendo chamado de cantor (Carvalho, Deda. O Víspora In *Brefaias e burundangas do folclore sergipano APUD* Jangada Brasil, N° 36, Ano III, Agosto de 2001, retirado do site <http://www.jangadabrasil.com.br/agosto36/pa36080a.htm>, no dia 22 de Abril de 2004 às 15:31. Jogo popular no Brasil durante o século XIX e XX, foi citado em obras da literatura brasileira, como *A Normalista*, de Adolfo Caminha, relacionando-o ao crime Bezerra, Carlos Eduardo. *Poder, violência e exclusão nos romances A Normalista e Bom-Crioulo, de Adolfo Caminha*. Texto integrante dos Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. 08 a 12 de setembro de 2008. retirado do site <http://www.anpuhsp.org.br/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Carlos%20Eduardo%20Bezerra.pdf> em 22/04/2009, em 15:37.

A Associação Esportiva foi fundada em agosto de 1913, com sede social também na rua 15 de Novembro (Caldeira, 1934:120). Tinha como objetivo inicial a criação de uma sociedade de futebol. (Siqueira, 1991:90). Tinha como membros da diretoria jornalistas como Napoleão Monteiro, professores como Afonso César de Siqueira, comerciantes como José Miragaia, fazendeiros, farmacêuticos, entre outros (Siqueira, 1991: 91-92). Possuía um campo de futebol na Rua Humaitá (Siqueira, 1991:118). Em 1938, possuía time de bola ao cesto e de futebol, que participava de campeonatos no interior e na capital (Caldeira, 1934:120).

O Esporte Clube tinha uma sede social localizada na Rua 15 de Novembro, onde eram realizadas reuniões dos sócios, bailes, audições de rádio e partidas de bilhar. Outras atividades realizadas pela associação eram torneios de basquete, ping-pong, salto de altura e com vara, barra, entre outros. Tendo à frente o diretor esportivo Nelson Martins e o empresário Renato Becker, tinha como objetivo o estímulo a práticas esportivas para que pudessem “(...) influir para o desenvolvimento physico da mocidade local”. Em 1938, possuía quadra de tênis e time de futebol (Santos, 1938).

Essas associações se assemelhavam aos clubes e agremiações instalados no Rio de Janeiro, com o objetivo de promover atividades de caráter físico e competitivo. Frequentado somente pelos grupos mais ricos da capital federal, no século XIX, esses clubes eram inspirados no modelo europeu⁹³, especialmente o inglês (Herschmann; Lerner, 1993:36).

Como clubes dos moradores mais influentes, tanto política quanto economicamente, eram divididos pelas divergências políticas dos moradores joseenses. A associação esportiva era um tradicional reduto de encontros dos membros do Partido Republicano Paulista local - PRP. O Esporte foi criado pelo Partido Democrático. Essas divergências e influências demonstram a relação entre o esporte e o poder no período.

O jogo de víspera era muito comum em quermesses e em feiras beneficentes, sendo uma forma de diversão em casas e fazendas, como nos apresentou Siqueira em suas memórias, em meados da década de 1920, quando em visita à Fazenda do Taquari, nas proximidades de Santana, de propriedade de Juca Rozendo, em suas férias escolares:

⁹³ Ver também RAGO, Margareth. A Invenção do Cotidiano na metrópole: sociabilidade e lazer em São Paulo, 1900-1950. In: PORTA, Paulo (org.). *História da Cidade de São Paulo – A Cidade na Primeira Metade do Século XX*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. pp.:386- 435.

Seu Cunha estava sempre na casa do Juca e fazia parte permanente da “roda” que lá sempre havia, e que era aumentada nos domingos, (...). Porém, quando apareciam o Agenor de Oliveira, o Tota e o Néias, a reunião era uma alegre festa. As senhoras que eram freqüentes naquela fazenda eram Dona Alzira Mello, Dona Franquinha, do seu Waldomiro, Dona Trindade, do Agenor, e Dona Maricas, do Zequinha Dias.

Quando a turma estava completa armavam sempre um víspera que era jogado a \$2,00 (dois tostões) a cartela. Seu Juca cantava os números e ia tirando da sacola, e os nomeava de maneira pitoresca (...). (Siqueira, 1991:335)

A citação nos mostra que a víspera era um jogo comum aos grupos da cidade. Embora usufruído no espaço de uma fazenda, temos a presença de moradores da cidade, como o comerciante Agenor de Oliveira, Dona Alzira Melo, entre outros.

Na década de 1930, a proibição da víspera, nas associações freqüentadas pelos grupos mais poderosos da cidade, não foi bem encarada pelos redatores do *Correio Joseense*. Em resposta, na mesma reportagem, o jornal iniciou campanha direta contra a exploração do jogo do bicho⁹⁴ na cidade. Considerado um grande mal pelo redator das notícias, o autor assim descreveu a ação do jogo na cidade de São José dos Campos:

Em outros tempos, os exploradores do jogo do bicho, procuravam acobertal-o, como ainda hoje muitos o fazem, com os chalets de vendas, de bilhetes de loteria. Hoje, muitos delles, num desafio aos bons costumes, a moral e a policia, para fugirem ao pagamento de impostos installam “escritorios” em plena cidade, onde bancam abertamente o jogo dos bicho (O Progresso, 07/06/1936: capa)

Essa relação entre chalés de loteria⁹⁵ e o jogo do bicho foi também encontrada nas memórias. Siqueira, ao descrever as ruas de São José, nas décadas finais de 1920, apontou

⁹⁴ Jogo criado em 1892, por João Batista de Vianna Drummond, o Barão de Drummond, proprietário do Jardim Zoológico do Rio de Janeiro, para auxiliar na manutenção deste estabelecimento de diversão. Inicialmente consistia na aquisição, pelos participantes, de um tíquete de entrada com uma imagem de um bicho do zoológico. Após, às cinco horas da tarde, era retirado de uma caixa de madeira, na ponta de um poste, o qual retirava-se uma imagem de bicho em seu interior. Os visitantes que tivessem a mesma imagem ganhavam 20 mil réis, vinte vezes mais o que havia pagado de entrada. Este jogo foi aprovado pela Câmara do Rio tendo em vista as propostas de ampliação das atividades do zoológico com as verbas conseguidas, sujeito à fiscalização do aparelho policial. Com a ampliação da venda do jogo para fora dos muros do Jardim e o crescimento da venda, o jogo foi proibido em 1895, através do decreto 133. MAGALHÃES, Felipe. *A Fuga dos bichos ou A origem da loteria mais popular do Brasil*. Cidade Nova Revista, Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2007, nº 1, pág. 53-67, retirado do site http://www.rio.rj.gov.br/arquivo/anexo/revista_cidade_nova.pdf em 22/04/2009 em 16:03.

⁹⁵ Essa função de arrecadar fundos para obras permanece até hoje, sendo utilizada por outras instituições como a Igreja Católica, por exemplo. Em 1962, a loteria federal foi incorporada à Caixa Econômica Federal. VICENZO, José Carlos Oliveira de. *Loteria Esportiva, uma paixão de muitos*. Retirado do site <http://books.google.com/books?hl=pt-BR&lr=&id=IUWTiPTTrNbcC&oi=fnd&pg=PA9&dq=hist%C3%B3ria+loterias&ots=UtISsWBwFH&sig=Iz6NmQWbO9r1KehuXXbXRwrzV9w> em 13/05/2009 às 23:28.

a presença de vários chalés no perímetro central, dizendo que os mesmos também vendiam o jogo do bicho. Na Rua 15 de Novembro, havia um chalé de loteria e do bicho, de propriedade de Candido Barbosa em sociedade com um homem de nome Félix. Aos domingos e feriados, nos fundos do chalé, funcionava um salão de víspera (Siqueira, 1991:169). Na Rua Siqueira Campos, nas proximidades do Matadouro havia intercalado a casas pequenas e simples, um chalé de loterias, que também vendia jogos do bicho (Siqueira, 1991:222). Na Rua Sete de Setembro, ao lado da residência do Prefeito da época, Cel. João Alves da Silva Cursino, estava localizado um chalé de loteria, imobiliária e casa de jogo do bicho, de propriedade de Abel Cursino (Siqueira, 1991:232). Na mesma rua Sete, no segundo quarteirão, havia o chalé-de-bicho de João Bráulio (Siqueira, 1991:235). Além desses, havia um chalé de loterias na Rua 15 de Novembro. Esse foi o único estabelecimento que os relatos de Siqueira especificava somente como chalet de loterias, sem vender concomitantemente com o bicho (Siqueira, 1991:163). A partir das memórias de Siqueira foi possível identificar que o jogo do bicho estava disseminado pelos chalés de loteria, com uma relativa aceitação das autoridades policiais.

Nos jornais da década de 1930, encontramos anúncios sobre esses chalés. O Correio Joseense não circulou nos primeiros anos da década, devido à mudança de seu proprietário, Napoleão Monteiro. Neste período, um outro jornal, A Folha Esportiva, fundado em 1929, era o principal divulgador de notícias e propostas governamentais, jornal escolhido pelo Governo municipal para a veiculação de portarias, leis e decretos municipais, recebendo uma quantia mensal para este fim. Jornal semanal, de propriedade de Antonio Cursino e Faria constam do Arquivo Publico Municipal da cidade somente alguns números esparsos, nos quais encontrou-se referências sobre a existência de algumas casas de jogos na cidade. Nenhuma propaganda de bancas de jogo do bicho foi encontrada nesse periódico, somente casas de venda de bilhetes de loteria. Em 1935, encontravam-se na cidade o Banco Lotérico⁹⁶, existente na Rua Siqueira Campos, nº 13 a sub-agência Fazanello⁹⁷, na Praça João Pessoa, nº 20. Em 1937, foi publicada a propaganda da Casa Favorita⁹⁸, filial da agência de loterias existente em São Paulo, na Rua Siqueira Campos, número 29.

As loterias no Brasil iniciaram-se com D. João VI, em 1784. Embora não sendo

⁹⁶ A Folha Esportiva, Anno VII, Num. 335, 22/06/1935, capa. Em 31 de Dezembro de 1938, a Folha Esportiva publicou propaganda da Casa Asiática de Salomão Pedro e Filho, cujo o endereço era o mesmo, Praça João Pessoa, 20, o que pode indicar que a sub-agência fechou, mudou-se ou foi incorporada pela casa asiática (Folha Esportiva, Anno X, Num 519, 31/12/1938, pág 02)

⁹⁷ A Folha Esportiva, Anno VII, Num. 335, 22/06/1935, pág. 02.

⁹⁸ A Folha Esportiva, Anno VIII, Num. 416, 09/01/1937, pág. 03.

regulamentadas, as loterias foram criadas para arrecadação de fundos em obras de caridade e infra-estrutura. Em 1843, ocorreu a criação da primeira loteria regional, no Rio Grande do Sul. Nas primeiras décadas do século XX, ficou nas mãos de companhias privadas, através de contratos de concessão com o governo federal, como a Cia Nacionaes do Brasil, que recebeu a concessão em 1916. Permaneceu durante todo esse período como uma das principais alternativas para a arrecadação de fundos, tanto por instituições governamentais, públicas e religiosas, como pela Igreja Católica (Herschmann; Lerner, 1993:66-67).

A legislação vigente na década de 1930, o código penal de 1890, permitia a venda de loterias, desde que fossem as autorizadas pelo governo federal, impondo multa e prisão para os que não cumprissem a lei⁹⁹. No entanto, vimos que na prática havia grande permissividade em relação aos chalés de loteria¹⁰⁰. Uma vez que havia tributos pagos por esses chalés sobre os bilhetes vendidos, os governos das mais diversas instâncias foram convenientemente flexíveis com esses estabelecimentos de jogos e suas concessionárias (Herschmann;Lerner, 1993:66)

A preocupação com as atividades de jogos de azar, em São José dos Campos e mesmo no Brasil, não era novidade. O código penal vigente à época era o de 1890. Embora em 1937 se tentasse aprovar um novo código, este só foi aprovado em 1940. No código penal de 1890 os jogos de azar eram categorizados como contravenção¹⁰¹. Encontrado no

⁹⁹ O Código Penal de 1890, em seu capítulo segundo do livro III – Das Contravenções em espécie, legisla sobre as loterias e rifas:

“Art. 367. Fazer loterias e rifas, de qualquer especie, não autorizadas por lei, ainda que corram annexas as qualquer outra autorizada: Penas - de perda para a Nação de todos os bens e valores sobre que versarem, e multa de 200\$ a 500\$000.

§ 1º Será reputada loteria ou rifa a venda de bens, mercadorias ou objectos de qualquer natureza, que se prometter ou effectuar por meio de sorte; toda e qualquer operação em que houver promessa de premio ou beneficio dependente de sorte.

§ 2º Incurrerão em pena:

1º, os autores, emprehendedores ou agentes de loterias ou rifas;

2º, os que distribuirem ou venderem bilhetes;

3º, os que promoverem o seu curso e extracção.

Art. 368. Receber bilhetes de loteria estrangeira, para vender por conta propria ou alheia, ou em quantidade tal que razoavelmente não se possa presumir outro destino: Penas - de perda, para a Nação, de todos os bilhetes apprehendidos, respectivos valores e premios, e multa de 500\$ a 2:000\$000.

Na mesma pena incorrerão os que passarem bilhetes, os offerecerem á venda, ou de qualquer modo disfarçado fizerem delles objecto de mercancia.” (site do Senado Federal pesquisado no dia 01 de agosto de 2009, no site <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>.)

¹⁰⁰ Os book-makers no Rio de Janeiro, meses após a proibição do jogo, utilizavam-se de escritórios de comissões, de descontos e botequins para vender o jogo, estratégia também denunciada em São José dos Campos. MAGALHÃES, Felipe, op.cit.

¹⁰¹ “Art. 8º Contravenção é o facto voluntario punivel que consiste unicamente na violação, ou na falta de observancia das disposições preventivas das leis e dos regulamentos.”. Decreto nº 847 de 11 de Outubro de 1890, pesquisado em site do Senado Federal no dia 01 de agosto de 2009, no site <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>.

livro III – Das Contravenções em espécie, os jogos de azar eram considerados todos os jogos cujo ganho ou perda dependessem inteiramente da sorte (art. 370), excetuando-se as apostas de corridas a pé ou a cavalo, ou outras semelhantes¹⁰². Em seis artigos, determinava punição para os que mantivessem casas de jogos, incitassem menores de 21 anos a jogar, usassem de violência para obrigar alguém a jogar, fraudassem jogos para vencer, além de categorizar como vadia toda pessoa que vivesse unicamente do jogos de azar¹⁰³. As penas variavam de multa, perda de materiais a prisão de meses a anos. A maior pena era para quem usasse de meios fraudulentos, maior inclusive que a pena relativa aos proprietários de casas de jogos.

Em outras notícias do mesmo jornal, verificou-se que seus articulistas consideravam o aparelho policial como uma força civilizatória, relacionando jogo, trabalho e vícios morais:

Não somos favoráveis ao jogo do bicho ou a qualquer outro e, achamos que o snr. Tenente Leite Machado, delegado de policia, prestará inolvidável serviço à nossa população si conseguir realmente extinguir com a jogatina e afastar desse vicio tantos rapazes que em lugar de um trabalho honesto e útil, procuram viver de explorar o jogo e estão aos poucos se inutilizando. (...) A maioria do povo está enlevada com o jogo e é por isso preciso a maior somma de severidade e imparcialidade para a repressão desse vicio. (O Progresso, 17/12/1904:03)

O artigo encarava o jogo como o oposto ao trabalho honesto, sendo os jogos de azar considerados como um vício que inutilizaria os jovens para a sociedade. Um dos sentidos possíveis de se extrair dessa notícia, em relação aos jogos de azar, era o entendimento que

¹⁰² Idem.

¹⁰³ “Art. 369. Ter casa de tavolagem, onde habitualmente se reünam pessoas, embora não paguem entrada, para jogar jogos de azar, ou estabelecel-os em logar frequentado pelo publico: Penas - de prisão cellular por um a tres mezes; de perda para a fazenda publica de todos os aparelhos e instrumentos de jogo, dos utensilios, moveis e decoração da sala do jogo, e multa de 200\$ a 500\$000.

Paragrapho unico. Incurrerão na pena de multa de 50\$ a 100\$ os individuos que forem achados jogando.

Art. 370. Consideram-se jogos de azar aquelles em que o ganho e a perda dependem exclusivamente da sorte.

Paragrapho unico. Não se comprehendem na proibição dos jogos de azar as apostas de corridas a pé ou a cavallo, ou outras semelhantes.

Art. 371. Jogar com menores de 21 annos ou excital-os a jogar: Penas - de prisão cellular por um a tres mezes e multa de 50\$ a 100\$000.

Art. 372. Usar de violencia para constringer alguem a jogar, ou manter jogo: Penas - de prisão cellular por um a seis mezes e multa de 100\$ a 200\$, além das mais em que incorrer pela violencia.

Art. 373. Usar de meios fraudulentos para assegurar a sorte no jogo ou o ganho na aposta: Pena - de prisão cellular por um a quatro annos.

Art. 374. Será julgado e punido como vadio todo aquelle que se sustentar do jogo, além de incorrer na pena do paragrapho unico do art. 369.” Idem

esse auxiliaria a vadiagem, contrapondo-se ao trabalho¹⁰⁴.

Como se vê, no início do século XX já havia críticas aos jogos de azar nos periódicos da cidade. Na década de 1920, vê-se que os chalés de loteria estavam por todo o centro da cidade. Na década de 1930, os periódicos, especialmente o *Correio Joseense* retomaram muitas das críticas dos articulistas dos periódicos do início do século XX, acerca dos jogos de azar. Essa retomada pode ser entendida como a renovação das propostas civilizatórias da primeira República, reelaboradas sob a ótica dos higienistas, eugenistas, políticos e simpatizantes do Governo Vargas e suas propostas de construção da Nação Brasileira¹⁰⁵.

No início da década de 1930, foram tomadas algumas medidas contra os jogos de azar em São José dos Campos. Em 1931, o Prefeito municipal, Doutor Rui Dória decretou o ato nº 70, estabelecendo regulamentos proibitivos aos jogos de apostas e de parada¹⁰⁶. Em 1935, por determinação de autoridades superiores, o Delegado de polícia fechou duas casas de jogos, uma embaixo de um sobrado da travessa Bento Bueno e outra no térreo de um sobrado na Rua Sebastião Hummel, nº 7 (*Correio Joseense*, 25/07/1935: capa).

Ao que parece, essas medidas não impediam a presença dos jogos em São José. O *Correio Joseense* declarou que havia 53 estabelecimentos que exploravam os jogos de azar na cidade¹⁰⁷. Concentrando-se o ataque aos que promoviam os jogos de azar em 1936, o periódico justificou sua campanha a partir de suas vítimas. Em primeiro lugar, destacou que, em sua grande maioria, os que mais jogaram e sofriam com os jogos seriam os moradores pobres. Ao mesmo tempo, o periódico indicou que o maior prejuízo seria nas rendas do governo municipal, devido à fuga de divisas, decorrente do fato de que as bancas

¹⁰⁴ Sobre a constituição da concepção de vadiagem na primeira república ver: CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª ed., Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. Ver também CRUZ, Heloísa Faria. Mercado e Polícia – São Paulo, 1890-1915. In: *Revista Brasileira de História – Instituições*. São Paulo: Editora Marco Zero: ANPUH, v. 7, nº 14, mar/ago 1987.pp- 115-130, SANTOS, Luiz A. Castro. O Pensamento Sanitarista na Primeira República: Uma Ideologia de Construção da Nacionalidade. In: *Revista Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 28, nº 2, pp 137 a 276, 1985.

¹⁰⁵ Sobre essas propostas varguistas acerca do trabalhador e da sociedade brasileira ver OLIVEIRA, Lúcia Lippi et all. *Estado Novo – Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. Sobre as intervenções dessas propostas na vida dos trabalhadores ver ; RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar – A Utopia da Cidade Disciplinar – Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Sobre as propostas para educação,cultura e saúde ver SCHWARTZMAN, Simon et al. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000. Sobre as propostas eugênicas e sanitárias na década de 1930,ver DIWAN, Pietra. *Raça Pura – Uma História da eugenia no Brasil e no Mundo*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2007 e MOTA, André. *Quem é bom já nasce feito – sanitário e eugenia no Brasil*. 1ª ed. Rio de Janeiro:DP&A, 2003..

¹⁰⁶ Nº de Ordem 72, Acto nº 70, 21/05/1931, Fl. 8, livro de tomo 190 – Protocolo dos actos do Prefeito Municipal – 1930 a 1932. Arquivo Público do Município. Sobre os jogos de parada, até o momento, infelizmente,não encontramos nenhuma informação sobre como funcionava e onde se estabelecia.

¹⁰⁷ *Jogatina*, Correio Joseense, Anno XII, Num 689, 14/06/1936, capa.

de jogo de bicho enviavam o dinheiro para suas matrizes, em São Paulo. Essa fuga de divisas prejudicaria também o comércio. (Correio Joseense, 21/06/1936: capa). Nessa campanha denominada saneadora, o redator da notícia convocava a Associação Comercial e a Delegacia local de polícia a atuarem contra o jogo do bicho. O corpo policial foi cobrado no sentido de não acompanhar os comportamentos das autoridades da Capital, que faziam vista grossa ao jogo:

Nesse caso, terão que arcar com as conseqüências dessa obstinação, de vez que preferem desatender às solicitações da policia e por meios de artimanhas procuram burlar a sua acção ponderada, na campanha que ora se inicia na defeza dos interesses da collectividade, *notadamente o commercio*, o mais prejudicado com o crescente e impressionante movimento do jogo de bicho nesta cidade. (...). (Correio Jossense, 14/06/1936: 01)

Em relação às autoridades policiais da cidade, no entanto, o quadro de funcionários era reduzido, havendo reclamações para que se aumentasse, não possibilitando que cumprissem com suas obrigações. Segundo Caldeira havia, no serviço policial, o Delegado, 3 suplentes e um sub-delegado (Caldeira, 1934: 120). Em 1944, Flório, em seu relatório, nos informou a presença de 13 funcionários na Delegacia de Polícia da cidade, sendo o Delegado, um escrivão, um encarregado de trânsito contratado, um carcereiro, um sargento da polícia e 8 praças. Informou ainda que não possuía arrecadação, sendo a despesa paga pela Secretaria estadual de Justiça (Flório, 1944:115).

Embora conceitualmente os governantes municipais, quadros compostos por médicos e comerciantes, com diferentes propostas de cidade, propusessem mudanças na cidade, com vistas a aparelhar-la e organizar seus moradores, para tornar São José dos Campos uma cidade sanitária, como convinha à recente Estância Hidromineral e Climática, essas mudanças esbarravam em uma série de obstáculos, para além somente dos comportamentos pouco adequados de seus moradores. Assim, tanto os jornais O Correio Joseense quanto A Folha Esportiva criticavam a parca organização policial da cidade, dificultando a fiscalização e o controle dos moradores. O Correio Joseense, nos artigos relativos ao jogo do bicho nas ruas, cobrou das autoridades públicas uma atuação efetiva, uma vez que, embora os jogos de azar fossem proibidos à época, e já haviam sido fechadas duas casas de vispora na cidade, os chalets de jogo do bicho continuavam

atuando¹⁰⁸. A Folha Esportiva, por seu turno, publicou reportagem de capa, assinada pelo jornalista e redator-chefe do jornal Adhemar Gomide Santos, intitulada *Para Tranqüilidade Pública*, em que dizia que um dos maiores problemas locais era a organização de um perfeito e eficiente policiamento na cidade, destacando o pequeno número de praças e a pequena remuneração dos guardas municipais¹⁰⁹. Estas duas reportagens possuem diferença de seis meses de publicação, o que demonstra que o problema continuava na cidade, apesar dessas reclamações. Neste sentido, foi possível perceber que, se havia uma tentativa, por parte de diversos grupos majoritários da cidade, de modificar os comportamentos dos moradores da cidade, principalmente dos pobres, havia também uma relativa permissividade, em parte fruto das dificuldades estruturais da cidade e seus aparelhos de controle, que permitiam aos joseenses vivenciarem suas diversões na cidade.

O comércio a que o articulista do *Correio* se referiu localizava-se no perímetro central de São José dos Campos. Como já se viu, nas ruas centrais, como a Siqueira Campos, XV de Novembro e Sebastião Hummel havia, na época, várias lojas, entre casas de comércio, farmácias, armazéns de secos e molhados, além dos açougues e quitandas, inclusive os do Mercado Municipal. O influente grupo dos comerciantes, no período, era composto de famílias que vieram para São José dos Campos no início do século XX.

Em livro publicado em 1994, comemorativo dos 51 anos de criação do Sindicato do Comércio Varejista¹¹⁰, foram construídas várias micro-biografias de comerciantes da cidade, principalmente os de maior destaque econômico e político, que nos possibilitaram ter um quadro do perfil e da atuação desses comerciantes, principalmente dos que atuaram ou chegaram na cidade até meados da década de 1940. Em grande parte, nascidos de famílias oriundas de outras cidades do Estado de São Paulo, com muitos representantes

¹⁰⁸ São várias as notícias criticando a atuação policial neste caso, mas destacamos aqui a reportagem *Prossegue a jogatina, graças a inexplicável tolerância das autoridades competentes, notadamente da autoridade Policial local.*, publicada na capa de O Correio Joseense, N°693, Ano XII, de 19/07/1936.

¹⁰⁹ Jornal A Folha Esportiva, em 9 de Janeiro de 1937. Cita para isto o roubo de uma senhora, dona de barraca de verduras que foi assaltada em 600\$000 em pleno dia, além de roubos nas casas na época de Natal. Nesta apontou como principal problema o número de praças que o Estado designou para a cidade. A Delegacia local era classificada de 4ª Classe, tendo direito a 10 praças. No entanto, a cidade sempre teve uma média de 5 a 6 praças e 3 guardas para fazer a vigília noturna. Outro problema que apontou é a parca remuneração destes guardas noturnos, que recebiam somente 600\$000 anuais, ou seja 50\$000 mensais. A Folha Esportiva, 09 de Janeiro de 1937, num. 416, Anno VIII, capa.

¹¹⁰ O livro publicado em 1994, pelo Sindicato do Comércio Varejista de São José dos Campos, denominado *São José dos Campos: o Comércio e o Desenvolvimento*, em homenagem aos 51 anos de criação desta entidade (1943), informa, em seu editorial, o objetivo de apresentar o desenvolvimento da cidade de São José, através do comércio e da indústria, ocorrido principalmente devido aos diretores e presidentes tanto do Sindicato, como da Associação Comercial e Industrial de São José dos Campos (criada em 1935).

das colônias libanesas (em maior número), portuguesas e italianas (em menor número)¹¹¹, aportaram na cidade nas primeiras duas décadas do século XX¹¹². Filhos de agricultores, em sua maioria, chegaram e estabeleceram negócios na área central, armazéns de secos e molhados, casas de produtos em geral.

Já os farmacêuticos instalaram-se nas quatro primeiras décadas do século XX, atraídos pelo comércio criado em torno do tratamento da tuberculose. Em 1930, havia mais de dez farmácias na cidade (Amaral, 1930:34)

Os comerciantes, pessoas influentes politicamente, atuavam também na caridade, como forma de se inserirem na sociedade, angariarem alianças e adquirirem status. Eram, juntamente com os poucos industriais locais, os maiores doadores a várias instituições beneficentes e assistenciais, como as gerenciadas por religiosos: Santa Casa de Misericórdia, Casa Santa Inês e Asilo Éden; entidades particulares, como a Liga de Assistência Social e de Combate à Tuberculose; entidades assistenciais e esportivas, como, o Tênis Clube São José, a Associação Esportiva São José, a Associação Atlética de Santana, entre outras.

Os comerciantes também foram prefeitos e vereadores, intervindo diretamente nos rumos da política da cidade. Outros atuavam indiretamente na política local, relacionando intervenções municipais com interesses pessoais. Pedro Rachid, libanês que chegou a São José dos Campos em 1910, era conselheiro do Prefeito Cel. João Alves da Silva Cursino (gestão 1923-1930). Nessa gestão, auxiliou nas políticas de incentivo às indústrias e à construção de estradas, ligando São José às outras cidades. Ao mesmo tempo, era representante comercial do Cimento Perus, o que possibilitou uma conjugação de interesses.

Grupo econômico heterogêneo, os comerciantes, através de suas associações classistas, participação em entidades assistenciais e esportivas e patrocínio em

¹¹¹ Essa informação é relativa ao trabalho *São José dos Campos: o Comércio e o Desenvolvimento* e refere-se aos comerciantes do perímetro central. Segundo o trabalho de Flório, em 1944, a quantidade de imigrantes estrangeiros era bem diferente: italianos – 136, japoneses – 54, alemães – 38, sírios – 26, portugueses – 20, austríacos – 10, espanhóis – 5, romenos – 4, argentinos e poloneses – 3, húngaros, turcos, norte-americanos – 1 habitante, num total de 302 estrangeiros na cidade, segundo dados da Prefeitura Municipal, excetuando-se doentes de tuberculose que procederam de outros municípios para tratamento em São José (Flório, 1944:45)

¹¹² Maria Inez Borges Pinto nos apresenta em seu trabalho que a política imigratória brasileira tinha como principal objetivo regular os salários da mão de obra cafeeira em baixos valores, para manter os lucros dos cafeicultores, trazendo grande massa de imigrantes, em maior número do que as fazendas necessitavam (Pinto, 1994:37). Com a decadência das lavouras de café, muitos destes imigrantes saíram das fazendas deslocando-se para as cidades do interior e capital. Alojaram-se em localidades com a presença de conterrâneos, que através de laços de parentesco e de procedência, auxílio mútuo e tempo para se estabelecer, mesmo que em condições precárias (Pinto, 1994:51).

publicações, como álbuns e almanaques, exerceram diversas influências nas reformas e planejamento que estavam sendo propostos à cidade, possibilitando que suas vozes e visões de mundo pudessem e devessem ser ouvidas pelos poderes públicos.

Nem todo o comércio era valorizado. Ao contrário, alguns comerciantes eram considerados suspeitos da exploração de jogo ilícito pelo *Correio*:

Em outros tempos, os exploradores do jogo do bicho, procuravam acobertal-o, como ainda hoje muitos o fazem, com os chalets de vendas, de bilhetes de loteria. Hoje, muitos delles, num desafio aos bons costumes, a moral e a policia, para fugriem ao pagamento de impostos installam “escrptorios” em plena cidade (Correio Joseense, 07/06/1936:capa)

Os banqueiros, não satisfeitos em explorar os incautos em suas próprias arapucas, servem-se de cambistas que percorrem a cidade angariando o jogo e, o que é mais deplorável, augmentam suas rendas com o concurso de alguns commerciantes, que se prestam ao triste papel de agenciadores do malfadado jogo de bicho, a troco de um ordenado ou de uma commissão. (Correio Joseense, 28/06/1936:capa)

O prejuízo para a cidade e para o comércio aconteceria, uma vez que as divisas financeiras conseguidas pelos bicheiros locais eram transferidas para a cidade de São Paulo, deixando de ser utilizadas no comércio local. Perderia também, o governo municipal, uma vez que aquele dinheiro estava livre de impostos, já que era ilegal. Esse desvio, um montante de 600 contos de réis (Correio Joseense, 21/06/1936: capa), seria prejudicial para uma cidade que se organizava como estância, especialmente contando com as verbas oriundas dos impostos¹¹³.

No entanto, os articulistas cobraram uma atitude maior da Associação Comercial local, que, segundo o jornalista Monteiro, era a instituição representante das classes conservadoras da cidade e deveria imitar a ação da Associação de Niterói, Rio de Janeiro, que protestou ao governo do Rio de Janeiro contra o jogo do bicho, ameaçando uma greve do comércio de três dias, caso o governo carioca não tomasse alguma atitude (Correio Joseense, 12/07/1936:capa).

O entendimento de Napoleão Monteiro sobre o prejuízo do comércio deveu-se, em grande parte, a uma forte relação do jornalista com o comércio local. Seu jornal mantinha-se através de quatro fontes. A primeira delas seriam as vendas em bancas e assinaturas,

¹¹³ Esta verba foi estabelecida pelo decreto nº 7007 de 1935, que determinava que todo dinheiro arrecadado na cidade permaneceria aqui. Mas como vimos anteriormente, a emenda 103 que possibilitou a manutenção da Câmara Municipal, possibilitou também a manutenção da Coletoria estadual e sua autonomia para transferir estas verbas ao município, o que efetivamente ocorreu em 1938.

adquiridas a 12\$000 anuais. A segunda, Napoleão Monteiro era agente de vendas das assinaturas do *Jornal da Manhã*, *Folha da Noite* e o *Jornal*. Outra fonte seriam os contratos para a publicação de portarias e leis municipais, importantes fontes de recursos para o jornal. Com o monopólio da publicação de portarias nas décadas de 1920 e na segunda metade da década de 1930, o periódico acabava apoiando, muitas vezes, a atuação do governo municipal, mesmo com a franca oposição de Napoleão Monteiro à instituição da estância sanatorial. Ao mesmo tempo, foi possível, compreender melhor a rivalidade entre o *Correio Joseense* e a *Folha Esportiva* que, além de rivais políticos, disputavam os contratos de publicação da Prefeitura Municipal. Um dos recursos mais estáveis do jornal *O Correio Joseense* eram seus anunciantes: lojas de roupas, casas de secos e molhados, farmácias, programação dos teatros e cinemas da cidade, produtos cujos representantes eram as casas comerciais da cidade.

Além dos comerciantes, os doentes de tuberculose apareceram como envolvidos com os jogos de azar. Em 21 de Julho de 1935, na Seção Livre do *Correio Joseense*, o sr. Paulo K. Salem, tuberculoso em tratamento na cidade, mandou uma carta ao jornal que denunciava (*Correio Joseense*, 21/07/1935:04) o senhor Badue Cury, comerciante proprietário, na época, da Casa Fiel. A carta de Salem afirmava que o comerciante, membro da comunidade sírio-libanesa de São José dos Campos, teria se aproveitado de um donativo de 100\$000 que a Sociedade de Damas Sirias da cidade de São Paulo enviava mensalmente a Abdo Saade. Abdo era um tuberculoso que morava em pensão e havia falecido há aproximadamente um mês e meio da publicação da carta. Em resposta, O jornal publicou no mesmo dia e na mesma página uma carta resposta (*Correio Joseense*, 21/07/1935:04) de Cury, dizendo que Salem o caluniava porque o comerciante não lhe deu auxílio financeiro que aquele lhe pediu. Em sua resposta procurou demonstrar que Salem não era uma pessoa importante na cidade, sem ofício, e não confiável. Entre os motivos que ele deu, destaca-se abaixo, este trecho da carta:

Paulo K. Salem tem o gosto do jogo. Doente, precisando de auxílio de terceiros para se manter, freqüentava assiduamente as casas de jogo. Quem acha que um homem tal mereça auxílio (*Correio Joseense*, 21/07/1935:4)

Essas duas cartas demonstram o que pensavam alguns moradores e a imprensa local, sobre os jogos de azar. Proprietário de uma casa comercial em ponto central da cidade,

“comerciante graduado”, como disse na carta, e “pessoa de significação na cidade”, Cury apresentou-se como integrante do grupo de pessoas econômica e politicamente influentes na cidade. De fato, tanto Cury quanto sua Casa Fiel apareceram nos álbuns e números especiais dos periódicos locais, como pessoa da elite joseense¹¹⁴. A sua carta era dirigida aos leitores do jornal, principalmente aos seus pares de profissão, como defesa de sua honra e imagem. Para muitos desses leitores e produtores dos jornais, a prática dos jogos de azar eram uma medida da integridade ou não de uma pessoa.

A relação entre os doentes e o jogo apareceu também nas memórias de Bondesan:

Alcides Nunes vem colher os palpites do bicho. Vai, de talão, recolhendo o jogo. Não revela a aposta de um a outro, “para não estragar a fezinha”!
(Bondesan, 1967:22)

Entre as táticas dos banqueiros do bicho para angariar clientes, estava a visita às pensões sanatoriais para a venda de palpites do jogo do bicho. Os doentes eram uma alternativa econômica para muitos moradores da cidade. Recebiam dinheiro de seus pais, parentes ou entidades religiosas e classistas. Além da Sociedade de Damas Sírias, a Sociedade Israelita auxiliava a manutenção dos doentes tuberculosos judeus na cidade. Muitos deles aproveitavam esses donativos para usufruírem das diversões da cidade, como no relato das memórias de Bondesan, sobre um rapaz de nome Jofre. Segundo Bondesan, quando sadio, o rapaz, natural de Santos, levava uma vida desregrada, o que facilitou que a tuberculose se instalasse:

Acabou doente, e passou a colecionar adjutórios. Recebia da Ligas das Senhoras Católicas, da Federação de Voluntários, dos antigos patrões, dos pais. E botava tudo no jogo e na Floriza, que tinha casa na rua Paraibuna.
(Bondesan, 1967:20)

Além do jogo e das mulheres, Jofre também saía com amigos, conquistados nas pensões, para beber e farrear. Esse relato revela toda a teia de caridade e beneficência em torno dos tuberculosos nas estâncias. Essas entidades buscavam minimizar os riscos de

¹¹⁴ O comerciante Badue Cury apareceu na Folha Esportiva Especial de 1938, como representante da Colônia Libanesa local, um comerciante de destaque, proprietário da Casa Fiel, estabelecimento de mais de 16 anos. A mesma edição apresentava duas páginas de propaganda da Casa Fiel (Folha Esportiva Número Especial de 10/11/1938).

contágio, mas também fortalecer suas alianças e status. Alguns doentes de tuberculose, por outro lado, aproveitavam-se dessas entidades para usufruir das diversões locais, ampliando o contato com outros moradores da cidade, inclusive os mais pobres. Havia na concepção desses doentes a idéia de viver a vida, uma vez que a morte se apresentava muito próxima do cotidiano desses moradores (Bondesan, 1967: 20). Recusavam-se assim a seguir as prescrições médicas e as concepções de uma vida higiênica e morigerada, propostas para os doentes de tuberculose.

Embora a manutenção do doente na cidade fosse cara, os tuberculosos, além de agitarem a economia de São José, pela estadia em pensões, sanatórios, consulta aos médicos e compra de medicamentos em farmácias, propiciaram um aumento nas vendas do comércio local: compravam roupas, alimentos, freqüentavam bares, consumiam muitos produtos comercializados pelos vendedores informais, que transitavam nas ruas centrais (Bondesan, 1967).

Outros grupos foram considerados vítimas da ação dos bicheiros:

Por todos os recantos da cidade estão installadas as agencias dos gananciosos e inextruculosos banqueiros que vão sugando o dinheiro das suas victimas que são, na sua maioria, operários, empregados domésticos, jornaleiros, empregados do commercio e creanças inconscientes. (Correio Joseense, 21/06/1936: capa)

Uma série de categorias profissionais estavam expressas como vítimas preferenciais dos bicheiros, entre eles os empregados do comércio. Esses grupos de moradores da cidade eram compostos principalmente pelos trabalhadores pobres da cidade. Os operários compunham-se basicamente de trabalhadores de médias e grandes empresas da cidade, especialmente as fábricas Tecelagem Parahyba S/A (1927-1993), propriedade da Família Gomes e a Fábrica de Louças Santo Eugênio (1920-1972), propriedade da família Bonádio, a Malharia Alzira (1925), de Pedro David e a Cerâmica Santa Lúcia (1922), propriedade da família Becker.

A Tecelagem Parahyba possuía em 1934 em torno de 480 operários, moradores em sua maioria da região de Santana; a Santo Eugênio possuía 85 empregados que situavam-se na região central; a Malharia Alzira, por seu turno, tinha em seus quadros 48 operários e, finalmente a Cerâmica Santa Lúcia, localizada nos arrabaldes da cidade, possuía em torno de 45 operários Trabalhando em torno de 10 a 12 horas por dia, os trabalhadores

sofreram mudanças em sua organização e significação exatamente no período Vargas:

O trabalho, completamente desvinculado da situação de pobreza, seria o ideal do homem na aquisição de riqueza e cidadania. A aprovação e a implementação de direitos sociais estariam, desta forma, intrinsecamente ligadas a uma política ideológica de revalorização do trabalho como dimensão e essência da revalorização do homem. O trabalho passaria a ser um direito e um dever do homem; uma tarefa moral e ao mesmo tempo um ato de realização; uma obrigação para com a sociedade e o Estado, mas também uma necessidade para o próprio indivíduo encarado como cidadão. (Gomes, 1982:152-153)

A proposta governamental era desvincular da imagem do trabalho a visão negativa, oriunda da escravidão e construir, em torno das atividades trabalhistas, a imagem de única solução ao despossuído para almejar dinheiro e poder. O ato de trabalhar era a única alternativa e esperança do homem para alcançar sua riqueza individual e, ao mesmo tempo, propiciar riqueza ao conjunto da nação (Gomes, 1982:152). Os discursos que os articulistas dos jornais locais construíram em torno da criminalização dos jogos de azar, justificavam-se, nos seus artigos, pelos possíveis riscos que propiciariam à manutenção do trabalho dos moradores pobres de São José:

O resultado dessa manobra criminoso é transformar um empregado honesto ou uma criança em um parasita social, porquanto, uma vez viciados, não terão escrúpulo em lançar mão dos dinheiros dos patrões ou Paes, desviando das compras o necessário para a satisfação do vício que então já os domina. (Correio Joseense, 28/06/1936, capa)

A influência dos jogos como incitadores de vícios, segundo o escritor desse artigo, retiraria das suas vítimas a possibilidade de serem úteis à sociedade. Além de tornar seus jogadores “vadios”, inúteis à sociedade, seriam perigosos e prejudiciais a essa sociedade, pois esses moradores ameaçavam a propriedade privada, cometendo pequenos furtos ao dinheiro dos patrões. Mais do que isso, os jogos de azar ameaçavam a ordem, pois representavam, a um só tempo, uma espécie de ação lúdica democrática e a possibilidade real de ascensão social.

Pela sua característica de ser um jogo fundamentado na sorte, no acaso, promovia uma equidade entre os jogadores, independentemente de suas diferenças étnica, social, ou econômicas. Em um país em que as populações pobres estavam alijadas das decisões, o

jogo representava um canal de participação (Herschmann;Lerner, 1993:33). Ao mesmo tempo, o bicho firmou-se como um jogo popular, pois era mais barato do que qualquer outro, inclusive as loterias (Idem:71). Além de popular, era conhecido por honrar os compromissos, uma vez que cumpria com suas promessas de pagamento, outro fator que antepunha-se à realidade social dos mais pobres (Idem: 75). Por fim, ele possibilitava ao seu jogador a esperança de enriquecimento rápido, de mudança de vida, ligando-se ao sonho e ao mágico (Idem:77). Essas características propiciariam o crescimento tão rápido da prática do jogo do bicho entre as camadas mais pobres do país e em São José. Ao mesmo tempo, a esperança de riqueza, a partir do jogo, antepunha-se às concepções federais de valorização do trabalho, aumentando ainda mais o combate ao bicho.

É visível a relação entre jogos, vícios e crimes, misturando-se nesse discurso, visões médicas e morais. Essa relação pode ser vista nas denominações que os autores utilizavam para descrever os comportamentos relacionados aos jogos.

Em uma das reportagens, seus redatores apropriavam-se de termos usuais no linguajar médico, relacionando-os às doenças:

Jogatina desenfreada – Os chalets de bichos em franca prosperidade – A policia impotente para combater esse **cancro social**. Os tentáculos do tremendo polvo attinge impiedosamente cenetas de creanças que se iniciam na senda do crime e da perversão.

Constituirão os bicheiros uma potencia?

A nossa campanha contra a jogatina será improfícua?(...)

Não somos partidários de medidas violentas; já o dissemos. Entretanto, estamos inclinados a acreditar que jamais conseguiremos acabar com essa **praga**, por meios brandos, conselhos, pedidos, advertências etc. Os bicheiros obstinam-se em não attender às determinações da policia como que desafiando-a a um pronunciamento mais enérgico, violento mesmo. (...)

Essa circumstancia, porem, não nos fez e não nos fará desistir da **campanha de saneamento** a que nos propusemos, visando concorrer para a **extirpação** desse grande mal que a todos prejudica, material e moralmente, de modo directo ou indirecto. (Correio Joseense, 21/06/1936: capa – grifos nossos)

As palavras saneamento, praga, cancro e extermínio são terminologias comuns na medicina. Saneamento¹¹⁵ nos remete a processos de limpeza e extirpação de doenças. As

¹¹⁵ Segundo o dicionário Aurélio: “Saneamento – (..) 1. Ato ou efeito de sanear 2. conjunto de medidas que visam a assegurar as condições necessárias à qualidade de vida de uma população, sobretudo por meio de canalização e do tratamento dos esgotos urbanos e industriais.(...)” (Ferreira, 2004:1799); “Praga – (...)1. Imprecação contra alguém. 2.Grande desgraça, calamidade. 3.pessoa ou coisa importuna. 4. Abundância de coisas nocivas ou desagradáveis” (Ferreira,2004:1613);”Extirpar- arrancar pela raiz, dessaraigar, desenraizar. 2. Extrair (ferida,cancro, etc.). 3.Extinguir, destruir. (...)” (Ferreira, 2004:859).

pragas relacionavam-se à presença abundante de coisas nocivas, calamidade. Cancro indicaria áreas do corpo biológico que estão doentes e, afetam outras áreas, devendo ser retiradas para manter a saúde do indivíduo afetado. Por fim, extermínio significa arrancar pela raiz, extinguir, destruir, extrair. Ao usar esses termos para qualificar a venda de bilhetes de jogo do bicho, os articulistas do jornal procuravam indicar que os bicheiros afetavam o equilíbrio da sociedade local, devendo ser extirpados através do corpo policial e judiciário, limpando, saneando a cidade. O desequilíbrio estaria no fato de que seus jogadores roubavam e, mais do que isso, deixariam de trabalhar. O equilíbrio social daria-se pelo trabalho. O artigo anterior relacionou os jogadores a indivíduos transformados, que iriam, em escalada descendente, de empregado honesto a parasita social.

Dessa forma, de pessoa útil que constrói o país com seu trabalho, o jogador tornar-se-ia um indivíduo perigoso, que ameaçaria a ordem social. A idéia de comportamento prejudicial à sociedade atribuído ao jogo, sobre os comportamentos dos moradores pobres, concebida dentro de uma visão moral biológica, assemelha-se ao conceito europeu de classes perigosas, discutidos entre o final do século XIX e primeiras décadas do XX, na capital do Rio de Janeiro.¹¹⁶ Oriundo juntamente com os modelos europeus de cidade sanitária e moderna do século XIX, o termo classes perigosas abarcava os pobres que cometiam delitos, ligando esta atividade à ociosidade. Nas propostas políticas do período pós-abolição, no entanto, esta definição hegemônica passou a considerar todos os pobres, como potenciais criminosos¹¹⁷.

Dessa forma, as forças policiais e instituições correccionais dos primeiros anos de República apareciam como órgãos responsáveis por disciplinar, controlar e formar contingentes da população pobre brasileira, com o objetivo de inseri-los no mercado de trabalho como sujeitos civilizados, cidadãos nos moldes europeus. Nesse período varguista, a preocupação ampliou-se; na concepção dos dirigentes, à força policial caberia, além de transformar o vadio em trabalhador, fiscalizar o tempo livre de trabalhadores e crianças, visando a que esses sujeitos sociais utilizassem esse tempo de maneira saudável,

¹¹⁶ Sidney Chaloub, em seu livro *Trabalho, Lar e Botequim*, nos apresenta que as elites brasileiras, no período pós-abolição, foram obrigadas a adequar sua visão de mundo frente às transformações sócio-econômicas oriundas do fim da propriedade escrava. Os projetos de repressão à ociosidade, discutidos na Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro em 1888, foram uma das soluções propostas para o incentivo ao trabalho, forma de civilizar os libertos, considerados como “indivíduos que estavam despreparados para a vida em sociedade.” (Chalhoub, 2008: 68) e, que, portanto, com a liberdade poderiam se tornar ociosos, furtar e roubar.

¹¹⁷ “No entanto, a ociosidade perigosa somente se relacionava à pobreza, pois o ocioso que tem meios de garantir a sobrevivência não era considerado perigoso à ordem social, sendo que a união vadiagem e indigência afetava o senso moral, deturpando o homem e engendrando o crime.”(Chaloub,op.cit:)

que não os retirasse do caminho do trabalho. Em ambos os processos de vigilância, encontrava-se, implícita, a visão de que os moradores pobres e trabalhadores não eram capazes de cuidar da própria vida (Gomes,1982:152)

Essa visão pode ser constatada nessa reportagem sobre o bicho:

(...) onde bancam abertamente o jogo do bicho, canalizando para as suas algibeiras o producto que representa o sangue e o suor dos que, na esperança de ganharem, arriscam os poucos salários que recebem no trabalho honesto.(Correio Joseense, 07/06/1936: capa)

Segundo os articuladores do Correio Joseense, não seriam somente os comerciantes e o governo municipal que veriam suas rendas desviadas para fora da cidade: os trabalhadores pobres perderiam seus poucos rendimentos ao jogo. No entanto, nesse caso, havia uma visão de descontrole desses trabalhadores. Considerados incapazes de cuidar de sua vida e finanças, à polícia, às leis, à formação religiosa e à educação de seus filhos caberia modificar esses moradores pobres, transformá-los de classes perigosas em classe trabalhadora, ordeira e morigerada, capaz de poupar suas rendas e cuidar da família (Rago, 1986).

Nessas críticas aos jogos de azar locais há implícito um padrão de como deveria ser o pai de família ideal: trabalhador, marido, pai e provedor:

(...) os felizardos bicheiros, os beneméritos e privilegiados zombadores da moral publica, prosseguem victoriosamente na exploração do maldito jogo que tantas desgraças vem fazendo e que tantos lares vem infelicitando, abrindo o caminho para a degradação de creanças innocentes que são colhidas pelo tentáculo do tenebroso polvo.(Correio Joseense, 19/07/1936:capa)

Estão expostos, nesse artigo, que o bicho trazia a degradação dos lares e das crianças. Mas também encontram-se em suas linhas padrões de família e infância, em que um lar ideal deveria estar distante dos jogos de azar e diversões. No entanto, não eram somente os operários, doentes, crianças nas ruas que usufruiriam do jogo do bicho. Nas memórias sobre a cidade e nos jornais de pequena tiragem vêem-se outros sentidos sobre esse jogo. Siqueira, em lembranças sobre seu tempo de menino, apresentou esse contato com sua avó:

Dois dias antes minha avó me havia mandado levar ao chalé do seu João Bráulio um joguinho do “bicho” no valor de 500 réis. Era sua distração arriscar no “bicho” de vez em quando. (Siqueira, 1991:298)

Esse relato revelou a presença do bicho na vida de outros moradores que não os descritos no *Correio Joseense*. Ao mesmo tempo, revelam o contato de crianças e idosos com o bicho, mas oriundos de outros grupos econômicos, diferentes dos descritos no jornal como vítimas.

Os jogos de azar, ao serem tratados em jornais de pequena tiragem, revelam que as imagens negativas sobre o bicho e sua vinculação com os moradores pobres e miseráveis locais, não eram unânimes e nem homogêneas. Nesses pequenos jornais, com poucos recursos, produzidos de forma artesanal foram encontradas outras imagens:

Que Bichão!

Em plena rua 15, dizia o Túlio Monteiro:

- Jamais nos separaremos, haja o maior embargo, oh Almerinda Camargo... mesmo que por um teu capricho eu não possa fazer o jogo de bicho!!! (O Curioso, 28/04/1935:04)

Túlio Monteiro era filho de Ismael Monteiro e de Brasília Monteiro, empresários da cidade¹¹⁸, sendo retratado em página da Folha Esportiva Especial de 1938 como exemplo de juventude que se quer na cidade. O texto do jornal *O Curioso*¹¹⁹, escrito em rimas e forma picaresca, era elemento comum nos jornais de pequena tiragem. Os temas eram, geralmente, relativos ao cotidiano de São José dos Campos.

A partir dessa notícia, vê-se que o jogo do bicho encontrava-se presente também no cotidiano dos jovens mais favorecidos economicamente. Não se vê nessa brincadeira, o mesmo tom de gravidade e denúncia presentes nos artigos do *Correio*. A notícia somente sugeriu que o rapaz pararia de jogar, caso a amada assim pedisse. Havia assim uma visão

¹¹⁸ Túlio Monteiro apareceu em página inteira, com a seguinte legenda: “Joséense dos mais entusiastas por sua terra, moço distinto e trabalhador, goza Túlio Monteiro, em nosso meio social, de um conceito á altura de seus predicados. Jovem tratável, tem o dom de grangear a amizade de todos que o conhecem. Inserindo acima, a photographia do acatado moço, que é filho do Sr. Ismael Monteiro, capitalista residente nesta localidade e de snra. d. Brasília Monteiro, prestamos numa homenagem a culta mocidade local, na pessoa de um dos seus mais representativos componentes.” (Folha Esportiva, Número Especial, 10/11/1938).

¹¹⁹ O jornal *O Curioso*, produzido entre os anos de 1935 e 1938, com várias interrupções, foi concebido como um periódico voltado à juventude, com o objetivo de espalhar o bom humor, pois, segundo o autor, era a partir dos jovens que nascia a desenvoltura social, já que interpretavam seu papel com garridice e galhardia ditadas pelo ardor juvenil. O periódico tinha como suas características a descrição dos cotidianos de namoro e flertes dos rapazes dos grupos melhores financeiramente.

romântica e jocosa sobre o fato. Ao mesmo tempo, o artigo promoveu uma caricatura do jovem, ao apresentá-lo como um contínuo jogador de bicho.

Os jogos de azar, assim, não eram tratados de maneira unânime pelos jornais locais, alterando-se de acordo com as propostas de seus articulistas, suas relações e experiências na cidade. Ao mesmo tempo, foi possível inferir que havia uma diferença de tratamento em relação ao jogo, pelo articulista, uma vez que o sujeito da notícia era membro dos jovens abastados. Educado e civilizado nas capitais, esses jovens eram considerados autônomos, capazes de saber o que fazer com seu dinheiro (ou com o dinheiro de seus pais). Essa diferença de tratamento poderia também se dar pela indiferença do articulista sobre a presença constante das bancas, escritórios e comércios que praticavam a venda de bilhetes de jogo do bicho. Como vimos, esse era uma constante na cidade desde o início do século XX.

Outros jogos na cidade receberam diferentes tratamentos nos jornais locais. As rifas e jogos de bingo, que também envolviam sorte para alcançar a vitória, em contato com grupos mais influentes economicamente, eram tratados com pompa e destaque pelos articulistas do jornal:

As Rifas da Barraca Santa THREZINHA Pró Matriz

Segunda-feira próxima, pela Loteria Federal do dia, correrá a rifa do esplendido lote do terreno sito à “Villa Maria” desta cidade, offertado á Barraca pela exma.sra.D. Maria Domingues de Vasconcellos.

A emissão é de 1000 cartões, toda passada, havendo grande expectativa pelo resultado da loteria pelo qual virá a saber-se o felisardo possuidor da custosa prenda.

Outra rifa que está despertando grande interesse, é a da linda novilha de pura raça Guzzerath, oferecida á Barraca pelo sr. Arystogogo de Mello, importante criador de gado de raça em Uberaba, rifa que será extrahida no próximo dia 20 do corrente, pela Loteria Federal, custando cada bilhete, apenas 5\$000. Restam já, poucos bilhetes com a Comissão. (Folha Esportiva, 4/10/1930:6)

O jogo do bicho promoveria riscos à vida ideal do trabalhador, da família e da Nação, ao desviar os moradores pobres do correto caminho do trabalho, segundo os articulistas do jornal. Não era a essa visão acerca dos objetivos dessas rifas. As vendas de rifas da barraca de Maria Domingues de Vasconcellos, mulher do major José Domingues de Vasconcellos, prefeito da cidade, foram estimuladas pelo artigo do jornal, como benéficas à sociedade, uma vez que auxiliariam nas obras da Igreja Matriz, demolida em 1933, sendo reconstruída no período (Caldeira, 1934).

Essa diferença de tratamento, possivelmente ocorreu devido a visões que envolvem questões de classe e, principalmente, a função social das atividades de diversão. Os envolvidos pertenciam a outro grupo social, diferenciado economicamente dos operários e trabalhadores pobres. Dona Maria, dona da barraca, conforme já dissemos, era mulher do prefeito municipal. O sr. Arystogogo era um poderoso fazendeiro da região de Uberaba. Pessoas influentes nas regiões em que moravam, eram consideradas civilizadas, não sendo influenciadas pelos vícios e desvios decorrentes do ato de jogar o bicho.

Nas memórias de Siqueira vemos que as quermesses eram organizadas pelos moradores com melhores condições financeiras, visando à caridade e à benemerência. Ao mesmo tempo, nesses relatos havia a presença dos jogos de azar:

Cada vez que a Primavera chegava haviam quermesses. Eram festas movimentadas que provocavam intenso movimento popular com a finalidade social e religiosa de beneficiar a Matriz e a gente pobre e necessitada. A generosidade das principais famílias locais contribuía com materiais e grande esforço individual para o sucesso dessas festas coletivas(...)
As senhoritas da sociedade ficavam encarregadas de passar cartões de rifas e o faziam com sorrisos aliantes que enfeitavam a rapaziada e lhes esvaziava os bolsos. (Siqueira, 1991:71)

Essas festas tinham embutidas atividades de jogos de azar, mas, diferentemente do jogo do bicho, essas eram aprovadas, sendo promovidas, inclusive pelas “principais” famílias da cidade. Os jogos de azar apareciam inclusive nas festas religiosas. Assim Siqueira descreveu uma festa da Carpição, que frequentou no distrito de São Francisco Xavier¹²⁰:

(...)mas outras barrascas só eram freqüentadas por homens. Eram barracas de roletas, buzos, vísporas, canequinhas com dados e baralhos para apostas ou no preto ou no vermelho onde sempre ganhava o banqueiro. (Siqueira, 1991:75)

Nessa descrição da festa religiosa, foi possível verificar um verdadeiro cassino de caridade. Diferentemente dos jogos do bicho, em que se via a chancela de credibilidade, esse o escritor considerou um jogo desigual, onde sempre ganhava o banqueiro. Mas o texto trazia a idéia de que tudo valia a pena, pois era por uma *causa religiosa*. A Carpição era uma festividade católica que consistia na retirada de terra de uma lugar para outro,

¹²⁰ São Francisco Xavier é um distrito da cidade de São José dos Campos, na região da cidade, mais próxima a Minas Gerais.

terra essa benzida pelo padre. Era uma espécie de mutirão, para preparar a terra para obras (Siqueira, 1991).

O fato das rifas, roletas, baralhos e vísperas serem beneficentes atribuía uma outra aura a essas categorias de jogos. Ao contrário dos jogos de azar descritos nos jornais, o ato caridoso trazia prestígio social aos promotores da atividade e a seus participantes¹²¹. De fato, a caridade era atividade comum dos grupos mais influentes da cidade. As mulheres de políticos, médicos e comerciantes faziam festas beneficentes em suas casas ou eram organizadoras de grandes festas em associações religiosas, médicas ou assistenciais. Os homens, por seu turno, eram mordomos, presidentes ou membros de associações beneficentes locais, como a Santa Casa de Misericórdia, a Liga de Assistência e Combate à Tuberculose, entre outras. Fortaleciam a própria imagem, demonstrando que as denominadas elites estavam preocupadas com os problemas sociais locais. O jogo envolvido nessa atividade seria assim valorizado, uma vez que cumpriria algo mais que a diversão, a função que enobreceria o jogo: a caridade.

O trabalho de Denisse Bernuzzi Sant'Anna sobre a construção do lazer, em 1969, nos auxiliou a pensar sobre essa questão. Diferente dos jogos de azar, tanto o ato de vender, quanto o de comprar os tíquetes não se baseava em uma ação egoísta, ou seja, no desejo de ganhar ou no prazer de jogar, mas em um ato que misturava diversão com esperança de vida melhor. No caso das barracas, embora o prêmio fosse atrativo, havia um elemento que minimizava o fato de ser um jogo de azar: ele trazia como motivo um ato caridoso, neste caso, religioso.

De fato, o jogo ou outras formas de diversão e usufruto do tempo livre eram idealmente valorizados se tivessem outros elementos embutidos nestas atividades, fossem de caráter educativo, caritativo ou de cunho cultural e não seriam motivo de atraso. Ao contrário, seriam fatores de civilização e progresso da cidade.

Em 19 de Julho de 1936, o Correio Joseense noticiou que um Inspetor de Polícia da Capital havia chegado a São José dos Campos e teria percorrido alguns chalés de loteria da cidade, intimando seus proprietários a comparecerem à delegacia de Polícia e, quando lá chegaram, foram multados. Ainda segundo o redator da notícia, o inspetor voltou a São Paulo e o jogo continuou na cidade (Correio Joseense, 19/07/1936: capa). Assim, demonstrou-se o quanto o jogo do bicho estava articulado na cidade e as dificuldades e

¹²¹ Roque apresentou que muitas das atividades beneficentes realizadas pelos comerciantes e industriais da cidade eram, muitas vezes, voltadas para a promoção pessoal do beneficiário, uma vitrine de pessoas ilustres que colaboravam com o funcionamento das escolas e templos religiosos. (Roque, 2007:8)

limites da estrutura policia local na cidade. Diante dos insucessos de sua campanha, o redator assim escreveu, em artigo de 26 de julho de 1936:

Não importa a impassividade com que s. s. o dr. delegado de policia recebe e aprecia a campanha que vimos promovendo contra a desbragada jogatina que se desenvolve nesta cidade, como um attestado vivo do nosso atrazo, onde a industrialização do jogo tudo vence, na sua arrancada lúgubre contra os mais comesinhos princípios da moral. Não importa o fracasso da nossa campanha nem a Victoria dos felizardos e protegidos bicheiros. Só nos importa a certeza do dever cumprido. E disto, nós estamos seguros, segurissimos mesmos.(Correio Joseense, 26/07/1936:capa)

O autor relacionou a presença do jogo a uma indústria, mas uma indústria do atraso, que iria contra os ditames da moral. Diante da reabertura do jogo de víspera pelas entidades desportivas da cidade¹²², Napoleão Monteiro denunciou o fato à chefatura de polícia e à delegacia de polícia de Guaratinguetá, que enviou, no dia seguinte, vários inspetores de polícia à cidade, fechando as atividades de víspera (Correio Joseense, 16/09/1936: capa). Em 13 de setembro, parabenizou as providências que o Delegado de polícia iniciou contra as atividades de jogo do bicho (Correio Joseense, 13/09/1936: capa). Após essa notícia, houve um enorme silêncio sobre o jogo, que pode indicar que a polícia conseguiu seus objetivos, ou mesmo que o redator voltou seus olhos para outros assuntos, como a abertura da Câmara em 03 de outubro de 1936, iniciando uma série de discussões sobre a atuação daquela casa e de seus rivais políticos, uma vez que era membro do Partido Republicano Paulista, opositor do Partido Constitucionalista, que apoiava a gestão de Vargas e os prefeitos sanitários (Correio Joseense, 04/10/1936: capa).

Em janeiro de 1937, noticiou a substituição do delegado de polícia, Dr. Moyses Carlos dos Santos, que foi para Franca, substituído por Dr. Adolpho Foster. Ao saudar o novo delegado, diz que este, em pouco tempo no cargo já tinha começado a atuar na cidade, especialmente contra o jogo. E, no final da reportagem deixou claro que o jogo ainda era atuante na cidade, reiterando porque dever-se-ia lutar contra a atividade. Além disso, enumerou alguns grupos sociais que também deveriam ser vigiados e controlados em sua atuação:

¹²² Citada somente em uma reportagem de setembro de 1936, sem maiores explicações, esta deixou entrever pressões e as forças das entidades esportivas, que ao que tudo indica promoveram pressões e conseguiram reabrir suas atividades, fazendo com que as autoridades policiais revissem sua decisão.

Dado o abandono em que vivia a nossa terra, por parte da autoridade policial removida, é natural, quase certo mesmo que os atingidos pelas medidas de repressão do actual delegado contra elle se rebellem, porquanto esses elementos nocivos a sociedade, até então agiam livremente nesta cidade, transformando a nossa culta e civilisada terra em um “paraizo de jogadores, ebrios e vagabundos”. Mas, os elementos sãos e ordeiros, estão na obrigação de prestigial-a afim de que retomemos o logar que sempre occupamos entre as cidades adiantadas e cultas do nosso Estado. (Correio Joseense, 21/01/1937:04)

As imagens que o redator utilizou para descrever, de novo, assemelham-se mais a uma cidade desejada que a uma cidade vivenciada. O jogo, por seu turno, foi considerado obstáculo, o que se relacionava ao vício, à vadiagem e ao alcoolismo, sendo julgado como responsável pelo atraso da cidade e por afrontar a moral. Mais do que opiniões pessoais, tais proposições se ligam a processos de reorganização do país conforme modelos importados da Europa, relacionados especialmente ao pensamento higienista e sanitarista. Nesse sentido, fortalecem-se das novas premissas da cidade.

Outras atividades e espaços de aglomeração de pessoas, existentes em São José dos Campos, tiveram seu cotidiano discorrido nas páginas dos jornais da cidade, pelos articulistas desses periódicos, locais que promoveram múltiplos sentidos ao olhar os comportamentos e pessoas que usufruíam desses espaços de diversão e descanso locais. Restaurantes, bares, vendas e botequins foram abordados pela imprensa em sua relação com o poder, a polícia e o sanitarismo.

Amaral, em sua breve semana pela cidade¹²³, além de verificar a organização da cidade em termos sanitários, procurou investigar os comportamentos cotidianos dos moradores locais nos espaços públicos. Num dos capítulos de seu trabalho, denominado *Alcoolismo e Prostituição*, o autor identificou São José dos Campos como uma grande produtora de aguardente, tendo a presença de mais de vinte fábricas de aguardente no município (Amaral, 1930: 149-150). Segundo o médico paulista, a cachaça, vendida principalmente na cidade de São Paulo, também era bastante consumida em São José, dada a grande quantidade de vendas, armazéns e botequins presentes na região, principalmente nos arrabaldes e beiras de estrada em torno de seu perímetro urbano.

Ressaltou ainda que o maior consumo da bebida era realizado pelos moradores das

¹²³ AMARAL, João Ferraz do. *Inspeção Sanitária de São José dos Campos*. Universidade de São Paulo/Faculdade de Medicina, 1930. (trabalho apresentado como exigência para a cadeira de Higiene) 163 páginas e fotografias em anexo. Arquivo digital sob a guarda do Arquivo Público do Município de São José dos Campos. Seu relatório foi realizado a partir da visita de uma semana a São José dos Campos.

áreas rurais. Tanto nos botequins existentes na área rural, quanto nas tavernas e armazéns da cidade, os caboclos (esse médico assim denominou os moradores da área rural) consumiam grandes quantidades da bebida alcoólica.

Sua interpretação acerca da extensão da ingestão de cachaça nas áreas rurais de São José e do Vale do Paraíba, apareceram nas páginas do relatório:

Muito de intento nos demoramos algumas vezes em botequins da zona rural, procuramos travar conversa com os seus freqüentadores para apreciarmos de perto a sua mentalidade com relação ao alcoolismo. E, francamente, saímos com a convicção de que enunciou uma grande verdade quem disse que o “mata-bicho” é uma instituição nacional. Pelo menos nas circunvizinhanças de S. José dos Campos e Parahybuna, como averiguamos, a cachaça, verdadeiramente, é artigo de primeira necessidade, tal como é o feijão, o arroz e o... fumo.

Bem nol-o disse, aliás, um caboclo viajado e experiente, que já fora colono em Araraquara e Ourinhos, e hoje é um dos mais respeitados vendedores de beira de estrada entre S. José e Parahybuna : “É pensamento do governo – disse-nos elle – dificultar o consumo de cachaça, pela elevação de impostos; mas quem conhece o feitio do caboclo sabe muito bem que esta medida será inefficaz: - caboclo não abandona a pinga, nem que custe os olhos da sua cara. Basta ver o que se dá quando elle está sem dinheiro – pode dispensar o pão, mas a cachaça – isso lá, não... (Amaral, 1930:149)

Para o médico, o costume do álcool estava tão arraigado entre os moradores da zona rural, que se confundia com a aquisição de produtos básicos para a sobrevivência. Embora tenha dito que os casos de embriaguez eram raros (Amaral, 1930:150), deixava entrever grande preocupação em seu olhar sobre o comportamento dos joseenses nos bares da cidade.

Incidindo suas críticas e preocupações tanto sobre o alcoolismo quanto sobre os comportamentos da vida rural, encarou ambos como um risco à modernidade. Esta não era a primeira vez que, em São José dos Campos, investia-se contra a presença do elemento rural no território urbano. Como vimos no primeiro capítulo, durante toda a primeira metade do século XX, setores da imprensa da cidade procuraram reforçar determinadas imagens de modernidade em detrimento de outras relacionadas à vida na roça.

Nas memórias de Jairo César de Siqueira, vêem-se outras imagens da presença dos moradores rurais na cidade, nos domingos, nas proximidades do mercado. Além das trocas comerciais que promoviam, usufruíam dos bares e vendas da cidade e, ao mesmo tempo, apresentavam diversidade de comportamentos e de visões de mundo no espaço urbano:

Era costume antes das compras nos armazéns, executarem o ritual tradicional do “mata bicho”. O chefe de família pedia um martelo de pinga e era o primeiro a degustar o explosivo líquido. Passava o copo ao filho mais velho, que bebia um gole e dava o copo a outro irmão, e este a outro, até que o patriarca molhava o dedo indicador da mão direita e dava-o ao menino de colo para chupar – “é prá não espantar as bichas”- dizia convicto. Só então pedia nova rodada e outro martelo de pinga com capilé ou groselha pra atender a parte feminina da família e as crianças. (Siqueira, 1991:28)

Aos domingos, quando trafegavam pelo perímetro central, visando a promover trocas comerciais, também propiciavam a criação de zonas de contato entre os moradores rurais e urbanos, muitas vezes discordantes dos desejos de controles e normas que os governantes e aliados (médicos, engenheiros, comerciantes, empresários), queriam estabelecer na área central da cidade. Entre as preocupações com relação a esses comportamentos era a presença constante do álcool na vida rural.

Como vimos em ambas as citações, as bebidas alcoólicas eram frequentes na vida dos moradores rurais de São José dos Campos. Talvez como maneira de relaxar diante das agruras da vida, constantemente vistas como remédio e limpeza do organismo. As visões dos médicos e higienistas sobre o consumo de álcool e seus efeitos sobre o indivíduo e o social eram bem díspares do pensamento tradicional atribuído aos moradores rurais. Enquanto os roceiros atribuíam a esse consumo força, prevenção e até mesmo cura de doenças, o pensamento médico e da cultura letrada via, no ato, doença, debilidade e possível fonte de distúrbios públicos¹²⁴.

Siqueira, quando em visita, nas suas férias escolares, à Fazenda de Neco Joaquim, proprietário da Fazenda Pau D’Alho, apresentou o quanto o costume do mata-bicho estava entrelaçado na vida dos moradores de São José, mesmo dos que habitavam o perímetro central. Esse morador deslocava-se para a fazenda, nas proximidades de Santana, de carro de boi. Em partes do caminho, havia paradas, onde repetia-se o ritual:

¹²⁴ A imagem do personagem de Monteiro Lobato, Jeca Tatu, estava muito presente no imaginário do período, especialmente na cultura letrada. Definido por Monteiro Lobato como um parasita da terra, seminômade, preguiçoso, incapaz de adaptar-se à civilização. Imagem eugênica e racial do sertanejo, o personagem se disseminaria, a partir de propagandas em revistas, como a representação do homem do campo brasileiro (Diwan, 2007:101). Reinventado pelas idéias sanitarias, Jeca Tatu passaria de criminoso a vítima do amarelão, apelido da ancilostomose, uma das doenças epidêmicas e endêmicas, comuns no país. A reinvenção do Jeca seria a regeneração do homem, especialmente o homem paulista (Mota, 2003:84). Estas visões do homem da roça como um portador de doenças, devendo ser sanitizado, povoou as mentes dos leitores de Lobato e das revistas da época.

Depois que passava pela ponte metálica sobre o Paraíba, o carro subia uma ladeira em curva à direita, passava pela frente da igreja e Santa Cruz, e fazia a primeira parada antes de entrar na encrucilhada (sic) do Buquirá e da Vargem Grande. A parada era na venda do velho Possidônio, onde o carreiro pedia um martelo de pinga para ele e meio martelo, com capilé, para mim. Ali eu acendia um cigarro de palha que o carreiro havia enrolado, cuidadosamente, depois de desfilar o fumo dourado com atritos das palmas de suas mãos. Acendia outro para ele e só então é que bebericávamos nossas “distrações”. Eu só fumava quando ia para a roça. (Siqueira, 1991, 330-331)

O autor descreveu outras duas paradas antes de chegar à fazenda. A primeira, no armazém do seu Fernandes, nas proximidades de uma Igreja, na região do bairro Buquirinha, onde o carroceiro, enquanto bebia, conversava com os frequentadores do local sobre a produção de café, as pragas e encontros amorosos; por fim, pararam no Armazém de João Ribeiro, próximo a uma escola rural mista, uma vendinha que comercializava uma variedade de produtos (Siqueira, 1991:332). A partir do relato foi possível verificar que as vendas funcionavam como locais de parada para descanso dos que transitavam do perímetro urbano para o rural, provavelmente instalando-se em áreas já tradicionais de repouso de tropas. Ao mesmo tempo, visualiza-se toda uma sociabilidade em torno do ato de beber, onde as pessoas interagiam com as outras e atualizavam informações sobre os moradores da região. Por fim, vimos que os comportamentos de alguns moradores da área urbana, ao adentrarem as regiões rurais, tornavam-se mais flexíveis, mais identificados com comportamentos tradicionais, como o consumo de fumo e de bebida em espaços públicos.

No perímetro urbano, no final da Rua Siqueira Campos, nas proximidades da Rua do Matadouro, segundo Siqueira, havia a venda do Leôncio Eras. Nesse estabelecimento, os boiadeiros encontravam-se para comemorar a corrida, após levar boiadas pelas ruas da cidade, oriundas do Alto da Ponte, para o matadouro municipal. Nesses encontros revelavam-se as diversidades de vivências e linguajares presentes na cidade:

Na venda do Leôncio os boiadeiros ficavam distraídos numa conversa cheia de floreios e gíria colorida da profissão, como nunca mais os meninos terão oportunidade de ouvir. Era através daquelas conversas feitas em pedaços e aos arrancos que a gente ia sabendo como tinha sido a correria desde o pasto ou mangueirão de alguma fazenda distante até a acomodação das reses no pátio do Matadouro (Siqueira, 1991:267).

Ao entrar em contato com as crianças, os boiadeiros possibilitavam que esses

meninos que trasitavam pelas ruas, oriundos de diversas classes, travassem conhecimento com outros modos de vida e de trabalho:

Enquanto a criançada escutava a papagaiada dos boiadeiros ia observando encantada as largas cintas de couro trabalhado, enfeitadas com madreperlas e metais, que cingiam culotes largos que lembravam bombachas.

(...)Muitos vaqueiros davam liberdade para os meninos manejar os laços de legítimo couro, de três tiras, coleantes com cobras e fortes como arame, ou para admirar de perto a variedade dos chicotes e dos rabos de tatu, indispensáveis à faina do seu trabalho. (...) a criançada ficava extasiada no reparo das roupas e do todo daqueles rudes profissionais, alegres como as crianças, e estas, com os olhos acessos de interesse, mergulhavam num mundo original que atendia às suas imaginações aventureiras que ali vislumbravam uma vida agitada, diferente e plena de liberdade. (Siqueira, 1991:268)

Esses relatos de Siqueira, na época um menino, filho de professor de grupo escolar, oriundo das camadas médias da cidade, possibilitam vislumbrar que a frequência aos bares proporcionavam intensos contatos entre diversos grupos sociais, provenientes de diferentes espaços, promovendo sociabilidades e novas vivências para os moradores urbanos.

No jornal A Folha Esportiva, seus articulistas publicaram uma notícia policial que entrelaçava crime, ruralidade e álcool. A notícia dizia que na noite do dia 02 de junho de 1935, foi realizada uma tocata de sanfona, na casa de José Thomé, no bairro de Vargem Grande. Doze pessoas estavam presentes, entre elas José Celestino Alves (vulgo José Bahia), José Luiz Damião e Benedito Antonio dos Santos, vulgo Benedito Ubatuano. Em um determinado momento da noite, ocorreu um conflito. Nesse conflito, morreu José Damião, saindo ferido Benedito Antonio dos Santos. José Celestino e Anthero A. Toledo foram considerados responsáveis pelo crime. Os articulistas assim descreveram o motor do conflito:

Entre os circunstantes não havia inimizade, nem velhas rugas que pudessem trazer desavenças. Mas numa função em casa de José Thomé, distribuía-se aguardente, como em toda festa de caboclos. E as libações alcoólicas deram origem ao conflicto que pereceu José Luiz Damião sahindo ferido Benedito Antonio dos Santos (JURY – A Folha Esportiva, 02/06/1935:3)

José Celestino foi condenado a dois anos, com base nos artigos 294¹²⁵ §1º e 303 do

¹²⁵ “Art. 294. Matar alguém:

Código Penal de 1890.¹²⁶ O advogado de Celestino apelou para a Egrégia Corte de Justiça.

O bairro de Vargem Grande localizava-se nos arrabaldes da cidade a denominação caboclo aparece novamente, tanto na nota policial quanto na descrição de Amaral sobre o alcoolismo. Na nota policial, foi possível perceber o fortalecimento da concepção do alcoolismo como um comportamento rural que deveria ser controlado. Identificou-se também que, segundo os articulistas, os moradores rurais não possuíam autonomia nem discernimento em seus atos. Ao descartar as relações afetivas entre os envolvidos, o articulista apresentava como motor principal do crime a ingestão de álcool. O álcool tiraria esses homens de sua normalidade, provocando relações violentas, descontroladas e privadas de racionalidade.

A concepção de que a ingestão de álcool geraria conflitos e brigas estava presente em outras notícias da cidade. Campanhas oriundas do Estado de São Paulo demonstram que a questão do álcool era um dos itens importantes a se reorganizar no país:

O álcool é o maior agente da degeneração do individuo e da raça: a todos os tecidos ataca e a todos degenera;(…) Daí resulta que o alcoólatra não tem caráter no sentido filosófico da expressão; caráter é a consciência a espreita e o álcool tira a consciência, tanto que é em medicina legal, uma derimente ou uma agravante; caráter é a substancia mesma de cada um e o álcool a dissolve; caráter é o aço da creatura que a torna sempre igual a si mesma em qualquer situação e o álcool a transforma em cera inconsistente e amoldável.

(…) A beberonin dos pais prolonga-se nos filhos através dos ovulos: pais bêbados, filhos beberazes, netos criminosos, nas suas representações sociais – a amoralidade, a magnilidade, a brutalidade, a perversidade, a instabilidade, a vagabundagem, as impulsões ao roubo, ao incêndio, as fugas, ao hnmecidio(sic), ao suicídio: e ainda, como corolário, a pobreza, a indiferença, a fome, os maus tratos, o dessasseio; a supermortalidade infantil. (O álcool, Correio Joseense, 12;10;1939: 02)

O texto do médico Miguel Couto¹²⁷ demonstra o quanto as idéias eugênicas estavam

§ 1.º Si o crime for perpetrado com qualquer das circunstancias aggravantes mencionadas nos §§ 2º, 3º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 16º, 17º, 18º e 19º do art. 39 e § 2º do art. 41. Pena - de prisão celllular por doze a trinta annos.” (Decreto nº 847 de 1890).

¹²⁶ “ Art. 303. Offender physycamente alguém, produzindo- lhe dôr ou alguma lesão na corpo, embora sem derramamento de sangue: Pena - de prisão celllular de tres mezes a um anno”. (Decreto nº 847 de 1890).

¹²⁷ Miguel Couto Filho nasceu em 8 de maio de 1900, no Rio de Janeiro, filho do médico Miguel de Oliveira Couto e de Maria Barroso Jales Couto. Coursou Medicina na Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro (atual UFF) e graduou-se em 1921. No anos 1930, entrou para a política, tendo sido eleito deputado estadual pelo Rio de Janeiro em 1934. Exerceu o mandato de 1935 e 1937, quando o congresso foi fechado pelo golpe do Estado Novo. Com a redemocratização, foi eleito deputado federal constituinte pelo PSD. Durante a Assembléia Nacional Constituinte de 1946, Miguel Couto Filho destacou-se por defender as mesmas "teses científicas" de darwinismo social e eugenia racial que seu pai, Miguel Couto, tinha defendido na Assembléia Nacional Constituinte de 1933. FGV, Biografias, site visitado em 02/08/2009 às 23:21 http://www.cpdoc.fgv.br/nav_gv/hm/Biografias/Miguel_Couto_Filho.asp.

impregnadas nas idéias e discussões dos profissionais ao voltarem suas análises aos comportamentos dos sujeitos. Aqui tem-se dois momentos das justificativas contra o álcool. A primeira diz respeito ao caráter do alcoólatra: um discurso de natureza moral, julgando as ações do alcoólatra como derivadas de uma irracionalidade. O indivíduo, sob a ação da bebida, tornar-se-ia sem autonomia, sem força, sem poder de decisão, ou seja, incapaz de agir, de ser útil, de ser racional. No entanto, o mais forte nesse texto era o quanto o álcool prejudicaria os descendentes. A segunda parte da análise do médico dizia respeito ao fato de que, na visão do mesmo, o álcool afetaria os genes dos seus descendentes, que carregariam o mal da falta de caráter. Criminalidade, problemas psicológicos e sociais misturavam-se, criando, ao mesmo tempo, uma justificativa aos problemas socioeconômicos do período (pobreza, fome, violência, criminalidade, mortalidade infantil) e indicando como responsável por esses processos, os sujeitos sociais sob a ação das bebidas alcoólicas. Assim, essa visão, definia as questões sociais como problemas biológicos a serem resolvidos pelos médicos, um pensamento que se coadunava com as visões do sanitarismo e da eugenia da época.

No caso das reportagens sobre os distúrbios urbanos nos bares, temos um crime apresentado em destaque nas páginas do Correio Joseense de 16 de Junho de 1938. Em notícia de capa, O Correio publicou, em três colunas que ocuparam praticamente toda a página, o que chamou de “uma violenta e brutal cena de sangue, por motivo de somenos”. Às 22 horas do dia 14, no Bar 15, localizado na Rua 15 de Novembro, o motorista e proprietário, snr, Francisco Mariano Leite, morador da cidade, foi alvejado pelo morador e cobrador de ônibus da passaro Marron, Paulo Polli, devido a desentendimentos e provocações banais num jogo de bilhar. Assim, o redator descreveu o crime:

Naquelle dia e hora, entre muitos afixionados do jogo de bilhar, encontrava-se naquelle estabelecimento o snr. Francisco Mariano Leite, mais conhecido por Chico Garganta, jogando uma partida de snok com o snr. José Fellipe, funcionario municipal. Apreciando o jogo, aliás era a terceira partida – a negra -, dentre outras pessoas, encontrava-se o cobrador de omnibus do Passaro Marron, Paulo Polli, que não se contendo, vinha intervindo de maneira irritante e por isso prejudicando a partida, como mau “sapo” dando palpites sempre em favor do parceiro de Chico Garganta com manifesto intuito de provocação. A certa altura aquelle protestou de maneira amistosa contra o procedimento do referido “sapo”, que encheu-se de indignação passando então a insultal-o e desafial-o para brigar. Não podendo mais suportar os insultos e s provocações, Chico Garganta revidou o ataque servindo-se do taco que empunhava. Nessa altura, o criminoso que mantinha a mão no bolso e o dedo no gatilho do revolver, como que esperando a reação, desfechou-lhe vários

tiros á queima-roupa; ferindo o no ventre, no braço e na mão. As demais balas perderam-se no local. (Correio Joseense, 16/06/1938:Capa)

Após descarregar o revolver, Polli teria fugido para a Rua Sebastião Humel, sendo perseguido por outros moradores. Seguindo depois para a Rua Sete de Setembro, seus perseguidores o perderam de vista, e Poli desapareceu. Leite foi operado na Santa Casa de Misericórdia, chegando no hospital em estado grave. Segundo o jornal a cidade estava em prantos, pois Francisco era “estimado em todas as camadas sociaes”. Foi instaurado inquérito e a polícia estava em busca de Polli para capturá-lo. Maiores notícias não encontramos sobre o desfecho da notícia.

A primeira percepção que tivemos sobre a natureza da notícia foi a forma como foi escrita. O articulista, antes de apresentar aos leitores o crime, procurou defender sua visão, concebendo-se como neutra na maneira de descrever o crime, a partir de uma descrição, minuciosa, baseada na fala dos que se encontravam presentes no local¹²⁸. Essa neutralidade, no entanto, foi escrita em uma narrativa semelhante à dos romances policiais da época. Tivemos uma cena tranqüila do cotidiano, em que dois personagens, um claramente o protagonista, divertia-se em seu momento livre do trabalho, sendo quebrada por um antagonista que promoveu um distúrbio da tranqüilidade, com um trágico desfecho.

Nesse sentido, ao antagonista foram atribuídos maus hábitos (provocação, insultos), premeditação (dedo no gatilho esperando a reação), futilidade (crime de somenos) e maldade (tiros visando à morte). Ao protagonista foram atribuídos bons comportamentos (interpelação de maneira amistosa) e virilidade masculina, uma vez que a reação de Francisco, segundo a nota, de atacar com o taco foi resultado dos insultos insuportáveis de Polli, defendendo sua honra¹²⁹.

¹²⁸ A notícia assim descreveu o processo de construção dessa narrativa: “Vamos narrar o facto de accordo com os informes que colhemos no local do crime, guardadas as devidas reservas sobre o mesmo, de vez que, em geral, nesses momentos tornan-se (sic) confuzas as manifestações populares pelo que surgem os mais desencontrados commentarios. Auscultando a opinião publica, notadamente das pessoas presentes no local, chegamos a seguinte conclusão:” Fica clara aqui a utilização da idéia de opinião pública para legitimar sua narrativa, que é resultado das diversas falas dos depoentes que estavam no local. Ao mesmo tempo, não deixa de haver uma intervenção do jornalista que, após ouvir as falas, guarda reservas, separa os conflitos e conclui qual seria a melhor versão. Assim, embora ouça os depoentes, no processo a fala autorizada é a do redator, que define a versão a ser apresentada, demonstrando nesta, suas visões dos grupos sociais e da cidade.

¹²⁹ A relação entre padrões de masculinidade e bares foi expressa na publicação de MATTOS, Maria Izilda. *Meu lar é um Botequim*, em que a mesma demonstrou que na crítica aos bares havia a construção de padrões de masculinidade e de feminilidade, frutos da dicotomia, pai-provedor-chefe de família e mãe-esposa. (Matos, 2001:45)

Essas construções de narrativas romantizadas na Imprensa assemelham-se as estudadas por Sidney Chaloub em sua obra, *Trabalho, Lar e Botequim*, em que demonstrou que, no Rio de Janeiro na primeira década do século XX, as notícias de crimes cometidos pelas populações pobres visavam a vender mais jornais e, ao mesmo tempo, construía imagens que criminalizavam as ações dos moradores pobres da capital do país (Chaloub, 2008:27-29).

Na construção da narrativa sobre a futilidade do crime de Polli, fortaleceu-se a imagem de que o motivo do assassinato estava no fato de estarem ambos no Bar, potencializados pelas provocações banais de um jogo de bilhar. Esta conclusão coincidiu com a narrativa do julgamento sobre o crime da Vargem Grande. A concepção de crime fútil forjada na imprensa e fontes policiais foram também analisadas por Chaloub, demonstrando que, nesses artigos, estava implícito a visão dos pobres como indivíduos dados a paixões momentâneas e perigosas¹³⁰. Chaloub, ao aprofundar-se na análise dos processos criminais, encontrou que muitos desses crimes eram resultado da finalização de longos conflitos travados no cotidiano dos moradores pobres do Rio de Janeiro. Em São José dos Campos, infelizmente, no momento não há possibilidade de acesso aos processos criminais locais para análise dessa questão.¹³¹

A descrição da cena destacou a futilidade do crime e sua relação com o espaço do bar, apresentando-o como potencialmente perigoso. Perigoso a quem? Interessante que na notícia, antes ou depois dos nomes dos envolvidos, como complemento destacam-se as profissões. Nesse sentido, reforçaram-se certas características de classe - Francisco (vítima/motorista e, principalmente proprietário), José Fellipe (espectador/funcionário público) e Polli (alcoz/cobrador de ônibus), ressaltando os grupos populares como potencialmente perigosos. Ao mesmo tempo, indicou-se o reconhecimento desses moradores como trabalhadores, concebendo o trabalho como parte integrante de sua personalidade, talvez mesmo definidor de sua identidade.¹³² O prejuízo da morte poderia

¹³⁰ Para Chaloub, a rixa, se constituiria em um processo lento de tensão entre os sujeitos sociais, que desembocaria em um desafio e, finalmente em um conflito aberto entre os contendores. Assim a rixa se constituiria na própria dinâmica de funcionamento e tensões dos grupos estudados, não podendo se configurar como um ato fútil, nem espontâneo, “mas um processo discernível e até previsível pelos membros de uma cultura ou sociedade.” (Chaloub. 2008:310)

¹³¹ Os processos criminais do século XIX e início do século XX que se encontravam no Fórum da cidade de São José dos Campos estão sob a guarda do Arquivo Público do Município, encontrando-se em processo de catalogação e higienização e não podem, no momento, ser acessados por pesquisadores.

¹³² Segundo Mattos, o papel masculino estava vinculado à imagem de trabalhador, ou seja, o homem só era reconhecido enquanto tal no trabalho. (Mattos, 2001:53). Ainda segundo Gomes, o trabalho constituiria, especialmente após o Estado Novo, o ideal do homem na aquisição de riqueza e cidadania, um direito do

ser pensado como perda de mão-de-obra trabalhadora para comportamentos perigosos e para o crime.

Também haveria notícias de distúrbios posteriores ao fechamento dos bares, promovidos por indivíduos alcoolizados:

Chamamos a atenção da digna e llustre autoridade policial, para um facto que se nos affigura deprimente e pertuba o socego e que se resume do seguinte: Depois de fechados os bars, indivíduos que se entregam ao vício do álcool, promovem em plena rua 15 de Novembro, notadamente uma algazarra infernal, quase sempre acrescida de palavrões os mais obcenos. Estas scenas, infelizmente, se repetem quasi que todas as noites pelo que denunciamol-as a autoridade policial, solicitando ao mesmo tempo, as mais enérgicas providencias,em nome da tranqüilidade e do socego publico. (Com vistas a Policia, Correio Josennse, 09/04/1936:capa)

Aqui se verificam semelhanças com as críticas ao jogo e às crianças: os sujeitos que produzem algazarras são portadores de vícios, portanto sua natureza social foi resumida dentro de uma análise biológica e médica. O discurso médico apresentava a vida dos pobres na cidade como caótica, devendo ser ordenada pela sua intervenção. Nesse sentido, além de buscar meios de prevenir e curar doenças, médicos e políticas públicas buscavam normatizar e disciplinar a sociedade, especialmente elementos da vida dos moradores pobres: sua casa, suas relações de gênero, suas diversões (Mattos, 2001: 26). Sanear o meio ambiente para garantir indivíduos sadios e fortes¹³³. Esse princípio considerava muitas atividades sociais noturnas e dos pobres como perigosas, pois o afastavam do lar, do seio da família e do trabalho, considerados elementos básicos para a construção da Nação (Rago, 1986:164).

Também foi possível verificar o destaque ao linguajar. O uso de palavrões pelos indivíduos que passavam a madrugada na Rua 15, fortaleceu a imagem de comportamentos a serem normatizados e controlados pela polícia. Inversamente, ao afirmar que o comportamento dos boêmios era caso de polícia, ressaltou o modelo dos bons costumes e da ação morigerada. Esse modelo ideal também foi ressaltado com o ato de clamar às autoridades policiais, em nome do sossego e tranqüilidade pública. Aqui novamente vêem-se os modelos de comportamentos propostos em São José dos Campos:

homem e um dever para com a sociedade e o Estado. Assim, o homem só se definiria como cidadão enquanto trabalhador.(Gomes, 1982:152)

¹³³ Sobre a intervenção médica nas moradias dos pobres ver também BEGUIN, François. *As Maquinarias Inglesas do Conforto*. In: Espaços e Debates - Cidades e História - nº 34, Ano XI, 1991. pp. 39-53.

tranqüilidade, silêncio, linguajar correto e sem palavrões, sob o controle e tutela da polícia.

A freqüência dos moradores pobres aos bares foi encarada como potencialmente perigosa à manutenção de uma vida saudável para essas pessoas. Os motivos negativos, considerados pelo artigo, dos pobres freqüentarem os bares estariam na tentação constante da bebida alcoólica, que dissolveria o caráter; a aglomeração de pessoas propiciando conflitos, distúrbios à ordem e crime. Os bares ameaçavam a vida do trabalhador e à manutenção de sua família, ameaçando, por seu turno, a Nação trabalhadora e a cidade morigerada e tranqüila, propostas por governantes federal e municipais¹³⁴. De fato, a morte de um trabalhador de família, produziria mãe e órfãos desprovidos de recursos, trazendo problemas futuros ao Estado para possibilitar a mínima existência a estes e a possibilidade de crescerem, serem educados e tornarem-se futuros trabalhadores. Nesse sentido, muitas propostas e ações foram pensadas para limitar tais atos. Especialmente em São José dos Campos, as definições de horários e de licenças especiais tentaram controlar estes espaços.

No final da década de 1930, verifica-se uma série de leis e portarias das diversas estâncias governamentais, visando a regulamentar a vidas das crianças. Em 1938, baseando-se no artigo 131 do Código de Menores¹³⁵, dando plenos poderes aos juizes de menores para realizar provimentos em favor da proteção dos menores, duas portarias foram baixadas pelo juiz, Adhemar de Figueiredo Lyra. Em uma dessas portarias, verifica-se que outras imagens, também negativas, estão relacionadas aos bares. Visando a controlar e limitar as ações das crianças nos espaços urbanos, a portaria de março de 1938 limitava o acesso dos menores de 14 anos a bilhares. Interessante são os argumentos do juiz, que demonstram as relações entre as atividades sociais e de diversão dos grupos sociais mais pobres:

¹³⁴ Lembrando o artigo do *Album de 1934*, Estância Climatérica, a cidade tinha a separação em zonas - a Comercial e industrial seriam movimentadas e a Residencial e Sanatorial, separada, calma e morigerada. (Caldeira, 1934, 147-148). No entanto, veremos mais à frente que havia a presença de bares concentrados na área comercial. Porém, havia também, na zona sanatorial, e doentes e sãos as freqüentavam, o que amaeçaria a imagem de cidade sanitária. (Flório, 1944:39)

¹³⁵ O primeiro Código de Menores, o Código Mello Matos, criado em 1927 trouxe grandes mudanças na maneira de ver a criança e sua relação com a criminalidade. Legislava sobre menores de 18 anos em estado de abandono. Categorizando os menores pelas suas condutas, também estabeleceu a inimputabilidade aos menores de 14 anos, mantendo a maioridade acima dessa faixa etária. Os menores abandonados passaram à tutela do Estado. Embora valorizassem o trabalho para disciplinarização da criança, apresentavam, no código, que esta deveria vir acompanhada de outra instituição disciplinadora: a escola (Souza, 1994).

(...) Considerando que o jogo de bilhar, embora considerado um esporte, não deixa de ser pernicioso ao adolescente na sua formação moral, não só pelas apostas em dinheiro, o que é comum; como também pelo ambiente dos salões onde o mesmo se pratica, pois esses salões geralmente ficam ao lado de um «bar» ou «botequim"; Considerando que este juízo tem sido informado de que muitos menores passam a maior parte do dia nas «Casas de Bilhar», descurando, assim, os seus deveres escolares; (Correio Joseense, 20/03/1938:04)

No artigo, o Bilhar foi valorizado enquanto esporte. Nesse período, os esportes estavam penetrando na vida dos moradores pobres interligados à concepção de homem novo promovida pelo Governo Vargas. Desde o início do século XX, a prática de esportes se disseminou como um modo de vida civilizada, fortalecido tanto pela imprensa quanto pelas organizações médicas, principalmente vivenciada pelas famílias mais abastadas nas cidades (Herschmann; Lerner, 1993: 38).

O esporte foi se disseminando enquanto elemento de controle e normatização, visando a aprimorar a disciplina e o alívio das tensões (Herschmann; Lerner, 1993: 39)¹³⁶. Os governantes, especialmente após a década de 1930, popularizavam a prática desportiva, implantando-a nas escolas, visando a criar o cidadão de hábitos saudáveis, disciplinando uma máquina eficaz na indústria (Sant'Anna, 1988:25). No entanto, essas políticas de controle devem ser nuançadas, uma vez que a maneira de incorporar essas atividades pelos grupos sociais promoveu novas interpretações e reinvenções.

O bilhar, nesse caso, foi considerado positivo enquanto esporte, mas negativo em sua localização. O elemento negativo era a sua proximidade com salões e bares que, segundo o juiz, seriam prejudiciais ao bom crescimento das crianças¹³⁷. Os motivos que tornariam

¹³⁶ SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. *Prazer Justificado – História e Lazer (São Paulo, 1969-1979)* demonstrou que as atividades de lazer foram se tornando objeto de investigação dos poderes públicos, desde o início do século XX. Embora o foco de seu estudo seja o final da década de 1960, ela apresenta que, durante a década de 1930, houve o incremento, pela administração pública, de atividades esportivas e programas de lazer com explícitos objetivos pedagógicos, contrapostos às atividades ociosas: o ensino de educação física obrigatória nas escolas secundárias, a criação de clubes de Menores operários, parques infantis, excursões, acampamentos e festivais para melhoria do trabalhador profissional. (Sant'Anna, 1988:25). Concomitantemente, o tempo livre foi se tornando objeto de preocupação pelos seus usos por vários setores sociais, uma vez que se entendia que, ao munir o trabalhador de uma parcela de tempo que poderia usar como quisesse, podendo utilizá-lo de maneiras não consideradas lícitas, conforme as normas e leis pré-estabelecidas em uma sociedade. Neste sentido, várias instituições sociais como a polícia, a justiça e a Igreja e setores da administração pública começaram a pesquisar sobre o tempo livre dos trabalhadores, visando que respondesse às necessidades e interesses de caráter econômico, moral, político, institucional, de torná-lo um negócio de algum modo útil e passível de utilização pelos diversos setores sociais. “Ele se transforma no lugar onde pode nascer tanto o erro, a irregularidade, como o bem, a salvação social e individual.” (Sant'Anna, 1988:20).

¹³⁷ “Indícios de uma anormalidade social, as práticas populares de vida e lazer dos trabalhadores fábri, dos improdutivos, dos pobres, das mulheres públicas, das crianças que vagueiam abandonadas nas ruas vão se

os bares prejudiciais à educação das crianças era que essas se descuidariam das obrigações escolares para freqüentá-los, demonstrando que uma das principais atividades que as crianças deveriam cumprir seria a educação¹³⁸. Assim a portaria estabeleceu diferentes regras para as diferentes idades: menores de 14 anos só poderiam entrar nas casas de bilhares acompanhadas dos pais, 15 a 18 anos desacompanhados de pais e tutores eram proibidos de entrar entre 9 e 12 e entre 14 e 17 horas e menores de 18 anos não poderiam permanecer após as 22 horas¹³⁹. A punição pelo descumprimento recaía sobre o proprietário, que pagaria multa de 50 a 200 mil réis por criança e o dobro na reincidência. Os menores poderiam tanto ser levados aos pais como enviados à presença do juiz de menores, evidenciando aí a força policial como um braço do processo educativo e doutrinador.

Algumas propagandas de casas de bilhares no centro urbano foram encontradas na Folha Esportiva Especial de 1938, como o Salão Moraes na Av. Rui Barbosa no bairro de Santana¹⁴⁰, ao mesmo tempo casa de bilhar, sorveteria e bicicletaria. Em *A Folha Esportiva de 1938*, nas propagandas que promoveram a edição comemorativa, havia o Bar e Confeitaria XV de Novembro, localizado na rua de mesmo nome, tradicional reduto de grupos sociais mais abastados, sendo também salão de bilhar. Havia também o Bar Chinês de Mario Paes Duarte, bar, confeitaria e salão de bilhar, localizado na esquina da Rua Rubião Junior com a Praça do Cemitério (atual rua Francisco Rafael).

Outras informações puderam ser encontradas na década de 1920, nas memórias de Jairo César de Siqueira. O Bar e Confeitaria XV, propriedade de Chico Frade. Local freqüentado por catedráticos e chefes de família. Ao mesmo tempo, essa freqüência mudava muito nos domingos e feriados:

(...) Ao lado do salão onde ficavam as vitrines de doces e salgados e do balcão de bebidas havia o salão de bilhares, com os “catedráticos” sempre em intermináveis partidas. O jogador mais assíduo durante muito tempo foi Nhô Jico, um nervoso sessentão que carambolava até sem parceiros. A freqüência

tornando objeto de profunda preocupação de médicos-higienistas, de autoridades públicas, de setores da burguesia industrial, de filantropos e reformadores sociais, nas décadas iniciais do século XX” (Rago, 1988: 12)

¹³⁸ A educação e as sociabilidades infantis tratar-se-á mais adiante, no terceiro capítulo.

¹³⁹ Esta divisão se apóia no Código de Menores de 1927.

¹⁴⁰ O bairro de Santana apareceu em destaque no Álbum de 1934, como um dos primeiros e maiores bairros cidade de São José dos Campos. Iniciada sua fundação em 1869, constituído em torno do caminho da cidade para o Sul de Minas, pólo do comércio, teve instalado em seu entorno (Caldeira, 1934:85), a Estação Ferroviária Central de São José dos Campos e duas fábricas: A Tecelagem Parahyba S/A e a Cerâmica Weiss.

era boa e as partidas eram disputadas com educação, classe e habilidade. Nos domingos e feriados a frequência mudava muito, porque era a vez dos jogadores barulhentos e extrovertidos. Faziam partidas que os adolescentes da cidade gostavam de apreciar porque nelas havia muito mais calor substituindo a técnica e podiam contar com o aprendizado de um vocabulário proibido pela censura doméstica. Aquelas partidas cheias de animação punham mais vida no sossego que envolvi nossa cidade, apesar de ser uma animação recebida com restrições porque de quando em quando havia pancadaria (Siqueira, 1991:160).

Nas memórias de Siqueira, foi possível verificar que os bilhares tinham diferentes freqüentadores. De um lado, tínhamos os catedráticos, que utilizavam-se da técnica, e da classe para jogar. Nos finais de semana, no entanto, os bilhares ficavam coalhados de jovens e adolescentes que iam ver os outros jogadores com mais animação que técnica, o que proporcionava partidas calorosas, com um vocabulário proibido pelas famílias da cidade. Se o esporte podia ser considerado uma forma de disciplina e auto-controle, no caso dos bilhares da cidade, havia reinvenções dos moradores, que para além da técnica do jogo, promoviam novas formas de jogar e divertir-se, promovendo novos significados e memórias aos moradores jovens¹⁴¹. Essas lembranças relacionavam-se com a preocupação com a legislação, especialmente devido ao contato com jogadores mais inventivos, provavelmente de grupos econômicos diferentes. Esses contatos diversos promoviam inventivas sociabilidades, que poderiam estar em conflito com as propostas de governantes e grupos mais influentes, como, no caso, o aparelho jurídico, representado na portaria citada, pelo juiz de menores.

O Bar como espaço que tiraria os indivíduos, sejam trabalhadores ou crianças, de suas tarefas e obrigações cotidianas foi um elemento bastante forte nas primeiras décadas do século XX, como expectativas dos governantes sobre medidas para controlar e sistematizar esses estabelecimentos¹⁴². Uma delas foi o uso de aumento de impostos sobre

¹⁴¹ A reinvenção do esporte pelas práticas populares não é novidade. Segundo a obra *Lance de Sorte – O futebol e o jogo do Bicho na Belle Époque Carioca*, dos historiadores Micael Herschmann e Kátia Lerner, o futebol inicialmente oriundo dos clubes de elite do Rio de Janeiro no início do século XX, repetia os termos, regras, disciplina e modo de jogar ensinados nos manuais ingleses (Herschmann;Lerner, 1993: 44). Quando da penetração de jogadores oriundos das camadas mais modestas, e a com seqüente popularização do jogo de futebol, esses vão aos poucos, introduzindo novos elementos e uma maneira de jogar com ginga, malandragem e, possivelmente movimentos oriundos da capoeira (Herschmann; Lerner, 1993:48).

¹⁴² Rago, em *Do Cabaré ao Lar – A Utopia da Cidade Disciplinar - Brasil (1890-1930)*, as ações dos empresários e higienistas sociais se organizaram nas primeiras décadas da República na remodelação da cidade, visando a separar os corpos dos moradores, especialmente os mais pobres trabalhadores, vistos como incapazes de gerir suas próprias vidas e potencialmente perigosos em aglomerações, perigos tanto biológicos, como os vapores e epidemias, quanto sociais, com associações trabalhistas, movimentos

alguns produtos considerados como de risco à saúde desses grupos, como a cachaça, por exemplo. Outra foi a limitação do horário de funcionamento dos mesmos, como em São José dos Campos. Em 1935, foi decretado o ato nº 280 da Estância Hidomineral e Climatérica definia que:

Art 2º - Os estabelecimentos de natureza especial taes como bares, confeitarias, botequins, restaurantes e congengeres que desejarem permanecer abertos depois das horas acima determinadas (18 horas) até as 24 horas deverão requerer alvará de licença especial sugeitando-se aos dispositivos aos dispositivos do art 4º do presente Acto.

Em 1918, foi determinado, através do ato municipal nº 79 o fechamento, recomendado pelas autoridades sanitárias, dos bares, botequins e casas de bilhares às 20h. Como vimos, este horário, em 1935, foi limitado às 18h, o que demonstrava a preocupação em restringir a atuação dos sujeitos na vida noturna, uma vez que esta era considerada perigosa, promotora de distúrbios, principalmente sob a ação do álcool. Para funcionarem fora do horário estabelecido, os estabelecimentos de encontro deveriam ter uma licença especial, aprovada pela prefeitura, com algumas regras para sua habilitação, que poderia ser retirada a qualquer momento. Assim, estavam sob o controle e as determinações da prefeitura. Desta forma, os bares poderiam ser controlados a partir das determinações dos órgãos fiscalizadores, como o centro de saúde local. Como vê-se, as imagens desses órgãos sanitários, em relação às ações da cidade, misturavam imagens técnicas e morais, possibilitando então não somente um olhar sobre as questões materiais da ação sanitária (limpeza, especificações arquitetônicas, condições de saneamento e de utilização de água), mas também e principalmente as ações dos seus clientes e as aglomerações de moradores naqueles espaços.

Nem todas as imagens sobre os bares eram negativas, demonstrando que também tais espaços possuíam diversos significados imbricados, muitas vezes, a questões de classe. Lembremo-nos o que dizia o artigo sobre a estância publicado no Álbum de 1934, por João Netto Caldeira:

Sobre as vantagens que a natureza offerece temos, também, os benefícios proporcionados pela iniciativa humana, á vanguarda dos quaes está o conforto

grevistas e turbulências sociais (Rago, 1987:165). Nesse sentido, visou a gerenciar e a melhorar os lares e afastá-los dos perigos ameaçadores das ruas e bares (Rago, 1987:164)

apresentado pela cidade, servida de todos os melhoramentos usuas nos centros urbanos de primeira ordem: serviço modelar de águas e exgottos, luz electrica, telephone, communições rápidas para São Paulo, Rio e localidades visinhas quer por via férrea como por luxuosos autoomnibus, casas de diversões bem montadas, optimas confeitarias, restaurants, bars e hotels, portas de serviço para automóveis etc.(Caldeira, 1934:148)

Ao mesmo tempo em que a freqüência dos pobres aos bares era vista como potencialmente perigosa, outros bares e confeitarias eram vistos como espaços a serem valorizados, pontos de atração de visitantes, proporcionando conforto e bem-estar aos visitantes, elencados junto a elementos de primeira necessidade na organização sanatorial: luz elétrica, água, sistema de esgotos, comunicações e transportes. Esse construto dar-se-ia também pela diferenciação entre estes espaços, sendo o botequim e o bar de natureza diferente. Como vimos nas memórias de Siqueira, o Bar e Confeitaria XV de Novembro tinha uma freqüência de homens de classe e distinção nos dias de semana. Ao mesmo tempo, nos fins de semana, recebia outro grupo de pessoas, mais barulhento e com vocabulário de palavrões. Intermediariamente, tínhamos a presença de pais de família que vinham buscar pacotinhos de doces para levar aos seus filhos (Siqueira, 1991:160).

Essa diferença provavelmente se organiza pela natureza econômica de seus frequentadores. Com relação aos grupos sociais que freqüentavam os bares, encontramos algumas notícias no *Correio Joseense*:

Chronica Social

Bar Paulistano – o antigo “Bar Hélios” foi adquirido por Orildo e Francisco Bráulio Filho, na rua 15 de Novembro e passou a denominar-se Bar Paulistano. (Correio Joseense, 20/10/1935:02)

As classes médica e farmacêutica desta localidade oferecem dia 10 do fluente um jantar (...). A essa ágape que se realizou no bar do Gercino, em Santana compareceram inúmeros representantes das duas classes referidas, alem de várias outras pessoas amigas do homenageado. Discursaram durante o jantar os srs. Drs. João B. de Souza Soares e Joaquim Bueno Vasconcelos. (Jornal São José dos Campos, 06/1942: 04)

Na nota jornalística, há a descrição de uma festa feita especialmente pelos médicos e farmacêuticos da cidade, com a presença nos bares de outros grupos sociais. Diferente das imagens que os periódicos atribuíam aos trabalhadores e pobres presentes nos bares, os médicos e farmacêuticos da cidade eram descritos, nessas notícias, como pessoas privilegiadas e autorizadas a estarem nesses espaços, valorizados com sua presença,

organizando eventos considerados altamente importantes para terem destaque nas páginas do jornal.

A primeira notícia demonstrou que havia diferenças entre as maneiras de qualificar os bares na cidade. A seção Crônica Social era especializada em divulgar assuntos de festas e eventos dos grupos privilegiados da cidade. Ao informar a mudança de proprietário e de nome do Bar Hélios, o periódico demonstrou o valor atribuído pelos articulistas do Correio Joseense e, provavelmente pelos seus leitores, a esses estabelecimentos.

Na Folha Esportiva Especial de 1938, encontramos várias propagandas de bares¹⁴³ da cidade. A partir dessas possivelmente, pode-se vislumbrar como esses estabelecimentos eram vistos, além de se demonstrar um pouco da variedade de atividades:

Bar Perotti

Este ótimo estabelecimento está apto a servir a V.S. com vantagem e presteza. Se V. S. deseja cigarros, bebidas nacionais e estrangeiras, conservas, etc; telephone para 218 e será imediatamente atendido.

Rua Francisco Paes, 10

O proprietário José Pedro Perotti (A Folha Esportiva, 10/11/1938:14)

Bar Paulistano

Sorvetes, doces finos, Confeitaria própria. Bebidas nacionais e estrangeiras.

Agenor de Oliveira

Entrega a domicílio

Rua 15 de Novembro, 20 – São José dos Campos

Estado de São Paulo. (A Folha Esportiva, 10/11/1938:127)

Em ambas as propagandas vemos variedade de produtos vendidos, como latarias, conservas, doces e sorvetes, possibilitando angariar os mais diversos clientes: pais de família podiam vir beber, comprar cigarros e, ao mesmo tempo, adquirir produtos para filhos, como doces, e para a família, como conservas e latarias. Ao mesmo tempo, as propagandas reforçaram as facilidades de adquirir produtos nesses bares, uma vez que entregavam a domicílio, um diferencial diante da grande presença de bares na cidade, com

¹⁴³ Não podemos esquecer que A Folha Esportiva Especial tinha como principais objetivos, expostos em sua apresentação, a comemoração do Estado Novo e a divulgação do crescimento e qualidade de vida da cidade de São José. Nesse sentido, as propagandas também queriam mostrar a qualidade da cidade. No entanto, devido a própria necessidade de verbas para a publicação, recebeu auxílio financeiro do grupo comercial, que, aliás, recebeu agradecimentos nesse artigo. Assim, há muitas propagandas publicadas na revista, o que deve ter ampliado a possibilidade de publicação de grupos diferenciados de comerciantes, dando espaços também a comerciantes mais pobres e, possivelmente promoveu diferenciação de espaços de publicidade. Os bares têm espaços limitados em relação aos sanatórios e pensões que chegaram a receber páginas inteiras. No entanto, mesmo entre eles houve espaços maiores ou menores.

um elemento de modernidade: o telefone. Nos outros bares, mantém-se a variedade de serviços que dispunham, demonstrando-se também a que clientes eram destinadas essas propagandas:

Bar Chinês de Mario Paes Duarte
Bebidas nacionais e estrangeiras, bilhares, doces, frutas e pestiqueiras
Rua Rubião Junior, 69 e Praça do Cemitério, 26.
S. José dos Campos – E.F.C.B.”(A Folha Esportiva, 10/11/1938:20)

Bar Luiz Marchetti
Bebidas nacionais e estrangeiras, geladas ou não, doces, conservas etc. Rua
Antonio Saes, 14 São José dos campos
Est. de S. Paulo. (A Folha Esportiva , 10/11/1938:71)

Bar Parahyba
Doces, conservas, bebidas nacionais e estrangeiras, queijos, manteigas e
artigos para fumantes
Octacilio Moreira
Av. Ruy Barbosa, 19
São José dos Campos – Est. de S. Paulo. (A Folha Esportiva, 10/11/1938:69)

Bar Corrêa.
Doces, Conservas, Bebidas Nacionais e estrangeiras, Queijos, Manteigas e
Artigos para Fumantes. Silvino Corrêa de Moraes.
Rua Siqueira Campos, 100 – S. José dos Campos
Estado de São Paulo (A Folha Esportiva, 10/11/1938:121)

Bar do Theatro
Bebidas, Doces, Pastéis, Pestiqueiros, Queijos, etc. Camargo & Carvalho
Rua 15 de Novembro, 19 (A Folha Esportiva, 10/11/1938:127)

Bar, Sorveteria e Pastelaria Humaytá
Bebidas nacionais e estrangeiras, laticínios, compotas, doces, cigarros, ET. – A
melhor pinga da zona.
Antonio Marchetti
Rua Humayta, 53 – Phone 251. (A Folha Esportiva, 10/11/1938:97)

Os bares tinham grande variedade de serviços, procurando angariar maior número de clientes, para manter seus estabelecimentos. Nesses vê-se o destaque da presença de bebidas, petiscos, queijos, doces, sorvetes e produtos para fumantes. Procurou-se destacar a qualidade dos produtos, chamados de artigos finos, a origem, valorizando o produto importado ou produzido em confeitaria, garantindo a limpeza, a higiene e a qualidade do serviço, com presteza de atendimento e entrega. Destacaram-se nessas propagandas o conforto dos espaços, a rapidez do atendimento e a possibilidade de receber os produtos na segurança do lar. Ao mesmo tempo, destacou-se o bar como um local onde haveria a

possibilidade do desfrutar da gastronomia como um ato de prazer, aguçando os sentidos, através da degustação de doces, compotas, conservas, petiscos. No entanto, necessitava-se de dinheiro e de tempo livre para usufruir desse prazer.

Outro elemento fortemente destacado é a importância dada ao consumo de produtos estrangeiros, provavelmente de alto valor financeiro e de características civilizatórias, oriundos da Europa, que para serem consumidos, necessitavam de conhecimento prévio para a escolha correta e dinheiro, valorizando seus usuários.

Alguns desses bares encontrados nas propagandas foram lembrados por Siqueira. O Bar Paulistano foi descrito como um moderno estabelecimento do gênero, famoso no Vale do Paraíba, recebendo rapazes das cidades de Taubaté, Caçapava, Jacareí, Paraibuna e São Bento do Sapucaí, devido a suas acomodações, atendimento imediato e atencioso e pela proximidade com o ponto de ônibus interurbanos (Siqueira, 1991:163). Outros bares apareceram nessa obra de Siqueira, sendo possível visualizar a variedade de serviços que mantinham no estabelecimento. O bar São Pedro, localizado na Rua 15 de Novembro, de propriedade de Pedro Camargo era também restaurante. Na Rua Siqueira Campos, havia a Confeitaria e Botequim São José, de propriedade de José Vieira Dias. Na frente era padaria e confeitaria e de um lado era o botequim (Siqueira, 1991: 220).

Bar Quinze

Rua 15 de Novembro,6 – telephone, 103

Jacob Diamante & Cia.

Somente artigos finos nacionais e estrangeiros – o melhor sortimento da cidade.

Serviço pronto de entregas a domicilio, a qualquer hora e com qualquer tempo.

Restaurante Refeição Comercial 5\$000 – serviço a La carte até 24 horas – Vinhos de mesa Portuguezes. A maior variedade da Zona Norte. (A Folha Esportiva, 10/11/1938:120)

O bar e confeitaria *Quinze*, como vimos, além de bar era restaurante, demonstrando também que, para além de atributos de classe, esses estabelecimentos comerciais recebiam diferentes grupos sociais, em horários e dias diferentes. Tínhamos os trabalhadores que almoçavam no restaurante, os pais de família que vinham buscar doces para seus filhos, os catedráticos que jogavam bilhar nos fins de semana e os jovens e barulhentos jogadores de fim-de-semana, que animavam a cidade. Ao mesmo tempo, a propaganda apresentava o horário de funcionamento do serviço de restaurante até as 24h, o que demonstrou que provavelmente essa localidade possuía alvará especial de funcionamento, estimulando

principalmente membros dos grupos abastados à vida noturna, para jantares na localidade. Até aquele momento, o Bar 15 foi o único restaurante encontrado.

Também as confeitarias e sorveterias estavam presentes nas propagandas relacionando-se a modelos das cidades européias:

Salão Moraes
 Sorveteria – Bilhares – Bicycletaria
 Manoel de Moraes Sobrinho Av. Ruy Barbosa, 382 – Sant’Anna do Parahyba
 São José dos Campos Est. de São Paulo. (A Folha Esportiva, 10/11/1938:64)

Sorveteria Max
 Gelo-leite-sorvetes
 Aceita-se encomendas para festas. Entrega-se a domicilio
 Rua 15 de Novembro, 42
 São José dos Campos. (A Folha Esportiva, 10/11/1938:71)

Siqueira nos apresenta em seu tempo as confeitarias da cidade, como a confeitaria do João Franco, localizada na Rua 15 de Novembro, com fabricação própria de doces e sorvetes. Vendia a varejo e, segundo Siqueira, fornecia para a Confeitaria Colombo do Rio de Janeiro e a Confeitaria Viaduto da Rua Direita, em São Paulo (Siqueira, 1991: 167). Em outros trechos de sua obra, apresenta com mais detalhes, os produtos encontrados nas confeitarias da cidade:

Aquela confeitaria (...) Era dali que os chefes de família levavam para suas casas uns célebres pacotinhos, amarrados com fitilhos coloridos, de laços presos por palitos redondinhos, semelhantes a minúsculas mãos de pilão, que rodas meninas gostavam de guardar. (Siqueira, 1991: 160)

Os grupos mais abastados de São José buscavam nos bares de artigos finos, restaurantes a la carte, confeitarias e sorveterias, novas formas de convívio e diversão, inspirados nos restaurantes e cafés paulistanos das primeiras décadas do século XX, que, por sua vez, se pautavam pelas idéias de requinte e modernidade encontrados nos hábitos sociais europeus, importados especialmente da Paris pós Haussman¹⁴⁴ (Rago, 2004: 392). Nessa concepção, a vida social fechada nas fazendas e na ida às missas “(...) era substituída pela busca cada vez mais constante das ruas e praças, dos passeios e encontros na esfera pública, da vida em sociedade, que se constituía referenciada pelos padrões do

¹⁴⁴ Barão de Haussman, foi um dos principais responsáveis pelas mudanças urbanísticas de Paris durante o segundo Império (1852-1870) (Rago, 2004:392).

mundo dito civilizado” (Rago, 2004:392). Dentro desse processo de busca de comportamentos civilizados, o consumo de produtos caros, transformava-se em importante forma de lazer. Assim, para os moradores locais, freqüentar estabelecimentos em espaços públicos, onde poderiam usufruir de prazeres além do básico para a necessidade, mais que consistirem em elementos considerados modernos, eram modos de diferenciação social e permeados de status a quem deles fizesse parte (Rago, 2004:393).

Mesmo assim, vimos que os bares, restaurantes e confeitarias, embora possuíssem atributos de diferenciação econômica, eram, na vida cotidiana, permeados por diversas sociabilidades, freqüentados pelos mais diferentes grupos.

Essa diversidade pôde ser verificada também nas propagandas. Nos poucos botequins encontrados nas propagandas da folha esportiva especial de 1938, temos a diferenciação social nas suas funções e no público que atendiam:

Botequim do Mercado
Refeições, café e bolinho
Aberto diariamente
Quarto n. 4 Mercado Municipal (A Folha Esportiva, 10/11/1938:77)

Café e Botequim Cursino de F. Cursino de Andrade
Café de coador e leite a toda hora, do dia ou da noite.
Travessa Chico Luiz, 3 (Em frente ao Mercado). (A Folha Esportiva, 10/11/1938: 91)

Os pequenos estabelecimentos receberiam menor qualidade de tratamento nessas propagandas, demonstrando que seu auxílio financeiro à publicação da revista foi também menor. No entanto, vêem-se aqui outros valores e propostas de público a usufruírem de tais espaços. As propagandas dos botequins destacaram, de forma objetiva, o horário de funcionamento dos estabelecimentos e os alimentos básicos que vendiam, sem referência à procedência e à qualidade: o café, o leite, o bolinho. Diferentemente dos outros bares, mais que a procedência, nessas pequenas propagandas importava informar a presença constante destes produtos a toda hora.

Podemos intuir que esses alimentos (café, leite e bolinho) eram importantes produtos integrantes das refeições dos grupos que o visitavam. Considerados locais dos moradores mais pobres da cidade, vendiam produtos que pudessem auxiliar os trabalhadores, como o café da manhã e as refeições. Os grupos populares não se preocupariam com qualidade e procedência dos produtos, mas com a possibilidade de encontrá-los nos estabelecimentos.

Os comerciantes e articulistas pressupõem assim que os alimentos comercializados nesses botequins, serviam muito mais à sobrevivência, à satisfação das necessidades, que propriamente ao usufruto dos mesmos como um prazer. As localidades desses dois botequins também nos sugerem que os mesmos aproveitavam-se da aglomeração de pessoas oriundas dos povoamentos rurais próximos à cidade, que viriam nos fins de semana. Para esse público, o prazer de consumo era mais restritivo, uma vez que não estavam atualizados com os comportamentos mais civilizados, provenientes da urbanidade. Nesse sentido, para esse público, segundo os produtores das propagandas, o café coado na hora seria mais atrativo.

Essas imagens também possibilitam imaginar que para os grupos de comerciantes e redatores dessas publicações, o prazer da degustação era um ato de distinção social, não sendo um direito de todos e, muito menos, dos trabalhadores mais pobres.

Embora com parca presença nas propagandas dos periódicos locais, nas memórias de Siqueira, vê-se uma grande quantidade de bares que circundavam o centro comercial da cidade. Nesses também tínhamos uma freqüência variada, demonstrando um cotidiano mais maleável do que o desejável pelas propostas de periódicos e grupos dirigentes.

Além do botequim pequeno e escuro que havia na rua Floriano Peixoto, próximo a Capela São Miguel, havia um outro botequim na rua Siqueira Campos com um balcão que dava para a rua, que servia pinga e salgadinhos. Esses, nas proximidades das casas modestas dessas vias, provavelmente eram freqüentados pelas populações dessas localidades. No entanto, outros atendiam a clientela mais amplas. Siqueira descreveu um barzinho na Rua 15 de Novembro, considerado por ele, “o mais pilantra, o mais sofisticado e o mais disputado por fiel freguesia, que facilmente lotava seu minúsculo balcão”. Com esses tão díspares adjetivos, Siqueira informou que nesse bar surgiu a novidade da salada de frutas com sorvete e a batida de limão (Siqueira, 1991:165). Outros, como a venda de Vittorio Penelupi, agrupavam grande parte da colônia italiana local: Rafael Malatesta, alfaiate; Major Constanzo de Finis e Romeu Carnevalli, construtores; Friggi e Locatelli, donos de armazéns; e Pinotti, marceneiro. Lá tomavam vinho, comiam petiscos (azeitonas e frios) e fumavam charutos (Siqueira, 1991:251). Aqui vê-se que os armazéns também eram locais de encontro para beberem e conversarem sobre a vida e também se sentirem unidos pelos laços de procedência e vivências compartilhadas.

As propostas presentes nos periódicos e nas propostas dos periódicos de construção de uma cidade civilizada, esbarraram nas próprias limitações de organização do sistema

sanitário. No relatório de 1944 do Dr. João Flório, inspetor de saúde indicado pela Inspeção de Saúde do Estado de São Paulo para avaliar a situação da estância estabelecida já há nove anos, demonstrou que a situação do centro de saúde local apresentava-se com parcas condições de trabalho. A precariedade do quadro de funcionários, especialmente fiscais, impossibilitavam um controle efetivo. Neste sentido, assim avaliou o item bares:

Na localidade existem 25 bares e cafés, sendo que alguns funcionam também como restaurante. Os estabelecimentos deste gênero localizados na chamada zona comercial possuem instalações sanitárias regulares e a falta de fiscalização por falta de guardas desta unidade, não permite que suas condições sanitárias sejam melhores. Outros estabelecimentos desse tipo estão localizadas na Zona Sanatorial. Tanto uns com os outros são freqüentados por pessoas sãs e pelos atacados de tuberculose pulmonar e contagiantes, constituindo isso um sério inconveniente que requer uma providência enérgica urgente. (Flório,1944: 39)

Os jogos de azar, bares, botequins e confeitarias mostraram a emergência de diversos significados sociais sobre as atividades e espaços de diversão e tempo livre na cidade, expressos nos periódicos e portarias municipais. Nessas fontes, fortaleceu-se a deterioração das imagens sobre a ruralidade, visando a ressaltar o viver urbano moderno e civilizado. Ao mesmo tempo, através do olhar médico, as condições sociais da cidade foram explicadas a partir das ações dos sujeitos pobres e de sua natureza biológica: tendências ao vício do jogo; genes maculados pelo alcoolismo.

Os bares e botequins foram identificados por esses articulistas como locais a serem sanitarizados, através do controle de seus horários de funcionamento e de suas ações, além da busca de limitação de sua atuação somente a zona comercial. Essas intervenções visavam a impedir, como vimos na proibição dos jogos de azar, que os moradores da cidade perdessem seus afazeres considerados primordiais à cidade moderna sanitária: o trabalho e a manutenção da família.

Em diálogo com a cidade sanitária, outros modelos propunham a presença de bares de artigos finos, restaurantes e confeitarias, referendados pelas imagens das cidades européias. Visavam com esses estabelecimentos, à criação de locais de usufruto do tempo e livre e de consumo como forma de diversão, a serem freqüentados por grupos restritos.

Esses processos de intervenção e controle normativo, visando a novos espaços

idealizados esbarraram na presença de jogos de azar, bares, confeitarias, sorveterias, vendas e botequins instalados em todo o perímetro central. Esses estabelecimentos promoviam uma diversidade de contatos entre os moradores urbanos e rurais, representantes dos mais diversos grupos sociais, constituindo-se na sociabilidades possíveis no espaço urbano.

As limitações forjadas nas portarias e propostas nos periódicos não foram capazes de limitar a atuação dos bicheiros, nem o funcionamento dos bares e botequins locais, que se espalharam pelo centro da cidade, devido, em grande parte, as limitações financeiras e administrativas dos aparelhos de fiscalização, policiais e jurídicos da Estância Hidromineral e Climática

Espaços que se organizavam em torno das demandas e desejos dos moradores, chalés de bicho e loteria, bares e botequins floresceram em torno de costumes tradicionais e vivências de seus moradores. Apoiados pelos costumes tradicionais dos moradores, estes estabelecimentos comerciais sobreviviam nos interstícios das leis e possibilitavam aos moradores a convivência de múltiplas sociabilidades na cidade de São José dos Campos.

Capítulo III

Sociabilidades e crianças: infância, ocupação e família

*No dia em que eu apareci no mundo
Juntou uma porção de vagabundo da orgia
De noite, teve samba e batucada
Que acabou de madrugada
Em grossa pancadaria
Depois do meu batismo de fumaça
Mamei um litro e meio de cachaça
Bem puxado
E fui adormecer como um despacho
Deitadinha no capacho na porta dos enjeitados
(...)
Na Batucada da Vida (1934)
Ary Barroso / Luiz Peixoto*

*O bom menino não faz xixi na cama
O bom menino não faz malcriação
O bom menino vai sempre à escola
E na escola aprende sempre a lição
O bom menino respeita os mais velhos
O bom menino não bate na irmãzinha
Papai do céu protege o bom menino
Que obedece sempre, sempre a mamãezinha
(...)
O Bom Menino
Carequinha*

As propostas de intervenção na cidade de São José dos Campos, sugeridas em artigos da imprensa local e estabelecidas nas portarias municipais, procuraram promover uma série de modificações nos comportamentos dos moradores mais pobres na cidade, criminalizando algumas de suas diversões, como os bares e jogos.

O cotidiano de São José dos Campos nos apresentou, no entanto, uma diversidade de comportamentos e de grupos sociais economicamente diferentes, disputando e compartilhando espaços, proporcionando múltiplas maneiras de viver urbano.

A partir dos artigos do *Correio Joseense*, especialmente sobre a campanha contra os jogos de azar, empreendida pelos articulistas do jornal, foi possível encontrar um grupo que perambulava pelas ruas centrais, em evidência nas propostas federais, mas relativamente invisível nas propagandas sobre a Estância de Cura: as crianças.

Domingo, início de abril de 1935. A cidade de São José dos Campos fervilhava em torno do Mercado Municipal, com a chegada dos produtores rurais, que vinham principalmente da região de Santana, vender sua colheita de milho, café, arroz e adquirir os mais diversos produtos (Siqueira, 1991:27). Uma senhora, D. Olympia Romeu, proprietária de uma venda de doces no mercado, em trânsito por aquele local, deu por falta de uma valise que levava consigo, contendo um par de óculos, 100 réis em moedas para troco e uma nota de 10\$000 (*Correio Joseense*, 05/04/1935: capa). Iniciou-se assim, uma notícia do *Correio Joseense* sobre os furtos no Mercado Municipal. Nessa mesma reportagem, seu redator destacou o fato desses furtos serem constantes, nos domingos, provavelmente pelo anonimato proporcionado pela grande movimentação de pessoas no local.

Assim iniciou-se no *Correio Joseense*, a partir da campanha contra os jogos de azar na Cidade de São José dos Campos, uma série de reportagens sobre a atuação das crianças que viviam nas ruas locais. Nessa reportagem, o articulista denunciou a presença dos jogos de azar nas ruas, mas também procurou descrever e qualificar os comportamentos de meninos e meninas que perambulavam por essas vias:

E, já que estamos fallando neste assumpto, estendemos os nossos comentarios a jogatina nas ruas, por uma malta de creanças desoccupadas, a qual concorre para a pratica daquelles furtos. Ve'se por toda a parte, creanças de todas as edades, se entregarem a jogatina de dinheiro, nas vias publicas, como um prenuncio das suas tendências para o vicio. Alem disso, ainda temos o aspecto moral da questão, porquanto, esses factos depõem contra o nosso foro de cidade civilisada e perturbam o socego publico, attendendo se que essa jogatina é feita sob um alarido infernal, em plena via publica, impedindo até o

transito nas calçadas.

Para esses factos deprimentes, chamamos, mais uma vez, a attenção da digna autoridade policial (Correio Joseense, 05/04/1935: capa)

O Mercado Municipal localizava-se na área comercial do centro da cidade, entre as ruas Siqueira Campos, principal via de comércio da cidade, Sebastião Hummel, Sete de Setembro e Travessa Chico Luiz, antiga região da Chácara da Família Cursino, nas proximidades do Teatro São José.

Nessa notícia, o articulista encarou o comportamento das crianças jogando nas ruas, como uma previsão acerca do futuro desses sujeitos, considerados cheios de vícios e ilegalidade, entre os quais, destaca-se o roubo. O redator desconsiderou todo um contexto de vida das crianças, em favor de uma visão de mundo calcada nas teorias sanitárias e eugênicas em voga no período. Qualificou as crianças como malta¹⁴⁵, construindo a idéia de agrupamento de pessoas pobres e perigosas. As crianças seriam, nesse ponto de vista, elementos perigosos à ordem pública, futuros bandidos, produzidos por uma suposta desocupação, uma falta de ocupação produtiva. Para contê-las, adequá-las aos desejos desse redator, ter-se-ia como solução, a intervenção das autoridades policiais e, provavelmente de instituições educacionais e correcionais.

Além do Mercado Municipal, outros locais eram espaços de concentração destes jovens “jogadores”:

Grande numero de moleques se entregam, dia e noite a pratica do jogo nas vias publicas, impedindo, muitas yezes o transito nos passeos, alem de se iniciarem na pratica de um vicio, por demais prejudicial.

O local de preferencia para a desenfreada jogatina é nas proximidades do Theatro S. José, especialmente ao lado, em frente a redacção desta folha. (Correio Joseense, 18/08/1935:01)

Ambas as notícias nos remeteram à idéia de que as crianças nas ruas abalavam o equilíbrio do espaço urbano. Na primeira notícia esse desequilíbrio teria como motivo o

¹⁴⁵ Segundo o dicionário Aurélio, *Malta* é o nome de uma ilha do Mediterrâneo de onde saíam bandos aventureiros para trabalhar nas colheitas. S. F. 1. Conjunto ou reunião de gente de condição inferior. 2. Bando, grupo, súcia. 3. Rancho de trabalhadores que se transportam juntos um para outro ponto em busca de trabalhadores agrícolas. 4. Vida airada; tuna. 5. Designação de associações de capoeiristas que no século XIX e principio do século XX prestavam serviços a políticos e provocavam desordens em desfiles, festas e aglomerações; capoeirada. Entre os múltiplos sentidos do termo, vemos sua origem relacionada às suas práticas culturais e ação dos grupos populares do século XIX e XX. Prevalece a idéia de agrupamento de pessoas, relacionada aos grupos pobres e suas práticas. Transparece no termo também o medo e a preocupação do início do século XX com as atividades coletivas populares. (Ferreira, 2004:1258)

barulho ensurdecador que elas fariam, além de atrapalhar o trânsito de pessoas que trafegavam nas vias públicas. Em São José dos Campos, como já vimos, as imagens da cidade sanitária, propostas no Álbum de 1934, compunham uma idéia de tranquilidade e sossego, especialmente nos perímetros centrais e nas áreas sanatoriais. Foi dentro dessa perspectiva de silêncio e ordem nos espaços coletivos que o articulista se baseou para criticar as crianças.

Na segunda notícia o jornalista ressaltou o obstáculo que as crianças se tornavam aos passeios nas ruas. A importância da circulação de pessoas nas ruas se relacionava a concepções de modernidade do início do século XX¹⁴⁶. A idéia de cidade sanitária, sem vícios, moderna, com grande circulação de pessoas belas, sadias e trabalhadoras era uma imagem comum e um ideal estético, moral e médico da época, como já vimos em capítulos anteriores¹⁴⁷.

As notícias do *Correio Joseense* proporcionaram que se percebesse uma circulação de crianças pobres nas áreas mais movimentadas do perímetro central. Transitavam pelo Mercado Municipal, nas ruas Siqueira Campos, Rua Sete de Setembro, Travessa Chico Luiz e Sebastião Humel, depois se deslocavam para o Theatro São José, localizado na esquina da Rua Sebastião Humel com a Rua 15 de Novembro. De fato, a Rua XV de Novembro foi descrita por memorialistas locais como um local de comércio intenso, localidade de festas e eventos artísticos, além da grande presença de jovens, que se

¹⁴⁶ A doutora Maria Izabel de Azevedo Marques Birolli, em sua tese de doutorado *Os filhos da República – A Criança Pobre na cidade de São Paulo, 1900-1971*, detectou incômodo semelhante em relatórios de chefe de polícia da cidade de São Paulo, em falas de juristas e nos periódicos, entre os anos finais do século XIX e XX.. Policiais e juristas demonstraram preocupação diante do problema da mendicância de adultos e crianças pelas ruas. Essa preocupação adviria muito mais dos desejos de embelezamento e limpeza dos seus autores do que propriamente uma preocupação com as necessidades desses sujeitos. Entre as soluções propostas por esses sujeitos estava as de impedir a presença de mendicantes nas ruas mais movimentadas e praças mais importantes de São Paulo. (Birolli, 2000:43)

¹⁴⁷ Esta idéia de cidade movimentada, que impunha uma objetividade, reserva pessoal e outros comportamentos sociais aos indivíduos pode ser vista em SIMMEL, Georg. *A Metrópole e a Vida Mental*. In VELHO, Otavio Guilherme. *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar editores, pp. 11-25. Ainda sobre a idéia de velocidade, imposta pelos novos processos produtivos e aparelhos tecnológicos, muitas vezes para além do que o corpo suporta, promovendo novos comportamentos e controles, e o fluxo coordenado das massas, ver SEVCENKO, Nicolau. Fragmentação, simultaneidade, sincronização: o tempo, o espaço e a metrópole moderna. In. *Cidades e História - Espaços e Debates* nº 34, Ano XI, 1991, pp. 18-22. Sobre a idéia da cidade sadia, moderna, trabalhadora e disciplinada, vários são os autores desta temática, destacando aqui: RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar – A Utopia da Cidade Disciplinar - Brasil (1890-1930)*. 2ª edição, Paz e Terra História: Rio de Janeiro, 1987, pág.11-12. BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Metrópoles: As Faces do Monstro Urbano (as cidades no século XIX)*. In *Cultura e Cidades*, Revista Brasileira de História. ANPUH. São Paulo: Editora Marco Zero, 1985, pp. 37-68. Sobre como os sujeitos viviam, frente a estes processos de controle, disciplina e reordenação urbana ver: DUARTE, Adriano et PAOLI, Maria Célia. São Paulo no Plural: espaço público e redes de sociabilidade. In PORTA, Paulo (org.). *História da Cidade de São Paulo – A Cidade na Primeira Metade do Século XX*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 200, pp.:53- 99.

deslocavam de um lado a outro, em busca de namoros e flertes (Siqueira, 1991: 159-169).

Novamente o redator demonstrava preocupação sobre o futuro das crianças pobres da cidade, considerando sua vida cotidiana em risco, devido ao contato constante com o vício do jogo e, porque não dizer, com o contato com as ruas¹⁴⁸.

A criminalização das crianças pobres presentes nas ruas, presentes nas falas dos articulistas do *Correio Joseense* nos estimularam a aprofundarmo-nos no cotidiano e sociabilidade das crianças nos espaços públicos de São José dos Campos. Os artigos subseqüentes do *Correio Joseense* nos apresentam novas falas sobre estas crianças:

Infelizmente, as nossas palavras perderam-se no deserto e os menores, na sua incoscienza continuam impunemente exercitando nas vias publicas o terrível vicio. Não é necessário dizer-se dos damnos de ordem moral que causam no espírito ainda em formação das creanças, que fazem tilintar nas vias publicas os seus nikes numa porfia desesperadora pela posse do dinheiro do parceiro que é outro menor. São creanças de 8, 10 ou 12 annos que desgovernadas, entregam-se a jogatina nas ruas. Em frente a redacção desta folha local preferido por ellas, constatamos scenas as mais deprimentes, pois que, alem do pernicioso jogo, ainda observamos com tristeza, a pobreza do vocabulario que empregam, ferindo os ouvidos dos transeuntes que, por alli passam e, que, não raro, têm. que ceder o logar nos passeios, para não serem esbarrados e empurrados pelos moleques.

Urge sem duvida uma providencia energica das autoridades competentes (sic), no sentido de se evitar, em nome dos bons costumes, a perversão dessas creanças que caminham inconscientemente para a degradação.

Fazemos destas columnas, um appello a S. Excia. O Dr. Juiz de Direito da Comarca, o qual, a nosso ver, com a sua reconhecida autoridade, poderá determinar providencias, no sentido de reparar esse grande mal que vimos de apontar, tratando-se, como se trata, de menores. (*Correio Joseense*, 22/09/1935:01)

A redação do Jornal O *Correio Joseense*, neste período, ficava na Rua XV de Novembro, nas proximidades do Theatro São José, local de grande movimentação de pessoas.

¹⁴⁸ Para os sanitaristas, a vida nas cidades brasileiras no final do século XIX e início do XX, ofereciam uma série de riscos e perigos epidêmicos aos seus moradores (Mota, 2003:32) A notícia da *Folha Esportiva Para a Tranqüilidade Pública* de 1937, já citada anteriormente, promoveu uma imagem das ruas de São José dos Campos como local onde circulam indesejáveis e, mesmo malandros que pela cidade vinham, esperando a oportunidade de roubar ou mesmo fazer algazarra e perturbar o sossego publico. A *Folha Esportiva*, 09 de Janeiro de 1937, num. 416, Anno VIII, capa. Rago, por sua vez apresentou em seu livro que o discurso médico que vai se fortalecendo ao longo do século XX nas políticas públicas, vai promover uma desvalorização da rua como espaço impróprio da civilização, onde crianças e mulheres não deveriam freqüentar e homens deveriam ser comidos em seus espaços. Neste sentido, “No discurso do poder médico, a rua era representada como "a grande escola do mal", espaço público por excelência onde se gerariam os futuros delinquentes e criminosos irrecuperáveis.” (Rago, 1987:121)

Embora não descrevesse detalhes acerca desses meninos e meninas, o redator da notícia apresentou que essas eram crianças de 8 e 12 anos, denominados menores, um adjetivo que lembra sua condição legal e não social.

Novamente reclamou-se da presença constante das crianças que, na concepção do jornal, disputavam territórios com outros transeuntes, concluindo que as vias não eram locais adequados para a presença dessas crianças.

O termo territórios, neste trabalho, foi utilizado tendo em vista os estudos de Raquel Rolnik e Antonio Augusto Arantes. Território, segundo Rolnik, seria o espaço real vivido: não se constitui somente como um espaço geográfico delimitado, mas “um espaço apropriado e constituído por relações culturais (...)” (Rolnik, 1999:137). Nesse sentido, Rolnik propõe que, ao se pensarem as estratégias de dominação do espaço urbano e intervenção sobre esses espaços, visando ao controle de camadas de população, gera-se um movimento de singularização e homogeneização ou alisamento do território; As tentativas de dominação de grupos humanos através de políticas públicas urbanas se sistematizam num processo constante de desterritorialização e reterritorialização, que acontece na cidade (Rolnik, 1992). Nesse sentido, ao se falar da disputa por espaços e da criminalização das crianças, estamos falando de tentativas de desterritorialização dessa infância em nome de novos interesses de utilização desses espaços: criação de passeios, boulevares para as camadas mais abastadas.

Arantes propõe que se pense o espaço da cidade como lugar da construção de fronteiras simbólicas que “ordenam as categorias e os grupos sociais em suas mútuas relações. Os lugares vão se constituindo em suporte físico de significações e lembranças compartilhadas, marcos identitários, de pertencimento e fronteiras de diferença cultural” (Arantes, 2000: 106). Mas esses lugares sociais construídos não são fronteiros, mas justapostos de modo complexo. Essas zonas de contato dos lugares sociais podem se estabelecer em permanente tensão ou explodir em conflitos entre os moradores que por lá transitam e constroem seus espaços de pertencimentos, ou mesmo promover frágeis acordos de convivência (Arantes, 2000: 107). Em São José foi possível perceber que o frágil acordo de convivência entre os moradores pobres que utilizavam as ruas como espaço de trabalho e diversão e os grupos abastados estava se rompendo na década de 1930, fruto dos projetos modernizadores e de embelezamento da cidade, tensões que apareciam nas publicações e jornais da época.

As críticas dos articulistas da Imprensa local baseavam-se em vários argumentos que

rondaram os capítulos anteriores. Um desses argumentos era o médico, ao ligar jogo ao vício, ao considerá-los perversões. Outro era de ordem moral: o contato precoce das crianças com o dinheiro promoveria desvios de comportamento. Esse discurso moral se desdobrava num argumento educacional e de bons costumes, ao observar que as crianças possuíam um vocabulário pobre e ofensivo, além de esbarrar nos moradores que estavam desfrutando dos passeios e empurrá-los; por fim, argumentos jurídicos, ao designar as crianças de menores e considerar as crianças presentes nas ruas, como responsabilidade do Juiz de Direito¹⁴⁹ da Comarca¹⁵⁰, chamado para sanar esses comportamentos sociais, no caso, o “pernicioso” jogo. Toda a denúncia foi construída em nome dos bons costumes¹⁵¹. Há nesse artigo do jornal uma idéia de que as crianças disputavam espaços com os moradores que desejavam desfrutar dessas vias públicas. Essas crianças estariam ameaçando a intenção de constituir essas ruas como espaços de passeio dos grupos mais abastados.

Enquanto os articulistas do *Correio* entendiam as crianças pobres nas ruas como nocivas à sociedade e potenciais criminosos, disputando o território dos passeios públicos, nas memórias de Siqueira e Bondesan encontram-se outros sentidos para a presença de crianças em São José.

Siqueira, em sua obra *Nossa Cidade de São José dos Campos* relatou suas memórias, em seu tempo de meninice, nas primeiras três décadas do século XX. Ao lembrar a infância, muitos desses relatos nos trazem detalhes sobre a presença de meninos e meninas das mais diversas idades e condições econômicas. O Jornalista e laboratorista de farmácia também descreveu a grande presença de meninos em torno do Mercado Municipal. Porém, não foram encarados pelo autor como desgovernados, viciosos e criminosos, mas como trabalhadores:

¹⁴⁹ O cargo de Juiz de Direito, em 1934, era ocupado pelo Dr. Luiz Mourato Gentil de Andrade. No Álbum de 1934, temos o seguinte quadro de funcionários no poder judiciário: Um juiz de direito da comarca, um promotor público, um escrivão do Jury e, ao mesmo tempo, oficial do registro geral de títulos e documentos, um escrivão do 1º e 2º ofícios, um contador e, ao mesmo tempo, partidor e distribuidor e, finalmente, um oficial de justiça, mostrando que o quadro era reduzido para uma cidade de 45.000 pessoas, como também nos informou o ÁLBUM de 1934 (Caldeira, 1934:120).

¹⁵⁰ A comarca de São José dos Campos foi criada em março de 1872, sendo nomeado o primeiro promotor público no mesmo ano.

¹⁵¹ O Juizado de Menores, criado no Brasil em 1924 era o órgão responsável por proteger e assistir menores de 18 anos e promover processos e julgamentos aos maiores de 14 anos e menores de 18 anos. Nesse caso, ao jornalista requerer ações ao Juiz de Direito da Comarca, propôs um desvio de função, provavelmente decorrente da ausência, no período, do Juiz de Menores. (Birolli, 2000: 26)

Na Rua do Teatro¹⁵², em frente ao Jardim Nossa Senhora da Aparecida¹⁵³, ficava o principal ponto de estacionamento dos carrinhos de mão dos meninos que faziam o transporte das compras de suas freguesas, e para aquele serviço havia uma “taxa” que obedecia a uma verdadeira tabela de preços, conforme as distâncias. (Siqueira, 1991:227)¹⁵⁴

Os meninos promoviam o transporte das compras das freguesas do Mercado Municipal, muitas delas membros das famílias abastadas de São José. Em seus relatos, Siqueira se deparou com várias categorias de trabalho exercidas pelas crianças nas ruas:

Nas ruas e travessas de dentro do Mercado circulavam meninos com cestas enormes vendendo deliciosos folheados chamados “sabidos” (...) Muitos vendedores ambulantes cruzavam com os meninos que vendiam pirulitos de açúcar queimado em tubinhos presos em suportes de madeira enfeitados com papel colorido e com a haste cheia de buraquinhos onde prendiam os cabos dos pirulitos. (Siqueira, 1991:229)

Nesses trechos, o professor esclareceu, a partir de suas lembranças, as crianças permaneciam nas ruas centrais da cidade. Essas crianças circulavam em torno do mercado, vendendo pirulitos e complementando a renda da família. Eram trabalhadores, vivendo em torno do comércio local, em condições de informalidade.

Outro livro de memórias, desta vez de um advogado que veio a São José com tuberculose. Bondesan, em tratamento na estância, nas décadas de 1930, nos trouxe outras informações sobre as crianças. Em suas memórias, publicadas no Livro *São José em Quatro Tempos*, o advogado e músico nos relatou que, na Pensão de Fábio Schneider, na rua Francisco Paes, em que residia, freqüentava grande número de crianças, que ia até lá apanhar revistas, jornais velhos ou em busca de alimentos¹⁵⁵. Em outro capítulo, o advogado apresentou o menino de apelido Zé Bombeiro, que vivia de pequenos expedientes e negócios que realizava com os doentes das pensões. Havia vendido a Altino um cavaquinho. Tempos depois, pediu-o de volta a Bondesan, como presente. Descobriu, posteriormente, que Zé Bombeiro havia vendido o cavaquinho a um doente morador de

¹⁵² Atualmente Rua Sebastião Humel.

¹⁵³ Essa praça foi demolida no início da década de 20, para ampliação do Mercado Municipal, inaugurado em 1923 (Caldeira, 1934).

¹⁵⁴ Estas lembranças são anteriores a 1923, portanto, mais de 10 anos antes da notícia do Correio Joseense. Porém, nos servem de referência para esse comportamento. Outros relatos também descrevem a presença de crianças trabalhando nesses locais.

¹⁵⁵ “Sempre me causa revolta a presença de garotos na pensão. Costumam ir ao quarto do Maneco, nos fundos, apanhar revistas e jornais velhos. Passam pela copa, aceitam uma fruta, e, se os deixássemos, não arredariam pé da pensão.” (Bondesa, 1967:23)

outra pensão (Bondesan, 1967:22). Esses relatos demonstram que as crianças, através de táticas e trabalhos informais, sobreviviam em torno dos doentes de tuberculose. Essa constatação demonstra que a imagem de cidade construída pelo artigo sobre a São José Estância Climatérica, que integra o primeiro capítulo, sobre a separação entre sãos e doentes era mais um desejo que uma realidade. Em trecho do relatório de João Flório, em 1944, contendo as observações do doutor sobre as vias públicas em São José foi possível verificar conclusão semelhante:

A falta de habitação na zona Sanatorial, conforme já acentuamos, tem obrigado a população sã a viver em promiscuidade com as pessoas doentes, obrigando-os a um contágio permanente. (...) No capítulo O na parte referente a cadastro predial, juntamos uma série de fotografias mostrando os cortiços, em muitos dos quais residem pessoas doentes em promiscuidade com crianças. (Flório, 1944:59)

Esse contato permitia que os moradores pobres aproveitassem para vender produtos e serviços para os doentes e, assim, melhorar as condições de vida. Bondesan descreveu ainda, com algumas reflexões carregadas nas tintas eugênicas, que os moradores mais pobres da cidade moravam nas imediações do acanhado centro, nas ruas Dolzani Ricardo, Vilaça e concentrados nas imediações do antigo leito da Central do Brasil, no bairro denominado Linha Velha, atualmente denominado bairro Santa Cruz.

Na obra do advogado, encontramos suas reflexões sobre o motivo da grande presença de crianças pobres em torno dos doentes e nas ruas da cidade:

Maneco conta-me que esta zona é das mais pobres do Estado. A miséria é um fato. Tudo porque não há uma sólida base familiar. São filhos de pais separados, ausentes ou ignorados. Vivemos num matriarcado caboclo, de mães domésticas, lavadeiras ou mendigas. Gente que vive, na Linha Velha, antigo leito da Central do Brasil, em casebres onde não meteríamos nosso cão de estimação.”(Bondesan, 1967:24)

Vimos, através das fotos do relatório de João Flório, no 1º capítulo, a presença de cortiços além das regiões descritas por Bondesan, nas proximidades da Rua Siqueira Campos e Largo da Matriz, conforme descritas no primeiro capítulo. Verificamos também a presença de mulheres e crianças nesses cortiços (fotos 11-19). Nesse relatório não havia dados específicos sobre a quantidade de mulheres e crianças na cidade, somente sobre a delinquência infantil, que era baixa, variando na década de 1940, entre 1 a 4 casos por ano

(Flório, 1993:49).

A concepção de Bondesan sobre o matriarcado caboclo, ou seja, de que a população pobre da cidade era composta em grande parte por mulheres solteiras, viúvas ou abandonadas, que buscavam sobreviver de pequenos serviços, foi esclarecedora sobre a presença de crianças nas ruas. O cotidiano dessas mulheres, sua procedência e maneiras de sobreviver, permanece praticamente invisível nos documentos oficiais, o que dificulta um estudo aprofundado sobre as mesmas. (Dias, 1995). No entanto, foi possível verificar muito de suas vivências nas obras desses dois memorialistas.

Nas memórias de Siqueira, encontramos muitas dessas mulheres circulando na cidade, sobrevivendo da economia informal. Muitas eram vendedoras como Nhá Francisca, uma quitudeira, moradora do Largo da Valeriana (atual Praça João Mendes), que vendia em seu tabuleiro pastéis e cuzcuz, na esquina da Rua Sebastião Humel com a Rua 15 de Novembro, em frente ao Theatro São José. Esse era seu ponto fixo, onde trabalhava até nos dias de chuva (Siqueira, 1991: 121 e 203).

Numa casinha humilde, de paredes de terra socada, construída abaixo do nível da calçada, de portas e janelas de madeira, sem veneziana, na Rua 15 de Novembro morava “tia” Andreza, que fabricava cigarros de palha, costurava caseados e arremates para as costureiras da cidade, servindo também de calceira para os alfaiates. A senhora só saía às ruas para a missa ou a reza na Matriz, nos rosários e procissões (Siqueira, 1991:175).

A engomadeira Dona Gertrudes vivia junto com sua parente Nhá Chica e Zé do Carmo, filho de Chica, na rua Sebastião Humel (Siqueira, 1991:191). As lavadeiras lavavam as roupas dos moradores e doentes nas águas do bairro do Lavapés, da Lagoa do Banhado e da baía do Buquira, comprando tinhas de Vitório Carnevalli, feitas de barricas de vinho importadas na Itália e cortadas ao meio (Siqueira, 1991:220).

Dona Filisbina, única mulher descrita por Siqueira como casada, era moradora da Rua Sete de Setembro. Analfabeta, pedia ao menino Jairo para ler jornais, revistas e livros para ela. Fabricava cigarros de palha para as vendas, bares, armazéns e outros estabelecimentos comerciais (Siqueira, 1991:239).

As mulheres pobres faziam serviços a firmas e casas da cidade. Tivemos as operárias das fábricas de tecido Tecelagem Parahyba e Malharia Alzira e a fábrica de louças Santo Eugênio (Monteiro, 1922). Quando Siqueira trabalhou como empregado de Manoel Rosendo de Oliveira, proprietário da Comissão de Café na rua 15 de Novembro, encontrou outras dessas operárias. Na empresa, trabalhavam catadeiras de café, jovens

meninas que cantavam enquanto escolhiam o café e flertavam com motoristas, carregadores, carreiros e tropeiros do produto (Siqueira, 1991:177 e 233). Já a servente do grupo escolar Olímpio Catão, Nhá Arminda, morava na rua São José (Siqueira, 1991:185)

Nas casas de famílias abastadas, havia as cozinheiras, como Bastiana que trabalhava na residência da família Siqueira, na rua Sete de Setembro (Siqueira,1991:138) e Nhá Benedita, na residência da família Bráulio, também na Rua Sete (Siqueira, 1991:247), essa última considerada, por Siqueira, uma das melhores doceiras que conheceu. Siqueira também conheceu Pureza, uma cabocla, empregada de Benedito Ramos, da região de Santana (Siqueira, 1991:375-377).

Por fim, o farmacêutico relatou que, na Rua São José, morava Zilda Nunes, que sustentava a casa onde residia com seus dez filhos, em frente à Matriz (Siqueira, 1991:190).

Bondesan, em seus relatos, informou que essas mulheres, para sobreviver, trabalhavam nas pensões e áreas de tratamento de tuberculose, ou em torno de suas residências. Dona Vitória freqüentava as pensões para mascatear, única forma de manter as filhas e o marido doente (Bondesan, 1967:22). O advogado nos conta que a maior parte das domésticas que sobreviviam de serviços nas pensões eram arrimos de família, mães solteiras ou mulheres abandonadas pelos respectivos maridos(Bodensan,1967: 28).

Quitudeiras, lavadeiras, engomadeiras, costureiras, cozinheiras, mascates, domésticas, as mulheres assumiam várias atividades na cidade, buscando sua sobrevivência. Pouco sabemos sobre a vida pessoal delas a não ser local de moradia, profissões exercidas e a responsabilidade sobre várias crianças¹⁵⁶. Bondesan nos apresentou a cozinheira da pensão, de nome Sebastiana. Ao visitar sua casa com o dono da pensão, nos descreveu sua condição de vida, não sem carregar uma carga de preconceito:

Fábio leva-me, à noite, à rua Vilaça, que tem esse nome em honra de um sapateiro que morou lá. Tudo deserto, nessas horas mortas. Cães ladram, há

¹⁵⁶Maria Odila Leite da Silva Dias em sua obra *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX* ao estudar a vida de mulheres pobres na cidade de São Paulo, considerou que as mulheres, no processo de urbanização paulista, sobreviviam nos espaços e papéis informais, improvisados. Longe das instituições de poder, as mulheres pobres mantinham as suas organizações familiares, de sobrevivência e relações próprias de convívio comunitário. (Odila, 1995:51-52). Vivendo nos interstícios do poder, assumiam serviços de seus maridos, promoviam comércio ilegal de alimentos, buscavam o sustento de seus familiares entravam em atrito constante com as posturas municipais. (Odila, 1995:58). Como se vê, as mulheres pobres em São José dos Campos construíram sua vida em processos semelhantes de luta pela sobrevivência. Para se conhecer seu cotidiano, luta por sobrevivência e formas de resistência, seria necessário um estudo mais aprofundado sobre esse tema, que não faz parte dos objetivos desse trabalho.

tosse nas casas. E, junto ao muro de taipa, que mais parece fortaleza, entramos por uma abertura. A luz das casas filtra-se através das frinchas. Bastiana vive em dois cômodos, com nora, genro, oito pretinhos, um cachorro. Não há móveis, dormem em esteiras. (Bondesan, 1967:25).

Em outro momento de sua obra, relatou que diante das dificuldades de vida, essas mulheres trabalhavam tanto, que seus filhos e filhas se criavam sozinhos (Bondesan, 1967:28). As crianças trabalhadoras auxiliavam na renda familiar de suas mães, muitas vezes, em um núcleo familiar em que não havia a presença do pai de família. Assim, mãe e filhos tornavam-se provedores da família. Em outros casos, as mulheres assumiam provisoriamente esse papel, devido às viagens dos maridos em busca de sustento.

A presença de crianças nas ruas da cidade pôde ser vista em fotos publicadas nos álbuns e relatórios da década de 1930. Como vimos, o jornalista João Netto Caldeira, produtor do Álbum de 1934, patrocinado pela Câmara Municipal, propunha ressaltar a cidade sanatorial moderna, destacando seus edifícios e organização sanatorial. Mesmo assim, nessas imagens gerais, encontramos as crianças em trânsito nas ruas:

Foto 35 - Fachada do Theatro São José. Imagem publicada no Álbum de 1934, na página *HOMENAGEM*, em que, ao mostrar a monumentalidade do prédio, acaba por incluir neste trabalho crianças, atraídas pelo fotógrafo. Não estão em destaque na foto, necessitando uma ampliação para vê-las. (Caldeira, 1934:28).

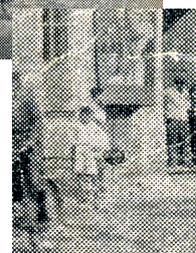


Foto 36 - Fachada da Sede da Associação Esportiva São José, na seção *As Nossas Residências*, do Álbum de 1934. Nesta é nítida a presença de crianças, tendo duas posando em separado das outras, cada uma carregando algo nas mãos, onde é possível identificar, nas mão da última criança, da direita para a esquerda, uma cesta. Provavelmente ambos eram trabalhadores ambulantes da cidade, semelhantes aos descritos por Siqueira. (Caldeira, 1934:47).



Foto 37 - Rua Coronel José Monteiro publicada na Seção *Nossa Urbs*, do Álbum de 1934, onde se vêem algumas crianças transitando. A foto, como outras do Álbum, foi tirada em horários de pouco movimento na cidade. (Caldeira, 1934:44).

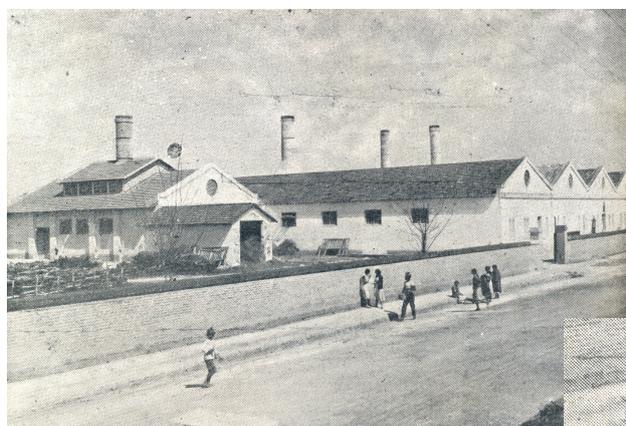


Foto 38 - Capítulo sobre a Fábrica de Louças Santo Eugênio, apresentando sua fachada que se localizava na Rua 24 de Outubro, atual Av. Dr. Nelson S. D'Ávila. Foto do Álbum de 1934. É possível visualizar uma criança na rua, brincando e outras num conjunto de pessoas. (Caldeira, 1934:178)



Em outros trabalhos, como o da Folha Esportiva Especial de 1938, de propriedade de Cursino & Faria, redação chefe de Gomides Santos, em homenagem ao Estado Novo¹⁵⁷, tem-se outras imagens do movimento das crianças na cidade:

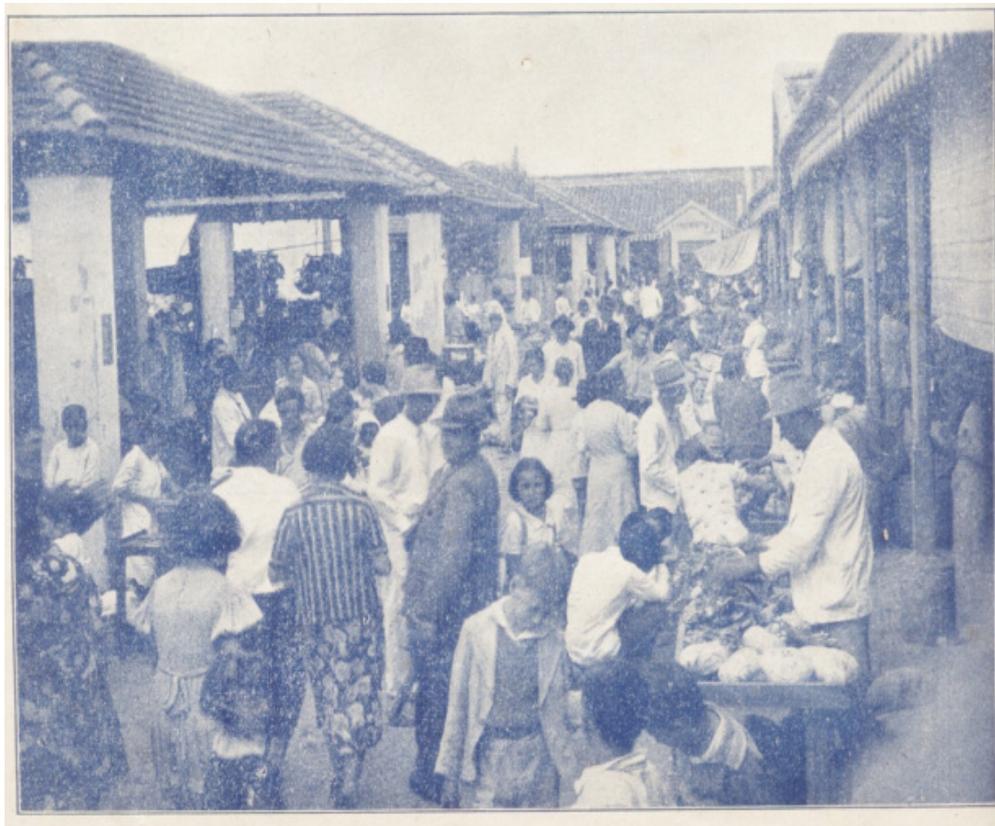


Foto 39 – Área interna do Mercado Municipal publicada na Folha Esportiva especial de novembro de 1938, em homenagem ao Estado Novo. Diferentemente das fotos do Álbum de 1934, vemos grande movimento de pessoas, provavelmente escolhido o dia de domingo para se tirar a foto. Nesta vemos um ajuntamento de crianças na parte inferior da foto. (Cursino & Faria, 1938:32)

¹⁵⁷ Na apresentação deste trabalho, o redator chefe Gomide Santos, informou que a intenção era a edição de um número especial de 80 páginas ilustradas, com ampla reportagem sobre a cidade de São José dos Campos, com dois objetivos: o primeiro – promover uma homenagem a Getúlio Vargas, pela instituição do Estado Novo, que estaria fazendo um ano de existência e extirpou “as versões facciosas que tanto prejudicavam e tolhiam a prosperidade nacional”; o segundo – mostrar as reais possibilidades econômicas da cidade, através de “propaganda fidedigna”, sobre a salubridade de seu clima, a fertilidade de seu solo, a intensidade de seu comércio e a produtividade da indústria. Informou ainda, que recebeu auxílio, de diversas formas, do governo estadual, dos poderes públicos locais, do comércio da cidade e de Santana.



Foto 40 - Casa São Luiz instalada na rua Siqueira Campos publicada no Álbum de 1934,. Nesta, vemos crianças, que circulavam nas ruas da cidade, provavelmente atraídas pelas possibilidades de trabalho, carregando mercadorias, ou mesmo para passar o tempo e se divertir. (Caldeira, 1934:208)

Nas fotos 37 e 40 foi possível identificar crianças de calças curtas, de bonés, algumas de meias, a maioria de sapato baixo. A grande maioria das crianças era composta por brancos, poucos negros. Alguns portavam cestas e outros objetos. Não eram parte do foco principal dessas imagens, elementos estranhos aos objetivos de seu autor. O fotógrafo José Amaral, contratado para o Álbum de 1934, visava a mostrar a limpeza de pessoas, tráfego, movimento da cidade. As fotos tinham legendas que direcionavam o olhar do leitor para as ruas e os edifícios e não para as pessoas. As crianças apareceram no movimento da cidade, mas não têm nome e nem sobrenome impressos nas publicações.

Mães e crianças circulavam pelas vias públicas vendendo seus produtos, sobrevivendo no perímetro urbano, nas condições mínimas de sobrevivência, adaptando-se às mudanças oriundas da presença dos doentes em São José, usufruindo das vias urbanas, ao mesmo tempo, como territórios de trabalho e diversão. Nesse cotidiano constituíram suas sociabilidades nos contatos sociais múltiplos que se estabeleciam nas ruas centrais.

Ao mesmo tempo, essas famílias foram consideradas obstáculos aos projetos de cidade propostos nas políticas públicas e artigos da imprensa, que buscavam intervir em suas cidades, no sentido de enquadrá-las nas propostas de civilização dos que estavam autorizados a falar em nome da cidade.

As crianças pobres, moradores da Linha Velha¹⁵⁸, da Rua Vilaça, da Rua Dolzani Ricardo e da região do Lavapés causavam incomodo para os escritores do jornal, membros da elite letrada da cidade e dos grupos políticos influentes. Consideradas potenciais perigos para a ordem, chamadas de moleques, acusadas de roubo, foram categorizadas como caso de polícia. A criminalização das crianças foi motivada pelo fato de elas jogarem a dinheiro. Como já vimos, os jogos de azar se constituíam, no período, em símbolos de ociosidade, riscos para o desenvolvimento da Nação. Para articulistas dos jornais e governantes municipais, a presença dos jogos de azar nas vidas dessas crianças promoveria o contato precoce com o dinheiro, com o desejo de competição, de ganância pelo dinheiro alheio. Em um processo gradativo de degradação, desenvolveriam uma indiferença pelo amor à propriedade, que os levaria ao roubo e a uma vida de crimes.

O olhar acusador da imprensa sobre as crianças, que vendiam e jogavam nas ruas buscavam referência na concepção de cidade tranqüila e segura, construída pelos periódicos e pelos governantes. Obstáculos ao passeio público, ofensas aos ouvidos sensíveis com seu vocabulário¹⁵⁹ (como ressaltava a notícia citada na página 111), os articulistas procuravam demonstrar que as crianças atrapalhavam o sossego e a tranqüilidade dos espaços públicos, destoando dos comportamentos considerados adequados, diante dos novos projetos propostos para a cidade¹⁶⁰.

O enquadramento aos novos projetos urbanos desses pequenos vendedores e jogadores de rua dar-se-ia, segundo os artigos de imprensa, pela polícia e pela instância jurídica. Consideradas incapazes de viverem sozinhas, necessitavam do auxílio do

¹⁵⁸ Esta região, atualmente nas proximidades do Paço Municipal, construído na década de 1980, tornou-se a favela Santa Cruz. Uma reurbanização da região na década de 1990 pelo poder municipal, visou a melhorar a aparência da região, sem, no entanto, trazer projetos de reorganização econômica dessas famílias.

¹⁵⁹ O fato de o vocabulário das crianças ofender os autores do artigo, leva à reflexão sobre a língua como embate de sentidos e classe, uma vez que este vocabulário era fundamentalmente construído na vivência das ruas, representando, em grande parte, sua condição de vida e de vivência cotidiana. Assim, essa crítica representava um reforço na distinção de classe e, principalmente na proposta unificadora de comportamentos, estando a língua neste processo. Vemos em outro artigo de A Folha Esportiva, de Álvaro Lordello, *Instrução e Criminalidade*, em que o mesmo apresenta a falta de instrução como fator de desnaturalização da língua, pela falta de contato com a forma escrita e a alfabetização e, ao mesmo tempo, pelo contato com estrangeiros que deturpam a língua, demonstrando também elementos nacionalistas e eugênicos. (A Folha Esportiva, 09/02/1935:pág 2-03)

¹⁶⁰ Viu-se no capítulo I, como o Álbum de 1934 procurou construir a idéia de cidade naturalmente curativa, com aparelhamento e corpo médico para tratamento da tuberculose, com as vantagens e tecnologias da modernidade, mas calma e tranqüila, para os que quisessem vir para cá descansar. Esta imagem parece querer atrair parcelas da população de maior poder econômico do país, que geralmente se deslocava para estações de água para descanso.

Estado¹⁶¹, representado pelo corpo policial.

A polícia era uma das principais instituições, desde o início do século XX, responsável pela organização e controle dos grupos sociais, especialmente os mais pobres. Organizou-se como um dos braços das tentativas de governantes, na Europa, desde os séculos XVIII e XIX, funcionando ao mesmo tempo como agente repressivo e educacional (Storch, 1985:11). No Brasil, o crescimento do papel da polícia ocorreu com a chegada de D. João VI., que pretendia construir uma estrutura mínima para o funcionamento do Reino Unido de Portugal e Algarves. Buscando reconduzir os espaços urbanos à ordem imperial, organizou uma nova dinâmica de poder e ordem, construindo uma estrutura policial e judiciária. Nesse sentido, a polícia e o judiciário se constituíram em instituições voltadas para a civilização das classes urbanas pobres, vistas como extensão da criminalidade (Pechmann, 2002: 94).

No século XX, o trabalho de Heloísa Faria Cruz¹⁶² demonstrou que devido às mudanças da cidade de São Paulo, se reordenou toda a organização policial de São Paulo. Ao corpo policial caberia o controle e a contenção das aglomerações da população urbana, principalmente grevistas, desempregados e mendigos. Essa função visava a manter a ordem e, ao mesmo tempo, conter grandes hordas de desempregados no espaço urbano, impedindo greves e distúrbios. Ao mesmo tempo, com o exército de reserva da cidade, os industriais mantinham os valores dos salários a níveis baixos (Cruz, 1987:122).

Na primeira metade do século XX, nas políticas públicas brasileiras firmou-se a concepção de que os problemas sociais deveriam ser resolvidos através da ação policial¹⁶³. Essa força policial levaria os moradores mais pobres das cidades ao trabalho formal, nas fábricas e comércio, criando o bom cidadão¹⁶⁴.

¹⁶¹ François Béguin, em *As Maquinarias Inglesas do Conforto*, demonstra como o habitat vai se tornando, pela redução do ambiente a dados técnicos, às aptidões físicas das formas utilizadas de habitação e seus efeitos sobre os fluidos ou modos de distribuir pessoas e serviços, administrativa e tecnicamente, em um novo domínio de intervenção política. (Béguin, 1991: 39), visando a reverter tendências patológicas e morais, domesticando efeitos e modificando o funcionamento dos espaços. (Idem:41)

¹⁶² Em artigo de Heloísa de Faria Cruz, *Mercado e Polícia – São Paulo, 1890/1915*, publicado em 1987, a autora apresenta, através de fontes policiais do período, a remodelação do aparelho policial em São Paulo, devido às modificações da cidade e dos objetivos do capital privado, que avançou sobre áreas da infraestrutura urbana, aproveitando-se do grande crescimento populacional sofrido pela cidade. Neste processo, o aparelho policial, a partir do conhecimento dos grupos que vigiava, inicialmente grevistas, vadios, desordeiros, vai promovendo conhecimentos sobre os mesmos, reorganizando sua atuação e visão sobre esses grupos, atuando no sentido de diferenciar e separar o trabalho do não trabalho, mantendo sob controle os desocupados, vistos como necessário exército de reserva de trabalho

¹⁶³ “A questão social é um caso de polícia”, frase atribuída a Washington Luís, secretário da Justiça do Estado de São Paulo nos anos 1906/1911. (Cruz, 1987:117)

¹⁶⁴ A idéia de bom cidadão apareceu, nesse período, vinculado ao trabalho e à reordenação do mercado, marcado pela intervenção do Estado Nacional. De fato, nas publicações vinculadas ao Governo Vargas,

Os artigos dos jornais locais visualizavam as crianças como vítimas, encaminhando-se para a degradação, por jogarem no bicho. Ao mesmo tempo, consideravam-nas criminosas, futuros bandidos e contraventores. Essa visão ambígua devia-se, provavelmente, a toda uma reordenação social, que criminalizava a pobreza e constituía a concepção do trabalho como possibilidade única de ascensão social. O trabalho era, ao mesmo tempo, educador e civilizador, encampado como prioridade pelas políticas públicas federais¹⁶⁵, interventorias estaduais e municipais. Nesse sentido, a ação das crianças pobres de São José, ao estarem constantemente nas ruas jogando, feria frontalmente essas idéias e, por conseguinte, era uma afronta e uma ameaça às novas propostas de sociedade e nação¹⁶⁶.

Reordenou-se também a própria concepção da infância. Na segunda metade do século XIX, as crianças órfãs e paupérrimas, que perambulavam pelas ruas das grandes cidades brasileiras, foram consideradas *desvalidas* pelos Presidentes de Província e do Estado, em registros jornalísticos e literários (Souza, 1999:27). Mais que uma mera adjetivação, o termo *desvalido* apontava para uma dupla significação: pessoa sem valor e indivíduo desprotegido, desamparado, miserável e desgraçado. Os órfãos eram, ao mesmo tempo, “seres desamparados, desprotegidos e miseráveis que necessitam, portanto, da piedade e caridade públicas; mas eram também inúteis, sem importância ou valor, uma espécie de “peso morto” para a sociedade daquela época.” (Souza, 1999:43). Os governantes, jornalistas e as elites da cidade, passaram a olhar atentamente para a presença das crianças nas ruas, no sentido de prover as cidades de instituições que pudessem recolhê-las e dar-lhes um futuro mais útil à sociedade. A urbanização de Fortaleza, pelas

relacionou o trabalho como, ao mesmo tempo, ação que possibilitava ao trabalhador ascender socialmente e importante ação para servir a Pátria. Assim, o trabalho, neste conceito, era uma forma civilizadora, medida de valor social dos indivíduos (Gomes, 1982:151-155).

¹⁶⁵ Essa proposta de reorganização social, baseava-se na superação dos problemas sócio-econômicos, causados pela pobreza da população, através da condução desta ao trabalho, transformando o homem brasileiro em cidadão/trabalhador, responsável por sua riqueza individual e conseqüentemente pela riqueza de toda a nação (Gomes, 1982: 151).

¹⁶⁶ Margareth Rago em seu livro *Do Cabaré ao Lar – A Utopia da Cidade Disciplinar - Brasil (1890-1930)*. demonstrou que as propostas de sociedade encaminhadas com o estabelecimento do governo varguista, vão tendo como alvos principais os pobres, trabalhadores, as mulheres e as crianças com importantes missões a cumprir, como o caso da criança: “Na empresa de constituição da família nuclear moderna, higiênica e privativa, a redefinição do estatuto da criança pelo poder médico desempenhou um papel fundamental. (...) o poder médico defendeu a higienização da cultura popular, isto é, a transformação dos hábitos cotidianos do trabalhador e de sua família e a supressão de crenças e práticas qualificadas como primitivas, irracionais e nocivas. (...) Assim, a criança foi percebida pelo olhar disciplinar, atento e intransigente, como elemento de integração, de socialização e de fixação indireta das famílias pobres, e isto antes mesmo de afirmar-se como necessidade econômica e produtiva da nação.” (Rago, 1987:118)

elites sociais e econômicas, frutos da atividade comercial exportadora veio seguida das tentativas de adequar os hábitos populares (Souza, 1999:35). Na construção da infância desvalida, as ações públicas e privadas caminharam no sentido da criação de instituições para órfãos e campanhas de benemerência para socorro público (Souza,1999: 39).

A partir do século XX, a infância pobre passou a ser associada à idéia de criminalidade e delinqüência. Denominadas delinqüentes, essas crianças passaram a ocupar cada vez mais o espaço dos jornais nas primeiras décadas do século XX (Souza,1999: 9). Nessa passagem, as ações governamentais transitaram das casas de reclusão e atos de benemerência à intervenção policial, casas correccionais, (Souza,1999:10), moralização e higienização de suas famílias, a instrução pública primária, escolas de formação profissional, colônias penais, enfim, todo um aparato institucional, visando a construir a infância ordeira, obediente à família, à escola e, por conseguinte, à pátria, infância preconizada pelo republicanos (Souza,1999:81).

Entre essas intervenções sobre as crianças estava a formulação de uma legislação e de um aparato judiciário específico para menores (Souza, 1999:88). O código Penal de 1890 e o código dos menores de 1927 foram instrumentos de coerção e disciplinarização dos comportamentos dos sujeitos considerados impróprios em seus atos. A legislação sobre menores encaminhou-se na idéia de inimputabilidade da infância, ou seja, na impossibilidade de tornar as crianças responsáveis pelos seus atos. Em conjunto com o Juizado de Menores, o Código de 1927 objetivava o olhar vigilante sobre a conduta moral das crianças (Birolli, 2000:152). Criou-se a figura da criança abandonada, significando toda criança da qual a sociedade deveria se ocupar, quando a família era incapaz de cuidar ou indigna de ser considerada família. O Código de Menores foi sedimentando, em sua concepção, o pensamento de que a condição econômica da pobreza se igualaria a uma situação moral da pobreza, ou seja o abandono material levaria ao abandono moral (Birolli, 2000:153). Caberia ao Juiz de Menores julgar se a família do menor recolhido, considerado abandonado nas ruas, era ou não capaz de mantê-lo, podendo a mesma família perder sua guarda. Dessa forma, as elites sociais e econômicas brasileiras outorgaram a si mesmas o papel de julgarem as condutas morais das famílias pobres, com base em seus próprios modelos de sociedade e família. A lei em torno das crianças foi se constituindo com base em teorias de juristas, criminalistas e médicos, em uma lógica de dever ser e de moral estabelecida, que não compreendia os modos de viver improvisados dessas famílias construídos em torno de suas lutas pela sobrevivência.

Embora se organizasse todo um aparato jurídico e policial no Brasil, em torno da criança nas ruas, na estrutura local, a polícia e o judiciário esbarravam nas dificuldades financeiras e políticas na organização da Estância Hidromineral e Climática. Em 1936, *O Correio Joseense* ao denunciar o jogo do bicho nas ruas, cobrou das autoridades públicas uma atuação mais efetiva, pois os chalés do bicho atuavam livremente nas ruas. Em 1937, *A Folha Esportiva*, por seu turno, publicou reportagem de capa. Como se viu no segundo capítulo, as autoridades policiais em São José dos Campos não possuíam um quadro funcional suficiente para cumprir suas funções. De fato, os jornais *O Correio Joseense* e *A Folha Esportiva* criticavam a parca organização policial da cidade, o que dificultava o policiamento das atividades dos moradores nas vias públicas. Foi possível perceber que, enquanto governantes, médicos, comerciantes, grupos influentes na política local propunham mudanças na organização da cidade, para torná-la uma Estância Hidromineral e Climática moderna e atrativa, as dificuldades de arrecadação de verbas e conseqüente organização do corpo administrativo, fiscalizador e de correção locais promoviam grandes obstáculos à efetivação de suas propostas. Essas dificuldades proporcionaram que as crianças, mulheres e pobres pudessem manter sua luta pela sobrevivência nas ruas da cidade.

No entanto, houve outros grupos de crianças que apareceram nos álbuns e jornais comemorativos da cidade. Enquanto os ambulantes eram categorizados como vítimas-criminosos, outras crianças não foram mencionadas em periódicos. Meninos e meninas sem nome, não eram considerados passíveis de intervenção direta e incisiva como os pequenos jogadores e trabalhadores das ruas. Eram pequenos trabalhadores dos estabelecimentos comerciais apareceram em fotos publicadas nas seções, no *Álbum de 1934*, sobre o comércio da cidade. Essas fotos, muitas vezes seguidas por textos de uma página sobre as qualidades e a organização dos estabelecimentos, eram uma restituição ao patrocínio que esses comerciantes doaram para a publicação do *Álbum*¹⁶⁷. As crianças apareceram dentro e fora do balcão de lojas, farmácias e mercearias:

¹⁶⁷ Embora no *Álbum de 1934* não fossem encontrados informações sobre os auxílios financeiros de comerciantes na elaboração da publicação, vimos que no caso do Almanaque de 1922, organizado e redigido por Napoleão Monteiro, que era redator do *Correio Joseense*, esta tática foi utilizada. Além de pedir e conseguir auxílio financeiro para a Câmara Municipal, Monteiro publicou em seu jornal, propagandas do Almanaque, principalmente nos dias em que o fotógrafo de São Paulo veio a São José para tirar as fotografias que iriam ilustrar este trabalho. Nessas propagandas deixou bem claro que os comerciantes que patrocinassem o trabalho, estariam na publicação.



Foto 41 - Casa Commercial de Said Calil, loja de calçados e tecidos, onde pode se ver uma profusão de crianças. Algumas de colo, provavelmente filhos dos proprietários. As crianças da lateral esquerda, porém, parecem mais curiosos ou mesmo funcionários da loja. (A Folha Esportiva Especial, 1938:26)

Foto 42 - Casa Bráulio, na esquina da Avenida Ruy Barbosa com a praça João Pessoa, propriedade de Bráulio de Melo e gerencia de seu filho José Braulino Neto. Aceitava pedidos por telefone. Nesta imagem vemos três crianças na parte inferior. Na lateral inferior direita, tem-se um menino de chapéu, possivelmente, entregador. (Caldeira, 1934:206)



Foto 43 - Casa Confiança, localizada na Rua Siqueira Campos esquina com a Praça João Pessoa, de propriedade de Nicolau Letaif, natural da Síria. Temos crianças, na parte inferior da foto (Caldeira, 1934, 203).

Foto 44 - Panificação Italiana de Terço Rossi, localizada na Rua Sete de Setembro. Terço Rossi, de Taubaté, casado, possuía cinco filhos, três homens e duas mulheres. Nas fotos do Álbum de 1934, nas seções do comércio era comum a presença dos filhos nas portas ou no balcão, como maneira de mostrar tradição. (Caldeira, 1934:186)



Foto 45 - Officina Santini, na Rua Humaitá., propriedade de F. Santini, natural de São Carlos e que possuía dois filhos, provavelmente as crianças que estão com roupas limpas, no canto direito. Ainda no canto direito. Mais ao centro, vemos uma criança, aproximadamente da mesma idade, com macacão de auxiliar de mecânica, além de outro menino, mais velho, ao centro. (Caldeira, 1934:184)

Foto 46 - Pharmacia Madureira, de propriedade da firma Domingos Campoy & filhos, localizada na rua Sete de Setembro, esquina com a Cel José Monteiro. À direita, uma criança, promovendo a limpeza de equipamentos de farmácia. (Caldeira, 1934:167)



Na maioria das fotos externas, vê-se que o fotógrafo escolheu horários, para realizar a foto, em que havia pouca movimentação de pessoas, para que aparecessem somente os proprietários e trabalhadores dos estabelecimentos comerciais nas ruas. Diferentemente das crianças nas ruas, esses pequenos trabalhadores aparecem com pequenos ternos, uniformes ou mesmo quepes de trabalho (respectivamente fotos número 46, 45 e 42) identificando-os como auxiliares de farmácia, mecânica e entregadores de compras. Outros provavelmente eram filhos de proprietários, como na foto 44 e algumas crianças da foto 41, com calças curtas, próximos a homens de terno (foto 44), ou apoiados em uma mulher, que seria provavelmente a mãe, em posse típica das famílias abastadas, qual seja, mãe atrás e crianças à sua frente e em volta (foto 41).

Algumas crianças das fotos estão vestidas com pequenos ternos, ou roupas formais, provavelmente filhos dos proprietários dos estabelecimentos. Algumas poderiam trabalhar em parte do seu tempo nesses estabelecimentos para poderem posteriormente assumi-los, no lugar de seus pais. Seria assim, uma atividade que proporcionaria aprenderem o ofício¹⁶⁸. Outras provavelmente eram crianças que buscavam auxiliar na renda familiar. Na foto 41, vêem-se outras crianças maiores, apoiadas em tecidos, que poderiam ser atendentes da loja. Nas fotos da oficina mecânica, vê-se uma criança de macacão sujo, provavelmente um aprendiz de mecânico. Na foto da farmácia Madureira, vê-se um menino lavando utensílios de manipulação e na casa Braúlio, um menino com chapéu de entregador. Alguns, dentro dos balcões, provavelmente atendentes e outros fora. Essas crianças, ao que parece, faziam pequenos serviços internos e externos, provavelmente de entregadores, carregadores de compras e, assim, também circulavam pela cidade.

Entregadores, auxiliares mecânicos, assistentes de laboratório, atendentes de lojas, essas crianças não eram tratadas como criminosos pelos jornais e periódicos. Havia alguns fatores que promoviam esses sentidos diferentes. Trabalhadores mirins dos estabelecimentos estavam inseridos no trabalho formal. Regularizados por legislações trabalhistas¹⁶⁹, estavam amparados pela lei e pelo trabalho considerado formador do

¹⁶⁸ Além destas fotos, em que se vêem claramente os filhos dos proprietários nos estabelecimentos de seus pais, há também uma propaganda publicada na Folha Esportiva Especial de Novembro, de 1938 do Armazém Paulista, localizado na Rua Siqueira Campos, de propriedade de Joaquim Figueira de Andrade, que apresentava os principais funcionários do Armazém, como o gerente Figueira Filho e o auxiliar, o jovem Paulo Figueira, ambos filhos de Joaquim Figueira de Andrade (Cursino&Faria, 1938:86). Joaquim Figueira Filho permaneceu trabalhando com o pai até 1941 e fundou a Nossa Casa, um armazém na Av. Floriano Peixoto, que fechou em 1961. (Regato, 1994:163)

¹⁶⁹ A partir da década de 1930, fortaleceu-se uma idéia de intervenção do Estado no Mercado de Trabalho, com a criação dos Ministérios do Trabalho, da Indústria e Comércio e do Ministério da Educação e

caráter brasileiro.

O Código de Menores de 1927 regia o trabalho a ser exercido pelas crianças. Estabelecia, em uma de suas penas, o encaminhamento ao trabalho de jovens de 09 a 14 anos que cometessem atos com discernimento de suas ações, até os dezessete anos, a instituições disciplinares industriais. Porém como as casas correcionais eram poucas, as crianças acabavam ficando em prisões comuns, juntos a outros presos. O Código proibiu o trabalho aos menores de doze anos e aos de quatorze sem instrução primária, além de impedi-los de trabalhar em locais insalubres ou que os colocassem em risco, estabelecendo o número de horas trabalhadas a seis diárias. O menor de doze anos somente poderia trabalhar em estabelecimentos de seus pais ou tutores (Ferreira :4.) Caberia aos pais ou responsáveis a tutela dos menores de doze anos, ou seja, a infância assistida, enquanto não estivessem sob a tutela do Estado na escola ou na fábrica.

Essa infância era considerada assistida por órgãos estaduais e municipais, além de ser vigiada pelos olhares de seus patrões, os considerados *homens bons*, comerciantes do centro da cidade. Esses pequenos trabalhadores formais eram vistos pelos governantes e juristas da época como crianças potencialmente civilizadas, ou seja, encaminhadas para o mundo do trabalho regularizado, da ordem e sem os riscos do ócio perigoso. Oficialmente empregadas, podiam ser fotografadas e ter relativa visibilidade nas fotos. Embora também circulassem pela cidade, não eram criminosos nem vítimas dos vícios.

A construção de imagens diferenciadas para as crianças, de acordo com suas ocupações e condições materiais de existência, nos jornais da cidade, como o *Correio Joseense* e nos álbuns como o *Álbum de 1934* ficam claras, quando vemos a presença de crianças que se destacavam nas reportagens e páginas da publicação de Caldeira. Essas receberam tratamento mais digno, com seus nomes publicados e elogios às suas atividades, inclusive de diversão. Dessa forma, vê-se a seguinte reportagem publicada em 1935, sobre as atividades do Klaxon Club:

Klaxon Club

Conforme noticiamos, realizou-se domingo último, o festival lítero-dansante promovido pelo Klaxon Club, dedicado aos seus associados e exmas. famílias da nossa sociedade.

Os números de canto e declamação a cargo das senhorinhas Lourdes Camargo, Judith Jordão, Neize Monteiro, Aparecida Chainça e a menina. Maria Giselda

Saúde, além do estabelecimento da legislação trabalhista, previdenciária, sindical e na instituição da Justiça do Trabalho. (Gomes, 1982: 151)..

Cerdeira, tiveram ótimo desempenho, pelo que foram muito aplaudidas. O Grupo Bandeirante sob a direção do jovem Paulo Lebrão deu grande realce ao festival, realizando-se após a parte literária, animado baile que prolongou-se até alta madrugada. (*Correio Joseense*, 13/05/1935: capa).

Crianças em saraus, festas e apresentações de canto, declamação e dança apareceram nas páginas do *Correio Joseense*, com destaque ao nome das famílias. O articulista destacou também os eventos que ocorreram nesse clube. A descrição do evento e a localidade em que ocorreu, auxiliou a fortalecer a imagem positiva dessas atividades infantis.

Na *Folha Esportiva Especial de 1938*, foram publicadas várias fotos de crianças em atividades recreativas, ou junto a seus pais. No *Álbum de 1934* foram dedicadas seções inteiras a essas crianças, seja com a denominação da *mocidade joseense* ou simplesmente *creanças*. Em ambas as publicações, nessas seções, destacou-se a genealogia das crianças, seu sobrenome. Filho de professores, comerciantes, médicos, advogados, fazendeiros e políticos locais, apareceram separados das outras crianças das quais falou-se anteriormente:



Foto 47. Seção *Mocidade Joseense* do *Álbum de 1934*, com a seguinte legenda: “Senhorinhas Leticia, Lucia, Ivonne, e meninos Alda, Yedda e Cosme, filhos do sr. José Cosme Guarnieri. Nestas seções as crianças têm nome e sobrenome, eram consideradas a mocidade joseense, desconsiderando-se os outros jovens moradores da cidade. (Caldeira, 1934:25)



Foto 48 – *Álbum de 1934*, publicada na seção *Crianças*, com a seguinte legenda: “1- Theresinha, filhinha do sr. Salvador Luque; 2- Oscar, filhinho do sr. Dr. Ivan de Souza Lopes; 3 - João Baptista, filhinho do sr. João Polilo; 4 - Aparecida, filha do sr. prof. Joaquim Silvério de Sant’Anna; 5- Geraldo, filho do Sr. B. Augusto de Moraes; 6- Zilda, filhinha do sr. João Lopes Simões; 7- Theresinha, filhinha do sr. Prof. Virgílio Rosas de Silva; 8- Antonio Manoel, filho do falecido sr. Antonio Manoel Gonçalves; 9- Luiz Alberto, filho do sr. Luiz Alberto Wathely; 10- José Eduardo, filhinho do sr. Agenor Fonseca; 11 — Nelson, filho do sr. João Castelli; 12- Graciosa filha do sr. Deodato Ramos; 13- José Fábio, filho do sr. José Locatelli; 14- Léa, filhinha do sr. Dorival Monteiro de Oliveira; 15- Eurydice filha adotiva do sr. cap. Monteiro Filho; 16- Mario Salles Galvão, filho de d. Alice Salles Galvão. (Caldeira, 1934:30)



Foto 49 - Publicada na Seção Homenagem, com a seguinte legenda: José Caetano e Vera, filhinhos do sr. Theodoro Mascarenhas (Caldeira, 1934: 22)



Foto 50- Muitas foram as imagens de crianças, filhos dos comerciantes, médicos e governantes da cidade. Esta foi escolhida porque retratou o proprietário do jornal e, ao escolher abordar o pai juntamente com seus filhos, se buscou uma imagem de continuidade e tradição familiar. Na legenda “O Sr. Antonio Cursino (Nenê), em companhia de seus filhinhos: Wilson, Maria Isabel, Maria das Dores e Newton Cursino. (A Folha Esportiva, 1938:46)

Na foto 48 verificou-se uma página inteira dedicada às crianças. Filhos e filhas dos grupos sociais mais poderosos, economicamente influentes na política local, foram retratados em estúdio e ao ar livre. As meninas com laços, vestidos até o joelho, meias brancas e sapatinhos de fivela. Os meninos em suspensórios, lenços nos pescoços, casaquinhos, meia e sapato de verniz. Um dos meninos vestia calça e camisa, apresentando-se com olhar grave, semelhante a um pequeno adulto. Os bebês foram fotografados sentados ou engatinhando. Os rostos de todas as crianças, embora graciosos estão sérios, com ar de gravidade.

Outra foto de estúdio era a de número 49. O menino e a menina apresentam-se na posse clássica de poder senhorial masculino, com a menina em pé e o menino sentado. Estavam vestidos com roupas claras, sapatos de verniz escuros, combinando com as meias.

As fotos 47 e 50 foram realizadas em ambientes externos. Na foto 47, tem-se crianças em um passeio ao campo. O único menino à frente vestia um boné, calça curta e sapato com meias. As crianças, embora risonhas, apresentam-se de maneira artificial, com poses forçadas. A menina mais velha à direita da foto apresentou-se com uma sombrinha em uma mão e possivelmente uma caixa na outra. A posição dos pés e a maneira de posicionar os joelhos procurou demonstrar graciosidade. A pose dessa menina remete a propagandas do período sobre o comportamento graciosos e frágil das mulheres, que deveriam cuidar da saúde e da beleza.¹⁷⁰

¹⁷⁰ Márcia Padilha em seu trabalho *A Cidade como Espetáculo- Publicidade e Vida Urbana na São Paulo dos anos 20*, analisou como em revista *A Cigarra* e *Ariel*, foram construídas, a partir de propagandas e reportagens, imagens idealizadas de uma metrópole moderna, higiênica, exaltando ciência, beleza, cultura

Na foto 50 foi retratado também o ambiente do campo, também externo. Todos na foto estão risonhos. No entanto, a organização das crianças em torno do pai, que segurava o filho mais novo, nos leva à imagem comum de hierarquia e poder das imagens de fazendeiros, comerciantes e políticos da primeira metade do século XX.¹⁷¹

Em todas as fotos verifica-se que suas roupas foram escolhidas para a ocasião: bem penteadas, cabelos arrumados, diferentemente dos trabalhadores das fotos de oficina que, embora pudessem fazer uma pose, estavam com roupas de trabalho.

Foram publicadas nas páginas de homenagens, junto a políticos, comerciantes, mocidade joseense. As crianças foram apresentadas como pertencentes a uma linhagem (X filho do sr. Y), predecessores de seus pais: futuros médicos, advogados, comerciantes, que serão os governantes da cidade. Diferentes dos “moleques” do mercado, que foram vistos somente nas rebarbas das fotos, essas meninas e meninos aparecem em seções específicas que os denominam como os únicos representantes de suas idades na cidades.

Apareceram como *Creanças, Mocidade Joseense*, desqualificando todos as outras crianças e jovens pertencentes aos outros grupos sociais. Aquela parece ser a infância desejada pelos autores dessas obras, ou por seus patrocinadores. Estavam em destaque nas páginas do Álbum, como exemplos de moradores que os idealizadores da publicação desejavam valorizar na cidade sanatorial. Infâncias assistidas, acompanhadas dos pais, com atividades recreativas gerenciadas e encaminhadas para a civilização.

Essa infância, diversa às crianças de rua, também apareceram nas memórias de Siqueira. Meninos e meninas das camadas médias e abastadas da população joseense brincavam nos espaços urbanos, divididos por gêneros: meninos em brincadeiras de correr e pegar, como partidas de futebol, barra manteiga, pegador, piques e acusado; meninas brincavam de amarelinha, pulavam corda, passavam anel e bilboquê (Siqueira,1991:62). Embora também freqüentassem a rua, havia toda uma preparação para sua chegada ao

e arte. Nessas encontrou concepções de feminilidade construídas em propagandas e ilustrações, em torno da beleza, aparência e status sociais, enquanto construíam, em seus artigos, como deveriam ser as mulheres ideais para a constituição de famílias: com talento artístico para a pintura, o canto, a dança, a declamação, que soubessem se exprimir bem em português e inglês. Muitas dessas imagens remetem a mulheres com guarda sóis, em poses delicadas e roupas leves, semelhantes às encontradas nas fotos 48 a 52. (Padilha, 2001:35-43)

¹⁷¹ Barthes identifica em seu texto *A Mensagem Fotográfica*, publicado na obra *o Óbvio e o Obtuso*, que as fotos, especialmente as jornalísticas, apresentam-se como neutras, sem possibilidades conotativas. No entanto, identificaram-se nestas vários procedimentos de conotação, como trucagem, pose, objetos, etc. Nesse sentido, identifica-se a pose como um elemento importante na construção de significados à foto. Nesse procedimento ressaltou que a pose dos modelos sugere a leitura de significados, que só têm sentido, uma vez que foram construídos anteriormente, cristalizando-se: uma gramática histórica. Crê-se ser este o caso: a construção de poses, tradicionalmente construídas, e que fortaleceria elementos distintivos de classe. (Barthes, 1982:16).

espaço público:

Em cada quarteirão a festa começava assim que cada criança tomava seu banho diário de bacia e era vestida para “ir a rua”. O resultado era aquela invasão de calçadas e das ruas por uma população muito limpa e impaciente para recomençar os brinquedos interrompidos na véspera. (Siqueira, 1991:61)

Nesse relato, foi possível verificar toda uma preocupação com a higiene e a vestimenta das crianças. Além dessa preocupação relacionar-se com as idéias de higiene que estavam fortes no período, pode-se perceber pelas vestimentas especiais das crianças, a preocupação com a imagem que elas produziriam nos freqüentadores dos espaços públicos. Como crianças que eram reconhecidas como pertencentes a determinadas famílias, caberia a elas manter a imagem de sua descendência¹⁷².

Essa infância desejada se interligava a duas visões que foram se construindo no Brasil, nas primeiras décadas do século XX e se fortalecendo dentro da administração federal após 1930: as teorias elitistas dos intelectuais do período e as concepções eugênicas de governantes e intelectuais brasileiros, ambos interligados à idéia de uma democracia possível, através da intervenção direta do Estado. (Gomes, 1982 :114)

O pensamento eugênico moderno, surgido na segunda metade do século XIX¹⁷³, baseando-se na idéia de superioridade da raça, no Brasil, disseminou-se no final da segunda década do século XX, Tendo como principal propagandista, Renato Kehl, foi incorporado por boa parte da intelectualidade brasileira e encontrado em alguns discursos

¹⁷² A preocupação com a imagem nos espaços públicos joseenses foi também relatada por Siqueira, em sua obra, nas tardes, após o jantar, quando as famílias levavam suas cadeiras para a calçada. “Era das cadeiras nas calçadas que as famílias assistiam o desfile do povo, que se dirigia ao circo de cavalinhos, armado no Largo Valeriana, e então podia-se observar e comentar o modo como certa gente se vestia, o modo como andava, como falava, como tossia, como espirrava ou como não fazia nada disso. Tudo era motivo para reparos e a gente reparava porque era costume e era uma boa distração.” (Siqueira, 1991: 62). Esse costume, no entanto, não era tão bem aceito quando essas mesmas pessoas saíam para ir ao circo, uma vez que sabiam que seriam avaliadas pelas pessoas nas calçadas (Siqueira, 1991: 62).

¹⁷³ A eugenia foi concebida no século XIX, oriunda da Inglaterra industrial em crise, mas inspirou-se nas idéias de beleza física da Antiga Grécia, a idéia de superioridade física de Esparta, as regras de higiene e profilaxia dos hebreus, a centralidade do homem e da razão sobre as liberdades individuais do Renascimento e, especialmente, fortalecendo-se com uma interpretação das teorias darwinianas, com o advento do conhecimento biológico com a finalidade de atuar sobre o social, no sentido de controlar as populações. Com o darwinismo, os eugenistas assumirão a idéia de preservação das raças como uma atuação política sobre os grupos sociais, visando a manter ou melhorar as raças e, de maneira diversa, impedir ou excluir a reprodução dos grupos sociais considerados biologicamente inferiores (Diwan, 2007:21-33). É preciso deixar claro que a eugenia é uma pseudo-ciência, misto de genética com as teorias etnocêntricas e nacionalistas do período, foi aceita e adotada por vários intelectuais, médicos e cientistas por todo mundo, fortalecendo-se especialmente no Estados Unidos, Alemanha, México, com diferenças de aplicação. (Diwan, 2007: 17-19)

de médicos da cidade de São José dos Campos. Em texto do Boletim Médico, revista produzida pelos fisiologistas da cidade, para outros médicos, foi publicado um artigo do doutor Ivan de Souza Lopes (Boletim Médico, Julho de 1933:05-06), denominado *Tuberculose, doença social*. O médico considerou a tuberculose uma das principais epidemias do mundo. Porém, de acordo com o fisiólogo, no Brasil, não se dava a verdadeira importância a essa epidemia:

(...) uma doença social, uma conseqüência do peccado humano do egoismo, da baixesa de vista, das ambições desordenadas. Corrija a humanidade as suas infamias, crie uma ordem social honesta, em que todos trabalhem em proveito geral e não para o bolso de alguns e tudo estará resolvido (Boletim Médico, Julho de 1933:05-06).

Esse artigo apoiava-se nas concepções e teorias eugênicas da época que ligavam as doenças aos problemas sociais. Para sanar as epidemias e os problemas sociais caberia aos governos algumas medidas:

Não sahindo totalmente do regime, o tuberculoso curado ou estabilizado difficilmente recahirá. Já não é um invalido, pezo morto social e fardo para sua familia. Pode trabalhar. Pode executar mil serviços em que são desperdiçados esforços de homens sadios. Si encontrassem esse trabalho na cidade-sanatorio, consumiriam muito menos e não seriam forçados a voltar a uma actividade incompatível com o seu estado, por exigências de situação econômica, para logo perderem o fructo de vários annos de sacrificio e voltarem a constituir o mesmo perigo social que antes; isso até que a morte se resolva eliminar definitivamente infecção e infectante. A organização de cidades sanatórios, com colônias de trabalho, com organização sanitária modelo, seria um grande passo. Mas com organização technica, dirigida por médicos e por engenheiros sanitários (Idem:05-06).

Caberia aos médicos e engenheiros sanitários organizar e resolver os problemas de saúde no país, mas também os sociais, readequando a sociedade, especialmente nas cidades sanatório, a serem imitadas pelas outras cidades. Segundo Lopes, os obstáculos para a solução dos problemas era fruto da irracionalidade entranhada na velha política, que defendia projetos pouco objetivos:

Abstracções como autonomia municipal, direitos adquiridos, ordem jurídica, que as vezes só servem para encobrir o privilegio de correligionários políticos poderem vender carne secca podre, estiolam os melhores esforços e

neutralizam uma accção hygienica, que a sciencia já indicou como necessária e como sufficiente (Idem:05-06).

Na década de 1930, muitas eram as críticas à democracia liberal. Às portas do Estado Novo, intelectuais e políticos oriundos dos movimentos militares, compreendiam que a racionalidade deveria se sobrepor aos desejos dos homens, cabendo ao Estado gerenciar as relações sociais e dirimir as desigualdades. Neste sentido, fortalecia-se a idéia de sociedades autoritárias (Gomes, 1982: 152). Para que fossem possíveis as propostas de nova sociedade desejada pelo médico, os estadistas deveriam atentar para algumas questões:

Mas dessas questões primordiais que são a saúde do povo e o bem estar geral, a hygiene, a eugenia, a prophylaxia social, só se preocupam para calcular uma parcella de orçamento ou para crear impostos extraordinários que apenas cheguem para sustentar exércitos de funcionarios protegidos (Idem:05-06).

O autor considerava que a eugenia e a profilaxia social estavam acima dos direitos individuais e da autonomia entre as instâncias de poder. Lopes tocou nesse assunto devido a todo debate em volta da construção da Estância como se viu no primeiro capítulo.

As idéias eugênicas concebiam as crianças como o futuro da raça, infância que deveria ser cuidada e educada para levar a Nação ao seu pleno desenvolvimento. Essa infância seria liderada pelo melhor da raça, ou seja, um grupo privilegiado do país, sua elite. Elite era um termo e uma qualificação que ganhara corpo nos anos de 1930 e propunha a existência da desigualdade como um dado natural, no qual uma pequena minoria, um grupo estratégico teria o privilégio do poder e a capacidade intelectual de gerir a sociedade (Oliveira, 1982).

As crianças dos grupos privilegiados, dentro dessa concepção, deveriam ser o elemento de destaque em um veículo de propaganda da cidade sanatorial, como exemplo de criança higienizada e ordeira, futuro da cidade, que daria continuidade ao legado de seus pais. Um evento que reforça essas análises foram os concursos de robustez, que foram realizados em todo o país. Era uma maneira de medir a qualidade, beleza plástica e saúde. Esses concursos possuíam dois intentos: promover o fortalecimento da raça e o inventário da carga genética nos países.

Tentativas de inventariar a carga genética brasileira foram realizadas no Brasil através das fichas de registro policial, visando a identificar que grupos raciais promoviam

maiores crimes. Aí, relacionavam-se as raças aos crimes, misturando-se ciência com aspectos morais e de classe. Os concursos de robutez foram realizados em vários municípios.

Em São José dos Campos, os concursos de robutez foram realizados na Semana de Eugenia¹⁷⁴. A Semana de Eugenia foi realizada do dia 31 de outubro a 6 de novembro, sob a direção do Centro de Saúde local e patrocinado pela Prefeitura Sanitária. Podiam se inscrever crianças de 1 mês a 2 anos de idade, sendo a inscrição gratuita, com premiação para os três primeiros lugares: certificados, prêmios em dinheiro, brinquedos e um produto considerado de utilidade, pelos organizadores, a todos os participantes.

O Concurso de Robutez escolar estava em seu 2º ano em 1938 e era voltado somente aos Grupos escolares, o curso de aplicação, na Escola Normal Livre e o Colégio São José, também denominado de Externato São José. Os três primeiros premiados ganhariam prêmios em dinheiro, certificado e medalha. Os concursos eram para ambos os sexos e a premiação dar-se-ia no dia 16 de outubro, na sede do Centro de Saúde, como fechamento da Semana de Eugenia, havendo demonstrações de ginástica antes da entrega (Correio Joseense, 02/10/1938: capa). Na propaganda do Concurso veiculada pelo *Correio Joseense* destacou-se um olhar de caráter étnico sobre o evento:

(...) Altamente edificante, para quem vê a Medicina do ponto de vista sanitário e prophylatico, é a primeira inscrição ao Concurso: - TAKEDA TERUI, 16 mezes, filho de japonezes, vaccinado pelo B.C.G. – É um brasileiro “amarello” que vem indicar aos seus companheirinhos descendentes de brasileiros, a trilha a seguir. (Correio Joseense, 09/10/1938:03)

Embora valorize o fato de a primeira inscrição para o Concurso de Robustez infantil ter sido realizada por descendente de japoneses, o articulista destacou que o caminho para se inscrever deveria ser seguido por descendentes de brasileiros, mostrando que os brasileiros nativos eram seu público alvo. Ao relacionar a inscrição do descendente de japoneses com profilaxia e sanitarismo, o autor referenciou-se nas idéias dos eugenistas sobre raça e etnia. As tentativas de controlar a imigração de asiáticos e judeus estiveram entre os principais objetivos dos eugenistas brasileiros, que conseguiram aprovar a Lei de Restrição à Imigração em 1934, abolida pelo Estado Novo em 1937. As justificativas para a restrição dos asiáticos estavam relacionadas à idéia do povo brasileiro como mistura de

¹⁷⁴ Todas as notas sobre o Concurso foram encontradas no Correio Joseense e foram assinadas pelo Dr. Carlos Vieira de Moraes, médico chefe do Centro de Saúde de São José dos Campos na época.

raças desfavorável (principalmente pela mistura negro e índio) que deveria ser geneticamente modificado, através da miscigenação com os grupos europeus considerados civilizados, como a Europa Ocidental e a Alemanha (Diwan, 2000:119). Para os eugenistas, mais do que a questão genética era importante também extirpar os “vícios sociais”, que eram entendidos num misto de miséria e loucura. Caberia aos médicos, apoiados pelos eugenistas controlar e prevenir a tuberculose, a sífilis, o alcoolismo, controlar a imigração e os casamentos, os métodos educacionais, entre outros atos. Para os eugenistas, as soluções para promover o desenvolvimento do povo brasileiro e da Nação, viriam da melhoria pela miscigenação européia acompanhada de ações visando a modificar e controlar os comportamentos dos brasileiros. Nessa pequena fala, vê-se como as ações eugenistas foram propagadas na cidade, em periódicos médicos.

As inscrições foram adiadas por duas vezes (Correio Joseense, 9/10/1938:03) e ampliou-se a idade de participação para 2 anos e meio. Essas mudanças foram decorrentes da baixa adesão, que, em 21 dias, tinha recebido 20 inscrições. Conseqüentemente, a festa de premiação foi alterada do dia 16 para o dia 23 de outubro e, finalmente para o dia 06 de Novembro (Correio Joseense, 23/10/1938:03).

A premiação teve a presença dos jurados, membros do grupo médico local, articulados pelo Boletim Médico: o Dr. João Batista de Souza Soares, fisiologista e médico do Sanatório Vicentina Aranha; Dr. Antonio Moreira Vita e Dr. Octavio Del Nero, colaboradores da revista Boletim Médico; Dr. Fernando Amaral e Silva, funcionário do Centro de Saúde. Além deles estavam presentes Dr. Carlos Vieira de Moraes, chefe do Centro de Saúde; Dr. Francisco José Longo, prefeito da cidade e engenheiro civil, que também representava o interventor federal do Estado; Dr. Humberto Pascale, diretor dos serviços do interior, representado o Diretor Geral do Departamento de Saúde e três assistentes técnicos, os doutores Adamastor Cortez, Lemos Junior e Osvaldo Cerqueira, entre outros médicos, professores e moradores.

No mesmo evento foi realizada a palestra *Eugenia e Higiene Escolar* pelo Dr. Amaral Silva e doado terreno, pelo governo do Estado, para as novas instalações do Centro de Saúde, na Praça Afonso Pena. Após o evento, os membros do júri e convidados visitaram as instalações sanitárias da cidade e participaram de almoço em homenagem ao evento, realizado no Hotel San Remo. Ao final da tarde houve várias atividades esportivas realizadas no Esporte Clube São José (Correio Joseense, 13/11/1938: 03).

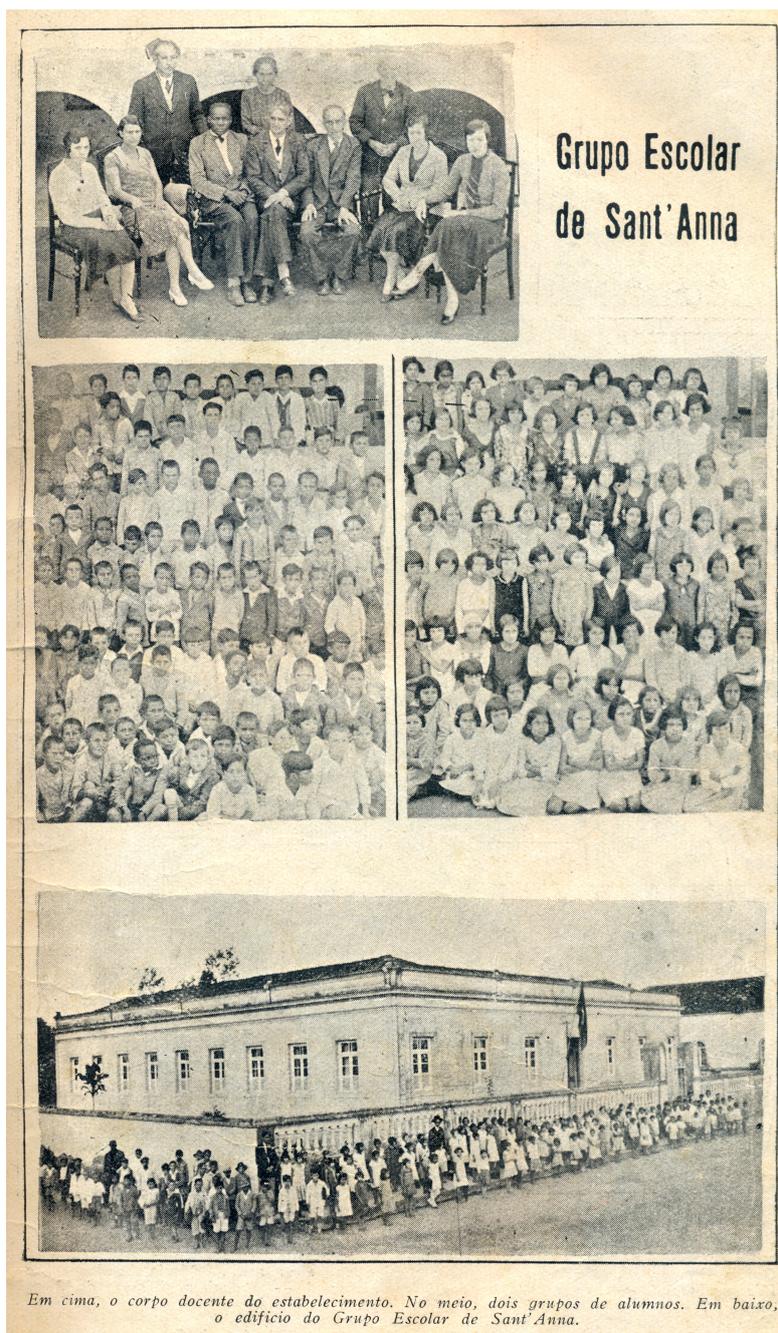
Foi possível verificar a existência de um jogo de alianças que haveria nesses projetos

eugênicos, já que a incorporação dos projetos federais proporcionavam uma série de verbas e melhorias à cidade e seus governantes. Governantes e médicos estavam ligados a esses projetos na área de saúde e educação, que se entrelaçavam à melhoria da raça brasileira, visando a formação dos quadros das elites. No álbum de 1934, viu-se a importância atribuída à educação, a partir de páginas inteiras dedicadas às escolas da cidade, em que se apresentaram várias crianças em frente às escolas e ao lado de seus professores:



Foto 51 - Primeiro Grupo Escolar da cidade, o Olímpio Catão, foi um importante elemento de organização da vida escolar na cidade (Caldeira, 1934:20)

Foto 52 - O Grupo Escolar Sant'Anna segundo grupo escolar da cidade, construído em 1920, era freqüentado pelas crianças do bairro e das localidades da zona norte, área com fortes características industriais, devido à presença da Tecelagem Parahyba, com mais de 800 operários, na década, e também moradores rurais, com vários bairros se constituindo na estrada que ligava Sant'Anna ao Sul de Minas (Caldeira, 1934:21)



Na imprensa e nos periódicos locais foi encontrado um conjunto de propagandas e reportagens em torno do papel dos pais na educação dos infantes:

Foto 53- A Propaganda de licor de Cacau Xavier, que foi veiculada na segunda metade da década de 1930, mostrou os remédios e a medicina, como capazes de promover mudanças de comportamento nas crianças. (Correio Joseense, 03/12/1939:03)

Um livro indispensável às Mães!
A saúde dos Filhos
 DO
DR. MÁRIO RANGEL

O livro «A SAUDE DOS FILHOS», ricamente ilustrado com cerca de 200 páginas, é um repositório dos mais uteis e indispensáveis ensinamentos às mães e às futuras mães.

Em todas as livrarias do Brasil

PREÇO 5\$000

IMPORTANTE — Peça pelo «Serviço de Reembolso», que consiste em pagar o livro **DEPOIS DE RECEBIDO**, escrevendo: **EMPRESA EDITORA RIO MEDICO**, em São Paulo — Caixas Postal 3381. O pagamento será efetuado ao Agente Postal contra a entrega de «A SAUDE DOS FILHOS».

Foto 54 - Propaganda do Correio Joseense, contradizendo a educação como tradição da naturalidade da maternidade, mas apoiando a idéia da intervenção dos médicos, mesmo dentro das casas, um ensinamento externo que caberia aos técnicos. Caberia ainda destacar que estes livros seriam dedicados a uma pequena parcela da sociedade, uma vez que tanto a leitura quanto o preço consistiriam em proibitivos à maioria das famílias pobres e operárias da cidade. (Correio Joseense, 1936)

Na foto 54, tem-se uma propaganda do *Correio Joseense*, publicada em meados da década de 1930. Nessa propaganda divulgou-se o livro *Saúde dos Filhos* do Dr. Mário Rangel. Contendo 200 páginas, a obra foi proposta como uma referência para as mães aprenderem a cuidar de seus filhos. Como uma obra de auxílio às mães, a propaganda fortalecia a idéia da maternidade como um conhecimento objetivo a ser conduzido sob a tutela dos médicos.

Várias reportagens publicadas entre os anos de 1938 e 1939, no *Correio Joseense*, assinadas por médicos da capital paulista tinham como objetivo auxiliar as mães no trato e na educação das crianças. Os assuntos abordados eram variados: riscos de intoxicação ao ingerir doces de confeitaria; causas e tratamento da diarreia; indicações e contra-indicações e purgativos; a importância do sol na saúde das crianças; contra-indicação de



estão alegres!

O pequeno porque tomou saúde!!!
 O pai porque vive a sério.

Ha tempo o pequeno andava irritadico, anêmico, manhoso. Dormia mal. Um menino agitado; rilhãndo os dentinhos. Eram as lombrigas que atacavam. Aumentou o preço do Licor de Cacau, Vermifugo de Xavier. As lombrigas foram eliminadas, voltou a saúde do pequeno e, com ella a alegria dos paes.

LICOR de CACAU
 Vermifugo de Xavier
 O SALVADOR DAS CRIANÇAS

ingestão de alimentos antes das refeições; importância do leite pasteurizado e, por fim, a alimentação balanceada das crianças¹⁷⁵.

Fortaleceu-se a imagem do médico como autoridade, para auxiliar as mães no trato com as crianças. A instituição responsável pelo acompanhamento e educação das crianças deveria ser o Centro de Saúde. O Centro local sob a superintendência do Dr. Carlos Vieira de Moraes, tinha entre seus espaços e atribuições a educação sanitária¹⁷⁶. Esse programa educacional buscava convencer as populações pobres de áreas rurais e urbanas, a abandonar comportamentos baseados na tradição e utilizados para a cura de doenças, consideradas na época como credíces, frutos da ignorância dos habitantes do meio rural:

Os primeiros dentes do bebê!
 Que alvoroço na família!
 Mamãe vive preocupada e cada instante se aproxima do filhinho, toma-lhe a temperatura, examina-lhe as gengivas.
 Quando o petiz chora, as tias velhas se alvoroçam. Passe na gengiva um pouco de xarope Delabarre – diz uma.
 De-lhe para mastigar um pouco de raiz de gengibre! – aconselha outra.
 E a Izidora, preta de estimação, que viu nascer os pais da criança, diz com seu ar bondoso e entendido: P’ra isso não ha nada como meter uma chave na boca do guri e dar-lhe três voltas. Abre a gengiva que é uma beleza! Daqui a pouco o garotinho estará mastigando até pedra.
 (...) Tais praticas, não há duvida, tem seu lado pitoresco:
 (...) Os velhos costumes de nossa gente tem um sentido de beleza que não devemos abandonar.
 No entanto, a parte simbólica desses pequenos acontecimentos da vida não poderá interferir em nossa conduta no que se refere a saúde e a higiene.
 (...) Mas em tudo isto se tome a crença popular apenas no seu pitoresco e que ela seja abolida onde puder entrar em conflito com a higiene.
 (...) Que velhas crenças e superstições não representem, pois, um papel funesto para as criancinhas, impedindo a aproximação daquele que é o único capaz de velar pela sua saúde ameaçada: o médico. (Correio Joseense, 19/02/1939:02)

Essa pequena história, publicada no *Correio Joseense*, foi escrita por Lucila Batista Pereira, funcionária da Superintendência Paulista de Educação Sanitária de São Paulo, ilustra bem a campanha que estaria sendo montada pelos setores da saúde pública do Estado contra os costumes tradicionais de educação e saúde das crianças. Os

¹⁷⁵ Catalogamos em torno de uma reportagem em 1938 e 8 reportagens em 1939

¹⁷⁶ Respectivamente *Armadilha sedutora*, 27/11/1938, Anno XV, num 791; o *Problema do leite*, 22/01/1939, Anno XV, Num 800; *Sopa de Shinly*, 21/09/1939, Anno XV, Num 824; *Diarréia das Crianças*, 19/11/1939, Anno XV, Num 832; *O uso de Purgativos*, 19/11/1939, Anno XV, Num 832; *O Sol e os bons Dentes*, 26/11/1939, Anno XV, Num 833; *Pré-refeição ou não?*, 03/12/1939, Anno Xv, Num 834; *A questão do leite*, 10/12/1939, Anno XV, Num 835 e *Vitamina C e alimentação das crianças*, 10/12/1939, Anno XV, Num 835.

conhecimentos familiares foram considerados nocivos à saúde das crianças pelos redatores do artigo, simbolizados na figura da ama negra (Izidora) e das tias velhas. Somente uma única categoria foi considerada pelos projetos de saúde pública capaz de aconselhar sobre a educação das crianças: o médico. O conhecimento constituído na experiência foi esvaziado de seu significado e considerado pitoresco e carregado de credíes.

Dentro do Estado Novo, esses conhecimentos populares, calcados na vivência dos sujeitos sociais, como os costumes tradicionais de tias e amas, foram práticas consideradas ultrapassadas, diante de comportamentos científicos e racionais, especialmente de médicos, engenheiros sanitários e eugenistas (Mota, 2003:64). A notícia retirou a autoridade dos portadores de conhecimentos práticos e atribuiu todo poder ao médico, representante da ciência e da racionalidade. Portanto, essas mudanças na visão da saúde também procuravam normatizar a vida das populações em torno dos novos padrões de objetividade, buscando, através das técnicas higiênico-sanitárias¹⁷⁷, trazer os moradores para a modernidade e para os comportamentos almejados pelos governantes, claro, dentro das possibilidades de que dispunham os governantes na época. Além dos médicos, outra categoria profissional foi ganhando força no período. Tratava-se do professor e da escola como instituição capaz de moldar indivíduos e sociedade. Essas mudanças na visão da saúde, propostas pelas autoridades sanitárias, pretendiam intervir em novos padrões de objetividade. Através de campanhas educativas, concebidas como higiênico-sanitárias, buscavam modificar a vida dos moradores locais para que construíssem uma cidade moderna, sanitária e industrial. No entanto, vê-se que mesmo os projetos de educação sanitária esbarravam em problemas organizacionais. Pela reportagem do Centro de Saúde e, em contato com o Relatório de 1944 do Dr. João Flório para a Inspeção de Saúde do Estado, foi possível constatar que a educação sanitária era algo de difícil execução, na prática, em São José dos Campos, devido ao pouco número de funcionários do Centro de Saúde. De fato, nos jornais do período, foi grande o número de reportagens que destacavam a importância da instrução como elemento civilizador:

O avultissimo numero de analphabetos, existentes em todo o território nacional, é, sem duvida alguma, um dos mais poderosos factores que facilitam e influem poderosamente no augmento da criminalidade. As penitenciárias e casas de correção hospedam uma bõa porcentagem de infelizes, destituídos da

¹⁷⁷ Neste processo a habitação dos moradores de casas modestas e cortiços passou a ser avaliada segundo limites técnicos, econômicos e políticos, construídos a partir de processos racionais de médicos e higienistas, visando intervir na moral dos pobres. (Béguin, 1991:42-43)

fecundante seiva, a que chamamos instrucção e que pela razão de se acharem desprovidos dessa benigna e protectora prenda que todo homem deve possuir, tornaram-se, por causas fúteis, criminosos indefensáveis. Muitos e muitos factos se deram que, depois de jurisprudentemente esclarecidos, trouxeram-nos irrefutáveis provas de que o desleixo ao estudo pode originar conseqüências malévolas, indesejáveis.

(...) Desfortalecidos de instrucção, os analfabetos facilmente adquirem o hábitos de repetir expressões viciadas, desvirtuando a bôa dicção e ferindo freqüentemente os nossos ouvidos com espantosos barbarismos. O analfabetismo è um poderoso elemento desnaturalizador da língua officializada em nossa pátria. A falta de instrucção gera uma infinidade de obstáculos que se antepõem às avançadas da actividade humana, já embaraçando a solução dos muitos e intrincados problemas de que dependem o progresso social ou colectivo, (...). A falta de luz nos espíritos produz o calor para as briguelas contraproducentes: eis porque quasi sempre surgem os desacatos e as dissensões. A ignorância que è quasi uma cegueira, deturpa os costumes: eis porque vemos as exhibições absurdas, os viciados públicos, os bebedores anormaes e essa onda colossal de mendicantes nas ruas.

(...) porque os que não sabem ler, comprehendem que a sua situação os coloca em plano inferior às outras classes, porque se apercebem de que não podem cooperar em favor da evolução que, subordinada às tendências naturais dos homens para a ascendência, avança continuamente em busca da perfeição.

(...) Os incapacitados veêm-se pouco úteis à si próprios, à Nação, e à collectividade. São retrogados, anti-progressistas. A ignorância è a maior pobreza que os opprime. (...)

Sabe-se que “a civilização de um povo depende da instrucção de seus filhos” e, como “o caminho da escola è o caminho da liberdade” e da luz, urge que se multipliquem os estabelecimentos de ensino, para que os nossos foros de povo civilizado se intensifiquem no conceito dos outros povos e assim possamos inspirar respeito e admiração!

E, neste momento de paz e de trabalho, em que a pátria necessita, portanto, de um povo culto; neste momento em que a política e toda gente se interessa pela evolução brasileira de em toda linha; agora que a nova Constituição autoriza o dispêndio de certa verba em favor da Instrucção Publica, do mais que nunca è a epoca propicia para a divulgação e larga ampliação do ensino. (...) (A Folha Esportiva, 09/02/1935:02-03)

O texto do jornalista Álvaro Lordello, redator do jornal de pequena tiragem, O Curioso, e colaborador de A Folha Esportiva, intitulado *Instrucção e Criminalidade*. Em um tom claramente evolucionista, o redator enumerou várias conseqüências negativas da permanência do analfabetismo no país: aumento da criminalidade, desnaturalização da língua, obstáculo ao progresso coletivo, aumento das brigas, estímulo aos vícios públicos (à embriaguez e à mendicância) resultando em pessoas pouco úteis a si próprios, à Nação e à coletividade. Como solução, a educação formal promoveria uma grande mudança nas pessoas, impulsionando o ingresso do Brasil na civilização européia¹⁷⁸.

¹⁷⁸ A educação como elemento civilizador e de formação do novo trabalhador não foi exclusividade das décadas subseqüentes a 1930. A idéia de que a falta de instrução escolar era fonte de vários crimes surgiu

Em São José dos Campos o processo educacional, apareceu como uma demanda de governantes e grupos locais mais abastados, objetivando educar a população para o projeto sanitário de estabelecimento da Estância Hidromineral e Climatérica (Roque, 2007:32). Entre suas ações produziram caixas escolares¹⁷⁹, atividades filantrópicas para manter crianças pobres nas escolas, nos Grupos Escolares e escolas isoladas. No entanto, as escolas rurais foram abandonadas por essas medidas, evidenciando o caráter urbano dos projetos públicos municipais (Roque, 2007: 17). Na medida em que a procura por vagas foi aumentando, as escolas públicas não foram capazes de atender a demanda, especialmente nos cursos ginasiais, “reduzindo a participação dos mais pobres ao ensino primário, (...) reforçando um modelo dualista” (RAGO, 1987: 24). A educação que se propunha era diversa, atendendo a diferentes grupos sociais, cobrando-se das crianças ordem, disciplina e respeito (Roque, 2007: 51).

Havia em 1934¹⁸⁰, dois Grupos escolares, o Olympio Catão, inaugurado em 1896, localizado, desde 1919, em prédio adaptado, na Praça Afonso Pena, tendo matriculado em 1933, por volta de 700 alunos e o Grupo Escolar Sant’Anna¹⁸¹, construído em 1920 pela

desde o Império, visando a conduzir a população pobre livre e escrava ao “bom comportamento” (Roque, 2007: pág. 11). No entanto, foi na República que despontou a educação formal como modo de disciplinar a população (Idem, 2007:11) Educar aqui apareceu com o sentido de ordenar a sociedade dentro e fora da escola, reprimindo e criminalizando todo comportamento que estivesse fora dos projetos dos republicanos do período, fortemente marcados pelas visões de progresso e, especialmente a formação do novo trabalhador. Assim, de um novo modelo de Estado, propôs-se um novo modelo de cidadão (Roque, 12.). A escola vai se institucionalizando como uma intervenção sobre os corpos e mentes infantis, aliando-se o professor ao médico-higienista, visando a criar o aluno higienizado, ou seja, civilizado, regenerado, moral e limpo (Rocha:4549), elementos necessários ao correto discernimento entre o bem e o mal e o uso correto da liberdade (Roque, 2007: 38).

¹⁷⁹ Caixas escolares eram instituições civis, organizadas por professores, comerciantes, pais de alunos mais endinheirados, cujos seus membros doavam ou promoviam atividades para arrecadar auxílio financeiro que promovessem o acesso e a permanência de crianças pobres na escola. Ofereciam geralmente merenda, uniformes e materiais escolares (Roque, 2007:117)

¹⁸⁰ Na década de 1930, houve uma readequação das propostas educacionais, de acordo dos novos projetos de Nação. De fato, a educação tornou-se um campo de disputas, durante grande parte do Governo Vargas, especialmente no período do Estado Novo. A idéia da educação, como capaz de moldar a sociedade, promoveu um embate entre a Igreja, os intelectuais da Escola Nova, os integralistas e os militares, cada qual com seu projeto de escola, mais humanista, laica, religiosa, de iniciativa popular ou, mesmo de formação das elites. Embora inicialmente o projeto do Movimento Escola Nova tivesse força, irradiando-se o modelo paulista de escolarização, o projeto que iria se executar pelas políticas públicas foi o de Gustavo Capanema, Ministro da Educação do período, encaminhado pelo político Francisco Campos, endossado pelos intelectuais católicos. A escola seria gerida pelo Estado normatizador, a quem caberia tanto a fixação de princípios fundamentais, quanto o controle de sua execução (Roque, 2007:113) em que através dos valores nacionais e da religião, se promoveria a reconstrução do país (Idem:111). Ao mesmo tempo, ao promover a qualificação equivalente entre instituições públicas e privadas, promoveu a expansão do ensino privado de nível médio (Nunes, 2001:113).

¹⁸¹ Em *A Folha Esportiva* de 1938, atribui-lhe o nome de Grupo Escolar Olavo Bilac, nome que provavelmente foi modificado, uma vez que atualmente temos outra escola denominada Olavo Bilac, na área central e que o Grupo é conhecido como Santaninha. Ao mesmo tempo, a Folha informou que no período havia 304 matriculados, demonstrando ampliação do número de vagas.

municipalidade, com 225 alunos. Ainda segundo Roque, os grupos escolares eram espaços eficazes de inculcação dos valores do novo regime republicano, através de atividades de comemoração de eventos pátrios, como o dia da Bandeira, da Independência e da Promulgação da República. (Idem:116)

Siqueira nos propicia, em seus relatos, a compreensão desses processos disciplinares relacionados às escolas. O grupo escolar Olímpio Catão era dirigido por seu pai, o Professor Jairo César de Siqueira, considerado pelos alunos como rígido e disciplinar. Além de Álgebra, Matemática, História do Brasil, Geografia e Corografia, havia a Educação Moral e Cívica, que, segundo o autor, “nos despertava a consciência nacional e nos ensinava boas maneiras” (Siqueira, 1991: 79). Mais do que informações sobre o Brasil e o Mundo, a escola se propunha a ensinar às crianças comportamentos para a construção do sentimento nacional. Além das matérias, havia todo um conjunto de regras sobre como se portar nos espaços comuns da escola, demonstrando uma rígida disciplina sobre o corpo:

Todos os dias antes de começar as aulas as professoras iam ao recreio assim que ouviam o primeiro sinal, que era uma badalada de um sino de mão que o porteiro, sr. Oscar da Silva Ramos, tocava na entrada do corredor do recreio para o corpo do edifício. Ao primeiro sinal cada professora formava a sua classe em filas duplas e quando soava o segundo sinal movimentavam os alunos em direção às classes. Quando os alunos estavam em seus lugares já dentro das classes, a um sinal da mestra, todos cantavam o Hino Nacional. e de vez em quando o Hino da Independência, escrito e musicado por D. Pedro I no dia em que proclamou nossa independência. (Siqueira, 1991:81)

Todas as ações dos alunos foram executadas em respostas a sinais sonoros e gestos, com completa ausência de palavras. Atitudes semelhantes foram relatadas por Foucault nas escolas européias do século . Esse cerimonial para as ações cotidianas era repetido todos os dias, o que inculcava nos alunos o respeito às autoridades e impingia aos seus corpos adaptações a movimentos repetidos, necessários aos novos processos industriais. As instituições educacionais, segundo o filósofo, intervinham através da disciplina sobre os corpos dos indivíduos, visando a torná-los pessoas dóceis, higienizadas, adaptadas aos trabalhos repetitivos que executariam quando adultos (Foucault, 2007:117-132).

A disciplina escolar sobre as crianças atravessaria os muros da instituição escolar, tendo continuidade no escotismo. O grupo de escoteiros da cidade era organizado, na época, pelo Sargento do Exército e professor Deodato Ramos, com sede localizada no Grupo Escolar Olímpio Catão (Siqueira, 1991:79). Nas datas cívicas havia o desfile, na

Praça Afonso Pena, dos escoteiros, juntamente com os soldados do Tiro de Guerra 183 e 545, com acompanhamento das Bandas Musicais de Santana e de São Benedito. (Siqueira, 1991:96). O escotismo tinha procedimentos semelhantes aos procedimentos disciplinares do exército, o que explicava sua ligação, além das relações do chefe dos escoteiros, que era sargento do exército. A inculcação de valores cívicos e nacionalistas pode ser vista nesse relato de Siqueira:

A formação cívica dos meninos joseenses tinha o verdadeiro sentido de amor à Pátria e era bem definido, bem marcante e indelével.

Além das sementes de civismo que nosso glorioso sargento semeou nas suas aulas de Educação Cívica, nos preparando para uma sadia mocidade, os professores e as mestras do grupo escolar nos davam a Cultura e a Moral, num magnífico programa, em nossas primeiras letras. (Siqueira, 1991:96)

A estrutura educacional na cidade, no entanto, era insuficiente para a execução de seus objetivos disciplinares. O Grupo Escolar Olímpio Catão era um representante dos modelos ideais para a construção da educação paulista, no início do século XX, que, na prática, eram marcados por improvisos, dificuldades financeiras e obstáculos ao pleno funcionamento¹⁸². O Grupo teve prédio construído para atividades escolares somente em 1953, passando por prédios adaptados, interrupções em suas atividades e carência de verbas para a execução de seus objetivos¹⁸³, muitas vezes supridas por caixas escolares (Roque, 2007:2). Inicialmente como local de estudo dos grupos mais abastados¹⁸⁴, ampliado em 1910, era freqüentado por uma clientela diversificada (Roque, 2007: 102).

Além do Grupo Olímpio Catão e Sant'Anna estava instalada, desde 1929, no prédio construído para ser o Paço Municipal, a Escola Normal Livre de São José dos Campos, com 88 alunos, a grande maioria do sexo feminino, promovendo cursos de formação de professores e fundamental¹⁸⁵. Esses eram os estabelecimentos públicos mais aparelhados

¹⁸² Os Grupos escolares, modelo de escola criado pelo Estado de São Paulo como um grande investimento. Construído e planejado para aquele fim, recebia os maiores investimentos e propunha-se, dentro dos mais rigorosos preceitos pedagógicos da época., o objetivo de imprimir as marcas do novo regime republicano, naturalizar os estrangeiros e fortalecer o culto à pátria. Nesse sentido, eram símbolos de progresso, representantes da urbanidade (Roque, 2007:13).

¹⁸³ Enquanto, nas capitais, os Grupos escolares eram construídos em dimensões palacianas, em cidades do interior como São José eram adaptados precariamente em prédios antigos. Aqui o Grupo Escolar Olympio Catão foi instalado na antiga residência da Família Mascarenhas ,localizada próxima à Igreja Matriz (Roque ,2007:96). Em torno de 1910, mudou-se para a antiga residência da família Baracho, de dimensões maiores (Idem:99).

¹⁸⁴ Roque identificou a presença de famílias abastadas economicamente no grupo através da comparação dos nomes presentes nas listas de chamada da escola com os documentos do período. (Roque, 2007:101)

¹⁸⁵ Em reportagem de 24/04/1938 com o fechamento da Escola Normal, o Correio Joseense, reproduziu

da cidade, havendo somente duas escolas isoladas urbanas, a Mista de São Francisco Xavier, que se encontrava sem professor e a 3ª mista do Patrocínio, que possuía uma professora e 36 matriculados. Por fim, havia, no período, 11 escolas isoladas rurais, com 361 alunos no total e três escolas vagas (Caldeira, 1934:121-122).

Apresenta-se assim um quadro de parca estrutura educacional, uma vez que o mesmo Álbum de 1934 informou que São José dos Campos possuía 45.000 moradores, sendo que 1000 moradores habitavam a área central. Neste sentido, vemos que, enquanto que a maioria esmagadora dos moradores habitava a área rural, a maior parte das vagas escolares concentravam-se na área urbana e, principalmente, na área central. Ao mesmo tempo, houve em 1926, a inauguração do Externato São José, construído com dinheiro de obras beneficentes, na rua XV de Novembro, mantido pelas Irmãs Salesianas de D. Bosco, se tornando uma opção para setores mais abonados da população joseense, uma vez que o acesso a essa escola não era fácil (Roque, 2007: 16). Possuía na década de 1930, 171 alunos, de menos de dez anos e, além das matérias curriculares, ensinava música, trabalhos de pintura e outras prendas (Caldeira, 1934: 123). Frequentada por uma maioria de mulheres (118, contra 53 meninos), vê-se, pelo currículo, também forte inclinação à formação das mulheres prendadas, ou seja, mulheres para o lar.

Em 1938, na Folha Esportiva Numero Especial de 1938, encontram-se informações sobre a Escola da Tecelagem Parahyba, que visava à formação dos jovens trabalhadores e especialmente os filhos dos operários. Essa escola operária objetivava orientar os filhos dos operários para a organização de seu tempo aos ditames fabris, ao relógio da Fábrica¹⁸⁶. Essa fábrica¹⁸⁷, buscou trazer os trabalhadores a convivessem o máximo de tempo possível sob a regra e controle da fábrica¹⁸⁸. Embora os políticos e a cultura letrada

resposta do diretor da Escola, o professor Everardo Passos, que informa a existência de três cursos diferentes na escola, dois seriados de primário e secundário, demonstrando a presença do ensino secundário gratuito. No entanto, não discorreu sobre numero de vagas, nem de matriculas.

¹⁸⁶ Os projetos de ensino de Capanema e aplicados posteriormente no Brasil tinham a divisão da educação em duas partes: de um lado, para o povo, a educação para o trabalho, a partir da escola pública primária, o ensino supletivo e as escolas técnicas; de outro, com as escolas secundárias, em grande parte, privadas, uma educação que promovia o aprimoramento da cultura para as elites (Nunes, 2001:113) e intelectuais, os últimos vistos nas propostas de Capanema como lideranças competentes a serviço do Estado (NUNES, 2001: 116).

¹⁸⁷ Seu proprietário à época, Olivo Gomes, carioca, antigo corretor de algodão, foi também alto funcionário do empresário Faqhar, responsável pela criação da ferrovia Madeira Mamoré e um dos mais poderosos e influentes industriais do país. A experiência com esses industriais ingleses deve ter concorrido para o estabelecimento da estrutura industrial que construiu em São José dos Campos. (Gauld, 2006: 228)

¹⁸⁸ A fábrica possuía, desde 1924, Escola Mixta Industrial, além da Vila Operária, da década de 1920, e pequeno centro esportivo, além de refeitório, na década de 1930, onde eram realizadas festas e bailes nos fins-de-semana. Havia uma grande festa no dia da padroeira da fábrica, Nossa Senhora da Imaculada Conceição. Possuía um pequeno espaço esportivo a frente da sede industrial, com quadra de basquete,

propusessem a ampliação da educação formal ao maior número de moradores, como solução civilizatória para os delitos cometidos pelos moradores locais, em São José dos Campos, eram poucas as instituições que poderiam executar essas propostas, ainda assim de forma insuficiente.

Na prática, a parca organização escolar, na cidade e no país, estruturada no improviso, dividia a educação em dois projetos, divididos pelas condições econômicas dos moradores: para os pobres caberia a educação voltada ao amor à Pátria e, principalmente ao trabalho e à criação de mão-de-obra industrial. Aos mais abastados, caberia a formação mais ampla, visando a educar as novas elites¹⁸⁹.

Nos periódicos locais foi possível detectar linhas de pensamentos dos moradores de São José, entrelaçadas a certas visões eugênicas, que impunham valores aos diversos comportamentos e atitudes das crianças na cidade. Essas visões constituíram-se em projetos de cidade, visando a homogeneizar a infância em torno das imagens de criança sadia, robusta e representante da raça. Os olhares diferenciados sobre as crianças também propunham diferentes soluções, para que seus comportamentos se enquadrassem nas propostas sociais: sobre os pobres e trabalhadores ambulantes caberia o controle da polícia, da casa de correção, do trabalho e, com muita sorte, da escola profissionalizante ou primária. Para a rica infância haveria a educação secundária, para enriquecimento dos espíritos e o culto à beleza eugênica, presente nos concursos. A educação formal era idealizada como um processo universal. Sua prática, como se viu, era restrita aos privilegiados e, muitas vezes, com precária estrutura. Em sua ausência, caberia à polícia, à legislação, à estrutura judiciária e correcional complementar esse papel.

Vê-se, desde o primeiro artigo, como os jornais construíram a visão de crianças jogadas à própria sorte. As reportagens do *Correio Joseense*, a partir das críticas às crianças que jogavam nas ruas, construiu visões sobre a rua como espaço de vícios e delinquência; a imputabilidade dos menores de 14 anos, obrigando a presença de um adulto. Chamadas de inconscientes e desgovernadas, as crianças pobres, pequenos trabalhadores da economia informal eram consideradas, pela elite letrada, incapazes de terem uma vida autônoma, ou de decidirem sobre o que queriam fazer em seu tempo livre.

As reportagens sobre as crianças, publicadas nos periódicos da cidade, especialmente

vôlei e futebol, que, na década de 1960, foi substituída por um Clube Esportivo, mais distante do complexo Fabril. Tudo isto demonstra o quanto se investia para a presença constante dos trabalhadores em seu espaço e, portanto, sob regras e controle do tempo industrial.

¹⁸⁹ O estudo da organização escolar em São José dos campos, nos anos de 1930, não foi aprofundado, uma vez que não era o foco deste trabalho, ficando esse tema para futuras pesquisas.

no Correio Joseense, corresponderam a diversas expectativas sociais em relação às crianças no país: carga racial do país, futuro trabalhador e elite formadora de opinião e decisão. Os idealizadoras das propostas urbanas e membros da cultura letrada buscaram vigiar seus passos, inventariar suas atividades para além do seu tempo nas escolas, visando a promover atividades formadoras a todo tempo: nas ruas, nos espaços públicos, nas casas.

Os comportamentos negativos serviam também de modelo, uma vez que mostravam o que não se deveria fazer: jogar a dinheiro, ficar ocioso, perambular pelas ruas. No entanto, esses projetos de intervenção sobre os moradores pobres da cidade, elaborados por governantes e grupos influentes, esbarravam nas condições econômicas de grande parte das famílias que habitavam o perímetro central e arrabaldes, que buscavam a sobrevivência nas ruas do centro, nas proximidades dos estabelecimentos comerciais ou mesmo das habitações que mantinham doentes de tuberculose. Esses moradores de parcas rendas, em sua luta cotidiana pela sobrevivência, construía sociabilidades com os diversos moradores da cidade, possibilitando a assimilação e reinvenção de costumes tradicionais¹⁹⁰.

Em reportagem de capa do Correio Joseense, do dia 19 de junho de 1936, o seu articulista cantava vitória pela a atuação policial sobre os jogos de azar¹⁹¹. Após essa data não houve mais reportagens de capa sobre o assunto.

Após a década de 1940, encontram-se indícios da resistente presença de crianças nas ruas de São José, através de memórias de moradores coletadas pelos mais diversos meios de pesquisa sobre a cidade¹⁹². Essa resistência demonstrou que, embora existissem

¹⁹⁰ Costumes aqui foram pensados na perspectiva de E. P. Thompson, como assumindo o contexto de ambiência, em fluxo contínuo, representando o sistema, atitudes, valores e significados compartilhados, mas também um conjunto de diferentes recursos, em que a sempre trocas entre as diferentes instâncias do viver: oral e escrito, dominante e subordinado, aldeia e metrópole, promoveriam uma arena de elementos conflitivos. Os costumes podem ser incorporados através da aprendizagem informal de técnicas de trabalho, e, muitas vezes, não estão sujeitos ao domínio ideológico dos governantes, em seu funcionamento cotidiano. Para Thompson, muitas das revoltas e resistências dos camponeses e operários, em contraposição às mudanças dos processos tecnológicos e formas de produzir capitalistas, foram realizadas em defesa dos costumes, podendo considerá-las culturas tradicionais, ao mesmo tempo, rebeldes. Embora esta análise de Thompson seja um estudo das culturas populares tradicionais européias, suas reflexões, poderiam servir como orientação para se pensarem as ações dos sujeitos mais pobres em São José dos Campos no século XX. (Thompson, 2002:13-19).

¹⁹¹ As últimas reportagens sobre os jogos no período foram datadas de 13/09/1936 (Anno XII, nº 701), parabenizando o prefeito que estaria, finalmente, tomando atitudes contra o jogo, embora o redator as achasse improficuas. Em 21/01/1937 (Anno XII, Nº 715), parabenizou a chegada do novo delegado de Polícia e sua atuação, em pouco tempo, contra o jogo. Este assunto desapareceu das páginas do jornal, sendo substituído pelas questões político-partidárias.

¹⁹² O relato de Lauro Gilberto Pereira, nascido em 7 de junho de 1936, proprietário de uma banca no

projetos de reorganização urbana de São José dos Campos, calcados nas visões eugênicas, higienistas, nacionalistas e de intervenção do Estado, as propostas eram limitadas pelas próprias dificuldades técnicas e financeiras de seus órgãos de execução e, mais ainda, esbarravam nas necessidades e desejos dos moradores destas localidades. Para além das mudanças urbanas, as famílias pobres dos arrabaldes de São José dos Campos, mantinham-se em situação de penúria e, dentro das condições possíveis, buscavam sua sobrevivência constituindo núcleos familiares diversos dos modelos de família propostos pelas concepções higiênicas e homogeneizantes dos governantes.

Mercado Municipal de São José dos Campos, onde começou a trabalhar em 1950, realizado pelo Museu da Pessoa, em parceria com o SESC, sobre as Memórias do Comércio no Estado de São Paulo, foi encontrado em site da instituição. Nesse trecho, procurou traçar suas imagens sobre a cidade de São José dos Campos, em sua infância, indicando o período de 1940 como marco de memória, especificamente retratando o mercado. Nele encontra-se a presença novamente das crianças, desta vez em 1940: “O Mercado era muito bom. Antigamente, as mulheres vinham fazer compra com essas cestinhas de vinil, cestinha de taquarinha, de vinil. Então, todas as mulheres vinham ali no Mercado fazer compra. E ficava, numa travessa Chico Luís, do lado, aqueles rapazes com carrinho, carrinhos de caixote. Então, as pessoas faziam compra e levavam para os rapazes ali porem no carrinho para levar a compra até a casa, para ganhar um trocadinho. E existiam muitas pessoas também no Mercado que perguntavam: “Quer que leve a compra, quer que leve a compra?”. E as pessoas ficavam; aquelas madames... O Mercado era um movimento, tinha bastante gente, o Mercado era freqüentado. Aos sábados era um colosso, muito, muito, muito movimento mesmo. Então, é claro, eu sempre adorei ficar atrás do balcão.”. Museu da Pessoa, *Memórias do Comércio do Vale do Paraíba*. SESC-SP/ Museu da Pessoa.net, 2003, site http://www.museudapessoa.net/sescvp/per/per_02_dep_01.htm visitado em 20 de Janeiro de 2009, às 23:34.

Considerações Finais

A cidade de São José dos Campos nas décadas de 1920, era uma pequena localidade, que sobrevivia da produção agrícola e da pecuária e organizava-se em torno de intensas trocas comerciais entre os moradores dos arrabaldes rurais e os comerciantes do perímetro urbano. Estabelecimentos comerciais, como a Comissão de Café, nos dias de semana e o Mercado Municipal, nos fins de semana, atraíam produtores rurais para o espaço urbano, que traziam seus produtos agrícolas para vender e adquiriam mercadorias do comércio local. Mais que trocas comerciais, esses passeios promoviam encontros entre os moradores rurais e urbanos e estimulavam peculiares sociabilidades entre eles.

Ao longo das primeiras décadas do século XX, governantes, comerciantes mais influentes e empresários estavam em busca de soluções econômicas para a cidade. Em diálogo com as concepções sanitárias, higiênicas, industriais e de consumo das grandes capitais, membros da elite local disputavam maneiras de estabelecer alterações urbanas, visando a incluir São José dos Campos no mesmo patamar econômico das capitais.

Grupos partidários do PRP, oriundos das categorias comerciais, produtores rurais e parte da imprensa, como o Correio Joseense, buscaram o estabelecimento da cidade industrial, buscando referência na capital paulista. Promoveram leis de incentivo fiscal para indústrias, que atraíram algumas fábricas, promovendo um início de industrialização e de formação de um bairro operário no Bairro de Santana.

Ao mesmo tempo, São José desde o século XIX, recebia freqüentemente pessoas portadoras de tuberculose, que passavam a habitar o espaço da cidade, em busca da cura pelo clima. A chegada constante de doentes permitiu o estabelecimento de uma infra-estrutura, na verdade precária e improvisada, para recebê-los: pensões sanatoriais, farmácias e posteriormente, sanatórios que permeavam o perímetro central. Essa nova demanda atraiu médicos, higienistas e sanitaristas, visando a atender os tísicos, ocupar cargos importantes nos sanatórios e, ao mesmo tempo, aperfeiçoar-se em suas técnicas médicas. Os médicos e sanitaristas eram novos grupos sociais, que desejavam influir na cidade: trouxeram consigo uma série de teorias acerca da constituição da cidade sanatorial.

Esses diferentes grupos majoritários permaneceram em constante tensão durante grande parte do século XX, em torno das propostas para constituição da cidade ideal: sanatorial ou industrial. Em 1935, com o estabelecimento da Estância Hidromineral e Climatérica, reforçaram-se no poder médicos e engenheiros sanitaristas.

Embora díspares, essas propostas se organizavam em torno de concepções de modernidade, objetividade e racionalidade urbana. Nos periódicos locais, especialmente jornais semanais e álbuns de cidade, verifica-se uma série de artigos construindo imagens de modernidade acerca do espaço urbano joesense: velocidade, racionalidade, tecnologia, limpeza, ordem, progresso e tranquilidade foram palavras freqüentes nesses trabalhos.

Ao mesmo tempo, havia contínua trocas econômicas, sociais e afetivas entre cidade e campo. Segundo memórias e relatórios de sanitaristas, essas se intensificaram com o crescimento da produção pecuária, que promoveu êxodos rurais. A cidade, nas primeiras quatro décadas do século XX, estava permeada de casa modestas com moradores pobres. Homens, mulheres e crianças viviam da economia informal, nas ruas da cidade, para a sobrevivência. Vivendo, há tempos, nessas condições, moradores pobres dessas modestas habitações construíram suas sociabilidades, costumes e tradições, na busca constante pela sobrevivência nas ruas em contato com os mais diversos moradores urbanos.

Após a década de 1930, governantes e grupos mais influentes propuseram mudanças urbanas na cidade, visando a embelezá-la, retirando todas essas moradias e grupos sociais pobres do perímetro central. Os artigos da imprensa local demonstraram as tentativas de membros da elite local, em busca da cidade sanitária, de disciplinarem e controlarem os comportamentos dos moradores pobres. A presença de tais moradores, especialmente as crianças, nas ruas, foi considerado algo que promovia obstáculos à modernização da cidade. Como futuros trabalhadores e operários, esses meninos e meninas deveriam ser levados pelos seus pais, seus professores e juristas, para o caminho do trabalho e da ordem.

Além disso, as diversões dos moradores pobres em torno dos bares e jogos de azar, também foram considerados perigosos à manutenção do trabalhador e à produção industrial. Os artigos da imprensa local definiam que os jogos de azar, atividades e espaços de diversão afastavam os pobres de suas atividades de trabalho,

pois traziam a esperança de enriquecimento rápido e promoviam o vício do jogo, tornando-os criminosos. Os bares, por sua vez, alimentavam o vício do alcoolismo, transformando o trabalhador em indivíduo ocioso, promotor de desordens e balbúrdias. Ao recriminarem essa presença dos pobres nas ruas, os grupos da elite local demonstravam apreensão sobre as aglomerações desses grupos, como risco de organização operária contra os processos de produção industrial. Nos artigos, aos denunciarem as atividades de diversão desses moradores, criminalizavam também maneiras de sobrevivência e formas de viver e se divertir na cidade dos pobres.

Em todas essas recriminações, havia a concepção implícita de que os moradores pobres eram incapazes de optar, por si mesmos, sobre o que deveriam fazer em seu tempo livre. Homens, mulheres e crianças pobres eram considerados incapazes de escolher o que deveriam fazer de suas vidas, cabendo à intervenção e vigilância constante de governantes, do aparelho policial e jurídico e dos médicos, decidir sobre o que era melhor para a vida deles.

Ao mesmo tempo, vê-se que os modos de vida dos grupos mais abastados, a elite local, eram valorizados como modelos de comportamento a serem seguidos. Leitores e freqüentadores das capitais traziam em sua formação, o ideário da cidade moderna de consumo e sanitária. Membros de diversas categorias: comerciantes, empresários, médicos e professores estavam em diálogo de acordo com as novas propostas urbanas.

Embora todas essas idéias e criminalizações permeassem jornais, álbuns, imagens e relatórios médicos, verificou-se também obstáculos constantes à execução das propostas de sanitaristas e empresários. Atrasos de envio das verbas municipais pelo governo do Estado, parca estrutura fiscal e policial, centros de saúde e de higiene em condições precárias, impediam a fiscalização e o policiamento adequados à execução das propostas saneadoras dos espaços públicos.

Essas dificuldades, aliadas a uma resistência silenciosa dos moradores pobres, possibilitou a manutenção, mesmo que de maneira precária, dessa economia informal, da presença das crianças nas ruas e das bancas de jogo do bicho na cidade.

A partir do entrecruzamento de uma variada gama de fontes, foi possível verificar constantes tensões na cidade, promovidas pelos embates entre os planos de intervenção na cidade, suas propostas de racionalidade e a vida cotidiana dos moradores pobres, calcadas na busca pela sobrevivência nas ruas e praças locais.

Mais que isso, o estudo em torno do cotidiano dos moradores demonstrou que, para além das propostas racionais, a cidade se organizava em processos sociais mais amplos e diversos que as propostas de cidade e a imprensa local descreviam ou queriam enxergar. Esses moradores, muito mais por necessidade que por resistência organizada, viveram suas vidas da maneira que era possível, o que, muitas vezes, acabou indo contra as propostas dos governantes locais.

Ao se olhar para o cotidiano, verifica-se que os projetos de controle e disciplina social, ao entrarem em contato com as ruas, flexibilizavam-se, em contraposição às relações sociais, alianças e táticas de sobrevivência dos moradores.

Essa dissertação procurou estabelecer um estudo sobre os moradores pobres da cidade: seus locais de moradia, suas lutas por sobrevivência, seus espaços de diversão e seus laços familiares. Como disse Dias, aos nos voltarmos aos moradores pobres, sobre os quais, as fontes oficiais são eminentemente raras e esparsas, devemos observar o fragmentário, sem necessariamente encontrar coerência em suas relações. Esse foi o caminho que percorremos com as fontes, ou seja, buscou-se, no entrecruzamento de pequenas informações, desvelar um pouco da vida de grupos que não puderam registrar seu modo de viver, nem suas vivências e experiências em torno dos projetos sanatoriais e industriais dos governantes e moradores influentes de São José dos Campos.

Ao se estudar a cidade e suas sociabilidade, tem-se a clareza de que a perspectiva foi perscrutar a teia de relações sociais possíveis em um trabalho de Mestrado. No entanto, várias questões permanecem.

As relações entre a economia informal e as políticas públicas necessitaria de um estudo específico e aprofundado, que se propusesse a refletir sobre a intrincada teia que se estabelecia entre o pequeno comércio informal e os estabelecimentos comerciais legalizados: lutas por territórios, pressões políticas, mutuas relações de legalidade, de alianças mudas e atração do público consumidor e, principalmente de alianças políticas e econômicas com os membros do poder municipal.

O mesmo aprofundamento na pesquisa caberia em relação às mulheres pobres da cidade, seus filhos e condições de sobrevivência. Necessitariam estudar como se deram a chegada desse grupos na cidade, seus costumes, as sanções que sofreram, as relações entre sobrevivência e ilegalidade e a inter-relação entre crianças e mulheres nesses processos. Nesses assuntos, foram esboçados somente alguns pontos

fundamentais da discussão.

Espaços de diversão públicos e privados, além dos bares, faziam parte das intenções iniciais desse trabalho, mas que não puderam ser desenvolvidos, devido aos limites de tempo e da própria estrutura de uma dissertação. Esses mereciam ser explorados em trabalhos futuros, pois evidenciariam a diversidade de comportamentos e de relações sociais no espaço urbano.

De qualquer forma, pode-se, ao olhar para a cidade, identificar a variada coloração social, construída no modo de viver e sobreviver urbanos. Coloração que mesmo a instituição da Estância Hidromineral e Climática, com suas propostas sanitárias e de controle sobre os atos de moradores locais, não conseguiu apagar.

Fontes

AMARAL, João Ferraz do. *Inspecção Sanitária de São José dos Campos*. São Paulo: Universidade de São Paulo: Faculdade de Medicina, 1930. (trabalho apresentado como exigência da cadeira de Hygiene – contém 163 páginas e em seu anexo, fotografias).

A FOLHA ESPORTIVA. São José dos Campos, mar 1930-mai 1948. Semanal.

ARQUIVO PÚBLICO DO MUNICÍPIO, Fundo da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de São José dos Campos. Série Protocolo de atos do Prefeito Municipal. 1930 - 1932.

ARQUIVO PÚBLICO DO MUNICÍPIO, Fundo da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de São José dos Campos. Série Portarias Municipais. 1933 - 1937.

ARQUIVO PÚBLICO DO MUNICÍPIO, Fundo da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de São José dos Campos. Série Portarias Municipais. 1934.

ARQUIVO PÚBLICO DO MUNICÍPIO, Fundo da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de São José dos Campos. Atas de Câmara Municipal. 1898-1909, CM27.

ARQUIVO PÚBLICO DO MUNICÍPIO, Fundo da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de São José dos Campos. Atas de Câmara Municipal. 1909-1928, CM29.

ARQUIVO PÚBLICO DO MUNICÍPIO, Fundo da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de São José dos Campos. Atas de Câmara Municipal. 1929-1937, CM30.

ARQUIVO PÚBLICO DO MUNICÍPIO, Fundo da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de São José dos Campos. Atas de Câmara Municipal. 1939-1953.

CALDEIRA, João Neto. *Álbum de 1934 – São José dos Campos*. São Paulo: Cruzeiro do Sul, 1934.

CORREIO JOSEENSE. São José dos Campos, 1935-1944, Semanal.

BERTOLLI FILHO, Cláudio. *História Social da Tuberculose e do Tuberculoso*. 2002, v. 1. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BIROLI, Maria Izabel de Azevedo Marques. *Os Filhos da República – A Criança Pobre na Cidade de São Paulo, 1900-1927*. 2000. Dissertação (Mestrado em História Social) Pontífice Universidade Católica, São Paulo, 2000.

BITTENCOURT, Tânia. *Arquitetura Sanatorial*. São José dos Campos, SP: TMM Bittencourt, 1998, 180 págs,

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. 160 págs.

BOSCHI, Caio C.. Espaços de sociabilidade na América Portuguesa e historiografia brasileira contemporânea. *Varia hist. [online]*. 2006, vol.22, n.36, pp. 291-313. ISSN 0104-8775. doi: 10.1590/S0104-87752006000200004. retirado do site http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752006000200004&script=sci_arttext&tlng=pt em 02/08/2009 as 14:00

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Metrôpoles: As Faces do Monstro Urbano (as cidades no século XIX). In *Revista Brasileira de História - Cultura e Cidades*. ANPUH. São Paulo: Editora Marco Zero, 1985. pp. 37-68.

_____. Sete Portas da Cidade. In: *Espaços e Debates - Cidades e História* - nº 34, Ano XI, 1991. pp. 10-15.

_____. Cidade História In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BRUHNS, Heloísa Turini. De Grazia e o Lazer como isenção de obrigações. In: _____ *Lazer e Ciências Sociais – Diálogos Pertinentes*. São Paulo: Chronos, 2002.

CALVO, Célia Rocha. *Muitas Memórias e Histórias de uma cidade: Experiências e lembranças de Viveres Urbanos – Uberlândia 1938/1990*. 2001. Tese (Doutorado em História Social) – Pontífice Universidade Católica, São Paulo, 2001.

CAMARGO, Luiz Octavio de Lima. *O que é Lazer?* São Paulo: Brasiliense, 1989. Coleção Primeiros Passos.

CARMO, Gonçalo Cassins Moreira do. *Do Ócio de Veblen ao Controle das emoções de Elias: Possíveis enfoques para uma interpretação do Lazer*. 2002. 78f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2002.

CEVASCO, Maria Elisa. *Dez Lições Sobre Estudos Culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª ed., Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em Papel e Tinta – periodismo e vida Urbana – 1890-1915*. São Paulo: EDUC:FAPESP, 2000.

_____. Mercado e Polícia – São Paulo, 1890-1915. In: *Revista Brasileira de História – Instituições*. São Paulo: Editora Marco Zero: ANPUH, v. 7, nº 14, mar/ago 1987.pp- 115-130.

_____; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha, Na Oficina do Historiador: Conversas sobre História e Imprensa In: *História e Imprensa – Projeto História*. São Paulo: EDUC, 2007, nº 35, pp -255-272.

DECCA Edgar Salvadori de, E.P. Thompson: tempo e lazer nas sociedades modernas In: BRUHNS, Heloisa Turini. *Lazer e Ciências Sociais – Diálogos Pertinentes*. São Paulo: Chronos, 2002

DIAS, Maria Odila Leite. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. Sociabilidades sem História: Votantes Pobres no Império, 1824-1881 In: FREITAS, Marcos Cezar de. (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo:Contexto, 1998.

DIWAN, Pietra. *Raça Pura – Uma história da eugenia no Brasil e no Mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.

DUARTE, Adriano; PAOLI, Maria Célia. São Paulo no Plural: espaço público e redes de sociabilidade. In PORTA, Paulo (org.). *História da Cidade de São Paulo – A Cidade na Primeira Metade do Século XX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. pp.:53- 99.

DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia Empírica do Lazer*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1999, Col. Debates, nº 164.

FARIA, Lina Rodrigues de. A Fundação Rockefeller e os serviços de saúde em São Paulo (1920-1930): perspectivas históricas. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Vol 9 (3): 561-90, set –dez 2002 retirado do site http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702002000300005&script=sci_arttext&tlng=es em 01/08/2009 às 13:00.

FENELON, Déa Ribeiro. Introdução. In: _____ (org) *Cidades*. São Paulo: Olho d'Água:PUC-SP, 1999.5-13.

FERREIRA, Laura Valéria Pinto. *Menores Desamparados da Proclamação Da República Ao Estado Novo*. retirado do site <http://www.virtu.ufjf.br/artigo%207a5.pdf> em 13/05;2009, às 12:19.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. 14ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2006

_____, Michel. *Vigiar e Punir - nascimento da prisão*. tradução de Raquel Ramalhete. 29ª edição. Petrópolis: Editora Vozes , 2004.

GAULD, Charles A. *Faquhar – O Último Titã*. São Paulo: Editora da Cultura, 2006..

GEBARA, Ademir. Sociologia configuracional: as emoções e o lazer. In: BRUHNS, Heloisa Turini. *Lazer e Ciências Sociais – Diálogos Pertinentes*. São Paulo: Chronos, 2002

GRANET-ABISSET, Anne Marie. O Historiador e a Fotografia In: *Artes da História & Outras Linguagens – Projeto História*. São Paulo: EDUC, 2002, nº 24, pp -9-26.

GREEN, James N. *Além do Carnaval – A Homossexualidade no Brasil do século XX*. São Paulo: UNESP, 2000.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Ângela Maria de Castro. O Redescobrimento do Brasil In: Oliveira, Lúcia Lippi et all. *Estado Novo – Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. A Construção do Homem Novo: o trabalhador Brasileiro. In: Oliveira, Lúcia Lippi et all. *Estado Novo – Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Memória Popular: teoria, política, método. In: FENELON, Déa Ribeiro et all. *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d'Água: CAD;PROCAD, 2000. pp.282-295.

HERSCHMANN, Micael; LERNER, Kátia. *Lance de Sorte – O Futebol e o Jogo do Bicho na Belle Époque Carioca*. Rio de Janeiro: Diadorim Ed., 1993.

LESSA, Simone Narciso. São José dos Campos: *O Planejamento e a Construção do Pólo Regional do Vale do Paraíba*. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001

LUCA, Tânia Regina de. História de, nos e por meio dos periódicos In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. pp. 111-154.

MACIEL. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, Déa Ribeiro et all. *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d'Água: CAD;PROCAD, 2000. pp.14-40.

MAGALHÃES, Felipe. **A Fuga dos bichos ou A origem da loteria mais popular do Brasil**. In: *Cidade Nova Revista*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2000. pág. 53-67. nº 1. ,retirado do site http://www.rio.rj.gov.br/arquivo/anexo/revista_cidade_nova.pdf em 22/04/2009 16:03.

MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa e Cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MASCARENHAS, Rodrigo dos Santos. História da Saúde Pública no Estado de São Paulo. *Rev. Saúde Pública [online]*. 2006, vol.40, n.1, pp. 3-13. ISSN 0034-8910. doi: 10.1590/S0034-89102006000100002., retirado do site http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102006000100002&script=sci_abstract&tlng=e em 01/08/2009 às 13:00.

MATTOS, Maria Izilda de. *Meu Lar é o Botequim: Alcoolismo e Masculinidade*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

MELO, Victor Andrade de et ALVES JUNIOR, Edmundo de Drummond. *Introdução ao Lazer*. 1ª ed. Barueri, São Paulo: Manole Editora, 2003. 154 págs.

MOTA, André. *Quem é bom já nasce feito – sanitarismo e eugenia no Brasil*. 1ª ed. Rio de Janeiro:DP&A, 2003.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Introdução. In: _____ et all. *Estado Novo – Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. Apresentação. In:_____. *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

PECHMAN, Robert Moses. Meter-se em Polícia uma nação...In: _____. *Cidades estreitamente vigiadas*. São Paulo: Casa da Palavra, 2002, 67-421.

PENEDO, Alexandre. *Arquitetura Moderna*. São José dos Campos, SP: A. Penedo, 1997.

PRIORE, Mary Del. *Festas e Utopias no Brasil Colonial*. 1ª edição, São Paulo: Brasilense, 2000.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e Sobrevivência: A Vida do Trabalhador Pobre na Cidade de São Paulo, 1890-1914*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

_____.A História vista de Baixo In: *Cultura Vozes*. São Paulo: Vozes, Vol. 88, nº 01, Janeiro- Fevereiro 1994

RAGO, Margareth. A Invenção do Cotidiano na metrópole: sociabilidade e lazer em São Paulo, 1900-1950. In: PORTA, Paulo (org.). *História da Cidade de São Paulo – A Cidade na Primeira Metade do Século XX*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. pp.:386- 435.

_____, Margareth. *Do Cabaré ao Lar – A Utopia da Cidade Disciplinar – Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

ROLNIK, Raquel História urbana: história na cidade In: FERNANDES, A. e GOMES, M.A. *Cidade e história: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador, Faculdade de Arquitetura, 1992.

_____, Raquel. Lei e Política: A Construção dos Territórios Urbanos. In: Projeto *Espaço e Cultura - Projeto História*. São Paulo: Educ: Fapesp, nº 18, 1999.

ROQUE, Zuleika Stefânia Sabino. *Educação e Cotidiano Escolar em São José dos Campos (1889-1930)*, 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontífice Universidade Católica, São Paulo, 2007.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Entre a serpente e a toupeira: transitando pelas idéias de Foucault e Deleuze. In: BRUHNS, Heloisa Turini. *Lazer e Ciências Sociais – Diálogos Pertinentes*. São Paulo: Chronos, 2002.

_____. *Prazer Justificado – História e Lazer (São Paulo, 1969-1979)*. 1988, 166f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontífice Universidade Católica, São Paulo, 1988.

SANTOS, Ademir Pereira dos. *Arquitetura Industrial*. São José dos Campos, SP: A.P. Santos, 2006.

SANTOS, Leonardo Silva. *Campo, Pobreza e Doença: visões de cidade em São José dos Campos por meio do Correio Joseense (1920-1921)*. 2008, 102f (Trabalho de Conclusão em História) – Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, SP, 2008.

SANTOS, Luiz A. Castro. O Pensamento Sanitarista na Primeira República: Uma Ideologia de Construção da Nacionalidade. In: *Revista Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 28, nº 2, pp 137 a 276, 1985

SAVIO, Marco Antônio Cornacioni. *A Modernidade sobre Rodas: tecnologia automotiva, cultura e sociedade*. São Paulo: EDUC, 2202.

SCHWARTZMAN, Simon et al. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. Fragmentação, simultaneidade, sincronização: o tempo, o espaço e a metrópole moderna. In. *Espaços e Debates - Cidades e História* - nº 34, Ano XI, 1991, pp. 18-22.

SIMMEL, Georg. A Metrópole e a Vida Mental. In VELHO, Otavio Guilherme (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar editores, pp. 11-25.

_____. A Sociabilidade (Exemplo de Sociologia Pura ou formal) In: _____. *Questões Fundamentais da Sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2006, pp- 59-82.

SILVA, Eduardo. *As Queixas do Povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUSA, Ana Maria Santos; SOARE, Laerte L. *Modernidade e urbanismo sanitário: São José dos Campos*. São José dos Campos, SP: A.M. S. Sousa; L. L. Soares, 2002

SOUZA, Josinete Lopes de. *Da Infância “Desvalida” à Infância “Delinqüente” Fortaleza (1865-1928)*. São Paulo, 1999. Dissertação(Mestrado em História Social) - Pontífice Universidade Católica, São Paulo, 1999.

STORCH, Robert D. O Policiamento do Cotidiano na Cidade Vitoriana. In: *Revista Brasileira de História - Cultura e Cidades*. ANPUH. São Paulo: Editora Marco Zero, 1985. pp. 7 - 33.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em Comum – Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VICENZO, José Carlos Oliveira de. *Loteria Esportiva, uma paixão de muitos*. Retirado do site <http://books.google.com/books?hl=pt-BR&lr=&id=IUWTiPTTrNbcC&oi=fnd&pg=PA9&dq=hist%C3%B3ria+loterias&ots=UtlSsWBwFH&sig=IZ6NmQWbO9r1KehuXXbXRwrzV9w> em 13/05/2009 às 23:28.

VOVELLE, Michel. Dez Anos de sociabilidade meridional In: *Ideologias e Mentalidades*, SãoPaulo: Brasiliense, 1987.